Tribuna do Sertão

FUNDADOR: MAURÍCIO LIMA SANTOS (1943-1998)

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

EDIÇÃO Nº 2448 - 31 DE AGOSTO DE 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUAÇU	PÁGINAS 02 A 336
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA	PÁGINAS 337 A 391
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA	PÁGINAS 392 A 424
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ	PÁGINAS 425 A 452
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS	PÁGINAS 453 A 586
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU	PÁGINAS 587 A 600
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA	PÁGINAS 601 A 622
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL	PÁGINAS 623 A 647
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA	PÁGINAS 648 A 730
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADA DE PEDRAS	PÁGINAS 731 E 732
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES	PÁGINAS 733 A 790
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS	PÁGINAS 791 A 810
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU	PÁGINAS 811 A 816



A Lei exige que todo gestor publique seus atos, para que a população tenha acesso às informações e a sua gestão seja transparente e clara.

As Publicações Oficiais cumprem este papel.

LIDER GRAFICA COMUNICACAO E PESQUISA LTDA:10841540000151

Assinado de forma digital por LIDER GRAFICA COMUNICACAO E PESQUISA LTDA:10841540000151
Dados: 2026.08.31 18:10:26 -03'00'

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo do Município de Ituaçu, membros da Câmara Municipal, respeitando os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição do Estado da Bahia, promulgamos, sob a proteção de DEUS, a presente Lei Orgânica, que constitui a Lei Fundamental do Município de Ituaçu, com o objetivo de organizar o exercício do poder e fortalecer as instituições democráticas e os direitos da pessoa humana, unidos pelos mais elevados propósitos de preservar o Estado Democrático de Direito, o culto perene à liberdade, à democracia participativa e à justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. O Município de Ituaçu, integrante do Estado da Bahia e pertencente de forma indissolúvel, juntamente com os demais entes federados, à República Federativa do Brasil, constituído, dentro do Estado Democrático de Direito, em esfera de governo local, objetiva, na sua área territorial e de competência, o seu desenvolvimento, com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada na autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, exercendo o seu poder por decisão dos munícipes, pelos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei Orgânica, da Constituição do Estado da Bahia e da Constituição Federal.

§ 1º. A ação Municipal desenvolve-se em todo território do Município, sem privilégios ou distinções entre distritos, povoados, bairros, grupos sociais ou pessoas, objetivando reduzir as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de todos, sem preconceitos de qualquer espécie ou quaisquer outras formas de discriminação.

§ 2º. A autonomia do Município configura-se, especialmente, por meio de:

I - elaboração e promulgação da Lei Orgânica, com observância dos princípios previstos na Constituição do Estado da Bahia e na Constituição da República Federativa do Brasil;

II - eleição do(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a) e Vereadores(as), por meio dos eleitores alistados neste Município;

III - organização de seu Governo e Administração.

Art. 2º. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. Ressalvados os casos previstos nesta Lei Orgânica, na Constituição do Estado da Bahia e na Constituição da República Federativa do Brasil, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e quem for investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

Art. 3º. A organização do Município observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - a prática democrática;

II - a soberania e a participação populares;

III - a transparência e o controle popular na ação do governo;

IV - o respeito à autonomia e à independência de atuação das associações e movimentos sociais;

V - a programação e o planejamento sistemáticos;

VI - o exercício pleno da autonomia municipal;

VII - a articulação e cooperação com os demais entes federados;

VIII - a cidadania;

IX - a dignidade da pessoa humana;

X - a acolhida e o tratamento igual a todos os que, no respeito da lei, afluam para o Município;

XI - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

XII - a defesa e a preservação do território, dos recursos naturais e do meio ambiente do Município;

XIII - a preservação dos valores históricos e culturais da população;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XIV - o pluralismo político.

Parágrafo único. Do povo emana todo Poder, a legitimidade e o exercício dos Poderes constituídos, exercendo-os por meio de seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos da Constituição da República e desta Lei Orgânica.

Art. 4º. São objetivos fundamentais deste Município:

I - garantir o desenvolvimento local e regional;

II - contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional, naquilo que for de interesse local;

III - promover meios para a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais nas áreas urbanas e rurais do Município;

IV - assegurar o pleno exercício dos direitos de cidadania;

V - promover a defesa e preservação do meio ambiente como bem de uso comum do povo e essencial à vida humana;

VI- garantir a preservação do seu patrimônio histórico, artístico e cultural;

VII - promover o desenvolvimento econômico sustentável a partir do turismo;

VIII - assegurar aos habitantes do Município a prestação e fruição de todos os serviços públicos básicos, na circunscrição administrativa em que residam, sejam eles executados indireta ou diretamente pelo Poder Público;

IX – assegurar, em cooperação com os demais entes integrantes da Federação Brasileira e com auxílio da sociedade civil organizada, os direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância e à pessoa idosa e a assistência aos desamparados;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

X - promover, através de seus órgãos de poder, condições dignas de existência de sua população, fundamentando a administração municipal em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, economicidade, eficiência e descentralização administrativa, assegurando a participação popular nas decisões de governo;

XI - promover a soberania popular, que será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e mediante plebiscito, referendo, pela iniciativa popular no processo legislativo, pela participação popular na fiscalização dos atos e contas da Administração Municipal;

XII - zelar pela observância das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica deste Município, das Leis Federais, Estaduais e Municipais;

XIII – garantir a todos o acesso, de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, condição econômica, religião, ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência digna.

Parágrafo único. A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de função confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes do Município de Ituaçu, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal e esta Lei Orgânica.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 5º. Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, cor, sexo, religião, estado civil,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

condição social, orientação sexual ou deficiência física, mental ou sensorial.

Art. 6º. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de culto e sua liturgia, na forma da legislação.

Art. 7°. O Município assegurará, a todos que solicitarem, as informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sob pena de responsabilização.

§ 1º. Todos têm o direito de tomar conhecimento, gratuitamente, do que constar a seu respeito nos registros ou bancos de dados públicos municipais, bem como do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir, a qualquer tempo, a retificação e atualização destas, desde que solicitado por escrito.

§ 2º. Não poderão ser objeto de registro os dados referentes a convicções filosóficas, políticas e religiosas, a filiações partidárias e sindicais, nem os que digam respeito à vida privada e à intimidade pessoal, salvo quando se tratar de processamento estatístico não individualizado.

Art. 8º. As ações e omissões do Poder Público que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais serão sanadas, na esfera administrativa, em prazo razoável, após requerimento do interessado, sob pena de responsabilização da autoridade competente.

§ 1º. São gratuitos todos os atos necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º. É vedada a exigência de garantia de instância para os procedimentos referidos neste artigo, sendo assegurados, ainda, na mesma forma, os seguintes direitos, independentemente da cobrança de taxas e emolumentos:

I - de petição e representação aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou para coibir ilegalidades e abusos do poder;

II - de obtenção de certidões em repartições públicas municipais para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 9°. O Município assegurará, nos limites de sua competência e observando os parâmetros traçados na Constituição da República Federativa do Brasil e na legislação regulamentadora da matéria, acaso existentes:

I - a liberdade de associação profissional ou sindical;

II - o direito de greve, competindo aos trabalhadores da iniciativa privada decidirem sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.

Art. 10. O Município buscará assegurar, observando a sua competência e os limites orçamentários e financeiros estabelecidos, à criança, ao adolescente e à pessoa idosa, com absoluta prioridade, o direito à vida, à moradia, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e à primazia no recebimento de proteção e socorro, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, devendo buscar manter parcerias, para atingimento deste objetivo, com os demais entes federados componentes da República Federativa do Brasil e com entidades componentes da sociedade civil organizada, dando preferência, em relação a estas últimas, àquelas que possuam caráter filantrópico.

Art. 11. O Município buscará assegurar, observando a sua competência e os limites orçamentários e financeiros estabelecidos, às pessoas com deficiência a plena inserção na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades, assegurando a todos uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana, a educação especializada, os serviços de saúde, o trabalho, o esporte e o lazer.

Art. 12. Os direitos e garantias expressos nesta Lei Orgânica não excluem outros previstos na Constituição Federal do Brasil, na Constituição do Estado da Bahia, na legislação vigente, nem, tampouco, os decorrentes do regime e dos princípios por elas adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 13. O Município de Ituaçu, unidade territorial do Estado da Bahia, é pessoa jurídica de direito público interno, no exercício pleno da sua autonomia política, administrativa e financeira, e é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, votada, aprovada e promulgada pelo Poder Legislativo deste Município, e por demais Leis que adotar na forma da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

§ 1º. A sede do Município se denomina e está localizada na cidade de Ituaçu.

§ 2°. O território do Município de Ituaçu tem os limites que lhe são assegurados pela tradição, documentos históricos, leis e julgados.

§ 3°. É mantido o território do Município, cujos limites só poderão ser alterados mediante o atendimento das exigências estabelecidas na Constituição Federal e na legislação estadual.

§ 4º. O dia 26 de agosto é a data magna do Município de Ituaçu, momento no qual se comemora o aniversário da sua emancipação política, constituindo-se em feriado municipal.

§ 5º. São feriados religiosos os dias de guarda, declarado sem lei municipal, de acordo com a tradição do povo do Município de Ituaçu, e em número não superior a quatro, nestes incluídos a Sexta-Feira da Paixão e o Corpus Christi.

Art. 14. O Brasão, a Bandeira e o Hino são símbolos do Município, representativos de sua cultura e história.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 15. O Município de Ituaçu poderá dividir-se, para fins exclusivamente administrativos, em zonas turísticas, zonas industriais, zonas urbanas, bairros residenciais, zonas rurais, distritos e povoados.

Art. 16. O Distrito é a parte do território do Município, dividido para fins administrativos de circunscrição territorial e de jurisdição municipal, com denominação própria.

Parágrafo único. Os distritos serão criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei municipal, observada a legislação estadual.

Art. 17. A incorporação, a fusão e o desmembramento do Município de Ituaçu far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após a divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Art. 18. O Município poderá, mediante autorização de lei municipal, celebrar convênios, consórcios, contratos com outros Municípios, com instituições públicas ou privadas ou entidades representativas da comunidade para planejamento, execução de projetos, leis, serviços e decisões.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL

Art. 19. Compete privativamente ao Município de Ituaçu:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;

IV - instituir e arrecadar tributos de sua competência, fixar e cobrar as tarifas ou preços públicos, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

V - criar, organizar e suprimir distritos, observando o disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado e em leis estaduais pertinentes, garantida a participação popular;

VI - instituir e manter a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

VII - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, além de outros onde prevaleça o interesse local, os seguintes serviços:

a) transporte coletivo urbano, que terá caráter essencial;

b) serviços funerários e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;

c) captação, tratamento e abastecimento de água e coleta, tratamento e destinação final adequado de esgotos sanitários;

d) mercados, feiras e abatedouros locais;

e) iluminação pública e sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos;

f) limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final adequada do lixo.

VIII - elaborar o plano diretor conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal;

IX -promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, dispondo sobre parcelamento, zoneamento e edificações e fixando as limitações urbanísticas;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

X - quanto aos estabelecimentos e às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a autorização ou a licença, conforme o caso, para a sua construção ou funcionamento;

b) conceder a licença de ocupação ou "habite-se", após a vistoria de conclusão de obras, que ateste a sua conformidade com o projeto e o cumprimento das condições especificadas em lei;

c) revogar ou cassar a autorização ou a licença, conforme o caso, daquele estabelecimento cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego ou aos bons costumes, ou se mostrarem danosas ao meio ambiente, observando o contraditório e a ampla defesa;

d) promover o fechamento daqueles que estejam funcionando sem autorização ou licença ou depois de sua revogação, anulação ou cassação, podendo interditar atividades, determinar ou proceder à demolição de construção ou edificação, nos casos e de acordo com a lei;

XI - disciplinar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, o perímetro urbano:

a) determinando o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

b) fixando os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

c) permitindo ou autorizando serviços de táxis e fixando as respectivas tarifas, bem como regulamentando, no que couber, a prestação dos demais serviços de transporte individual de passageiros, observando a legislação federal;

d) disciplinando os serviços de carga e descarga e fixando a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

e) fixando e sinalizando os limites das "zonas de silêncio", de trânsito e tráfego em condições especiais;

f) provendo sobre a denominação, numeração e emplacamento de logradouros públicos;

XII - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

XIII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como disciplinar e fiscalizar a sua utilização;

XIV - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais e estaduais pertinentes;

XV - disciplinar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XVI - dispor sobre registro, licenciamento, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva e de outras zoonoses das quais sejam portadores ou transmissores;

XVII - dispor sobre depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão de legislação municipal;

XVIII - estabelecer e impor penalidades pela infração de suas leis e regulamentos;

XIX - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, observados, neste último caso, os requisitos e condições estabelecidos na Constituição Federal;

XX - dispor sobre a administração, uso e alienação dos seus bens;

XXI - estabelecer servidões necessárias aos seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XXII - organizar o quadro, instituir o regime jurídico único e planos de carreira de servidores públicos da Administração Direta, das autarquias e fundações municipais;

XXIII - criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas;

XXIV - criar, extinguir e definir a estrutura e atribuições das Secretarias, órgãos e entidades componentes da administração direta, indireta e fundacional;

XXV - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

XXVI - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, com recursos próprios ou mediante convênio com entidades especializadas;

XXVII - regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso, os serviços de construção e conservação de estradas vicinais, avenidas, ruas e vias municipais, inclusive fixando a faixa de domínio;

XXVIII - regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;

XXIX - executar obras de:

a) drenagem pluvial;

b) construção e conservação de parques, jardins e hortos florestais;

c) edificação e conservação de prédios públicos municipais;

XXX - regular o comércio ambulante ou eventual;

XXXI - autorizar e regular a realização de atividades desportivas, espetáculos e divertimentos públicos, observadas as prescrições legais;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XXXIII - realizar atividades de defesa civil, inclusive a de prevenção de acidentes naturais, em coordenação com a União e o Estado;

XXXIV - promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

XXXV - promover a cultura e o lazer;

XXXVI - fomentar a produção de qualquer natureza e demais atividades econômicas, inclusive artesanal;

XXXVII - realizar programas de apoio às práticas desportivas;

XXXVIII - realizar programas de alfabetização;

XXXIX - realizar serviços de assistência social, diretamente ou por intermédio de instituições privadas, conforme critérios e condições fixadas em lei municipal;

XL - amparar, de modo especial, as pessoas idosas, as crianças, os adolescentes e as pessoas com deficiência;

XLI - estimular a participação na formação de políticas públicas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, cooperativas de produtores e mutirões;

XLII - instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;

XLIII - aceitar legados e doações;

XLIV - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XLV - fiscalizar, nos locais de venda, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios, observadas as legislações federal e estadual;

XLVI - assegurar a expedição de certidões, quando requeridas às repartições municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

§ 1º. As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município, ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e/ou estadual.

§ 2º. As normas de edificação de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XII do *caput* deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

I - zonas verdes e demais logradouros públicos;

II - vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais;

III - passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos lotes, obedecidas as dimensões e demais condições estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º. A lei que dispuser sobre a guarda municipal, destinada à proteção dos bens a que se refere o inciso VI do *caput* deste artigo, estabelecerá sua organização e competência.

§ 4º. A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do art. 182, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 20. É competência comum do Município, do Estado da Bahia e da União:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

I -zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II -cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV -impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V -proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

VI -proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X -combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos, minerais e outros em seu território, inclusive com direito de participar em seus resultados;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. A cooperação entre o Município de Ituaçu, a União e o Estado da Bahia, visando ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar no âmbito municipal, obedecerá às normas fixadas nas leis complementares previstas no art. 23, parágrafo único, da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

CAPÍTULO III

DAS VEDAÇÕES MUNICIPAIS

Art. 21. É vedado ao Município de Ituaçu:

I -recusar fé aos documentos públicos;

II -criar distinção entre brasileiros ou preferências entre si;

III - subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto falante, cartazes, anúncios ou outros meios de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar a campanhas ou objetivos estranhos à administração e ao interesse público;

IV -outorgar isenções ou anistias fiscais ou permitir a remissão de dívidas sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato e responsabilização do infrator;

V -estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter, com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Art. 22. O Município de Ituaçu não pode contratar, nem conceder benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios a pessoa jurídica que esteja em débito com o sistema de seguridade social, conforme disposto em lei federal.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO IV

DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 23. São bens Municipais:

I -bens móveis, imóveis e semoventes de seu domínio pleno, direto ou útil;

II -direitos e ações que a qualquer título pertençam ao Município;

III - águas fluentes, emergentes e em depósito localizadas exclusivamente em seu território, ressalvadas, neste caso, as decorrentes de obras do Estado ou da União;

IV -rendas provenientes do exercício de suas atividades e da prestação de serviços;

V -as terras devolutas que se localizem dentro do seu perímetro urbano e na zona de expansão urbana, com exclusão daquelas que pertençam ao patrimônio da União e do Estado da Bahia.

Art. 24. Cabe ao Poder Executivo a administração do patrimônio municipal, respeitada a competência da Câmara Municipal quanto aos bens utilizados em seus serviços.

Art. 25. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento.

Art. 26. Os bens que constituem o Patrimônio Público Municipal, utilizados pelos Poderes Executivo e Legislativo, pelos Entes da Administração Descentralizada e aqueles utilizados ou colocados à disposição pelos Agentes que atuam mediante convênio, consórcio, contrato ou ajuste celebrado com o Poder Público Municipal, ainda que em nível de Cooperação Técnica, serão padronizados nas cores da Bandeira do Município de Ituaçu.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 27. O Município de Ituaçu terá direito à participação na exploração dos recursos do seu subsolo, dos recursos hídricos para a exploração de energia elétrica e de outros recursos minerais do seu território.

Art. 28. A alienação de bens da Administração Pública, dentre outras normas definidas em lei e observada a legislação federal pertinente, sempre subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

a) dação em pagamento;

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, bem como para entidades da sociedade civil organizada que atuam, sem finalidade lucrativa, na realização de atividades de interesse público, ressalvado o disposto nas alíneas "f" e "g" deste inciso;

c) permuta por outros imóveis que atendam aos requisitos relacionados às finalidades precípuas da Administração, desde que a diferença apurada não ultrapasse a metade do valor do imóvel que será ofertado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, segundo avaliação prévia, e ocorra a torna de valores, sempre que for o caso;

d) investidura;

e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo;

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente usados em programas de habitação ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

g) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis comerciais de âmbito local, com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e destinados a programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgão ou entidade da Administração Pública.

II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação;

b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;

d) venda de títulos, observada a legislação pertinente;

e) venda de bens produzidos ou comercializados por entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;

f) venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível por quem deles dispõe para outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

§ 1º. A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

§ 2º. Na escritura pública de doação dos imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I do *caput* deste artigo, constará necessariamente a cláusula de inalienabilidade do bem, bem como a possibilidade de reversão do mesmo ao patrimônio municipal caso sejam descumpridos quaisquer dos encargos estipulados pelo doador.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 3º. A Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel, admitida a dispensa de licitação, quando o uso destinar-se a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel.

§ 4º. Entende-se por investidura a:

I - alienação, ao proprietário de imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço que não seja inferior ao da avaliação nem superior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo permitido para dispensa de licitação de bens e serviços previsto na lei federal de licitações e contratos administrativos;

II - alienação, ao legítimo possuidor direto ou, na falta dele, ao poder público, de imóvel para fins residenciais construído em núcleo urbano anexo a usina hidrelétrica, desde que considerado dispensável na fase de operação da usina e que não integre a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.

§ 5º. A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, a cláusula de inalienabilidade, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, dispensada a licitação em caso de interesse público devidamente justificado, nas hipóteses previstas no inciso I do *caput* deste artigo.

Art. 29. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá sempre de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 30. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, se o interesse público o justificar.

Art. 31. A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominiais far-se-á mediante contrato precedido de concorrência, dispensada esta, na forma da lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turísticas.

Art. 32. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o refinanciamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei.

Art. 33. O Município facilitará a utilização dos bens municipais pela população para atividades culturais, educacionais, esportivas e religiosas na forma da lei.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITUAÇU

Art. 34. A Administração Pública Municipal é o conjunto de órgãos institucionais e de recursos materiais, financeiros e humanos destinados à execução das decisões do governo local.

§ 1º. A Administração Pública Municipal é direta quando realizada por órgão da Prefeitura ou da Câmara.

§ 2º. A Administração Direta estrutura-se a partir de secretarias municipais, podendo ser criadas administrações regionais.

§ 3º. A Administração Pública Municipal é indireta quando realizada por:

I - Autarquia;

II - Fundações públicas;

III - Sociedade de economia mista;

IV - Empresa pública;

V – Fundações Públicas de Direito Privado.

§ 4º. A Administração Pública Municipal é fundacional quando realizada por fundação instituída ou mantida pelo Município.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 5º. Somente por lei específica serão criadas as autarquias e as fundações públicas, bem como autorizada a criação das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado integrantes da Administração Pública Municipal Indireta.

§ 6º. Somente mediante autorização expressa em lei específica poderão ser extintas as entidades mencionadas no § 5º deste artigo.

Art. 35. A Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional dos Poderes do Município destina-se a servir à sociedade e obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 36. O governo do Município é exercido pelo(a) Prefeito(a), a quem incumbe, com o auxílio dos(as) Secretários(as) Municipais e Presidentes das entidades da Administração Indireta, a direção superior da Administração Municipal.

§ 1º. Compete aos(às) Secretários(as) Municipais e Presidentes das entidades da administração indireta exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal nas respectivas áreas de competência.

§ 2º. Compete aos(às) Secretários(as) Municipais referendar os atos e decretos do(a) Prefeito(a) Municipal, que digam respeito à sua área de competência.

Art. 37. O Município, na ordenação de sua estrutura orgânica e funcional, atenderá aos institutos da desconcentração e descentralização.

Art. 38. O Município, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa, dispondo, mediante lei, sobre a criação dos Conselhos Municipais nas diversas áreas, integrados por representantes populares dos usuários dos serviços públicos, disciplinando a sua composição e funcionamento.

§ 1º. O Conselho, como órgão do Poder Executivo, delibera fixando diretrizes para a atuação do Executivo.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2º. O Município poderá criará Fundos Municipais em cada área de atuação dos Conselhos Municipais a ser gerido pelo Órgão ou pela Entidade definidos na sua lei de criação, objetivando otimizar os programas municipais.

§ 3º. Constituem os Fundos Municipais, além de dotações orçamentárias, as doações financeiras de entidades e pessoas físicas e jurídicas, assim como a disponibilização de bens "*in natura*", tais como veículos, equipamentos, material de consumo e permanente, combustíveis, recursos oriundos de multas aplicadas pelos Conselhos, entre outros.

§ 4º. Os Fundos Municipais destinar-se-ão, exclusivamente, ao pagamento de despesas relacionadas às atuações dos Conselhos Municipais e, particularmente, às implementações dos Programas Municipais.

§ 5º. São prerrogativas dos Conselhos Municipais, entre outras:

I - a participação, mediante propostas e discussões, em planos, programas e projetos, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;

II -o acompanhamento da execução dos programas e a fiscalização da aplicação dos recursos, ambos referentes aos seus campos de atribuições a serem definidos nas leis que os criarem;

III - elaborar o seu Regimento Interno, para disciplina do seu funcionamento.

§ 6º. Os Conselhos Municipais funcionarão de forma independente da Administração Municipal, de modo que a participação em qualquer deles será gratuita e considerada de caráter público relevante, à exceção dos Conselheiros Tutelares, cujo exercício do mandato será remunerado, nos termos estabelecidos em lei.

§ 7º Os Conselhos Municipais devem observância às normas gerais emanadas da União ou do Estado da Bahia, relacionadas à sua área de atuação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 39. As obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta nos termos da lei, a qual somente estabelecerá as exigências de qualificação técnica e econômica compatíveis, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º. Nas licitações a cargo da Administração Direta e Indireta Municipal, observar-se-ão, sob pena de nulidade, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

§ 2º. Nos contratos administrativos celebrados pelo Município manter-se-á, sempre, a relação que as partes pactuarem inicialmente, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do seu inicial equilíbrio econômico e financeiro.

Art. 40. A execução de obras públicas será precedida do respectivo projeto básico e previsão dos recursos, sob pena de nulidade, ressalvadas as situações previstas em lei.

Parágrafo único. Semestralmente, a Administração Direta e Indireta publicará, no órgão oficial do Município, quando houver, ou no local de costume, relatórios das despesas realizadas com a propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando os nomes dos veículos de divulgação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 41. Os atos de improbidade administrativa importarão em suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e gradação da legislação federal, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo único. A lei estabelecerá prazos de prescrição para ilícitos administrativos que causem danos financeiros ou econômicos ao erário, praticados por qualquer agente, servidor ou não, sem prejuízo da respectiva ação penal e de ressarcimento.

Art. 42. O Município e os prestadores de serviços públicos municipais responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 43. O controle dos atos administrativos será exercido pelos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e pela Sociedade Civil na forma da lei.

Parágrafo único. Qualquer cidadão do Município de Ituaçu é parte legitima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público municipal ou de entidade da qual o Município participe, à moralidade administrativa no Município, ao meio ambiente municipal e ao patrimônio histórico e cultural do Município, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, na forma da legislação federal.

CAPÍTULO VI

DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 44. É de responsabilidade do Município, mediante licitação e em conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares através de processo licitatório.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 45. Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I - o respectivo projeto;

II - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

III - a indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e término, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º. Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, serão executados sem prévio orçamento de seus custos.

§ 2º. As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura e por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e por terceiros, mediante licitação.

Art. 46. A concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

§ 1º. A permissão do serviço público, a título precário, poderá ser outorgada por Decreto do(a) Prefeito(a) Municipal após edital de chamamento para a escolha de melhor proposta.

§ 2º. A autorização se dará em casos especiais, por Decreto e por escolha direta, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem possibilidade de renovação.

§ 3º. Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público, feitas em desacordo ao estabelecido neste artigo e nos seus §§ 1º e 2º.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 4º. Os serviços concedidos, permitidos ou autorizados ficarão sujeitos à regulamentação e à fiscalização da administração municipal, cabendo ao(à) Prefeito(a) fixar as tarifas e/ou preços públicos, ressalvados os serviços que necessitem de autorização legislativa.

§ 5º. O Município poderá revogar a concessão, permissão ou autorização e retomar, sem indenização, os referidos serviços desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como no caso daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento ao usuário.

§ 6º. As licitações para concessão ou permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade através dos meios de comunicação local, inclusive em órgãos da imprensa de grandes centros, mediante edital ou comunicado resumido.

§ 7º. Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolística e ao aumento abusivo de lucro.

Art. 47. Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos, entre outros:

I - os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;

II - as regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

III - as normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;

IV - as regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipuladas em contrato anterior;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

V - a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;

VI - as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

Art. 48. Será criado, por meio de lei específica, o Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos Municipais, com participação paritária de representantes do Poder Público e da Sociedade Civil organizada, que opinará, dentre outros temas estabelecidos na sua lei de criação, sobre:

I - planos e programas de expansão dos serviços;

II - revisão da base de cálculo dos custos operacionais;

III - política tarifária;

IV - nível de atendimento da população em termos de quantidade e qualidade;

V – instituição de mecanismos para recepção, preferencialmente por meio digital, de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros.

Art. 49. As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando, em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

Parágrafo único. Lei específica será editada para definir a forma e prazo para realização da divulgação prevista no caput deste artigo.

Art. 50. Ao Município é facultado conveniar com a União ou com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência privativa quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para a execução dos serviços em padrões adequados ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. Na celebração de convênios de que trata este artigo, deverá o Município:

I - propor os planos de expansão dos serviços públicos;

II - propor critérios para fixação de tarifas;

III - realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

Art. 51. O Município poderá, com autorização legislativa, consorciar-se com outros Municípios para realização de obras ou prestação de serviços de interesse comum.

Art. 52. Os órgãos colegiados das entidades de administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do(a) Prefeito(a) Municipal.

Art. 53. Nos serviços, obras, concessões e permissões do Município, bem como nas compras e alienações, ressalvados os casos previstos em lei, será adotada a licitação, atendidos todos os parâmetros normativos existentes.

TÍTULO III

DOS AGENTES POLÍTICOS E DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DOS AGENTES POLÍTICOS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 54. São agentes políticos municipais:

I –o(a) Prefeito(a);

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II –o(a) Vice-Prefeito(a);

III – os(as) Vereadores(as);

IV –os(as) Secretários(as) Municipais.

Parágrafo único. O Executivo Municipal tem o dever de enviar à Câmara Municipal, sempre que solicitado, informações referentes aos recursos, convênios e contratos celebrados para a realização de obras e serviços no Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 55. O Código de Ética e Decoro Parlamentar será criado por Resolução da Câmara Municipal.

Art. 56. São normas gerais do Código de Ética e Decoro Parlamentar:

I -o exercício das funções públicas dos Vereadores exige conduta compatível com os preceitos estabelecidos no Código de Ética e Decoro e com os demais princípios da moral individual e pública;

II -os Vereadores atuam com plena liberdade funcional, desempenhando suas atribuições com prerrogativas e responsabilidades próprias, estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual da Bahia, nesta Lei Orgânica e em demais leis especiais;

III - é exigido dos Vereadores probidade em seus atos e condutas;

IV -o Poder Legislativo constituirá uma comissão processante com o fim de apurar e julgar os Vereadores por infrações éticas e político-administrativas.

Seção II

Das Infrações Político-Administrativas

Art. 57. São infrações político-administrativas do(a) Prefeito(a) sancionadas com perda da função pública e cassação do mandato:

I -impedir o livre e regular funcionamento da Câmara;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II -impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III - desatender, sem motivo justo, os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV -retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição de lei, ato que não é de sua competência ou omitir-se da prática de ato de sua competência;

VIII – omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município;

IX - ausentar-se do Município por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores;

X -proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

XI - não remeter à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, as parcelas das dotações orçamentárias que devem ser despendidas por duodécimos, enviá-las a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária, ou efetuar repasses ao Legislativo Municipal que superem os limites definidos no art. 29 – A da Constituição Federal.

Parágrafo único. Sobre os atos praticados pelo substituto do(a) Prefeito(a), enquanto no exercício da Chefia do Poder Executivo, ainda que temporário, incidem as infrações político-administrativas de que trata

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

este artigo, sendo-lhe aplicável o processo pertinente, ainda que cessada a substituição.

Art. 58. São consideradas, ainda, crimes de responsabilidade e infrações político-administrativas do(a) Prefeito(a) Municipal as condutas estabelecidas na legislação federal.

Subseção I

Do Processo de Cassação do Mandato de Agente Político pela Câmara Municipal

Art. 59. A Câmara de Vereadores poderá cassar o mandato do(a) Prefeito(a), por cometimento de Infração Político-administrativa, após apuração realizada em processo regular no qual lhe seja concedido o direito ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Art. 60. O processo de perda da função pública e cassação do mandato dos agentes políticos pela Câmara, por infrações definidas nos artigos anteriores, obedecerá ao rito disciplinado nos dispositivos seguintes, no Regimento Interno da Câmara Municipal e na Legislação Federal.

§ 1°. A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas, qualificação e assinatura do denunciante.

§ 2°. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação.

§ 3°. Se o denunciante for o(a) Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão Processante.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 61. De posse da denúncia, o(a) Presidente da Câmara, na primeira sessão ordinária, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento.

Parágrafo único. Decidido o recebimento, pelo voto aberto da maioria dos presentes, a Comissão Processante será constituída na mesma sessão, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o(a) Presidente e o Relator.

Art. 62. O(a) Presidente da Comissão Processante iniciará os trabalhos dentro de 05 (cinco) dias, notificando o denunciado e remetendo-lhe cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez.

Art. 63. Se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes no órgão oficial, com intervalo de, pelo menos, três dias entre si, contados da primeira publicação.

Art. 64. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão Processante emitirá parecer dentro em 05 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia que, neste caso, será submetido ao Plenário.

Parágrafo único. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o(a) Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

Art. 65. O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de, pelo menos, vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 66. Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para razões escritas no prazo de cinco dias e, em seguida, a Comissão Processante emitirá parecer final pela procedência ou

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

improcedência da acusação e solicitará ao(à) Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento.

Art.67. Na sessão de julgamento, o processo será lido integralmente e, em seguida, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas para produzir sua defesa oral.

Art. 68. Concluída a defesa, proceder-se-ão a tantas votações nominais abertas quantas forem as infrações articuladas na denúncia.

Art. 69. O denunciado que for declarado culpado pelo voto aberto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara por qualquer das infrações especificadas na denúncia será afastado definitivamente do cargo.

Art. 70. Concluído o julgamento, o(a) Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal aberta sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de perda da função pública e cassação do mandato.

Art. 71. Se o resultado da votação for absolutório, o(a) Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o(a) Presidente da Câmara comunicará o resultado à Justiça Eleitoral.

Art. 72. O processo a que se refere esta subseção deverá estar concluído dentro de noventa dias contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITUAÇU

Art. 73. Os servidores públicos do Município são agentes responsáveis pelo cumprimento de suas finalidades e têm, como dever, a observância dos princípios da Administração Pública estabelecidos em lei.

Art. 74. São direitos garantidos aos servidores municipais, além dos previstos na Constituição Federal:

I - Remuneração não inferior ao salário mínimo, sendo esse fixado em lei federal com reajustes periódicos;

II - Irredutibilidade de salário;

III - Décimo terceiro salário com base na remuneração integral;

IV - Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

V - Salário-família pago em razão dos dependentes do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei;

VI - Duração da jornada de trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horário e a redução de jornada, nos termos definidos em lei municipal específica;

VII - Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VIII - remuneração de jornada extraordinária, a base de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal;

IX -gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

X - licença à gestante, sem prejuízo do emprego ou cargo e dos vencimentos, com duração de 120 (cento e vinte) dias, sendo tal direito exercido também pela mãe adotiva, nos termos da lei;

XI - licença paternidade, nos termos da lei;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XII - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XIII - redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XIV - proibição de diferenças de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Art. 75. O Município vincula-se ao sistema do Regime Geral de Previdência Social e os benefícios sociais, tais como auxílio por incapacidade temporária, pensão por morte e aposentadoria do servidor municipal, serão por aquele regime concedidos.

Parágrafo único. Fica vedada a instituição de Regime Próprio de Previdência Social no Município de Ituaçu.

Art. 76. Ao servidor público municipal no exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I -tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II -investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, terá de optar por uma das remunerações;

IV -no caso de afastamento para o exercício do mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Art. 77. A investidura em cargo ou emprego público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ressalvada a nomeação para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º. O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, a partir da homologação, prorrogável por uma vez, por igual período.

§ 2º. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.

Art. 78. São estáveis, após 3 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo público de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público.

§ 1º. O servidor público estável perderá o cargo, além de outras hipóteses definidas na Constituição Federal e em leis:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante aplicação da pena de demissão em processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e contraditório;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei Complementar, assegurada a ampla defesa.

§ 2º. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, pelo prazo definido em lei específica, podendo ser aproveitado em outro cargo com atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 79. O Município observará os limites de remuneração estabelecidos em lei para os seus servidores, na conformidade do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 80. Lei específica reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência física e definirá os critérios de sua admissão que se dará mediante concurso público.

Art. 81. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 82. A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio dos agentes políticos municipais, sem distinção de índice entre servidores civis e agentes políticos, far-se-á sempre na mesma data e com a aprovação da Câmara Municipal, observando-se o seguinte:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II - definição do índice em lei específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho;

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

I - a de dois cargos de professor;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II – a de um cargo de professor e outro técnico ou científico;

III - a de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 2º. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 83. Nenhum servidor será designado para função não constante das atribuídas ao cargo que ocupa, a não ser em substituição e, se acumulada, com gratificação, em conformidade com a lei.

Art. 84. Observadas as normas gerais estabelecidas pela União, lei municipal disciplinará o regime de licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienação.

Art. 85. É livre a associação profissional ou sindical do servidor público municipal na forma da lei federal, observando o seguinte:

I - ao sindicato dos servidores públicos municipais cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive questões judiciais ou administrativas;

II - nenhum servidor será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao sindicato;

III - é obrigatória a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho;

IV - o servidor aposentado tem direito a votar e ser votado no sindicato da categoria;

V - é assegurado o direito de filiação de servidores, profissionais da área de saúde, à associação sindical de sua categoria;

VI - os empregados da Administração Indireta, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, todos celetistas, poderão associar-se em sindicato próprio;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VII – a assembleia geral fixará a contribuição que será descontada em folha do servidor filiado ao respectivo sindicato, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independente de contribuição prevista em lei.

Art. 86. Ao servidor público eleito para o cargo de direção sindical são assegurados todos os direitos inerentes ao cargo.

Art. 87. Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão.

Art. 88. A Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá sobre a política salarial aplicável aos servidores municipais.

Art. 89. É assegurada a participação dos servidores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 90. O direito de greve, que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei municipal específica, é assegurado aos servidores públicos municipais, não se aplicando, contudo, aos que exercem funções em serviços de atividades essenciais, assim definidas em lei.

Art. 91. A lei disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve.

Parágrafo único. Haverá uma instância colegiada administrativa para dirimir controvérsias entre o Município e seus servidores públicos, garantida a paridade na sua composição.

Art. 92. A Administração Pública publicará, em sítio eletrônico oficial, os nomes dos servidores e valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

TÍTULO IV

DOS ATOS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DA PUBLICAÇÃO

Art. 93. A publicação das Leis e dos demais Atos Oficiais do Município, além dos extratos dos termos e dos contratos celebrados pela municipalidade, far-se-á por meio da sua disponibilização no Diário Oficial do Município de Ituaçu, a ser publicado, preferencialmente, por meio digital com acesso pelo sítio oficial do mencionado ente local.

§ 1º. Os atos de efeito externo somente produzirão efeitos após a sua publicação.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, desde que haja determinação legal, as Leis e Atos Oficiais do Município serão publicados em jornais com circulação local, estadual ou nacional, a depender da situação concreta, bem como serão fixados em locais de costume, nos murais de aviso situados na sede municipal da Prefeitura e na Câmara de Vereadores.

§ 3º. A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 4º. A escolha dos jornais mencionados no § 2º deste artigo far-se-á por meio de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, bem como as circunstâncias de periodicidade, horário, tiragem e distribuição, sendo possível a contratação direta de empresas para esta finalidade, em casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, observada, em qualquer circunstância, a legislação aplicável.

§ 5º. Deverá ser editada lei específica para regulamentação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Ituaçu, onde será prevista, dentre outras temáticas, a possibilidade de divulgação de atos privados, mediante

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

recolhimento aos cofres públicos pelo interessado, pessoa natural ou jurídica, nacional ou estrangeira, de tarifa ou preço público.

Art. 94. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal da autoridade ou servidores públicos.

CAPÍTULO II

DA FORMA

Art. 95. A formalização de atos administrativos da competência do(a) Prefeito(a) far-se-á em obediência às seguintes normas:

I -mediante Decreto, numerado em ordem cronológica, quando se tratar de:

a) regulamentação de lei, para permitir a sua fiel execução;

b) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como dos créditos extraordinários;

c) declaração de utilidade pública ou de interesse social para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;

d) aprovação de regulamento ou de regimentos dos órgãos da administração direta;

e) aprovação dos estatutos das entidades da Administração descentralizada;

f) organização e funcionamento da administração municipal, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos;

g) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

h) autorização para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

i) medidas executórias do Plano Diretor do Município, observados os limites legais estabelecidos;

j) estabelecimento de normas de efeitos externos, não previstos em lei;

k) fixação e alteração dos preços públicos cobrados pela utilização dos serviços públicos municipais, prestados de forma direta ou mediante concessão, permissão e autorização;

l) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeitos individuais relativos aos servidores municipais;

II - mediante portaria, quando se tratar de:

a) lotação e relotação dos quadros de pessoal;

b) abertura de sindicâncias e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;

c) criação de comissões e designação de seus membros;

d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;

e) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou de decreto;

g) outros casos determinados em lei ou decreto;

III - mediante contrato, quando se tratar de:

a) admissão de servidores para serviço de caráter temporário, nos termos do art. 81 desta Lei Orgânica e na forma da lei;

b) execução de obras e serviços municipais nos termos da lei.

§ 1º. Os atos constantes dos incisos II e III do *caput* deste artigo poderão ser delegados aos Secretários Municipais.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2º Os casos não previstos neste artigo, de efeitos internos, obedecerão a forma de instruções, circulares ou ordem de serviços da autoridade responsável.

TÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 96. O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, composta por Vereadores eleitos, maiores de 18 (dezoito) anos, pelo sistema proporcional, para cada legislatura, pelo voto direto e secreto dos cidadãos devidamente alistados no Município de Ituaçu, no exercício dos seus direitos políticos, na forma da legislação federal.

§ 1º A legislatura de que trata o *caput* deste artigo tem a duração de 04 (quatro) anos, correspondendo, cada ano, a uma sessão legislativa.

§ 2º O candidato a Vereador deve atingir a idade mínima para o cargo no prazo estabelecido na legislação federal de regência.

Art. 97. O número de Vereadores deste Município será de 11 (onze), observados os parâmetros estabelecidos na Constituição Federal e o levantamento populacional realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 1º. A alteração do número de vereadores fixado no caput deste artigo somente se dará mediante aprovação de Emenda a esta Lei Orgânica, observados os parâmetros estabelecidos na Constituição Federal e o levantamento populacional realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2º. A Mesa da Câmara Municipal enviará ao Juiz da Zona Eleitoral do Município de Ituaçu e ao Tribunal Regional Eleitoral, logo após sua promulgação e publicação, que devem ser efetivadas até antes do término do prazo das convenções partidárias do ano em que ocorrerem as eleições municipais, a Emenda à Lei Orgânica de que trata o parágrafo anterior.

Art. 98. São condições de elegibilidade para o exercício do mandato de Vereador, de acordo com o art. 14, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal:

I -a nacionalidade brasileira;

II -o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV -o domicílio eleitoral na circunscrição;

V -a filiação partidária;

VI -a idade mínima de dezoito anos;

VII - ser alfabetizado.

Seção II

Da Câmara Municipal

Art. 99. É competência privativa da Câmara Municipal:

I -eleger a Mesa, bem como destituí-la, na forma regimental, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

II -elaborar e votar seu Regimento Interno;

III - apreciar vetos, na forma do Regimento Interno da Câmara;

IV -criar e disciplinar o seu quadro de pessoal;

V -deliberar sobre o adiamento e a suspensão de reuniões;

VI -convocar plebiscito e autorizar referendo;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VII - deliberar, através de Resoluções, sobre assuntos de sua economia interna;

VIII - prorrogar as sessões;

IX -conceder licença aos Vereadores;

X -julgar as contas prestadas pelo(a) Prefeito(a) e apreciar os relatórios de execução de plano de governo;

XI - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do poder regulamentar;

XII - solicitar informações ao(à) Prefeito(a) sobre os assuntos referentes à administração de serviços relevantes ao Município;

XIII - decretar a perda do mandato do(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a) e dos(as) Vereadores(as), nos casos indicados pela Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

XIV - dispor sobre procedimento de julgamento das contas do(a) Prefeito(a), observadas as legislações federal e estadual;

XV -fixar o subsídio dos(as) Vereadores(as), do(a) Prefeito(a), do(a) Vice-Prefeito(a) e dos(as) Secretários(aa), em cada legislatura, para a subsequente, observados os limites e descontos legais e tomando por base a receita do Município, na forma dos arts. 37, XI; 39 §4º; 150, II; 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal e desta Lei Orgânica;

XVI - dispor sobre o pagamento de diárias para cobrir despesas decorrentes de deslocamento do(a) Vereador(a) para outro Município no estrito exercício de sua função pública, no interesse do Município e seus cidadãos, obedecidos os limites previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVII - julgar o(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a), quando houver substituído o(a) Prefeito(a), Vereadores(as) e demais autoridades municipais, nos casos previstos em lei;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XVIII - dispor sobre verba de gabinete para manutenção da atividade parlamentar, pagamento de verbas indenizatórias e outros benefícios aos(às) Vereadores(as), obedecidos os limites constitucionais e os previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIX - conceder licença ao(à) Prefeito(a) para ausentar-se do Município por mais de quinze dias, bem como para tirar férias anuais;

XX -designar Comissão de Vereadores para proceder a inquérito sobre fatos determinados e do interesse do Município, sempre que o requerer um terço de seus membros;

XXI - acompanhar, por meio da comissão por ela nomeada, todos e quaisquer levantamentos realizados pela Prefeitura Municipal para inventário do seu patrimônio de bens móveis e imóveis;

XXII - apreciar vetos, somente podendo rejeitá-los por meio de decisão da maioria absoluta dos seus membros;

XXIII - elaborar seu Código de Ética e Decoro Parlamentar;

XXIV - representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos seus membros, contra o(a) Prefeito(a), o(a) Vice-Prefeito(a) e Secretários(as) Municipais, pela prática de crime contra a Administração Pública;

XXV - apresentar votos de pesar, congratulações, indicações e requerimentos a autoridades e personalidade diversas;

XXVI - conceder honrarias a personalidades que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município;

XXVII - preservar sua competência legislativa, denunciando os atos normativos do Executivo excedentes do poder regulamentar;

XXVIII - autorizar, mediante pronunciamento favorável da maioria absoluta dos seus membros, consulta plebiscitária requerida pelo Executivo, por qualquer dos(as) Vereadores(as) da Câmara ou por 2%

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

(dois por cento) do eleitorado do Município;

XXIX - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e fundações públicas, acompanhando sua gestão e avaliando seu resultado operacional, com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios;

XXX - convidar o(a) Prefeito(a) e/ou o(a) Vice-prefeito(a) para prestar esclarecimentos sobre assuntos referentes à administração, aprazando dia e hora para o comparecimento;

XXXI - autorizar o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios, acordos e consórcios com a União, o Estado, outros Municípios e entidades privadas em geral;

XXXII - autorizar o(a) Prefeito(a), por deliberação da maioria absoluta dos seus membros, a contrair empréstimos, regulando-lhes as condições e respectiva aplicação.

§ 1°. As deliberações da Câmara sobre matéria de sua competência privativa tomarão forma de resolução, quando se tratar de matéria de sua economia interna, e de decreto legislativo, nos demais casos.

§ 2º. A Câmara Municipal, pelo(a) seu(ua) Presidente ou qualquer de suas Comissões, pode convocar Secretário(a) Municipal, Procurador(a)-Geral ou titulares de entidades autárquicas, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, aprazando dia e hora para comparecimento, podendo as autoridades aqui referidas ser responsabilizadas pela sua ausência injustificada.

§ 3º. A fixação dos subsídios dos(as) Vereadores(as), observado o disposto no inciso XV deste artigo, deverá ser feita por meio de Resolução, cuja iniciativa é privativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 100. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do(a) Prefeito(a), dispor especialmente sobre:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

I - orçamento e abertura de créditos adicionais;

II - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

III - criação e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos e vantagens inerentes ao Executivo Municipal;

IV - criação, estruturação e competências das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública;

V - planos gerais e programas financeiros;

VI - alienação de bens imóveis e concessão de direito real de uso;

VII - isenções de tributos e concessão de outros benefícios fiscais;

VIII - divisão territorial do Município;

IX - alteração da estrutura organizacional da administração municipal;

X - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação ou legados sem encargos;

XI - organização do plano urbanístico, inclusive plano diretor urbano;

XII - denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Art. 101. As deliberações da Câmara, excetuando os casos previstos nesta lei, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros, sendo vedada a instituição de votações secretas.

Art. 102. A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

Parágrafo único. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Seção III

Dos Vereadores

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 103. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 104. São proibidos de depor os Vereadores que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigados pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

Art. 105. É incompatível com o Decoro Parlamentar, além dos casos referidos no Regimento Interno da Câmara Municipal e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, o abuso das prerrogativas asseguradas aos(às) Vereadores(as) e a percepção, por estes(as), de vantagens indevidas.

Subseção II

Das Vedações

Art. 106. Ao(à) Vereador(a) é vedado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior, resguardado o ingresso mediante aprovação em concurso público.

II - desde a posse:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato de pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea "a", salvo o cargo de Secretário Municipal, situação na qual deverá se licenciar do mandato;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Subseção III

Da Perda do Mandato

Art. 107. Perderá o mandato o(a) Vereador(a):

I - que infringir quaisquer das proibições constantes do artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - que deixar de comparecer, em cada período de legislatura, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por essa autorizada;

IV - quando sofrer condenação criminal por sentença transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

V – cujos direitos políticos forem suspensos ou perdidos;

VI - quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos constitucionalmente previstos;

VII – que fixar residência fora do Município;

VIII – que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IX – que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica;

X – que renunciar por escrito.

§ 1º. Observada a disposição do art. 105 desta Lei Orgânica, caberá ao Regimento Interno da Câmara ou o Código de Ética e Decoro Parlamentar definir os demais procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, podendo instituir outras formas de penalidade para condutas menos graves, em atenção ao princípio da gradação segundo a gravidade da infração, bem como regular o respectivo procedimento de apuração, garantida a ampla defesa.

§ 2º. No caso dos incisos I, II, VII e VIII, a perda do mandato é decidida pela Câmara Municipal, por voto aberto e maioria absoluta, mediante a provocação da mesa ou do partido político representado na Casa, assegurada a ampla defesa.

§ 3º. Nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VI, IX e X a perda é declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partidos representados na casa, assegurada a ampla defesa.

§ 4º. A renúncia do Vereador far-se-á por escrito, dirigida à Presidência da Câmara, reputando-se aberta a vaga depois de lida em sessão e transcrita em ata.

§ 5º A renúncia de Vereador submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.

Subseção IV

Das Licenças

Art. 108. Não perde o mandato o(a) Vereador(a):

I –investido(a) no cargo de Secretário Municipal, Secretário Estadual ou

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Ministro de Estado, devendo optar pela remuneração do mandato ou do cargo;

II –licenciado(a) pela Câmara para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, nesse caso, o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

III - licenciado pela Câmara por motivo de doença.

Parágrafo único. A Vereadora, nas hipóteses estabelecidas em lei para gozo de licença maternidade, será, sem perda do mandato e sem prejuízo de sua remuneração, licenciada do mandato parlamentar pela Câmara, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Subseção V

Da Convocação de Suplentes

Art. 109. Convocar-se-á o suplente nos casos de renúncia ou morte, investidura na função de Prefeito ou de Secretário do Município ou quando licenciado por período superior a 120 (cento e vinte dias).

Parágrafo único. Ocorrendo vaga e não havendo suplente, se faltarem mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato, a Câmara representará à Justiça eleitoral para a realização da eleição para preenchê-la.

Art. 110. Nos casos de perda do mandato do(a) Vereador(a), caberá ao(à) Presidente da Câmara de Vereadores dar posse ao suplente, caso exista, no prazo a ser definido no Regimento Interno da mencionada Casa Legislativa, sob pena de cometimento de ilegalidade ou abuso de poder, que poderão ser analisados pelo órgão competente do Poder Judiciário, desde que haja provocação pelo legitimado.

Art. 111. Opor-se-á a renúncia tácita ao mandato quando o(a) Vereador(a) não prestar compromisso dentro de 30 (trinta) dias da instalação da legislatura, ou, em igual prazo, não atender à convocação da Mesa, salvo a hipótese de prorrogação concedida pela Câmara, desde que haja pedido

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

do interessado e demonstração cabal de existência de justo motivo para o não atendimento do prazo.

Parágrafo único. Do mesmo modo, aplica-se a renúncia tácita ao suplente convocado para assumir o cargo de Vereador, na forma prevista no art. 110 desta Lei Orgânica, desde que não compareça para prestar compromisso dentro de 15 (quinze) dias contados do recebimento do Ofício a ser expedido pela Presidência da Câmara Vereadores com esta finalidade específica, salvo a hipótese de prorrogação concedida pela Câmara, desde que haja pedido do interessado e demonstração cabal de existência de justo motivo para o não atendimento do prazo.

Subseção VI

Da Posse

Art. 112. A Câmara Municipal reunir-se-á no 1º (primeiro) ano de legislatura, em sessão de instalação, a partir de 1º de janeiro, para posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora.

Parágrafo único. A posse dos(as) Vereadores(as) eleitos(as) ocorrerá em sessão solene, que se realizará independentemente de número, sob a Presidência do(a) Vereador(a) que mais recentemente tenha ocupado cargo na Mesa Diretora na legislatura anterior, respeitando a ordem hierárquica dos cargos, e, na inexistência deste(a), do(a) mais votado(a) dentre os presentes, e, ainda, em caso de empate, do(a) Vereador(a) de maior idade dentre os presentes.

Subseção VII

Da Eleição da Mesa

Art. 113. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador que tenha presidido a Sessão de Instalação e, estando presente a maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, por maioria simples, mediante voto aberto, que serão, após apuração, imediatamente empossados.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1º. Inexistindo número legal, o Vereador que estiver presidindo a Sessão permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 2º. A eleição da Mesa da Câmara, para o 2º (segundo) biênio, far-se-á na forma estatuída no Regimento Interno da Câmara Municipal de Ituaçu e a posse dos eleitos para a nova Mesa Diretora dar-se-á no dia 1° de janeiro do ano subsequente ao pleito.

§ 3º. Na última sessão ordinária de cada período legislativo, o(a) Presidente da Câmara publicará a escala dos membros da Mesa e seus substitutos que responderão pelo expediente do Poder Legislativo durante o recesso seguinte.

Art. 114. A Mesa da Câmara será composta pelo(a) Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, eleitos para mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução para o mesmo cargo dentro da mesma legislatura ou em legislatura diferente.

§1°. É vedado ao Vereador concorrer a mais de um cargo concomitantemente.

§2°. Na constituição da Mesa, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

Art. 115. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, quando faltoso, omisso ou negligente no desempenho de suas atribuições, devendo o Regimento Interno da Câmara Municipal dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro destituído.

Subseção VIII

Das Atribuições da Mesa Diretora

Art. 116. À Mesa Diretora, dentre outras atribuições, compete:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre a autorização de abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar, junto ao Poder Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VI – contratar pessoal, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da Câmara de Vereadores;

VII - declarar a perda de mandato de Vereador nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

VIII - encaminhar ao(a) Prefeito(a) Municipal, por meio de ofício, solicitação sobre abertura, por meio de Decreto, de créditos suplementares ou especiais referentes às dotações orçamentárias do Poder Legislativo;

IX -elaborar projeto de resolução dispondo sobre a instituição do Código de Ética e Decoro Parlamentar e a criação do respectivo Conselho;

X - criar instrumentos administrativos para o bom uso e o zelo dos bens públicos em posse da Câmara;

XI – outras atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Ituaçu.

Seção IV

Do(a) Presidente da Câmara Municipal

Art. 117. Dentre outras atribuições previstas no Regimento Interno,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

compete ao(à) Presidente da Câmara:

I – representar a Câmara em Juízo ou fora dele;

II -dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar resoluções e decretos legislativos;

V – promulgar, em 48 horas, as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que o(a) Prefeito(a) não o faça no prazo legal;

VI - fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VII - autorizar a realização das despesas da Câmara, desde que haja prévia autorização legislativa para tanto;

VIII - representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

IX – solicitar, por decisão da maioria absoluta dos Vereadores, a decretação de intervenção do Estado da Bahia no Município, nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

X –designar os membros das comissões especiais nos termos do Regimento Interno;

XI – substituir ou suceder o Chefe do Executivo Municipal, nos casos e pelos prazos previstos em Lei;

XII - mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

XIII - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1º. Para substituir o(a) Presidente, nas suas faltas, impedimentos e licenças, assume o(a) Vice-Presidente, cujas atribuições estarão previstas no Regimento Interno.

§ 2º. Na hipótese prevista no inciso V do *caput* deste artigo, não determinando o(a) Presidente da Câmara a promulgação da Lei no prazo legal, esta atribuição passa para o(a) Vice – Presidente da Câmara, que a promulgará no prazo de 48 horas, sob pena de destituição do seu cargo na Mesa Diretora.

Art. 118. O(A) Presidente da Câmara, ou quem o(a) estiver substituindo, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

I -eleição da Mesa Diretora;

II -quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Vereadores;

III - quando ocorrer empate em qualquer votação no Plenário.

Seção V

Das Comissões

Art. 119. A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias e suas atribuições e especificidades devem estar discriminadas no Regimento Interno da Casa.

§ 1º. Qualquer Vereador poderá fazer parte das Comissões Permanentes.

§ 2º. Às Comissões, em razão de matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projetos de lei;

II - realizar audiências públicas com entidades da comunidade;

III - convocar, inclusive por deliberação da maioria absoluta de seus membros, Secretários Municipais para que prestem informações, pessoalmente ou por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem responsabilizados na forma da lei;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IV - apreciar programas de obras e planos municipais de desenvolvimento;

V- discutir e aprovar iniciativas do Executivo que dependam de autorização da Câmara;

VI - acompanhar, junto ao governo, os atos de regulamentação, zelando por sua completa adequação;

VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VIII - solicitar depoimento e informações de qualquer agente da Administração.

§ 3º. As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores que compõem a Câmara, para apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º. Poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito requerer auxílio do Ministério Público na condução das atividades investigativas.

§ 5º. No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Secretários Municipais, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.

§ 6º. Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação processual penal.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 7º. Em caso de não comparecimento da testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, nos termos dos arts. 218 e 219 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

§ 8º. O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta.

§ 9º. Constituem crimes relacionados às Comissões Parlamentares de Inquérito as condutas tipificadas no art. 4º da Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1952.

§ 10. As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à Câmara, concluindo por projeto de resolução.

§ 11. Se forem diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

§ 12. A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da Câmara, podendo haver a prorrogação do seu prazo dentro da legislatura em curso.

§ 13. O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal.

Art. 120. Na composição das Comissões Permanentes, atender-se-á, tanto quanto possível, à representação proporcional dos partidos políticos.

Parágrafo único. Nenhum Vereador poderá fazer parte de mais de 03 (três) Comissões.

Seção VI

Das Sessões Legislativas

Art. 121. A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, dividida em dois períodos, de 15 de fevereiro a 30 de

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

junho, e de 01 de agosto a 15 de dezembro.

Art. 122. As reuniões das sessões legislativas ordinárias da Câmara são:

I –de instalação;

II –solenes;

III – ordinárias;

IV –extraordinárias,

V –especiais;

VI –secretas.

Art. 123. Não será encerrado o primeiro período de Sessões Ordinárias enquanto não for aprovado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e, igualmente, o segundo período, enquanto não se deliberar sobre o Orçamento Anual.

Art. 124. As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando da ocorrência de motivo relevante de preservação do decoro ou nos casos previstos no Regimento Interno.

Art. 125. As reuniões, ressalvadas as solenes e a preparatória, somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, constatada através de chamada nominal.

Art. 126. Em reunião cuja abertura e prosseguimento dependa de quórum, este poderá ser constatado através de verificação de presença feita de ofício pelo(a) Presidente ou a pedido de qualquer Vereador.

Art. 127. A convocação extraordinária da Câmara Municipal, para atuação fora do período da Sessão Legislativa Ordinária, far-se-á pelo(a) Presidente, pelo(a) Prefeito(a) ou a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1°. Durante a convocação extraordinária, a Câmara Municipal somente

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.

§ 2°. Considerar-se-á sessão extraordinária toda aquela realizada fora dos dias de sessões ordinárias estabelecidas no Regimento Interno e que se destinem a discutir matéria de relevante interesse do Município.

Art. 128. A Câmara Municipal deverá realizar reunião pública visando à discussão dos projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, observando a disciplina estabelecida em lei complementar municipal.

Art. 129. O(A) Presidente, com aprovação do plenário, poderá requisitar policiamento que deverá ficar à sua disposição para garantir a ordem no recinto das sessões.

Art. 130. Considerar-se-á presente à sessão o(a) Vereador(a) que assinar o livro ou folha de presença até o início da Ordem do Dia e participar das votações.

Parágrafo único. Fica permitida, observadas as limitações financeiras e orçamentárias, a instituição de sistema eletrônico de controle de presença dos Vereadores.

Seção VII

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 131. O processo legislativo municipal compreende a elaboração, a tramitação, a apreciação e a votação, nos termos desta Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal, de:

I -emendas à Lei Orgânica;

II -leis complementares;

III - leis ordinárias;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IV -decretos legislativos;

V –resoluções.

Subseção II

Das Emendas à Lei Orgânica Municipal

Art. 132. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I -de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II –do(a) Prefeito(a) do Município;

III - da população, subscrita por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.

§ 1º. A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias corridos, aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, que a promulgará pela sua Mesa Diretora, atribuindo-lhe o respectivo número de ordem.

§ 2º. A Lei Orgânica não poderá sofrer emendas na vigência de estado de sítio ou estado de defesa ou, ainda, no caso de intervenção no Município.

§ 3º. A matéria constante da proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo quando reapresentada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal ou por 10% (dez por cento) do eleitorado do Município.

§ 4º. A Emenda à Lei Orgânica devidamente promulgada será publicada no órgão interno da Casa, no órgão oficial do Município, quando houver, ou no local de costume.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Subseção III

Das Leis

Art. 133. A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias, salvo as de competência privativa, cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara Municipal, ao(à) Prefeito(a) do Município e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de Vereadores de projeto de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, subscrito por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, em lista que poderá ser organizada por entidade associativa legalmente constituída, a qual se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas, observadas as demais disposições desta Lei Orgânica do Município.

§ 2º. A disciplina específica de tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular apresentados na forma do parágrafo anterior deverá constar do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, observada a legislação aplicável à espécie.

Art. 134. Dependerão de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

I - Regimento Interno da Câmara;

II - Código Tributário e de Rendas do Município;

III - Código de Obras ou Edificações;

IV - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

V - criação de cargos e aumento de vencimento;

VI - rejeição de veto do(a) Prefeito(a);

VII - a aprovação de Leis Complementares;

IX – autorização para o(a) Prefeito(a) contrair empréstimos em instituição

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

financeira.

Art. 135. As Leis Complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara, observados os demais termos de votação das Leis Ordinárias.

§ 1º. Serão Leis Complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - Código Tributário e de Rendas do Município;

II - Código de Obras ou Edificações;

III - lei instituidora da guarda municipal;

IV - lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos e aumento de vencimentos;

V - lei que instituir o Regime Jurídico Único do Servidor Público Municipal;

VI - Código de Posturas.

Art. 136. Dependerão de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, entre outros:

I - aprovação do Plano Diretor Urbano e da política de desenvolvimento urbano;

II - concessão de serviços públicos e de direitos sobre bens públicos a pessoas pertencentes à iniciativa privada;

III - alienação e aquisição de bens imóveis pelo Município;

IV - decisão contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do(a) Prefeito(a);

V - a representação contra o(a) Prefeito(a) Municipal;

VI - a aprovação de emenda à Lei Orgânica;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VII - a aprovação de proposta para mudança do nome do Município;

VIII - a remissão de créditos tributários;

IX – a cassação de mandato de Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 137. O(A) Prefeito(a), havendo interesse público relevante devidamente justificado, poderá solicitar urgência para apreciação dos projetos de sua iniciativa.

§ 1º. Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º. Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação da Câmara, a proposição será incluída na ordem do dia, sobrestando-se as demais proposições para que se ultime a votação.

§ 3º. O prazo do parágrafo anterior não corre no período de recesso da Câmara de Vereadores, nem se aplica aos projetos de códigos.

Art. 138. Concluída a votação, a Câmara Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, enviará o projeto de lei aprovado ao(à) Prefeito(a), que, aquiescendo, o sancionará.

Art. 139. Se o(a) Prefeito(a) considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público ou a esta Lei Orgânica, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, à Presidência da Câmara, os motivos do veto.

§ 1º. Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do(a) Prefeito(a) importará em sanção.

§ 2º. A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será feita dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto aberto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 4º. Se o veto não for mantido, o texto será enviado ao(à) Prefeito(a) para promulgação.

§ 5º. Nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 4º deste artigo, se a lei não for promulgada dentro de 48 horas pelo(a) Prefeito(a), o(a) Presidente da Câmara Municipal a promulgará e, se este(a) não o fizer em igual prazo, caberá ao(à) Vice-Presidente fazê-lo obrigatoriamente, sob pena de destituição do seu cargo na Mesa Diretora.

Art. 140. A matéria constante do projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 141. Compete privativamente ao(à) Prefeito(a) a iniciativa de leis que versem sobre:

I -fixação ou modificação do efetivo da guarda municipal;

II - criação de cargos, funções ou empregos na administração direta e autárquica e de sua remuneração;

III - servidores públicos do Município, seu regime jurídico, planos de carreira, provimento de cargos e estabilidade;

IV - criação e estruturação das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;

V - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

VI - revisão geral das remunerações dos servidores;

VII - Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;

VIII - contratação de empréstimo para o Município;

IX - criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Subprefeituras e órgãos de Administração Pública e alteração das existentes, assim como elaboração das normas sobre o seu funcionamento;

X - regime de concessão ou permissão de serviços públicos;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XI - criação de fundos destinados a auxílio no financiamento de serviços e/ou programas públicos.

Art. 142. No caso de veto parcial, a parte do projeto de lei aprovada com a rejeição do veto será promulgada sob o mesmo número da lei original e só vigorará a partir da publicação.

Art. 143. Nenhum projeto será submetido a discussão sem parecer da Comissão competente, salvo quando da sua própria iniciativa.

Art. 144. O projeto de lei encaminhado por iniciativa popular será apresentado na Ordem do Dia da Câmara e deverá ser apreciado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do seu recebimento pela Câmara Municipal.

§ 1º. Decorrido o prazo do caput deste artigo, o projeto irá automaticamente a votação, sobrestando-se as demais, independente de pareceres.

§ 2º. Não tendo sido votado projeto de lei de iniciativa popular quando do encerramento da sessão, será considerado reinscrito, de pleno direito, na sessão seguinte da mesma legislatura, ou na primeira sessão da legislatura subsequente.

§ 3º. O Regimento Interno da Câmara deverá prever a possibilidade de defesa da proposta de emenda à Lei Orgânica ou projeto de lei de iniciativa popular em Comissão ou Plenário, por um dos seus signatários.

§ 4°. O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 5°. A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para o seu recebimento pela Câmara, a identificação, ao lado das assinaturas, dos números dos respectivos títulos eleitorais, bem como a certidão expedida pela Justiça Eleitoral, contendo informações de número total de eleitores do Município.

Art. 145. Os projetos de lei não poderão tratar de matéria estranha ao

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

enunciado da respectiva ementa, e, quando de iniciativa do(a) Prefeito(a), serão acompanhados de mensagem fundamentada.

Seção IX

Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária Operacional e Patrimonial

Art. 146. A Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e à aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, entidade pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 147. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, por meio de parecer prévio sobre as Contas que o(a) Prefeito(a) deverá prestar anualmente e de inspeção e auditoria em órgãos e entidades públicas.

Art. 148. Os Poderes Legislativo e Executivo manterão de forma integrada sistema de controle interno com a finalidade de:

I -avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II -comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidade de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 149. As contas do Município ficarão à disposição de qualquer pessoa natural ou jurídica para exame e apreciação durante 60 (sessenta) dias, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, na Secretaria ou em local de fácil acesso ao público, conforme determinar a Presidência da Câmara.

§ 1º. A consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer pessoa natural ou jurídica independente de requerimento, autorização ou de despacho de qualquer autoridade.

§ 2º. Ato da Mesa da Câmara regulamentará e disciplinará a forma de consulta prevista no parágrafo anterior.

§ 3º. As Contas do Município estarão à disposição para consulta pública no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Ituaçu no prazo da legislação vigente.

§ 4º. Será publicada previamente, via Edital, a disponibilização das contas municipais para a consulta pública, informando data e local para a consulta física e o *link* de acesso ao sítio eletrônico da Câmara Municipal.

Art. 150. O Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia sobre as contas do(a) Prefeito(a)só deixará de prevalecer pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Parágrafo único. O Regimento Interno da Câmara de Vereadores normatizará a forma de julgamento das Contas Municipais, obedecendo as normas e princípios constitucionais, em respeito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

Seção I

Do(a) Prefeito(a) e do(a) Vice-Prefeito(a) Municipal

Art. 151. O Poder Executivo é exercido pelo(a) Prefeito(a), com funções políticas, executivas e administrativas.

Parágrafo único. São auxiliares diretos do(a) Prefeito(a), livremente nomeados e exonerados por este, os Secretários Municipais, o Chefe do Gabinete Civil, o Procurador – Geral do Município e o Comandante da Guarda Municipal.

Art. 152. O(A) Prefeito(a) e o(a) Vice-Prefeito(a), com pelo menos 21 (vinte e um) anos, no exercício dos direitos políticos e em condições de elegibilidade, serão eleitos pelo voto direto, secreto e universal.

1º. A eleição do(a) Prefeito(a) importará a do(a) Vice-Prefeito(a) com ele(a) registrado(a) na mesma chapa.

§ 2º. A eleição do(a) Prefeito(a) e do(a) Vice-Prefeito(a) realizar-se-á simultaneamente com a dos Vereadores, nos termos estabelecidos no art. 29, incisos I e II, da Constituição Federal.

§ 3º. Será de 04 (quatro) anos o mandato do(a) Prefeito(a) e do(a) Vice-Prefeito(a).

Art. 153. O(A) Prefeito(a) e o(a) Vice-Prefeito(a) tomarão posse em sessão da Câmara Municipal, no dia 1° de janeiro do ano subsequente à eleição, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e esta Lei Orgânica, observar as leis e promover o bem geral do Município.

§ 1º. Se, decorridos 15 (quinze) dias da data fixada para a posse, o(a) Prefeito(a) ou o(a) Vice-Prefeito(a), salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2º. Enquanto não ocorrer a posse do(a) Prefeito(a), assumirá o cargo o(a) Vice-Prefeito(a) e, na falta ou impedimento deste(a), o(a) Presidente da Câmara.

Art. 154. Compete ao(à) Prefeito(a):

I - representar o Município em juízo ou fora dele;

II - iniciar o processo legislativo, junto à Câmara Municipal, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal e expedir regulamento para sua fiel execução;

IV -vetar, no todo ou em parte, projetos de lei aprovados pela Câmara;

V -baixar decretos e demais atos administrativos, fazendo-os publicar em órgãos oficiais;

VI -enviar à Câmara, até 01 de outubro de cada ano, projeto de lei do orçamento anual;

VII - nomear seus auxiliares diretos e, em cada unidade funcional, os ordenadores de empenho, despesa e liquidação;

VIII - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, em caso de urgência ou relevante interesse público;

IX -decretar desapropriação e intervenção em empresas concessionárias de serviço público;

X - contrair empréstimos e oferecer garantias, desde que haja prévia autorização legislativa;

XI - observar e fazer cumprir as leis, resoluções e regulamentos administrativos;

XII - apresentar anualmente à Câmara, na abertura do período legislativo ordinário, relatório das atividades;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XIII - prestar contas relativas ao exercício anterior na forma da lei;

XIV - pronunciar-se sobre os requerimentos da Câmara, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação;

XV - dirigir, superintender e fiscalizar serviços e obras municipais;

XVI - promover a arrecadação dos tributos, preços públicos e tarifas devidos ao Município, dando-lhes a publicação adequada;

XVII - administrar os bens municipais, promover a alienação, deferir permissão, cessão, ou autorização de uso, observadas as prescrições legais;

XVIII - permitir, conceder ou autorizar a execução dos serviços públicos por terceiros quando não for possível ou conveniente ao interesse público a exploração direta pelo Município;

XIX - autorizar e ordenar despesas e pagamentos em conformidade com as dotações votadas pela Câmara;

XX - decidir sobre requerimentos, reclamações e representações;

XXI - prover os cargos públicos, contratar, exonerar, demitir, colocar em disponibilidade e praticar os demais atos relativos à situação funcional dos seus servidores, respeitado o Regime Jurídico Único do Servidor Público e as prescrições legais;

XXII - requisitar às autoridades do Estado o concurso de força policial para cumprimento de suas determinações estabelecidas na lei;

XXIII – celebrar, após aprovação em lei, convênios, acordos e consórcios com a União, o Estado, outros Municípios e entidade privadas;

XXIV - promover, com prévia autorização da Câmara, a emissão de títulos da dívida pública;

XXV - promover o tombamento dos bens que compõem o patrimônio cultural de Ituaçu;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XXVI - transigir com terceiros, em juízo, inclusive nos casos de responsabilidade civil, e celebrar acordos com devedores, ou credores do Município, ou transações preventivas ou extintivas de litígio, se comprovada, em processo regular, manifesta vantagem para o Município;

XXVII - abrir créditos suplementares e especiais com autorização legislativa;

XXVIII - abrir créditos extraordinários, mediante decreto, nos casos em que a lei indicar;

XXIX - promover processo por infração das leis e regulamentos municipais e impor as sanções respectivas;

XXX - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e contas exigidas em lei;

XXXI - providenciar, obedecidas as normas urbanísticas vigentes, o emplacamento de vias e logradouros públicos;

XXXII - aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como relevá-las quando impostas irregularmente;

XXXIII - colocar à disposição da Câmara os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias e a ela destinados na forma prevista nesta Lei;

XXXIV - delegar competência aos seus auxiliares imediatos;

XXXV - decretar a intervenção e requisição de bens e serviços;

XXXVI - fixar os preços dos serviços prestados pelo Município e os relativos à concessão, cessão, permissão ou autorização de uso de seus bens e serviços;

XXXVII - dispor sobre a estrutura e organização dos órgãos da administração municipal, mediante autorização da Câmara Municipal;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XXXVIII - aceitar e receber legados e doações salvo quando se tratar de encargos, que dependerá de autorização da Câmara;

XXXIX - praticar quaisquer atos de interesse do Município que não estejam reservados à competência privativa da Câmara Municipal;

XL -entregar à Câmara Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, na forma de Duodécimos, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais.

Art. 155. O(A) Vice-Prefeito(a), além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei, auxiliará o(a) Prefeito(a) sempre que for por ele(a) convocado(a) para missões especiais.

Parágrafo único. O(A) Vice-Prefeito(a) poderá assumir Secretaria Municipal, mantendo as prerrogativas do seu cargo, com direito de fazer opção de remuneração.

Art. 156. Os subsídios do(a) Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a) terão como base o artigo 29, inciso V, da Constituição Federal, e serão fixados nos termos previstos no art. 99, XV, desta lei.

Subseção I

Da Substituição do(a) Prefeito(a)

Art. 157. Substituirá o(a) Prefeito(a), no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o(a) Vice-Prefeito(a).

Parágrafo único. O(A) Vice-Prefeito(a) não poderá recusar-se a substituir ou suceder o(a) Prefeito(a), sob pena de extinção do mandato, salvo motivo de força maior devidamente comprovado**.**

Art. 158. Em caso de impedimento do(a) Prefeito(a) e do(a) Vice-Prefeito(a), ou vacância dos respectivos cargos, o(a) Presidente da Câmara Municipal deverá assumir a Chefia do Poder Executivo.

§ 1º. A recusa do(a) Presidente do Poder Legislativo, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, importará em automática renúncia à sua

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

função de dirigente do Poder Legislativo, ensejando o preenchimento do cargo pelo membro da Mesa Diretora ocupante de função imediatamente consecutiva.

§ 2º. Na hipótese de impedimento momentâneo do(a) Presidente do Poder Legislativo, por motivo de saúde ou de força maior devidamente justificado, não lhe recairá renúncia automática até o prazo de afastamento demandado, e será chamado, para exercício interino do Poder Executivo, o(a) Vereador(a) ocupante de cargo sucessório, conforme disposto no § 1° deste artigo.

Art. 159. Ocorrendo a vacância dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito:

I - nos 2 (dois) primeiros anos do mandato, far-se-á eleição para ambos os cargos em até 90 (noventa) dias corridos após aberta a última vaga;

II - nos últimos 2 (dois) anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois de aberta a última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da lei.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Subseção II

Das Licenças

Art. 160. O(A)Prefeito(a) e o(a) Vice-Prefeito(a) não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perda do mandato.

Art. 161.O(A) Prefeito(a) poderá licenciar-se:

I - quando impossibilitado(a) de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - a serviço ou em missão de representação do Município;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

III - para tratar de interesse particular em período nunca superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

IV - em face de licença-maternidade, por 120 (cento e vinte) dias, ou licença-paternidade, por 05 (cinco) dias.

§ 1º. O(A) Prefeito(a) gozará férias anuais, sem prejuízo da remuneração e acrescida de 1/3 do valor do subsídio do mês imediatamente anterior ao gozo, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

§ 2°. O(A) Prefeito(a) licenciado, exceto por interesses particulares, fará jus à percepção integral de seu subsídio.

§ 3º O(A) Vice-Prefeito(a) assumirá automaticamente o Governo Municipal em caso de licença ou do gozo de férias do(a) Prefeito(a) Municipal.

§ 4º Na solicitação de autorização à Câmara Municipal para licença prevista no inciso II do *caput* deste artigo por mais de 15 (quinze) dias, o(a) Prefeito(a) Municipal deverá indicar amplamente as razões da viagem, o roteiro e as previsões de gastos.

Subseção III

Das Incompatibilidades

Art. 162. É vedado ao(à) Prefeito(a) e ao(à) Vice-Prefeito(a), sob pena de perda do mandato:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

anterior, salvo aprovação em concurso público, observando o art. 38, I, da Constituição Federal;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exercer função remunerada;

b) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";

c) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;

d) fixar residência fora do Município;

e) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea "a".

§ 1º. As incompatibilidades previstas no inciso II são extensíveis àquele que substituir ou suceder o(a) Prefeito(a).

§ 2º. Ao(À) Prefeito(a), agente público municipal, são aplicadas as disposições da Constituição Federal.

Subseção IV

Dos Direitos

Art. 163. Os crimes que o(a) Prefeito(a) Municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, por infrações penais comuns, serão julgados, conforme a competência, perante o Tribunal de Justiça do Estado, o Tribunal Regional Federal ou o Tribunal Regional Eleitoral.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Subseção V

Das Responsabilidades

Art. 164. O(A) Prefeito(a), em razão de seus atos, contravenções penais, crimes comuns e infrações político-administrativas será processado, julgado e apenado em processos independentes.

Art. 165. O(A) Prefeito(a), nas infrações político-administrativas, será processado(a), julgado(a) e, quando for o caso, apenado(a) com a cassação do mandato pela Câmara Municipal.

Art. 166. São crimes de responsabilidade do(a) Prefeito(a) os previstos em lei federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 167. A Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do(a) Prefeito(a) que possa configurar infração penal comum ou crime de responsabilidade, nomeará comissão especial para apurar os fatos, a qual deverá elaborar relatório e submetê-lo à apreciação do Plenário, no prazo de 30 (trinta) dias, observando o quórum de maioria absoluta.

Parágrafo único. Se o Plenário entender que as acusações de cometimento de crime comum procedem, determinará o envio das suas conclusões à Procuradoria-Geral de Justiça ou à Procuradoria Regional da República para as providências legais; caso entenda pela possibilidade de cometimento de crime de responsabilidade, deverão ser adotadas as providências previstas na lei federal de regência; concluindo pelo não cometimento de ilícitos, determinará o arquivamento do procedimento, publicando as conclusões em qualquer dos casos.

Art. 168.Recebida a denúncia contra o(a) Prefeito(a) pelo Tribunal de segundo grau competente, a Câmara Municipal decidirá sobre a designação de Procurador para funcionar como Assistente de acusação, devendo ser observada a legislação federal de regência.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Subseção VI

Da Extinção do Mandato

Art. 169. Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo(a) Presidente da Câmara Municipal, quando:

I - ocorrer o seu falecimento;

II - ocorrer a sua renúncia expressa ao mandato;

III – ocorrer sua condenação por crime funcional ou eleitoral;

IV – incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de notificação para isso, promovida pela Presidência da Câmara de Vereadores;

V – deixar de tomar posse, sem justo motivo aceito pela Câmara de Vereadores, na data prevista.

§ 1º. Considera-se formalizada a renúncia e, por conseguinte, como tendo produzido todos os seus efeitos para os fins deste artigo, quando protocolada nos serviços administrativos da Câmara de Vereadores.

§ 2º. Ocorrido e comprovado o ato ou o fato extintivo, a Presidência da Câmara de Vereadores, na primeira reunião, o comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará o substituto legal para a posse.

§ 3º. Se a Câmara de Vereadores estiver em recesso, será imediatamente convocada de forma extraordinária pelo(a) seu(ua) Presidente para os fins do parágrafo anterior.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Seção II

Dos Secretários Municipais

Art. 170. Os Secretários do Município são auxiliares diretos e de confiança do(a) Prefeito(a), sendo responsáveis pelos atos que praticarem ou referendarem no exercício do cargo.

Parágrafo único. Os cargos de Secretários Municipais serão de livre nomeação e exoneração do(a) Prefeito(a).

Art. 171. São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário Municipal ou de função correlata na administração direta e indireta:

I - ser brasileiro;

II - estar no exercício dos direitos políticos;

III - ser maior de 21 (vinte e um) anos.

Parágrafo único. No dia de assunção ao cargo, o Secretário ou autoridade com funções correlatas deverá apresentar declaração de bens e rendimentos, a qual deverá ser repetida quando do ato de sua exoneração e será transcrita em livro próprio e/ou estará apensada em arquivo específico, inclusive para conhecimento público.

Art. 172. Lei municipal disporá sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias Municipais, bem como definirá a competência, deveres e responsabilidades dos seus dirigentes.

Parágrafo único. Nenhum órgão ou entidade da administração pública municipal, direta ou indireta, deixará de ser vinculado a uma Secretaria Municipal.

Art. 173. Os Secretários Municipais terão seus vencimentos fixados em lei, não lhes podendo ser atribuída qualquer outra vantagem, a título de gratificação ou verba de representação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 174. Compete aos Secretários Municipais, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica e em outras leis municipais:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência;

II - subscrever atos e regulamentos referentes às suas Secretarias;

III - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

IV - praticar os atos pertinentes à sua Secretaria ou os que lhes forem delegados pelo(a) Prefeito(a) Municipal;

V - apresentar ao(à) Prefeito(a) relatório anual dos serviços realizados por sua Secretaria, até 30 de novembro de cada ano;

VI - prestar as informações solicitadas pelo Poder Legislativo ou por suas Comissões, através de quaisquer instrumentos formais apropriados, sobre matérias de sua competência;

VII - comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocado na forma desta Lei Orgânica, para prestar esclarecimentos e informações sobre sua Secretaria, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º. Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços públicos da administração direta ou indireta serão referendados pelos Secretários Municipais, na área de sua competência.

§ 2º. O não cumprimento do que determinam os incisos VI e VII do *caput* deste artigo, sem justificação aceita pela maioria absoluta da Câmara Municipal, importará na responsabilização do Secretário, nos termos da lei.

Art. 175. Os Secretários Municipais são solidariamente responsáveis com o(a) Prefeito(a) Municipal pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 176. As incompatibilidades declaradas no art. 162 desta Lei Orgânica estendem-se, no que for aplicável, aos auxiliares diretos do(a) Prefeito(a).

Seção III

Da Procuradoria-Geral do Município

Art. 177. A Procuradoria-Geral do Município é a instituição que representa o Município judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º. A Procuradoria-Geral do Município tem por chefe o Procurador-Geral do Município, de livre nomeação e exoneração pelo(a) Prefeito(a) Municipal, escolhido dentre os ocupantes da carreira de Procurador Jurídico Municipal, com reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º. O Procurador-Geral do Município é considerado auxiliar direito do(a) Prefeito(a) Municipal, devendo ser remunerado na forma indicada na lei complementar que organizar a Procuradoria-Geral do Município, sem prejuízo da percepção de honorários advocatícios sucumbenciais fixados nas causas em que o Município de Ituaçu sagrar-se vencedor.

§ 3º. Os Procuradores Jurídicos Municipais, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica do Município de Ituaçu.

§ 4º. O cargo de Procurador Jurídico Municipal é privativo de Bacharéis em Direito, regularmente inscritos como advogados junto à Ordem dos Advogados do Brasil e que comprovem, pelo menos, 03 (três) anos de efetivo exercício de atividade profissional.

§ 5º. Os demais requisitos para ingresso na carreira de Procurador Jurídico Municipal, bem como os critérios para rateio, entre estes, dos honorários advocatícios sucumbenciais fixados nas causas em que o Município de

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Ituaçu sagrar-se vencedor serão fixados na Lei Complementar municipal que organizar a Procuradoria-Geral do Município.

Seção IV

Da Guarda Municipal

Art. 178. A Guarda Municipal destina-se à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e terá organização, funcionamento e comando disciplinados em lei específica.

§ 1º. A lei de criação da Guarda Municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho com base na hierarquia e disciplina.

§ 2º. A investidura nos cargos de Guarda Municipal far-se-á mediante concurso público específico de provas ou provas e títulos, consoante disposição legal.

CAPÍTULO III

DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 179. A transição administrativa é o processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Chefe do Poder Executivo ou para o cargo de Presidente do Poder Legislativo possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do programa da nova gestão.

Art. 180. São princípios da transição, além daqueles estabelecidos no art. 37 da Constituição da República:

I - no âmbito do Poder Executivo:

a) colaboração entre o governo atual e o governo eleito;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

b) transparência da gestão pública;

c) planejamento da ação governamental;

d) continuidade dos serviços prestados à sociedade;

e) supremacia do interesse público;

f) boa-fé e executoriedade dos atos administrativos;

II - no âmbito do Poder Legislativo:

a) colaboração com o(a) novo(a) Presidente eleito(a);

b) transparência da gestão da Câmara Municipal;

c) planejamento das principais ações na gestão da presidência legislativa;

d) continuidade do gerenciamento dos processos administrativos;

e) supremacia do interesse público;

f) boa-fé e executoriedade dos atos administrativos.

Seção II

Da Transição do Poder Executivo

Art. 181. Antes do término de seu mandato e logo após a divulgação, pelo Tribunal Regional Eleitoral, dos resultados das eleições municipais, o(a) Prefeito(a) constituirá, por meio de decreto, uma Comissão de Inventário, responsável por levantar, em relatório a ser entregue ao sucessor eleito:

I - o inventário dos bens patrimoniais, móveis e imóveis, e dos documentos e valores de que dispõem o Município;

II – a relação dos credores do Município, discriminando nomes, valores e vencimentos respectivos;

III – o nível total de endividamento do Município, inclusive emissão e colocação de títulos do Tesouro Municipal no mercado financeiro e

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

análise da capacidade da administração de realizar operações de crédito adicionais de qualquer natureza;

IV – o fluxo de caixa previsto para os 06 (seis) meses subsequentes, com previsão detalhada de receitas e despesas;

V - informação circunstanciada com relação ao estágio de negociações em curso para obtenção de financiamento em órgãos da União ou do Estado e instituições nacionais e internacionais;

VI - estudo dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VII – relação de transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de norma constitucional ou convênio;

VIII - quadro contendo a situação dos servidores do Município, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício, incluindo a relação dos cargos em comissão;

IX - prestação de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

X - as medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

XI – os projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova Administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los;

XII – os projetos de lei enviados pela Câmara para sanção ou veto e seus respectivos prazos;

XIII – processos judiciais em andamento, que tenha o Município como Autor, Réu, Assistente ou Oponente, que estejam tramitando em qualquer órgão e grau de jurisdição.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 182. A comissão de que trata o artigo anterior deverá ser instalada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis em relação à data por lei estabelecida para a posse e transmissão do cargo.

Art. 183. A Comissão de Inventário será composta por servidores do Município.

§ 1º. Deverá participar da comissão, na qualidade de membro, pelo menos um representante indicado pelo(a) Prefeito(a) eleito(a).

§ 2º. A escolha do(a) Presidente da Comissão de Inventário caberá ao(à) Prefeito(a) atual.

Art. 184. É vedado ao(à) Prefeito(a) Municipal assumir, por qualquer forma, após o prazo permitido na Legislação Federal, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos que serão finalizados após o término do seu mandato, não previstos na legislação orçamentária e no plano plurianual.

§ 1º. O disposto neste artigo não se aplica aos casos comprovados de calamidade pública.

§ 2º. Serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com este artigo, sem prejuízo da responsabilidade do ordenador da despesa.

Seção III

Da Transição do Poder Legislativo

Art. 185. No final de cada biênio legislativo das respectivas legislaturas e antes do término do mandato do(a) Presidente da Câmara, este(a) constituirá comissão formada por servidores do Poder Legislativo Municipal para proceder ao levantamento e publicar no Diário Oficial os seguintes dados:

I - relação dos bens municipais imóveis e móveis sob responsabilidade da Câmara;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II - relação dos livros de que a Câmara dispuser;

III – relação de processos judiciais nos quais a Câmara Municipal seja parte, assistente ou oponente;

IV –quadro contendo a situação dos servidores do Legislativo, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício, incluindo a relação dos cargos em comissão.

Parágrafo único. Concluídos os trabalhos da Comissão, o(a) Presidente e demais membros rubricarão todas as peças e relações produzidas, que passarão a fazer parte integrante do termo de transmissão de cargo.

TÍTULO VI

DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, DA RECEITA E DESPESA E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 186. Constituem recursos financeiros do Município:

I - o produto da arrecadação dos tributos de sua competência;

II - o produto da arrecadação dos tributos da competência da União e do Estado que lhe é atribuído pela Constituição da República;

III - as multas decorrentes do exercício do poder de polícia;

IV - as rendas provenientes de concessões, cessões e permissões instituídas sobre seus bens;

V - o produto da alienação de bens dominicais;

VI - as doações e legados, com ou sem encargos, aceitos pelo Município;

VII - as receitas de seus serviços;

VIII - outros ingressos definidos em lei.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 187. O exercício financeiro abrange as operações relativas às despesas e receitas autorizadas por lei, dentro do respectivo ano financeiro, bem como todas as alterações verificadas no patrimônio municipal, decorrentes da execução do orçamento.

Art. 188. O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, discriminadamente, o montante de cada um dos tributos arrecadados e os recursos transferidos recebidos.

Art. 189. A isenção, a anistia e a remissão relativas a tributos e penalidades somente poderão ser concedidas em caráter genérico e fundadas em interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato.

§ 1º. A isenção somente poderá ser concedida por lei que trate do tributo respectivo ou por lei específica.

§ 2º. A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º. A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos previstos no Código Tributário Nacional, devendo a lei que a autorize ser aprovada pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 4º. A concessão de isenção, anistia ou remissão não gera direito adquirido e será revogada sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos básicos para a sua concessão.

§ 5º. O Poder Executivo deverá, anualmente, até 31 de março, reavaliar as isenções, as anistias e as remissões em vigor, propondo à Câmara Municipal a sua revogação, se for o caso.

§ 6º. O não cumprimento do que determina o parágrafo anterior importa na manutenção para o exercício das isenções, anistias e remissões em vigor.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 190. O Poder Executivo deverá, obrigatoriamente, encaminhar, junto com o projeto de lei orçamentária, demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e despesas, das isenções, das anistias e das remissões vigentes.

Art. 191. O Poder Executivo deverá prestar a todo contribuinte os esclarecimentos necessários sobre a tributação municipal, mantendo, para tal, serviço específico.

Art. 192. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura sem prévia notificação.

§ 1º. Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento na residência ou no domicílio fiscal do contribuinte, pessoalmente ou por via postal sob registro e, na ausência do contribuinte, com a entrega do aviso ao seu representante ou preposto e, se em lugar incerto ou não sabido, por edital, a ser publicado na imprensa oficial, ou em outro órgão de imprensa local.

§ 2º. Do lançamento do tributo cabe impugnação ao Poder Executivo, assegurado para sua interposição o prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação.

§ 3º. Da decisão da impugnação cabe recurso, assegurado para sua interposição o prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão da impugnação.

§ 4º. A notificação será excluída quando se der na forma estabelecida em lei.

Art. 193. É vedado ao Município vincular a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, III, 212 e 37, XXII, todos da Constituição Federal de 1988, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 194. Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário e prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades de quem lhes deu causa, restando garantidos ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, responderá, na forma da lei, pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

CAPÍTULO II

DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 195. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea *b*;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços dos demais entes federados;

b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

§ 1º. A vedação do inciso III, *c,* do *caput*, não se aplica à fixação da base de cálculo do imposto previsto no art. 199, I.

§ 2º. A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e à empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º. As vedações do inciso VI, "a", do *caput*, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 4º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", do *caput*, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º. A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

§ 7º. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

Art. 196. É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

CAPÍTULO III

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 197. O sistema tributário municipal submeter-se-á, no que couber, às disposições da Constituição Federal, da Constituição do Estado da Bahia, das leis complementares federais aplicáveis e desta Lei Orgânica.

Art. 198. O Município poderá instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuições de melhoria, decorrente de obras públicas;

IV – contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, cuja cobrança poderá ser feita na fatura de consumo de energia elétrica.

Seção I

Dos Impostos Municipais

Art. 199. O Município poderá instituir os seguintes impostos:

I - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal, definidos em lei complementar;

III - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso:

a) de bens imóveis por natureza ou acessão física;

b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

c) de cessão de direitos à aquisição de imóvel.

§ 1°. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2°. A taxa não poderá ter base de cálculo própria dos impostos, nem será graduada em função do valor financeiro ou econômico do bem, direito ou interesse do contribuinte.

§ 3º. O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea "b" do inciso VI do caput do art. 195 desta Lei Orgânica sejam apenas locatárias do bem imóvel.

§ 4º. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do 156 – A da Constituição Federal, a ser informado pelo Princípio da Neutralidade, observando-se, ainda, toda a disciplina normativa incorporada pela EC nº 132/2023.

§ 5º. O Município de Ituaçu deverá, de forma paulatina, elaborar as regras locais para disciplina do imposto previsto no art. 156 – A da Constituição Federal.

§ 6º. O Sistema Tributário Municipal deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

§ 7º. As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

Art. 200. A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o valor venal, ou seu valor locativo real, conforme dispuser a lei, nele não compreendido o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

§ 1º. Para fins de lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana considera-se o valor venal do terreno no caso de imóvel em construção.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2º. Na hipótese de o imóvel situar-se apenas parcialmente no território do Município, o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado proporcionalmente à área nele situada.

§ 3º. O valor venal do imóvel, para efeito de lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, será fixado segundo critérios de zoneamento urbano e rural, estabelecidos pela lei municipal, atendido, na definição de zona urbana, o requisito mínimo de existência de, pelo menos, dois melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, dentre os seguintes:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

V - escola de ensino fundamental ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 4º. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana poderá ser progressivo, dentre outras hipóteses previstas no texto da Constituição Federal, para assegurar o cumprimento da função social da propriedade, segundo o disposto na Constituição da República.

§ 5º. Uma lei editada por este Município pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do § 3º.

§ 6º. O contribuinte poderá, a qualquer tempo, requerer nova avaliação de sua propriedade para o fim de lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 7º. O IPTU terá sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

Art. 201. O Imposto Sobre Transmissão de Bens Inter Vivos não incidirá sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Art. 202. A competência tributária é indelegável, salvo atribuições das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa jurídica de direito público.

§ 1º. Essa atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao Município e, por ato unilateral seu, poderá ser revogada a qualquer tempo.

§ 2º. Não constitui delegação de competência o cometimento às pessoas de direito privado do encargo ou da função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO IV

DO PREÇO PÚBLICO

Art. 203. Para obter o ressarcimento de prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

§ 1º. Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e serão reajustados sempre que se tornarem deficitários.

§ 2º. Os preços públicos serão fixados por Decreto a ser expedido pela Chefia do Poder Executivo, nos termos do art. 95, I, k, desta Lei Orgânica.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 204. Lei municipal estabelecerá outros critérios para a fixação e reajuste de preços públicos

CAPÍTULO V

A RECEITA E DA DESPESA

Art. 205. A receita municipal será constituída da arrecadação de tributos municipais, do tributo a ser criado de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, de participação no produto da arrecadação de impostos da União e do Estado, dos recursos resultantes do fundo de participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 206. Pertencem ao Município de Ituaçu:

I -o produto da arrecadação do Imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem;

I - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seu território;

III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município, cabendo-lhe a totalidade se o Município optar, na forma da lei, por fiscalizar e cobrar, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal;

IV - 70% (setenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, incidentes sobre o ouro, observado o disposto no § 5º do artigo 153 da Constituição Federal;

V - 25% (vinte e cinco por cento):

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

a) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

b) do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 156-A distribuída aos Estados.

§ 1º. Levando em conta a destinação de recursos do imposto estadual referido no inciso V, *a*, do caput deste artigo, os Municípios poderão verificar os documentos fiscais que, nos termos da lei federal ou estadual, devam acompanhar as mercadorias, em operações de que participem produtores, indústrias e comerciantes estabelecidos em seus territórios; apurada qualquer irregularidade, os agentes municipais deverão comunicá-la à repartição estadual incumbida do cálculo do índice de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 3º da Lei Complementar federal nº 63/1990, assim como à autoridade competente.

§ 2º. Sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações a que estiverem sujeitos por lei federal ou estadual, os produtores serão obrigados, quando solicitados, a informar, às autoridades municipais, o valor e o destino das mercadorias que tiverem produzido.

§ 3º. Fica vedado aos Municípios apreender mercadorias ou documentos, impor penalidade ou cobrar quaisquer taxas ou emolumentos em razão da verificação de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º. Sempre que solicitado pelos Municípios, ficam os Estados obrigados a autorizá-lo a promover a verificação de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo, em estabelecimentos situados fora de seus territórios.

§ 5º. O disposto no parágrafo anterior não prejudica a celebração, entre o Estado da Bahia e o Município de Ituaçu, bem como entre este e outro Município, de convênios para assistência mútua na fiscalização dos tributos e permuta de informações.

§ 6º. As parcelas de receita pertencentes ao Município, mencionadas no inciso V, serão creditadas em 65% (sessenta e cinco por cento), no

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seu território.

§ 7º Para fins do disposto no inciso V deste artigo, aplicam-se as regras previstas nos §§ 1º e 2º do art. 158 da Constituição Federal.

Art. 207. A União entregará ao Município, através do Fundo de Participação dos Municípios, na proporção do índice apurado pelo Tribunal de Contas da União:

I -em transferências mensais, a sua parcela dos 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal, deduzido o montante arrecadado na fonte e pertencente a Estados e Municípios;

II -a sua parcela do 1% (um por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;

III - a sua parcela do 1% (um por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano;

IV -a sua parcela do 1% (um por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal, que será entregue no primeiro decêndio do mês de setembro de cada ano.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 208. O Estado da Bahia entregará aos respectivos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos que receberem nos termos do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal, observados os critérios estabelecidos no art. 158, § 1º, para a parcela relativa ao imposto sobre produtos industrializados, e no art. 158, § 2º, para a parcela relativa ao imposto previsto no art. 153, VIII, todos da Carta Magna.

Parágrafo único. Do montante de recursos de que trata o inciso III do art. 159 da Constituição Federal que cabe ao Estado da Bahia, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

Art. 209. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal, até o fim de cada exercício, relatório em que fique comprovada a adoção de medidas relativas à cobrança da dívida ativa e à propositura de execução fiscal, a fim de que não existam prescrição ou decadência de créditos favoráveis à Fazenda Pública.

Art. 210. A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas de direito financeiro.

Art. 211. A inadimplência dos Impostos Municipais ocasionará o acréscimo de juros e outras cominações legais.

Art. 212. Nenhuma despesa será onerada ou satisfeita sem que existam recursos disponíveis e crédito votado pela Câmara Municipal.

Art. 213. A disponibilidade de caixa do Município, de suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas será depositada em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

Art. 214. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos constitucionalmente atribuídos ao Município, neles compreendidos os adicionais e acréscimos relativos a impostos.

§ 1º. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;

II - ao cumprimento do disposto no art. 198, §2º, II e III, da Constituição Federal.

§ 2º. Os contratos, os acordos, os ajustes, os convênios, os parcelamentos ou as renegociações de débitos de qualquer espécie, inclusive tributários, firmados pela União com o Município de Ituaçu conterão cláusulas para autorizar a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação ou aos precatórios federais.

Art. 215. Caberá à lei complementar federal:

I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 206, §6º, desta Lei Orgânica;

II – estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159 da Constituição Federal, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio socioeconômico entre o Estado da Bahia e seus respectivos Municípios;

III – dispor sobre o acompanhamento, pelo Município, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II do *caput* deste artigo.

CAPÍTULO VI

DOS ORÇAMENTOS

Art. 216. São leis de iniciativa do Poder Executivo as que estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

III - o orçamento anual.

§ 1°. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º. A elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual e do Plano Plurianual obedecerão às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado da Bahia, nas normas de direito financeiro e orçamentário e nesta Lei Orgânica.

§ 3º. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º. As diretrizes orçamentárias compreenderão:

I - as metas e prioridades da administração pública municipal, da administração direta ou indireta com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente;

II – o estabelecimento das diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública;

III – a orientação para a elaboração da lei orçamentária anual;

IV – as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;

V – a autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

VI - os procedimentos necessários para a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, pelas unidades governamentais da administração direta ou indireta, inclusive as fundações constituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

VII – o estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, se houver.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 5°. A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta, indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

§ 6º. Os orçamentos previstos no § 5º, incisos I, II e III, deste artigo, serão compatibilizados com o plano plurianual e terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades entre distrito, região e bairro, segundo critério populacional.

§ 7º. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 8º. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de créditos, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 217. O orçamento plurianual de investimentos, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual integram um processo contínuo de planejamento e deverão prever a dotação de recursos por regiões utilizando critérios de população e indicadores de condições de saúde, saneamento básico, transporte e habitação, visando a implementar a função social da Cidade.

Art. 218. Nos orçamentos anuais serão discriminados separadamente os percentuais e as verbas destinadas a cada secretaria, fundação, autarquia,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

companhia ou empresa, salvo nos casos em que estiverem subordinadas ou vinculadas a uma secretaria.

Art. 219. Na mensagem relativa ao projeto de lei orçamentária anual, o Poder Executivo indicará:

I -as prioridades dos órgãos da administração direta e indireta e suas respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício subsequente;

II -as alterações a serem efetuadas na legislação tributária.

Art. 220. A despesa com o pessoal ativo do Município não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização legislativa específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 221. Fica garantida a participação popular, inclusive por meio de entidades representativas da sociedade civil organizada, na elaboração do orçamento plurianual de investimentos, nas diretrizes orçamentárias, no orçamento anual e no processo de sua discussão.

§ 1°. Para fins do disposto neste artigo, consideram-se entidades representativas da sociedade civil organizada, dentre outras:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

I - os diferentes conselhos municipais de caráter consultivo ou deliberativo;

II - as entidades legais de representação da sociedade civil;

III - as diferentes representações dos servidores junto à administração municipal.

§ 2º. A participação das entidades legais de representação da sociedade civil a que se refere o parágrafo anterior poderá ser feita através de reuniões convocadas pelo Poder Público.

§ 3º. Caberá ao Poder Legislativo organizar debates públicos, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal, entre os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e a sociedade civil, para discussão dos projetos referidos neste artigo, durante o seu processamento legislativo.

Art. 222. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Parágrafo único. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 223. Havendo solicitação devidamente aprovada pelo Plenário da Câmara de Vereadores, na apreciação e votação do orçamento anual, o Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo todas as informações sobre:

I - a situação do endividamento do Município, detalhada para cada empréstimo existente, acompanhada das totalizações pertinentes;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II – se houver, o plano anual de trabalho elaborado pelo Poder Executivo, detalhando os diversos planos anuais de trabalho dos órgãos e entidades da administração direta, indireta, fundacional e de empresas públicas, sociedades de economia mista e de empresas nas quais o Poder Público detenha a maioria do capital social;

III - o quadro de pessoal da administração direta, indireta, fundacional e de empresas públicas, sociedades de economia mista e de empresas nas quais o Poder Público detenha a maioria do capital social.

Art. 224. A despesa com pessoal ativo do Município não poderá exceder aos limites estabelecidos na legislação aplicável.

Art. 225. O projeto de lei orçamentária será encaminhado à Câmara Municipal até 01 (primeiro) de outubro do ano anterior ao exercício a que se refere.

§ 1º. O ano orçamentário e financeiro do Município coincidirá com o ano civil.

§ 2º. Sobrevindo legislação federal que disponha sobre prazo de elaboração da Lei Orçamentária, o Regimento Interno da Câmara Municipal a ela será adaptado.

Seção I

Das Emendas aos Projetos Orçamentários

Art. 226. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do seu Regimento Interno.

§ 1º. Caberá à Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contas da Câmara Municipal:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos no *caput* deste artigo e sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo(a) Prefeito(a);

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões permanentes da Câmara.

§ 2º. As emendas referentes aos projetos orçamentários tratados no *caput* deste artigo serão apresentadas à Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contas, que sobre elas emitirá parecer, e serão apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida; ou

III - sejam relacionadas:

a) à correção de erros ou omissões; ou

b) a dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º. As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º. O(a) Prefeito(a) Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação aos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação na Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contas da Câmara Municipal da parte cuja alteração é proposta.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 6º. Aplicam-se aos projetos referidos neste artigo, não contrariando o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo ordinário.

§ 7º. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei do orçamento anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Seção II

Das Vedações Orçamentárias

Art. 227. São vedados:

I - o início de programa ou projeto não incluídos na lei orçamentária anual;

II -a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante de despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pela maioria absoluta da Câmara Municipal;

IV -a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

V - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programa para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VI -a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VII - a utilização, sem autorização legislativa específica, dos recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VIII - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

IX -a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212 da Constituição da República, e a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita previstas no art. 165, § 8º, da Constituição da República;

X - a paralisação de programas ou projetos já iniciados, nas áreas de educação, saúde e habitação, havendo recursos orçamentários específicos ou possibilidade de suplementação destes, quando se tenham esgotado.

§ 1º. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de cometimento crime de responsabilidade.

§ 2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto na Constituição Federal e na legislação de regência da matéria.

§ 4º. É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 156, 156-A, 158 e as alíneas "b", "d" e "e" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.

§ 5º. Para fins da apuração, ao término do exercício financeiro, do cumprimento do limite de que trata o inciso III do caput deste artigo, as receitas das operações de crédito efetuadas no contexto da gestão da

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

dívida pública mobiliária municipal somente serão consideradas no exercício financeiro em que for realizada a respectiva despesa.

§ 6º. A lei não imporá nem transferirá qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público, inclusive despesas de pessoal e seus encargos, para o Município de Ituaçu, sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio, ressalvadas as obrigações assumidas espontaneamente pelos entes federados e aquelas decorrentes da fixação do salário mínimo, na forma do inciso IV do *caput* do art. 7º da Constituição Federal.

Seção III

Da Execução Orçamentária

Art. 228. A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para a execução dos programas nele determinados, observando sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 229. As alterações orçamentárias durante o exercício são representadas:

I - pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;

II - pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Parágrafo único. As alterações previstas no inciso II deste artigo serão realizadas observados os critérios do art. 227, inciso V, desta Lei Orgânica.

Art. 230. Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa será emitido o documento Nota de Empenho, que conterá as características já determinadas nas normas gerais de Direito Financeiro.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Seção IV

Dos Prazos

Art. 231. O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 31 de março, as contas do Município do exercício anterior, compostas de:

I - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras da administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal;

III - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais;

IV - notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo;

V - relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.

Art. 232. Os projetos das leis orçamentárias de que tratam os incisos I, II e III do art. 216 desta Lei Orgânica deverão obedecer aos seguintes prazos para encaminhamento e apreciação:

I - para o primeiro ano da nova legislatura:

a) o Plano Plurianual, com entrada na Câmara até o dia 30 (trinta) de agosto e devolução até o dia 15 (quinze) de dezembro do mesmo ano;

b) as Diretrizes Orçamentárias, com entrada até o dia 15 (quinze) de abril e devolução até o encerramento do primeiro período legislativo;

c) o Orçamento anual, com entrada até o dia 1º (primeiro) de outubro e devolução até o dia 15 (quinze) de dezembro do mesmo ano;

II - para os demais anos da legislatura:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

a) as Diretrizes Orçamentárias, com entrada até o dia 15 (quinze) de maio e devolução até o encerramento do primeiro período legislativo;

b) os orçamentos anuais, com entrada até o dia 1º (primeiro) de outubro e devolução até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada ano.

Seção V

Da Organização Contábil

Art. 233. A contabilidade do Município obedecerá, na organização do seu sistema administrativo e informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidas na legislação pertinente.

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 234. A ordem econômica do Município, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existências dignas, observados os princípios dispostos na Constituição da República e tendo por base:

I -autonomia Municipal;

II – propriedade privada e a sua função social;

III - livre concorrência;

IV -integração articulada com os setores produtivos;

V - defesa do consumidor e do usuário de serviços públicos;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VI - preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades socioeconômicas;

VIII - desenvolvimento do emprego e renda;

IX - adoção de meios estratégicos de incentivo ao desenvolvimento;

X -tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

§ 1º. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica independentemente de autorização pelos Órgãos Públicos Municipais, salvo nos casos previstos em Lei.

§ 2º. Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público Municipal dará tratamento preferencial, na forma da lei, às empresas brasileiras de capital nacional, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 3º. A exploração direta da atividade econômica, pelo Município, através de empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias, só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§4º. A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividades econômicas sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

§ 5º. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

Art. 235. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Município exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 236. A prestação de serviços públicos, pelo Município, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulada em Lei Complementar, que assegurará:

I -a exigência de licitação em todos os casos;

II -definição do caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos dos usuários;

IV –a política tarifária;

V -a obrigação de manter serviços adequados e de boa qualidade;

VI - mecanismos de fiscalização pela comunidade e usuários.

Art. 237. O Município incentivará a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos seus órgãos municipais.

Art. 238. O Município promoverá:

I - a repressão ao abuso do poder econômico;

II - a defesa, a promoção e a divulgação dos direitos do consumidor e a criação de órgãos especializados para execução da política de defesa do consumidor;

III - a fiscalização e o controle de qualidade, de preços e de peso e de medidas dos bens e serviços produzidos e comercializados em seu território;

IV - o apoio ao associativismo e o estímulo à organização da atividade econômica em cooperativas, mediante tratamento jurídico diferenciado;

V - o apoio à pequena e à microempresa, assim definidas em lei, dispensando tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VI - a regulamentação da atividade dos camelôs e vendedores ambulantes;

VII - o tratamento especial às empresas de industrialização de produtos agropecuários.

Art. 239. O Município promoverá e incentivará o turismo e a agricultura como fatores de desenvolvimento social e econômico.

§ 1º. O Município fomentará a produção agropecuária.

§ 2º. A assistência técnica e a extensão rural serão oferecidas através de convênio com o serviço oficial do Estado, visando:

I - difundir tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agrícola, à conservação dos recursos naturais, à melhoria das condições de vida no meio rural e ao fomento da produção agropecuária, através do aumento da produtividade;

II - estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando as organizações pré-existentes;

III - identificar, juntamente com instituições de pesquisas e produtores rurais, tecnologias alternativas, adaptáveis e úteis, considerando as peculiaridades locais;

IV - disseminar informações conjunturais de interesse às áreas de produção e comercialização agrícola, agroindústria e abastecimento alimentar;

V - fomentar atividades para a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente de convivência com a seca e que reduzam os efeitos negativos de inundações.

§ 3º. As atividades da agricultura serão realizadas com base em planos plurianuais, desdobrados em planos anuais e elaborados de forma democrática, com a participação de representantes dos produtores e dos trabalhadores rurais e do setor público agrícola.

§ 4º. Os planos de desenvolvimento agrícola deverão prever:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

I - integração das atividades agrícolas com as de preservação do meio ambiente, de reforma agrária e com as de apoio econômico e social do Município;

II - sistematização das ações de políticas agrícolas, fundiárias e de reforma agrária, previstas pelo governo federal e estadual, que se apliquem ao Município;

III - assistência técnica e extensão rural na forma prevista nesta Lei Orgânica;

IV - apoio às iniciativas de comercialização direta entre produtores rurais e consumidores, concedendo-lhes estímulos, na forma da lei, desde que a venda seja feita por suas entidades representativas ou formas associativas;

V - prioridade para implantação de obras que tenham atendimento de caráter coletivo, tais como: barragens, açudes, perfuração de poços, diques, canais, estradas vicinais, postos de saúde, escolas, energia, telefonia, lazer rurais e outras.

§ 5º. O Município contribuirá para o estabelecimento de programas regionais de desenvolvimento agrícola, contemplando outros Municípios, quando tratarem de atividades do interesse comum aos seus habitantes.

§ 6º. O Município fiscalizará o abate de animais para o consumo humano e a comercialização de alimentos, para que se deem dentro das normas de higiene exigidas pela saúde pública.

§ 7º. O Município poderá instituir o Conselho Municipal de Agricultura, cuja composição, competência, organização, objetos e funcionamento serão definidos em lei.

Art. 240. A atuação do Município na zona rural terá como principais objetivos:

I - oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II - garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar;

III - garantir a utilização racional dos recursos naturais;

IV - promover a manutenção das vias de acesso e a garantia do transporte de passageiros;

V - fiscalizar o uso de agrotóxicos e incentivar o uso de métodos alternativos de controle de pragas e doenças.

Parágrafo único. As disposições deste artigo também serão aplicadas ao assentado e ao agricultor familiar.

Art. 241. O Município promoverá programas de estímulo ao associativismo em todos os ramos, em especial para fins de produção agroindustrial e agropecuária, proporcionando às cooperativas tratamento diferenciado e outras facilidades, nos termos da Lei.

Art. 242. As pessoas com deficiência física e de limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município.

TÍTULO VIII

DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 243. O Município integra o processo de desenvolvimento regional, estadual e nacional pela eficiência dos esforços públicos e privados na mobilização dos seus recursos materiais e humanos com vista à elevação do nível de renda e do bem-estar de sua população.

Art. 244. A política de desenvolvimento do Município estabelecerá as diretrizes e bases do desenvolvimento socioeconômico equilibrado,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

consideradas as características e as necessidades do Município, bem como a sua integração regional e estadual.

Parágrafo único. Na fixação dos princípios, objetivos e instrumentos, a política de desenvolvimento do Município destacará os aspectos econômicos, sociais e territoriais em geral e, de forma particular, o desenvolvimento nas áreas urbanas e rurais, entendido como resultante da interação destes aspectos.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 245. O aspecto territorial será tratado de forma que a organização espacial do Município estabeleça uso e ocupação do solo compatíveis com seu processo de desenvolvimento, especialmente quanto ao saneamento geral e básico e à obtenção de condições adequadas de utilização do meio ambiente.

Art. 246. A ordenação do território do Município é condição básica para o exercício das funções econômico-sociais e o desenvolvimento municipal.

Art. 247. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito a uma cidade sustentável, entendida como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II - gestão democrática por meio da participação da população e de entidades representativas dos vários segmentos da comunidade na

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV - planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infraestrutura urbana;

d) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

e) a deterioração das áreas urbanizadas;

f) a poluição e a degradação ambiental;

VII - integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII - adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X - adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI - recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII - audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV - regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV - simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI - isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Seção II

Da Função Social da Propriedade

Art. 248. O Município garantirá a função social da propriedade urbana e rural, respeitado o disposto na Constituição da República, na Constituição do Estado da Bahia e nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

Art. 249. Em caso de perigo iminente ou calamidade pública, a autoridade competente poderá usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Art. 250. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública será efetuada mediante justa e prévia indenização em dinheiro, admitida a indenização em títulos da dívida pública no caso e na forma previstos na Constituição da República.

Art. 251. O Município procurará, nos limites de sua competência, realizar investimentos para formar e manter a infraestrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, diretamente ou mediante delegação ao setor privado, desde que aprovada em lei.

Parágrafo único. A atuação do Município dar-se-á no meio rural, para fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda e estabelecendo a necessária infraestrutura destinada a viabilizar esse propósito.

Art. 252. É facultado ao Município, mediante lei específica, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de, sucessivamente:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 253. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º. Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Art. 254. Nenhuma área pertencente ao Município, incluindo de loteamentos, poderá ser doada sem prévia aprovação da Câmara Municipal.

Seção III

Do Planejamento Municipal

Art. 255. O Município organizará suas ações governamentais obedecendo a processo permanente e sistêmico de planejamento, especialmente no tratamento estratégico, articulado e integrado com o fim de agregar os objetivos institucionais dos órgãos e entidades municipais entre si, bem como as ações federais, estaduais e regionais que se relacionem com o desenvolvimento sustentável.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura local e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e arquitetônico, nos termos das Constituições do Estado da Bahia e Federal.

Art. 256. O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando que autoridades, técnicos de planejamento, executores e representantes da sociedade civil participem do debate sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.

Art. 257. O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

I - plano diretor do desenvolvimento urbano;

II - plano plurianual;

III - lei de diretrizes orçamentárias;

IV - orçamento anual;

V - plano de governo.

Parágrafo único. O planejamento municipal compreenderá todos os órgãos e entidades setoriais da administração direta e indireta, garantindo a compatibilização interna dos planos estabelecidos nesta Lei Orgânica e os programas de governo, relativos a projetos, orçamento público e modernização administrativa.

Art. 258. O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

I - democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II - eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;

III - complementariedade e integração de políticas, planos e programas setoriais;

IV - viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;

V - respeito e adequação à realidade local em consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.

Art. 259. A elaboração e a execução dos planos e dos programas de Governo Municipal obedecerão às diretrizes do Plano Diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no período de tempo necessário.

Art. 260. O Poder Público incentivará e assegurará a participação da população e dos setores socioeconômicos em todos os processos relacionados ao planejamento do Município, especialmente no acompanhamento e fiscalização da execução dos instrumentos referidos no art. 257 desta Lei Orgânica, no que concerne à definição de prioridades, objetivos dos gastos públicos e formas de custeio.

Seção IV

Do Plano Diretor

Art. 261. O plano diretor, cuja essência perpassa a participação popular, é parte integrante de um processo contínuo de planejamento estratégico a ser conduzido pelo Município, abrangendo a totalidade do respectivo território e contendo diretrizes de uso e ocupação do solo, vocação das áreas rurais, defesa dos mananciais e demais recursos naturais, vias de circulação integradas, zoneamento, índices urbanísticos, áreas de interesse especial e social, diretrizes econômico-financeiras e administrativas.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1º. É atribuição do Poder Executivo conduzir, no âmbito do processo de planejamento municipal, as fases de discussão e elaboração do plano diretor, bem como a sua posterior implementação.

§ 2º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual deverão incorporar as diretrizes e as prioridades do plano diretor.

§ 3º. O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 4º. A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada 10 (dez) anos.

§ 5°. No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I -a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II -a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III - o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Art. 262. Para a elaboração das partes que compõem o plano diretor, em especial as relativas à delimitação das zonas urbanas e agrícolas, sistema viário, zoneamento, loteamentos, preservação, renovação urbana e equipamentos, deverão, obrigatoriamente, ser levadas em consideração, entre outras, as seguintes diretrizes:

I -o planejamento global do Município, com vistas:

a) à integração cidade-campo, direcionando-se as diversas áreas e regiões, segundo critérios recomendáveis de ocupação, e, na medida do possível, a sua vocação natural, impondo-se restrições de uso e coibindo-se o adensamento, na faixa do território municipal ao longo das divisas com

os demais Municípios, destinando-a à produção agrícola e demais atividades compatíveis, de forma a constituir um cinturão verde à sua volta;

b) à sua integração à região, em especial, relativamente às funções de interesse comum, para facilitar a integração da organização, do planejamento e da execução dessas funções, mediante convênios, nos quais se procurará estipular os usos e atividades recomendáveis para as diversas regiões, tendo-se em vista, principalmente, evitar a conurbação aberta, com uma ocupação e adensamento desordenado;

II -a preservação do meio ambiente;

III - a economia de custos, a funcionalidade e a comodidade urbanas, em especial, pelo planejamento e regulamentação de:

a) sistemas viários ou vias novas em determinadas regiões, com liberação concomitante de loteamentos, com projeção coincidente de vias e com a cobrança obrigatória da contribuição de melhoria;

b) loteamentos com a implantação de infraestrutura recomendável a cada região e tipo de loteamento;

c) conjuntos habitacionais, com a implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários, a cargo dos responsáveis;

d) condomínios, com limitação de sua dimensão em até um quarteirão, entendido este como a área compreendida dentro dos segmentos de 4 (quatro) quadras, ressalvados os casos indicados em lei, no interesse da preservação ambiental;

IV -a aplicação, conforme o caso, entre outros, na forma da lei, dos seguintes institutos e instrumentos jurídicos:

a) contribuição de melhoria;

b) desapropriação para reurbanização;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

c) pagamento, nas desapropriações amigáveis, mediante concessão de índices construtivos;

d) concessão de índices construtivos aos proprietários de imóveis tombados, aos que sofrerem limitação em razão do tombamento ou aos que cederem ao Município imóveis sob preservação;

V -a regularização fundiária, mediante estabelecimento de normas especiais de urbanização.

Art. 263. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado definirá o sistema, diretrizes e bases do planejamento municipal equilibrado, harmonizando-o com o planejamento estadual e nacional.

Art. 264. A promulgação do plano diretor se fará por lei municipal específica, aprovada por maioria de dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

Art. 265. Será criado um Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, com representação de Órgãos Públicos Municipais, Entidades Profissionais e de Moradores, objetivando definir Diretrizes e normas, planos e programas submetidos à Câmara Municipal, além de acompanhar e avaliar as ações do Poder Público, na forma da Lei.

Art. 266. O Município, por iniciativa própria, ou com a colaboração do Estado, providenciará o estabelecimento de um sistema estatístico, cartográfico e de geologia, que servirá como base para o planejamento.

Seção V

Dos Loteamentos

Art. 267. Os loteamentos do Município de Ituaçu são obrigados a citarem na planta original da área loteada uma porcentagem para conservação da área verde, nos termos da lei.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 268. A atribuição da denominação das ruas e travessas dos referidos loteamentos, se dará por meio de Lei, de inciativa do Poder Legislativo ou Poder Executivo.

Art. 269. As áreas pertencentes ao Município, destinadas a loteamentos populares, só poderão ser liberadas com a prévia aprovação da Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 270. A mobilização dos recursos da ciência e da tecnologia do Município constitui condição fundamental para a promoção do desenvolvimento municipal.

Art. 271. O Município estimulará, através de esforços próprios ou por meio de convênio com órgãos da União ou do Estado ou com entidades privadas, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a difusão do conhecimento especializado, tendo em vista o bem-estar da população e a solução dos problemas econômicos e sociais.

Art. 272. A política de desenvolvimento científico e tecnológico estabelecerá prioridade para:

I - as pesquisas relacionadas com a produção de equipamentos destinados à educação, à alimentação, à saúde, ao saneamento básico, à habitação popular, ao transporte de massa e à defesa do meio ambiente;

II - a capacitação técnico-científica da mão-de-obra;

III - a adoção de novas tecnologias organizacionais, especialmente aquelas relacionadas com a modernização das práticas administrativas do setor público municipal;

IV - a difusão de novas práticas produtivas e novas tecnologias;

V - o desenvolvimento de pesquisas relacionadas com a conservação e economia de energia, favorecendo o uso de elementos naturais de

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

iluminação, insolação e ventilação, dentro de parâmetros de higiene da habitação e saneamento do Município.

Art. 273. No interesse das investigações realizadas nas universidades, institutos de pesquisa ou por pesquisadores isolados, fica assegurado o amplo acesso às informações coletadas por órgãos municipais, sobretudo quanto aos dados estatísticos de uso científico e tecnológico, resguardados os casos de sigilo constitucional e os legalmente declarados.

Art. 274. O Poder Executivo fomentará e estimulará atividades de produção e difusão da ciência e da tecnologia, buscando:

I - fontes de financiamento em âmbito federal ou estadual;

II - incentivo às empresas para aplicar recursos próprios no desenvolvimento e na difusão da ciência e da tecnologia.

CAPÍTULO IV

DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS

Art. 275. O Município adotará política integrada de fomento à indústria, ao comércio, aos serviços e às atividades primárias.

Parágrafo único. O Poder Público estimulará a empresa estatal ou privada que:

I - gerar produto novo, sem similar, destinado ao consumo da população de baixa renda;

II - realizar novos investimentos no território municipal, voltados para a consecução dos objetivos econômicos e sociais prioritários expressos no plano de governo;

III - exercer atividades relacionadas com o desenvolvimento de pesquisas ou produção de materiais ou equipamentos especializados para uso de pessoas com deficiência.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 276. O Poder Público contribuirá para promover as condições adequadas ao desenvolvimento da cidade e das funções de centro de comércio.

Art. 277. O Município concederá especial proteção às microempresas e empresas de pequeno porte, como tais definidas em lei, as quais receberão tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação, conforme o caso, de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias.

§ 1º. Às empresas referidas neste artigo serão assegurados, dentre outros, os seguintes direitos, na forma da lei:

I - redução de tributos e obrigações acessórias, com dispensa do pagamento de multas por infrações formais, das quais não resulte falta de pagamento de tributos;

II - fiscalização com caráter de orientação, exceto nos casos de reincidência ou de comprovada intencionalidade ou sonegação fiscal;

III - notificação prévia, para início de ação ou procedimento administrativo ou tributário-fiscal de qualquer natureza ou espécie;

IV - habilitação sumária e procedimentos simplificados para participação em licitações públicas e preferência na aquisição de bens e serviços de valor compatível com o porte das microempresas e pequenas empresas, quando conveniente para a administração pública;

V - criação de mecanismos simplificados e descentralizados para o oferecimento de pedidos e requerimentos de qualquer espécie junto à administração pública, inclusive para obtenção de licença para localização;

VI - obtenção de incentivos especiais, vinculados à absorção de mão-de-obra com deficiência relacionada à restrição de atividade física;

VII - disciplinamento do comércio eventual e ambulante.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2º. As entidades representativas das microempresas e pequenas empresas, acaso existentes, participarão na elaboração de políticas municipais voltadas para esse segmento e do colegiado dos órgãos públicos em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

CAPÍTULO V

DO FOMENTO AO TURISMO

Art. 278. O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social, bem como a divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, cuidando para que sejam respeitadas as peculiaridades locais, não permitindo efeitos desagregadores sobre a vida das comunidades envolvidas, assegurando sempre respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades onde vier a ser explorado.

Art. 279. O Município definirá sua política de turismo buscando proporcionar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades.

§ 1º. São vertentes de potência turística do Município, dentre outras:

I - diversidade das riquezas naturais e patrimônio ambiental;

II - história e patrimônio histórico;

III - cultura e patrimônio cultural;

IV - urbanismo e arquitetura;

V - povos formadores de Ituaçu;

VI - economia ao longo da história;

VII - personalidades da arte, cultura e da política ao longo da história;

VIII – gastronomia;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IX - principais eventos artísticos, culturais, religiosos, agrícolas e esportivos.

§ 2º. Dentre os principais vetores de desenvolvimento socioeconômico do Município, está a exploração turística das cachoeiras e das demais belezas naturais, que deve contar com investimentos especiais do Poder Público, prezando sempre pela preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

§ 3º A Política Municipal de Turismo, a ser elaborada pelo Poder Executivo, por meio do órgão especializado no desenvolvimento das atividades turísticas no âmbito do Município de Ituaçu, ouvido o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, terá seus objetivos, princípios e diretrizes fixados em lei.

§ 4º A lei mencionada no parágrafo anterior também instituirá o Sistema Municipal de Turismo – SISTUR, a ser composto pelo órgão do Poder Executivo especializado no desenvolvimento das atividades turísticas e pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, podendo contar com a participação de outras entidades, públicas ou privadas, atendidos os requisitos legais.

§ 5º O COMTUR terá suas atribuições, composição e organização disciplinados em lei municipal específica.

Art. 280. Caberá ao Município, podendo contar com colaboração do Estado, promover especialmente:

I - inventário das potências turísticas do território municipal;

II - regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico;

III - criação de infraestrutura básica necessária à prática do turismo, apoiando e realizando investimentos na produção, criação e qualificação de empreendimentos, equipamentos, instalações e serviços turísticos;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IV - levantamento da demanda turística, a definição das principais vertentes turísticas em cada localidade e a promoção turística municipal;

V - fomento do turismo receptivo, como meio de desenvolvimento econômico do Município;

VI - estímulo e apoio às atividades de guiamento turístico, nos termos da lei municipal específica;

VII - estímulo e promoção do intercâmbio permanente com outros municípios, outras regiões do país e outros países;

VIII - implantação de albergues populares, de albergues da juventude e do turismo social, diretamente ou em convênio com o Estado e outros Municípios;

IX - adoção de medidas específicas para o desenvolvimento dos recursos humanos para o turismo;

X - proteção e preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

XI - organização de calendário anual de eventos de interesse turístico;

XII - conscientização e organização para consolidação da vocação turística da cidade.

Parágrafo único. É obrigação do Município criar em seu território condições que facilitem a participação e o acesso das pessoas com deficiência à prática do turismo.

Art. 281. O Município tomará toda e qualquer providência legal contra pessoas físicas ou jurídicas que venham a:

I - depredar pontos turísticos;

II - prover exploração econômica ilegal ou apropriar-se dos pontos turísticos;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

III - desrespeitar e/ou obstar o exercício funcional dos guias de turismo local/regional;

IV - cercear e/ou impedir o tráfego e o trânsito de pessoas e veículos aos pontos turísticos ou a sua visitação;

V – promover abusos de natureza sexual, em especial a pedofilia, além de outras que afetem a dignidade humana respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos.

Seção II

Do Plano Diretor de Turismo

Art. 282. A lei disciplinará a atividade econômica de turismo através da implantação de um Plano Diretor de Turismo, o qual regulamentará todas as diretrizes e ações a ela inerentes, observando-se os preceitos estabelecidos nesta Lei Orgânica.

§ 1º. O Plano Diretor de Turismo é instrumento básico de intervenção do Município no setor e deverá estabelecer, com base no inventário das potências turísticas das regiões distritais, as ações de planejamento estratégico, promoção e execução da política de que trata este artigo.

§ 2º. Sua elaboração resultará da participação dos membros de todos os segmentos da comunidade.

§ 3º. O Plano Diretor de Turismo será gerido por um comitê nomeado pelo(a) Prefeito(a) para este fim e aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo, que contará com a representação de empresários, entidades não-governamentais e representantes do Poder Executivo.

§ 4º. O Plano Diretor de Turismo deverá estar acessível a qualquer munícipe ou turista.

§ 5º O Plano Diretor de Turismo, a ser elaborado, na forma da lei, pelo órgão do Poder Executivo especializado no desenvolvimento de atividades turísticas, terá suas metas e programas revistos a cada 4

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

(quatro) anos, em consonância com o plano plurianual, ou quando necessário, observado o interesse público, tendo por objetivo ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Município e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo.

Art. 283. O Plano Diretor de Turismo deverá obrigatoriamente seguir as diretrizes adiante traçadas, dentre outras:

I - valorização dos atrativos turísticos do Município;

II - articulação e integração dos negócios turísticos, tendo como um dos vetores o guiamento turístico especializado, nos termos da lei municipal específica;

III - inclusão da população nas atividades e serviços voltados ao turismo;

IV - comércio, indústria e seus organismos participarão da infraestrutura turística do Município e contribuirão para seu desenvolvimento;

V - criação e manutenção de infraestrutura pública básica, inclusive para o estacionamento, trânsito e tráfego de veículos, unidades básicas de conforto aos usuários, principalmente dos chamados ônibus de turismo social;

VI - implementação de sinalização turística, especialmente para destaque dos locais considerados "pontos turísticos", mantendo-os e preservando-os;

VII - reutilização e revitalização de locais de uso comum nas áreas urbanas municipais, para maior interação dos munícipes e dos turistas por meio do lazer, manifestações artísticas, economia criativa e entretenimento;

VIII - previsão de estudos periódicos da capacidade de carga dos destinos turísticos para tomar medidas que visem assegurar a organização, a segurança dos respectivos espaços e o bem-estar dos munícipes e turistas.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1°. Não haverá discriminação e proibição quanto ao tipo de turismo, exceto daqueles que atentem contra a dignidade humana, ameacem o meio ambiente e explorem a atividade em desconformidade com a lei.

§ 2°. O Município poderá firmar convênios e estabelecer parcerias com a iniciativa privada, de modo a alcançar as metas traçadas no Plano Diretor de Turismo.

Art. 284. O Plano Diretor de Turismo deverá estabelecer estratégias para o desenvolvimento do turismo receptivo, também com o objetivo de articular e integrar o turismo da cidade para esse fim e envolver a participação das comunidades nos distritos urbanos e rurais do Município.

§ 1º. Dentre outras, as estratégias de que trata o caput compreenderão os seguintes vetores de turismo receptivo:

I - ecoturismo;

II - histórico;

III - cultural;

IV – religioso;

V – de aventura

VI - rural;

VII - de esportes;

VIII - de negócios e eventos;

§ 2º. A constituição do inventário turístico de que trata o art. 280, I, é condição fundamental e estratégica para desenvolvimento dos vetores do turismo receptivo.

§ 3º. Os Poderes Públicos, nos termos do art. 271 desta Lei Orgânica, poderão firmar parcerias, convênios e estabelecer programas de estágios com universidades e centros tecnológicos, com o objetivo de fomentar políticas públicas e ações de turismo receptivo.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 4º. O Plano Diretor de Turismo, nos termos da lei municipal específica, traçará estratégias de fomento às atividades de turismo rural na agricultura familiar, com a finalidade de promover o desenvolvimento das produções agrícolas e a economia dos distritos rurais.

CAPÍTULO VI

DA AGRICULTURA E DA CRIAÇÃO DE ANIMAL

Art. 285. A política agropecuária utilizará os recursos da ciência e da tecnologia e propiciará a infraestrutura necessária à promoção do desenvolvimento econômico e à preservação da natureza, buscando alcançar, dentre outros, os seguintes objetivos:

I - justiça social;

II - manutenção do homem no seu local de trabalho;

III - acesso à formação profissional;

IV - direito à educação, à cultura e ao lazer.

Art. 286. As ações de apoio à produção pelos órgãos oficiais somente atenderão a estabelecimentos agropecuários que cumpram a função social da propriedade.

Art. 287. A conservação do solo é de interesse público em todo o território municipal, impondo-se à coletividade e ao Poder Público o dever de preservá-lo e cabendo a este:

I - estabelecer regime de conservação e elaborar normas de preservação dos recursos do solo e da água, assegurando o uso múltiplo desta;

II - orientar os produtores rurais sobre técnicas de manejo e recuperação do solo;

III - desenvolver e estimular pesquisas de tecnologia de conservação do solo;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IV - desenvolver a infraestrutura física e social que garanta a produção agrícola e crie condições de permanência do homem no campo;

V - proceder à ordenação do território municipal, observados os objetivos e as ações da política agropecuária, previstos neste capítulo.

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 288. A ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

Art. 289. O Município prestará assistência social a quem dela necessitar, obedecidos os princípios e normas da Constituição da República e da Constituição do Estado.

Art. 290. É dever do Município com o objetivo de promover o bem-estar social, sobretudo da população mais carente, oportunizar a todo o cidadão residente no seu território justiça social e desenvolver, para colimar estes objetivos, concorrentemente com a União e o Estado, prioritariamente as políticas:

I - de saúde e assistência social;

II - de assistência à pessoa com deficiência, à criança, ao adolescente e à pessoa idosa;

III - de promoção da mulher e do negro, combatendo de todas as formas a qualquer tipo de discriminação;

IV - de incentivo, disseminação e promoção da cultura, da educação e do desporto;

V - de defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VI - da habitação.

Art. 291. O Município deverá consignar em seu orçamento anual verba destinada a financiar a seguridade social.

CAPÍTULO II

DA SAÚDE

Art. 292. A saúde é direito de todos e dever da União, do Estado e do Município, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso, universal e igualitário, às ações e serviços para a sua promoção e recuperação.

Art. 293. Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá em cooperação com a União e o Estado:

I - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte, lazer e cultura;

II - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III - acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação.

Art. 294. As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviços privados.

Art. 295. O Município integra, com a União e o Estado, uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo o Sistema Único de Saúde - SUS, cuja ações e serviços, na sua circunscrição territorial, serão organizadas dentro dos seguintes princípios e diretrizes:

I - planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II - planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual;

III - atendimento integralizado, hierarquizado e universalizado em todos os níveis;

IV - participação da comunidade na formulação, gestão e controle das políticas e ações de saúde;

V - integração das ações de saúde, saneamento básico e ambiental;

VI - obrigatoriedade do atendimento gratuito a todos os usuários, proibida a cobrança de todo e qualquer tipo de taxa, quer pelas unidades do serviço público ou pelos serviços privados contratados ou conveniados;

VII - gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

VIII - executar serviços de:

a) vigilância epidemiológica;

b) vigilância sanitária;

c) alimentação e nutrição;

IX - planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

X - executar a política de insumos e equipamentos para a saúde;

XI - proteger o meio ambiente das agressões que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, promovendo o seu controle;

XII - formar consórcios intermunicipais de saúde;

XIII - gerir laboratórios públicos de saúde;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XIV - avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;

XV - autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar o seu funcionamento.

§ 1º. As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º. Estão sob o controle e diretrizes do Sistema Único de Saúde no Município as unidades de saúde dos governos federal, estadual e municipal, os serviços de saúde sem fins lucrativos que recebam ou não auxílios e subvenções públicas e os serviços de saúde da rede privada lucrativa, conveniadas ou credenciadas pelo Sistema Único de Saúde.

§ 3º. É vedada ao Município a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 296. O Conselho Municipal de Saúde - CMS, órgão normativo e deliberativo, com estrutura colegiada, é composto por representantes do Poder Público, trabalhadores da saúde e usuários que, dentre outras atribuições, deverá promover os mecanismos necessários à implementação da política de saúde nas unidades prestadoras de assistência, na forma da lei.

Art. 297. O funcionamento, composição e a estrutura do Conselho Municipal de Saúde é a estabelecida na lei que o criou.

§ 1º. O Município manterá Fundo de Saúde, regulamentado na forma da Lei, que será acompanhado e fiscalizado pelo CMS e financiado com recursos orçamentários da seguridade Social da União, do Estado e do Município, além de outras fontes.

§ 2º. A Lei manterá, no âmbito do Município, duas instâncias colegiadas de caráter deliberativo: A Conferência Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 298. O Município, em conjunto com a União e com o Estado, na gerência do SUS, deverá:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias tóxicas de interesse para a saúde;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

III - desenvolver ações de saúde do trabalhador, inclusive a normatização, fiscalização e controle dos serviços de assistência à saúde e das condições de salubridade do ambiente de trabalho;

IV - assegurar a assistência farmacêutica;

V - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

VI - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

VII - incrementar em sua área de ação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VIII - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu valor nutricional, bem como bebidas e água para consumo humano;

IX - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

X - proteger o meio ambiente.

Art. 299. O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre o produto de arrecadação dos impostos.

CAPÍTULO III

DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 300. O Município de Ituaçu integra o Regime Geral de Previdência Social.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. O sistema de que trata este artigo deverá assegurar a garantia de todos os direitos previstos na Lei Federal.

Art. 301. O Município executará na sua circunscrição territorial com recursos da seguridade social, consoante normas gerais federais, os programas de ação governamental na área da assistência social.

§ 1º. As entidades beneficentes de assistência social sediadas no Município poderão integrar os programas referidos no "*caput*" deste artigo.

§ 2º. A comunidade, por meio de suas organizações representativas, participará na formulação das políticas e no controle das ações.

Art. 302. As ações na área social serão custeadas na forma do art. 195 da Constituição Federal e organizadas com base nos seguintes princípios:

I - coordenação e execução dos programas de sua esfera pelo Município;

II - participação do povo na formulação das políticas e no controle das ações.

Art. 303. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo:

I - a proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice, em comprovada condição de vulnerabilidade social;

II - o amparo às crianças e aos adolescentes em situação de risco;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a reabilitação, a habilitação e o amparo às pessoas com deficiência e sua inclusão social à vida comunitária.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo os mínimos

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

direitos sociais e provimento de condições para atender às contingências sociais e promovendo a universalização dos mencionados direitos.

Art. 304. Lei municipal disporá sobre a política pública para a população em situação de rua, estabelecendo a implementação e a manutenção pelo Município de programas e serviços voltados para essa população, inclusive a criação de locais de acolhimento.

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

Seção I

Da Educação

Art. 305. O Município promoverá prioritariamente o ensino infantil e o ensino fundamental, bem como o ensino médio com a participação da sociedade e cooperação técnica e financeira da União e do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, atendendo aos seguintes princípios:

I - a educação é um direito de todos e dever do Estado nos seus diversos níveis, cabendo ao Município oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, assegurando vagas suficientes para atender toda a demanda;

II - atuação do Município em outros níveis de ensino somente ocorrerá quando estiverem plenamente atendidas as necessidades da sua área de competência no ensino infantil e fundamental e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

III - ensino pautado pelas ideias de liberdade, solidariedade e igualdade social, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa que, com o domínio do conhecimento científico e respeito à natureza, seja capaz de atuar no processo de transformação da natureza e da sociedade;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IV - o ensino municipal tem como base o conhecimento e processo científico universal, que assegurará uma educação pluralista e oferecerá ao educando condições de acesso às diferentes concepções filosóficas, sociais e econômicas do mundo;

V - gestão democrática do ensino, na forma da lei.

Art. 306. O sistema de ensino do Município integrado ao Sistema Nacional de Educação, tendo como fundamento a unidade escolar, será organizado nas seguintes bases:

I - observância das diretrizes comuns estabelecidas nas legislações federal, estadual e municipal e das peculiaridades locais;

II - o Município integrará a Coordenação Estadual de modo a impedir a fragmentação do ensino fundamental e buscará otimização dos recursos financeiros, humanos e materiais para implementação de políticas regionais;

III - manutenção de padrão de qualidade através de controle pelo Conselho Municipal de Educação, tendo como base o custo-aluno.

Art. 307. O Poder Público Municipal assegurará na promoção do ensino infantil, fundamental e médio, a observância dos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola;

II - garantia do padrão de qualidade;

III - garantia de ensino infantil e fundamental, obrigatório e gratuito na rede escolar municipal, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

IV - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

V - garantia de prioridade de aplicação, no ensino público municipal, dos recursos orçamentários do Município, na forma estabelecida pelas Constituições Federal e Estadual e nesta Lei Orgânica;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VI - atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência na rede escolar municipal;

VII - atendimento ao educando, na educação infantil e fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

VIII - calendário escolar que atenda às peculiaridades locais, dentro das exigências do ano pedagógico;

IX - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

X – oferta de alimentação nutricional adequada específica para os alunos alérgicos.

§ 1º. O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importará na responsabilização da autoridade competente.

§ 2º. Compete ao Município recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 308. Aos membros do Magistério Municipal serão assegurados:

I - plano de carreira com promoção horizontal e vertical, mediante critério justo de aferição do tempo de serviço efetivamente trabalhado em funções do magistério, bem como o aperfeiçoamento profissional;

II - piso salarial profissional correspondente ao piso nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;

III - participação na gestão do ensino público municipal;

IV - estatuto do magistério;

V - garantia de condições técnicas adequadas para o exercício do magistério.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 309. Lei municipal regulamentará a constituição, o funcionamento, a forma de eleição, a duração do mandato de seus membros, e definirá a estrutura do Conselho Municipal de Educação.

Art. 310. São atribuições do Conselho Municipal de Educação, entre outras que a Lei dispuser:

I - discutir e aprovar o plano anual de educação para o Município, definindo suas prioridades;

II - acompanhar e controlar a execução das ações e serviços dos sistemas, inclusive estabelecendo critérios para a contratação de serviços de apoio;

III - participar da fiscalização de aplicação de recursos destinados a execução das ações e serviços do sistema;

IV - representar ao Ministério Público em defesa do direito à educação, nos termos dispostos em lei;

V - proporcionar, por todos os meios ao seu alcance, o acesso do educando ao sistema de ensino.

Art. 311. O Município aplicará anualmente 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências da União e do Estado, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º. O não atendimento ao que determina este artigo em cada trimestre deverá ser apurado e corrigido no trimestre seguinte, dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 2º. A inobservância do disposto neste artigo importa na responsabilização do(a) Prefeito(a) Municipal, punível na forma da lei.

Art. 312. As verbas do orçamento municipal de educação serão aplicadas, prioritariamente, na manutenção e aplicação da rede escolar disponibilizada pelo Município, até que seja plenamente atendida a demanda de vagas para o ensino público.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. Não constituem despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 9.394/1996.

Art. 313. O Município desenvolverá, através dos meios técnicos apropriados, ações permanentes visando à erradicação do analfabetismo no meio adulto, preferencialmente em cursos noturnos.

Art. 314. O Plano Municipal de Educação norteará as políticas para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Art. 315. O ensino religioso constitui disciplina das escolas oficiais do Município, de matrícula facultativa.

Parágrafo único. A manifestação pela matrícula em ensino religioso será do educando se maior de dezoito anos, e, se menor, dos seus pais ou responsáveis legais.

Art. 316. As escolas do Município do ensino infantil até o 5º ano do ensino fundamental farão constar no seu currículo matérias que envolvam o desenvolvimento de programas sistemáticos de educação ambiental.

Parágrafo único. A rede municipal de ensino e os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público civil incluirão em seus programas disciplina que valorize a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.

Seção II

Da Cultura

Art. 317. O Poder Público Municipal assegurará a todos meios de acesso à cultura, estimulando o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais na área do Município, obedecendo os seguintes princípios:

I - liberdade de criar, produzir, praticar e divulgar valores e bens culturais;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II - planejamento e gestão dos programas e ações culturais, em conjunto, garantindo a participação da comunidade através de suas representações;

III - compromisso do Município de resguardar e defender a integridade, independência e autenticidade da cultura brasileira, baiana e de Ituaçu;

IV - garantia do incentivo e proteção à produção cultural e ao artista, inclusive na zona rural;

V - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, assegurando-se, na programação de empresas de rádio e televisão sediadas no Município, a participação da produção artística ituaçuense, conforme percentuais estabelecidos em lei;

VI - integração das ações culturais com as educacionais, de turismo e de outros segmentos, considerando-se os elementos característicos do contexto cultural do Município e da região;

VII - o ensino da educação artística se estende às escolas da rede municipal, regionalizando-se, tanto quanto possível, o conteúdo dos programas.

Art. 318. Fica assegurado o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, na forma definida na Lei federal nº 12.933/2013, regulamentada pelo Decreto federal nº 8.537/2015, bem como das normas que vierem a alterá-los ou substituí-los.

Art. 319. Ficam sob a proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico tombados pelo Poder Público Municipal.

§ 1º. Os bens tombados pela União ou pelo Estado merecerão idêntico tratamento, mediante convênio.

§ 2º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 3º. As iniciativas para a proteção do patrimônio histórico-cultural serão estabelecidas em lei.

Art. 320. O Município poderá organizar o Conselho Municipal de Cultura com competência para opinar, discutir e assessorar o órgão responsável pela cultura no Município, dentre outras matérias definidas em Lei, sobre:

I - política municipal de cultura;

II - programas plurianuais das atividades culturais do Município;

III - programas de promoções culturais de qualquer natureza, promovidas ou patrocinadas pela administração pública municipal direta ou indireta.

Seção III

Do Desporto e Lazer

Art. 321. O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e a promoção desportiva dos clubes e associações locais, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas e educacionais quanto a sua organização e funcionamento;

II - o lazer ativo como forma de bem-estar e promoção social, saúde, higiene e educação de todas as faixas etárias e sociais da população;

III - o estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos, com destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização habitacionais e de construção nas escolas;

IV – instalação de equipamentos adequados à prática de exercícios físicos às pessoas com deficiência física, mental ou sensorial, em centros de criatividade ou em escolas especiais, públicas ou conveniadas.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 322. Município de Ituaçu incentivará o lazer como forma de promoção e integração social, criando, para isto, espaços para que a comunidade possa desfrutar das atividades de lazer.

Art. 323. O Município auxiliará, dentro do possível, as organizações beneficentes, culturais e esportivas que desenvolvam suas atividades no território.

Art. 324. Ao Município cabe assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento do desporto profissional e amador, inclusive fomentando o desporto dirigido às pessoas com deficiência, destinando a esse fim recursos humanos e materiais.

Art. 325. O Município orientará e estimulará por todos os meios a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

Parágrafo único. O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, os clubes de esportes amadores, nos termos da lei, sendo que estes, juntamente com as instituições de ensino, terão prioridade no uso de estádios, campos e instalações de propriedade do Município.

CAPÍTULO V

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM, DA PESSOA IDOSA, DO QUILOMBOLA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 326. É dever da família, da sociedade e do Município de Ituaçu assegurar:

I - à criança e ao adolescente a Proteção Integral em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - ao jovem, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade;

III – à Pessoa Idosa, a observância do que registra o seu Estatuto.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. O Poder Público Municipal deverá proteger os direitos fundamentais das comunidades quilombolas, promover e implementar políticas públicas voltadas à saúde, à educação, ao desenvolvimento econômico, à preservação da cultura e da identidade, e ao território dos remanescentes de quilombos, entre outras.

Art. 327. O Município de Ituaçu dispensará proteção especial à família e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º. Serão proporcionadas, dentro da esfera de atribuição do Município, aos interessados todas as facilidades para celebração do casamento.

§ 2º. A lei disporá sobre a assistência às pessoas idosas, à maternidade, às pessoas com deficiência, às crianças e aos adolescentes.

§ 3º. No âmbito de sua competência, lei municipal disporá sobre a adaptação dos logradouros, transporte público coletivo e dos edifícios de uso público, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas com deficiência.

§ 4º. Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual, dispondo sobre a proteção à infância, à juventude, às pessoas idosas e às pessoas com deficiência física, sensorial ou mental.

§ 5º. Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - amparo às famílias de baixa renda;

II - estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

III - colaboração com as entidades de assistência social;

IV - amparo às pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

V - assegurar, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de proporcionar à criança e ao adolescente o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

VI - garantir, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

VII - colaboração com a União, com o Estado da Bahia e com outros Municípios na consecução das diretrizes da política de atendimento estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VIII - são diretrizes da política de atendimento municipal à criança e ao adolescente:

a) criação de conselhos municipais;

b) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

c) manutenção de fundos municipais vinculados aos respectivos conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

d) facilitar a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

e) mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade na construção e efetivação da política municipal de atendimento às necessidades das crianças e dos adolescentes;

f) manutenção e organização do Conselho Tutelar, na forma estabelecida em lei, observada a legislação federal e estadual;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IX - são diretrizes da política de atendimento municipal à pessoa idosa:

a) políticas sociais básicas;

b) políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;

c) serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

d) serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por pessoas idosas abandonadas em hospitais e instituições de longa permanência;

e) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos das pessoas idosas;

f) mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento à pessoa idosa.

Art. 328. O Município promoverá o apoio necessário às pessoas idosas e às com deficiência, para fins de recebimento do salário mínimo mensal, previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal.

Art. 329. Os programas de amparo às pessoas idosas serão executados preferencialmente em seus lares.

Art. 330. O Município criará programas de atendimento especializado para pessoas com deficiência, visando a sua integração, mediante treinamento, dos que forem adolescentes, para o trabalho, a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Art. 331. Dentre outras providências, para atender ao que determina o artigo anterior, o Poder Público Municipal deverá:

I - na construção de edifícios públicos municipais de qualquer destinação, fazer constar:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

a) rampa de acesso que possibilite o trânsito para cadeirantes;

b) portas com mais de um metro de largura, quando de acesso ao edifício ou às suas repartições;

c) sanitários adaptados para pessoa com deficiência física, de acordo com normas técnicas pertinentes;

II - nas vias e logradouros públicos:

a) rebaixar os meios-fios das principais vias públicas em locais estratégicos, bem como, nesses locais, construir rampas;

b) providenciar, junto às repartições públicas pertinentes, a colocação de caixa de correios com altura própria para utilização de cadeirantes;

c) construir, nos abrigos de ponto de transporte coletivo urbano, dispositivo que facilite a entrada de pessoa com deficiência física nos ônibus;

III - fazer constar, na concessão de serviço de transporte coletivo urbano, cláusula que obrigue a empresa concessionária a adaptar nos seus ônibus:

a) na porta de saída, que servirá também de entrada, corrimão especial para facilitar o acesso de pessoa com deficiência;

b) em, pelo menos, 20% (vinte por cento) de sua frota, cadeiras especiais em local compatível, reservada para pessoa com deficiência física.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO VI

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 332. Além da participação dos cidadãos, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, será admitida e estimulada a colaboração popular em todos os campos de atuação do Poder Público.

Parágrafo único. O disposto neste capítulo tem fundamento nos artigos 5º e 29, XII e XIII, entre outros, da Constituição Federal.

Seção II

Das Associações

Art. 333. Será garantida a participação da comunidade, através de suas associações representativas, no planejamento municipal e na discussão de projetos de lei de interesse do Município.

Art. 334. A população do Município de Ituaçu poderá organizar-se em associações, observadas as disposições da Constituição Federal e da Estadual, desta Lei Orgânica, da legislação aplicável e de estatuto próprio, o qual, além de fixar o objetivo da atividade associativa, estabeleça, entre outras vedações:

I –o desenvolvimento de atividades político-partidárias;

II - discriminação a qualquer título.

§ 1º. Nos termos deste artigo, poderão ser criadas associações com os seguintes objetivos, dentre outros:

I - proteção e assistência à criança, ao adolescente, aos desempregados, às pessoas com deficiências, aos pobres, às pessoas idosas, à mulher, à gestante, aos doentes e aos presidiários;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II - representação dos interesses dos moradores de bairros e distritos, de consumidores, de donas de casa, de pais e mães de alunos, de alunos, de professores e de contribuintes;

III - colaboração com a educação e a saúde;

IV - proteção e conservação da natureza e do meio ambiente;

V - promoção e desenvolvimento da cultura, das artes, dos esportes, do lazer e do turismo.

§ 2º. O Poder Público incentivará a formação das associações com objetivos diversos dos previstos no parágrafo anterior, sempre que houver o interesse social, priorizando a colaboração comunitária e a participação popular na formulação e execução de políticas públicas.

§ 3º. As associações que receberem ajuda financeira do Município ficam obrigadas a prestar contas anualmente ou mensalmente, se for o caso, à Câmara Municipal com os devidos balancetes do auxílio recebido.

§ 4º. O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará na anulação imediata do convênio celebrado, ficando a beneficiada obrigada a restituir os valores já recebidos, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Seção III

Das Cooperativas

Art. 335. Respeitado o disposto na Constituição Federal e do Estado, nesta Lei Orgânica e nas demais legislações aplicáveis à matéria, poderão ser criadas cooperativas para o fomento de atividades nos seguintes setores:

I - agricultura, pecuária e pesca;

II - construção de moradias;

III - abastecimento urbano e rural;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IV – qualquer outro gênero de serviço, operação ou atividade, nos termos da lei.

CAPÍTULO VII

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 336. A política e as ações de saneamento básico são de natureza pública, competindo ao Município, com a assistência técnica e financeira do Estado, a oferta, a execução, a manutenção e o controle de qualidade dos serviços delas decorrentes.

§ 1º. Constitui-se direito de todos a oferta dos serviços de saneamento básico, garantindo-se a participação popular no estabelecimento das diretrizes e da política de saneamento básico do Município, bem como na fiscalização e no controle dos serviços prestados.

§ 2°. Consideram-se como saneamento básico os serviços referentes à:

I - captação, adução, tratamento e abastecimento de água;

II – adução, tratamento e destinação final adequada dos esgotos sanitários;

III - limpeza urbana.

§ 3º. A política de saneamento básico do Município, respeitando as diretrizes do Estado e da União, garantirá:

I - abastecimento de água em quantidade suficiente para assegurar a adequada higiene e conforto, e com qualidade compatível com os padrões de potabilidade;

II –coleta, tratamento e disposição dos esgotos sanitários, dos resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais de forma a preservar o equilíbrio ecológico do meio ambiente, e na perspectiva de prevenção de ações danosas à saúde;

III - controle de vetores, sob a ótica da proteção à saúde pública.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§4º. O Município poderá desenvolver sua política de saneamento com apoio técnico e financeiro do Estado e da União.

§5º. As prioridades e a metodologia das ações de saneamento deverão ser norteadas pela avaliação do quadro sanitário da área a ser beneficiada, devendo ser os objetivos principais das ações a reversão e a melhoria de seu perfil epidemiológico.

Art. 337. O Município desenvolverá mecanismos institucionais que compatibilizem as ações de saneamento básico e habitação, de desenvolvimento urbano, de preservação do meio ambiente e da gestão dos recursos hídricos, buscando integração com outros Municípios, nos casos em que se exigirem ações conjuntas.

Parágrafo único. O Município incentivará e apoiará o desenvolvimento de pesquisas para melhoria do saneamento básico.

Art. 338. O Poder Público executará programas de educação sanitária, de modo a suplementar a prestação de serviços de saneamento básico, isoladamente ou em conjunto com organizações públicas de outras esferas de governo ou entidades privadas.

CAPÍTULO VIII

DO MEIO AMBIENTE

Art. 339. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, patrimônio comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se à coletividade e em especial ao Poder Público o dever de defendê-lo, garantida sua conservação, recuperação e proteção em benefício das gerações atuais e futuras.

Art. 340. O Município, na definição da sua política de desenvolvimento econômico e social, observará, como um de seus princípios fundamentais, a proteção ao Meio Ambiente, a exploração dos recursos naturais de forma ecologicamente adequada e a autossustentação dos recursos naturais.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 341. É dever do Poder Público elaborar e implementar, através de lei, a política ambiental integrada do Município, que contemplará a necessidade do conhecimento das características e recursos dos meios físicos e biológicos, de diagnóstico de utilização e definição de diretrizes para o seu melhor aproveitamento no processo de desenvolvimento econômico e social.

Art. 342. Compete ao Poder Público Municipal, através de seus órgãos e entidades componentes da administração direta e indireta:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas;

II - definir e implantar áreas e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais do espaço territorial do Município, a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e suspensão, inclusive dos já existentes, permitida somente por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

III - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental e de relatório de impacto ambiental para construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade;

IV - promover a educação ambiental, visando a participação pública para proteção e conservação do meio ambiente, incluindo a implantação de núcleo de educação ambiental, na forma da lei;

V - proteger a fauna e a flora, em especial as espécies ameaçadas de extinção, as vulneráveis ou raras, assegurando sua preservação e reprodução, fiscalizando a extração, captura, produção, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos, vedando-se a prática de atos que submetam os animais à crueldade;

VI - combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - fiscalizar as atividades de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VIII - definir o uso e ocupação do solo, subsolo e águas através de planejamento que englobe diagnóstico, análise técnica e definições de diretrizes de gestão dos espaços, respeitando a conservação e qualidade ambiental;

IX - estimular e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;

X - controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos ou substâncias que comportem riscos para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente;

XI - promover medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental;

XII - exigir o inventário das condições ambientais das áreas sob ameaça de degradação ou já degradadas.

§1º. É vedada a concessão de recursos públicos ou incentivos fiscais às atividades que desrespeitem as normas e padrões de proteção ao meio ambiente, natural ou de trabalho.

§2º. Fica o Município obrigado a exigir a recuperação de áreas de preservação permanente daqueles que irregularmente a ocuparem ou a degradarem.

§3º. É dever do Município o fomento à agricultura orgânica, plantio de agroflorestas e de plantas nativas.

§ 4°. Aquele que explorar recursos minerais, inclusive na extração de areia, cascalho ou pedreiras, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Art. 343. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções na forma

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

da lei, independentemente da obrigação dos infratores de restaurar os danos causados.

Art. 344. Aquele que utilizar recursos ambientais fica obrigado, na forma da lei, a realizar programas de monitoramento, a serem estabelecidos pelos órgãos competentes.

Art. 345. Para promover, de forma eficaz, a preservação do meio ambiente, cumpre ao Município:

I - promover a regeneração de áreas degradadas de interesse ecológico, objetivando especialmente a proteção de terrenos erosivos e de recursos hídricos, bem como a conservação de índices mínimos de cobertura vegetal;

II - estimular, mediante incentivos fiscais, a criação e a manutenção de unidades privadas de preservação;

III - exigir a utilização de práticas conservacionistas que assegurem a potencialidade produtiva do solo e coibir o uso de queimadas como técnica de manejo agrícola ou com outras finalidades ecologicamente inadequadas;

IV - estabelecer, sempre que necessário, áreas sujeitas a restrições de uso.

§ 1º. Ficam proibidas as queimadas em áreas de matas ciliares e de vegetação que recobre a periferia de nascentes, lagos, rios e mananciais.

§ 2º. O Município adotará, como critério permanente na elaboração de novos projetos viários e na reestruturação dos já existentes, a necessidade do plantio e a conservação de árvores.

Art. 346. O Município poderá organizar o Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão responsável pela administração de qualidade ambiental e uso adequado dos recursos naturais do Município, coordenador das ações de integração de organismos da administração pública com as da iniciativa privada.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 347. O Município poderá interditar a passagem ou estacionamento de veículos portadores de cargas perigosas e/ou radioativas nas áreas habitadas.

Art. 348. As empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, não sendo permitida a renovação da permissão ou concessão nos casos de reincidência de infrações intencionais.

Art. 349. É obrigatória ao agente que causou a degradação ambiental a recuperação da vegetação nativa e a recomposição da fauna nas áreas protegidas por lei.

CAPÍTULO IX

DA HABITAÇÃO

Art. 350. É de competência do Município com relação à habitação:

I - elaborar a política municipal de habitação, promovendo prioritariamente programas de construção de moradias populares, garantindo-lhes condições habitacionais de infraestrutura urbana que assegurem um nível compatível com a dignidade da pessoa humana;

II - gerenciar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados a financiamentos para a habitação popular;

III - promover a captação e o gerenciamento de recursos provenientes de fontes externas ao Município, privados ou governamentais;

IV - promover a formação de estoques de áreas no Município para viabilizar programas habitacionais.

Art. 351. A Lei Municipal estabelecerá a Política Municipal de Habitação, que deverá prever articulações e integração das ações do Poder Público e a participação popular das comunidades organizadas através de suas entidades representativas, bem como instrumentos institucionais e financeiros para sua execução.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1º. A distribuição de recursos públicos priorizará o atendimento das necessidades sociais nos termos da Política Municipal de Habitação e será prevista no plano plurianual do Município, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, que destinará recursos específicos para o Programa de Habitação de Interesse Social.

§ 2º. Os recursos do Município alocados em programas municipais habitacionais serão destinados a suprir a deficiência de moradia de famílias de baixa renda, segundo avaliação socioeconômica realizada por órgão de Assistência Social do Município.

Art. 352. O Município, a fim de facilitar o acesso à habitação, apoiará a construção de moradias populares realizadas pelos próprios interessados, por cooperativas habitacionais e através de outras modalidades alternativas.

Parágrafo único. O Município apoiará o desenvolvimento de pesquisa de materiais e sistemas construtivos alternativos e de padronização de componentes, visando garantir o barateamento da construção, sem perda de qualidade e de segurança das obras.

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 353. Os membros da Câmara Municipal prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município no ato de sua promulgação.

Art. 354. Os Poderes Executivo e Legislativo procederão, no que lhes couber, a adequação de suas estruturas organizacionais aos preceitos desta Lei Orgânica em até 02 (dois) anos de sua promulgação.

Art. 355. As Leis Municipais sancionadas e vigentes até a promulgação desta Lei Orgânica serão por ela recepcionadas materialmente, desde que compatíveis com suas definições.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 356. Até que ocorra a sua extinção no prazo e forma determinados pelo art. 129 da Constituição Federal, aplicam-se ao imposto previsto no art. 199, II, desta Lei Orgânica as regras estabelecidas pela EC nº 132/2023, ficando, desde já, autorizada a expedição de qualquer norma regulamentar que se faça necessária para que ocorra a devida compatibilização.

Art. 357. A publicação de leis e atos municipais far-se-á no Diário Oficial do Município, em órgão da imprensa local, quando exigido pela legislação, e nos sítios oficiais da Prefeitura e da Câmara.

Art. 358. A Câmara Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias da promulgação desta Lei Orgânica, promoverá a publicação de edição popular, para distribuição gratuita a todas as entidades públicas, bem como a todas instituições representativas da comunidade, legalmente constituídas, com sede no Município, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.

Parágrafo único. A Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Ituaçu serão, obrigatoriamente, disponibilizados nos sítios eletrônicos oficiais do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Art. 359. Entre os outros previstos em lei, será considerado feriado municipal o dia 26 (vinte e seis) de agosto, data da emancipação política do Município de Ituaçu.

Art. 360. Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos membros da Câmara Municipal, é promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, entrando em vigor na data da sua promulgação.

Ituaçu-Bahia, 11 de dezembro de 2024.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

LEGISLATURA 2021-2024

Almir Santos Pessoa - Presidente

José César Wanderley Brito - Vice-Presidente

José Antônio Brito Fontana -1º Secretário

Ednei de Novais Ferreira – 2º Secretário

Joel Teixeira Silva

Márcio Aparecido Araújo Rocha

Ronaldo da Silva Rocha

Reinalvo Rocha Ferreira

Adriano Silva Machado

Sivaldo Ferreira da Silva

Tertulina Silva Andrade

COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

RONALDO DA SILVA ROCHA
Presidente

JOEL TEIXEIRA SILVA
Relator

JOSÉ CÉSAR WANDERLEY BRITO
Secretário

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUAÇU – BAHIA

ITUAÇU – BAHIA

2024

SUMÁRIO

TÍTULO I – DO PODER LEGISLATIVO.....13

CAPÍTULO I – DA CÂMARA MUNICIPAL.....13

Seção **I –** Das Funções.....13

Seção **II –** Da Sede 14

Seção **III –** Da instalação.....15

Seção **IV –** Da Secretária Administrativa.....17

CAPÍTULO II – DA MESA.....18

Seção **I –** Da formação.....18

Seção **II –** Da substituição.....21

Seção **III –** Da extinção do mandato.....22

Subseção **I –** Das disposições preliminares.....22

Subseção **II –** Da renúncia.....23

Subseção **III –** Da destituição.....24

Seção **IV –** Da competência.....27

Seção **V –** Das atribuições específicas dos membros.....30

Subseção I – Do Presidente da Câmara Municipal.....30

Subseção II – Do Vice-Presidente.....37

Subseção III – Dos Secretários.....38

CAPÍTULO III – DO PLENÁRIO.....39

CAPÍTULO IV – DAS COMISSÕES.....44

Seção **I –** Das disposições preliminares.....44

Seção **II –** Das comissões permanentes.....45

Subseção **I –** Da composição.....45

Subseção **II –** Da competência.....48

Subseção **III –** Dos Presidentes, Vice-presidentes e Secretários.....54

Subseção **IV –** Das reuniões.....57

Subseção **V –** Dos trabalhos.....58

Subseção **VI –** Dos pareceres.....60

Subseção **VII –** Da vacância, licenciamento e impedimentos.....62

Seção **III –** Das comissões temporárias.....64

Subseção **I –** Das disposições preliminares.....64

Subseção **II –** Das comissões especiais.....65

Subseção **III –** Das comissões de representação.....66

Subseção **IV –** Das comissões de investigação e processante.....67

Subseção **V –** Das comissões parlamentares de inquérito.....70

CAPÍTULO V – DOS VEREADORES.....76

Seção **I –** Do exercício da vereança.....76

Subseção **I –** Dos deveres e direitos.....76

Seção **II –** Da remuneração.....79

Seção **III –** Das vedações.....79

Seção **IV –** Das vagas.....79

Seção **V –** Do decoro parlamentar.....80

Subseção **I –** Das condutas incompatíveis com o decoro parlamentar.....80

Seção **VI –** Das faltas e das licenças.....82

Seção **VII –** Da suplência.....83

CAPÍTULO VI – DAS LIDERANÇAS.....84

Seção I – Das Lideranças de Bancadas.....84

Seção II – Da Liderança de Blocos Parlamentares.....85

Seção III – Da Liderança de Governo.....85

TÍTULO II – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS.....86

CAPÍTULO I – DA LEGISLATURA.....86

CAPÍTULO II – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS.....86

Seção **I –** Das disposições preliminares.....86

Seção **II –** Das reuniões.....88

Subseção **I –** Da duração e prorrogação.....88

Subseção **II –** Da suspensão e encerramento.....89

Subseção **III –** Da publicidade.....90

Subseção **IV –** Das atas.....91

Seção **III –** Das reuniões ordinárias.....93

Subseção **I –** Das disposições preliminares.....93

Subseção **II –** Do expediente.....95

Subseção **III –** Da ordem do dia.....97

Subseção **IV –** Da explicação pessoal.....101

Seção **IV –** Das reuniões extraordinárias.....102

Seção **V –** Das reuniões solenes.....103

CAPÍTULO III – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS.....104

TÍTULO III – DAS PROPOSIÇÕES.....104

CAPÍTULO I – DAS MODALIDADES E SEUS REQUISITOS.....104

CAPÍTULO II – DA TRAMITAÇÃO.....105

Seção **I –** Da iniciativa.....105

Seção **II –** Do recebimento.....107

Seção **III –** Da apresentação.....110

Seção **IV –** Da apreciação.....111

Seção **V –** Do regime de urgência.....111

Subseção I – Das Disposições Gerais.....111

Subseção II - Da Tramitação.....112

Seção **VI –** Dos turnos.....113

Seção **VII –** Da redação final.....114

CAPÍTULO III – DAS INDICAÇÕES.....116

CAPÍTULO IV – DOS REQUERIMENTOS.....116

Seção **I –** Das disposições gerais.....116

Seção **II –** Dos requerimentos sujeitos a despacho de plano pelo Presidente da Câmara Municipal.....117

Seção **III –** Dos requerimentos sujeitos à deliberação do plenário.....119

CAPÍTULO V – DAS MOÇÕES.....121

CAPÍTULO VI – DOS PROJETOS.....122

Seção **I –** Das espécies e suas formas.....122

Seção **II –** Da destinação.....123

Subseção **I –** Dos projetos de resolução.....123

Subseção **II –** Dos projetos de decretos legislativos.....123

Subseção **III –** Dos projetos de lei ordinária.....123

Subseção **IV –** Dos projetos de Lei complementar.....123

Subseção **V –** Dos projetos de emenda a lei orgânica do município.....124

CAPÍTULO VII – DAS EMENDAS.....124

CAPÍTULO VIII – DOS RECURSOS AS DECISÕES DO PRESIDENTE.....126

CAPÍTULO IX – DA SANÇÃO, VETO E DA PROMULGAÇÃO.....127

TÍTULO IV – DAS DELIBERAÇÕES.....129

CAPÍTULO I – DAS DISCUSSÕES.....129

Seção **I –** Das disposições gerais.....129

Seção **II –** Dos apartes.....132

Seção **III –** Do encerramento.....132

CAPÍTULO II – DA VOTAÇÃO.....133

Seção **I –** Das disposições gerais.....133

Seção **II –** Do encaminhamento.....135

Seção **III –** Do adiamento.....136

Seção **IV –** Dos processos.....136

Subseção I – Do Processo Simbólico.....136

Subseção II – Do Processo Nominal.....137

Subseção III – Da Verificação Nominal.....138

Seção **V –** Da Declaração do Voto.....139

CAPÍTULO III – DO TEMPO DE USO DA PALAVRA.....139

CAPÍTULO IV – DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS.....142

Seção **I –** Das questões de ordem.....142

Seção **II –** Dos precedentes regimentais.....143

TÍTULO V – DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....143

CAPÍTULO I – DA INICIATIVA POPULAR NOS PROJETOS DE LEI.....143

CAPÍTULO II – DA TRIBUNA LIVRE.....144

CAPÍTULO III – DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.....145

CAPÍTULO IV – DO PLEBISCITO E DO REFERENDO.....147

TÍTULO VI – DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL.....147

CAPÍTULO I – DO ORÇAMENTO.....147

Seção **I –** Da proposta do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.....147

Seção **II –** Da tramitação.....148

Subseção **I –** Das disposições gerais.....148

Subseção **II –** Da proposta do plano plurianual.....150

Subseção **III –** Da proposta de lei de diretrizes orçamentárias.....152

Subseção **IV –** Da proposta de lei orçamentária anual.....152

Seção **III –** Das vedações.....153

CAPÍTULO II – DOS CÓDIGOS.....156

CAPÍTULO III – DOS TÍTULOS HONORÍFICOS E HOMENAGENS.....158

Seção **I –** Das disposições gerais.....158

CAPÍTULO IV – DO REGIMENTO INTERNO.....160

Seção **I –** Da alteração ou reforma do Regimento interno.....160

TÍTULO VII – DO PODER EXECUTIVO.....160

CAPÍTULO I – DA RESPONSABILIDADE DO(A) PREFEITO(A).....160

Seção **I –** Dos crimes de responsabilidade do(a) Prefeito(a).....160

Seção **II –** Das vedações ao(a) Prefeito(a).....161

Seção **III –** Das infrações políticas- administrativas e o processo político de cassação do mandato do(a) Prefeito(a).....161

Seção **IV –** Da suspensão e da perda do mandato do(a) Prefeito(a).....161

CAPÍTULO II – DA LICENÇA DO(A) PREFEITO(A) E DO VICE-PREFEITO.....161

CAPÍTULO III – DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS.....162

CAPÍTULO IV – DA REMUNERAÇÃO DO(A) PREFEITO(A), DO(A) VICE-PREFEITO(A)(A) E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS.....163

CAPÍTULO V – DO JULGAMENTO DAS CONTAS MUNICIPAIS.....163

TÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS.....167

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS.....167

RESOLUÇÃO Nº 006/2024

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUAÇU-BAHIA

"*Dispõe sobre a reforma e atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ituaçu-Bahia, nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual e da Lei Orgânica deste Município*".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUAÇU - BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a Resolução nº 006/2024 de 12 de dezembro de 2024, que dá novo texto ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Ituaçu, nos seguintes termos:

TÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS FUNÇÕES

Art. 1º. O Poder Legislativo municipal é exercido pela Câmara Municipal, que tem funções legislativas, de fiscalização e de controle externo do Poder Executivo, de julgamento político-administrativo e de administração de sua economia interna.

§ 1º. As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, elaboração das leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município.

§ 2º. A função de fiscalização, compreendendo a contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município, das entidades da Administração indireta municipal e de pessoas naturais ou jurídicas da iniciativa privada que, por qualquer razão, recebam, administrem ou manuseiem bens e recursos públicos, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas, compreendendo:

I – apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo(a) Prefeito(a);

II – acompanhamento das atividades financeiras do Município;

III – julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações, empresas e sociedades instituídas e

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

mantidas pelo Poder Público, bem como as pessoas naturais e jurídicas da iniciativa privada que, por qualquer razão, recebam, administrem ou tenham contato com bens e recursos públicos e as contas daqueles que derem causas à perda, extravio de bens e de recursos públicos ou outras irregularidades de que resulte prejuízo ao erário público.

§ 3º. A função administrativa restringe-se à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

SEÇÃO II

DA SEDE

Art. 2º. A Câmara Municipal tem sua sede em prédio destinado para este fim, situado na Praça Dr. Ordálvio Souza Guimarães, 17, Centro, CEP 46.640-000 no Município de Ituaçu-Bahia.

Parágrafo único. Fica autorizada, mediante deliberação da maioria dos Vereadores, a mudança temporária da sede da Câmara Municipal, em caso de impossibilidade eventual de utilização do prédio onde a mesma se encontra instalada, bem como a realização de sessões itinerantes, desde que respeitados os limites territoriais do Município de Ituaçu – Bahia.

Art. 3º. No recinto de reunião do Plenário não poderão ser afixados símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidárias, ideológica, ou promocional de pessoas vivas ou entidades de qualquer natureza.

Parágrafo único. O disposto nesse artigo não se aplica à colocação de brasão ou bandeira do País, do Estado ou do Município, na forma da legislação aplicável, bem como de obra artística de autor consagrado, fotos de ex-Vereadores, ex-prefeitos, ou de personalidades locais, estas em homenagens póstumas.

Art. 4º. Cabe ao Presidente da Câmara, quando o interesse público o exigir, liberar o recinto de reuniões da Câmara para utilização diversa de sua finalidade.

SEÇÃO III

DA INSTALAÇÃO

Art. 5º. A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão solene, às 09h (nove horas) do dia 1º de janeiro de cada legislatura, sob a Presidência do Vereador que mais recentemente tenha ocupado cargo na Mesa Diretora na legislatura anterior, respeitando a ordem hierárquica dos cargos, e na inexistência deste, do mais votado dentre os presentes, e, ainda, em caso de empate, do Vereador de maior idade dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos e dar posse aos Vereadores.

Parágrafo único. O(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a)(a) e Vereadores deverão apresentar seus diplomas na Secretaria Administrativa da Câmara, antes da reunião de instalação, prevista no caput deste artigo.

Art. 6º. Os Vereadores, munidos do respectivo diploma, tomarão posse na sessão de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere o artigo anterior, de tudo sendo lavrado ata em livro próprio, e após ter manifestado compromisso, que será lido pelo Presidente, consistente da seguinte fórmula: *"Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado da Bahia e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar dignamente o mandato que me foi confiado e trabalhar constantemente pelo progresso do Município de Ituaçu e pelo bem-estar do seu povo".*

§ 1º. Prestado o compromisso de forma individual por cada um dos Vereadores, mediante o proferimento da seguinte expressão: "*Assim prometo*".

§ 2º. Após a posse dos Vereadores, bem como a realização da eleição da Mesa nos termos do art. 20 deste Regimento, a Mesa Diretora eleita para o primeiro biênio da legislatura, convidará, a seguir, ou, em outro momento do dia 1° de janeiro, o(a) Prefeito(a) e o(a) Vice-Prefeito(a)(a) eleitos(as) e regularmente diplomados(as) para tomarem posse e prestarem o compromisso a que se refere o caput deste artigo, e os declarará empossados.

Art. 7º. O Vereador que não tomar posse na reunião de instalação deve fazê-lo no prazo de 30 (trinta) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, e prestará compromisso individualmente, sob pena de extinção do mandato.

Art. 8º. O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia comprovação da desincompatibilização.

Art. 9º. No ato da posse e no término do mandato, o(a) Prefeito(a), o(a) Vice-Prefeito(a)(a) e os Vereadores farão declaração escrita descritiva dos bens de sua propriedade, nos termos da legislação federal.

Parágrafo único. A declaração a que se refere o *caput* deste artigo, com relação ao(a) Prefeito(a) e ao(a) Vice-Prefeito(a)(a), será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo e publicada no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da posse.

Art. 10. Após finalizada a cerimônia de posse**,** o Presidente provisório facultará a palavra por 10 (dez) minutos a cada um dos Vereadores e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Art. 11. Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria Administrativa, em cumprimento de determinação constante de portaria, ato da mesa diretora, ordem de serviços ou atos baixados pelo Presidente.

Parágrafo único. Todos os serviços da Secretaria Administrativa serão dirigidos e disciplinados pela Presidência da Câmara, que contará com o auxílio do Secretário.

Art. 12. A estruturação dos serviços da Secretaria Administrativa da Câmara e a fixação das funções atinentes aos órgãos e cargos públicos a ela relacionados serão estabelecidos através de resolução, cujo projeto será de iniciativa da Mesa Diretora.

Art. 13. A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

Art. 14. Os processos serão organizados pela Secretaria Administrativa, conforme o disposto em ato da Presidência.

Art. 15. Quando, por extravio, dano ou retenção indevida, tornar-se impossível o andamento de qualquer proposição, a Secretaria Administrativa providenciará a reconstrução do processo respectivo, por determinação do Presidente, que deliberará de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 16. As dependências da Secretaria Administrativa, bem como seus serviços, equipamentos e materiais serão de livre utilização pelos Vereadores, desde que observada a regulamentação constante de Ato da Presidência.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 17. A Secretaria Administrativa, mediante autorização expressa do Presidente, fornecerá a qualquer pessoa, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, no prazo de até 15 (quinze) dias, certidão de atos, contratos e decisões das quais tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade administrativa da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Art. 18. Os Vereadores poderão interpelar a Presidência, mediante requerimento, sobre os serviços da Secretaria Administrativa ou sobre a situação do respectivo pessoal, bem como apresentar sugestões para melhor andamento dos serviços, através de indicação fundamentada.

CAPÍTULO II

DA MESA

SEÇÃO I

DA FORMAÇÃO

Art. 19. A Mesa Diretora da Câmara será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, eleitos para mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução para o mesmo cargo dentro da mesma legislatura ou em legislatura diferente.

Art. 20. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador que tenha dirigido a Sessão de Instalação da Legislatura e, estando presente a maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão, pelo voto aberto e por maioria simples, o Presidente, Vice-Presidente, 1º (primeiro) e 2º (segundo) Secretários da Mesa Diretora do Poder Legislativo para o primeiro biênio, que ficarão automaticamente empossados, observando o seguinte rito procedimental:

I – a chapa completa, na forma do artigo 19 deste Regimento, contendo os nomes completos dos candidatos, cargos e respectivas

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

assinaturas, deverá ser protocolada através de requerimento perante o Servidor da Secretaria Administrativa, obrigatoriamente logo após a Posse dos Vereadores na Sessão de Instalação da Legislatura e com antecedência mínima de 30min (trinta minutos) da hora designada para a realização da eleição;

II – será feita a leitura das chapas concorrentes pelo secretário *ad hoc*, sendo concedido o tempo de 05 (cinco) minutos para que cada candidato à Presidência da Câmara Municipal possa se pronunciar na tribuna para defesa de sua chapa;

III – realização, por ordem do Presidente, da chamada regimental, para a verificação do quórum de deliberação;

IV – o quórum de deliberação será o de maioria absoluta para a realização da votação, e o quórum de aprovação que declarará a chapa vencedora o de maioria simples;

V – chamada, em ordem alfabética, dos nomes dos Vereadores, pelo secretário *ad hoc*, para que proceda à votação;

VI - o Presidente convidará os Vereadores, um por vez, a responderem oralmente em qual chapa irão votar, as quais serão registradas por sequência numérica, respeitada a ordem de protocolo, bem como identificada pelo nome do candidato à presidente;

VII – após o voto do último Vereador presente, será proclamado o resultado pelo Presidente da Sessão de Instalação, lavrando-se a ata respectiva.

VIII – em caso de empate, deverá se proceder com a realização de um segundo escrutínio, entre as duas chapas mais votadas, que tenham igual número de votos;

IX – persistindo o empate, será declarado eleita a chapa que tiver o Vereador de maior idade concorrendo ao cargo de Presidente;

X – proclamado o resultado da votação, o Presidente da Sessão de Instalação dará posse imediata aos membros da chapa vencedora do pleito, passando, incontinenti, a direção dos trabalhos ao Presidente empossado.

§ 1º. Na composição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos com representação na Câmara Municipal.

§ 2º. Caso exista painel eletrônico para registro de votação, os votos nominal e oral, previsto no VI deste artigo, poderão ser substituídos por simples registro no painel eletrônico, com ampla publicidade.

Art. 21. Na eleição para renovação da Mesa Diretora, observar-se-á, no que for compatível, o mesmo procedimento previsto no artigo anterior, empossando-se os eleitos em 1º de janeiro do ano seguinte ao da ocorrência do pleito, quando deverão os eleitos assinar termo de posse.

§ 1°. A eleição para renovação da Mesa Diretora poderá ser realizada a partir do início do segundo período legislativo, no segundo ano do primeiro biênio, devendo, contudo, ser publicado edital de convocação, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data da eleição, oportunizando as chapas interessadas concorrem.

§ 2º. O prazo máximo para eleição da renovação da Mesa Diretora é a última reunião ordinária realizada no segundo ano do primeiro biênio.

§ 3°. Caberá ao Presidente em final de mandato, ou ao seu substituto legal, proceder à eleição para renovação da Mesa.

§ 4º. O registro das chapas deverá ser realizado, perante a Secretaria Administrativa, com antecedência de, no mínimo, 30min (trinta minutos)

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

antes da sessão em que se processará a eleição dos componentes da Mesa Diretora.

§ 5°. O servidor competente deverá registrar a data e horário de recebimento, para fins de atestar a tempestividade do registro das chapas.

Art. 22. Na hipótese de não haver o quórum de deliberação para eleição da Mesa, o Vereador que mais recentemente tiver exercido cargo na Mesa ou, na hipótese de inexistir tal situação, o mais votado entre os presentes, assumirá a presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 23. Para as eleições disciplinadas nesta seção, poderão concorrer quaisquer Vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa na legislatura precedente.

Parágrafo único. O suplente de Vereador convocado para assumir temporariamente o mandato do titular somente poderá ser eleito para cargo da Mesa quando não for possível preenchê-lo de outro modo.

SEÇÃO II

DA SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA

Art. 24. Em suas faltas ou impedimentos, o Presidente da mesa será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 1º. Estando ambos ausentes, serão substituídos pelo 1º secretário, que será secretariado pelo 2º Secretário ou por qualquer um de seus pares se aquele não estiver presente.

§ 2º. Nas ausências simultâneas do Presidente, do Vice – Presidente e do 1º Secretário, a Presidência passará a ser exercitada pelo 2º Secretario, que convidará qualquer um de seus pares presentes para secretariá-lo.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 25. Ausentes em Plenário o 1º e o 2º secretários, o Presidente, ou quem lhe estiver fazendo as vezes, convidará qualquer Vereador para substituí-los em caráter eventual.

Art. 26. Na hora determinada para o início da reunião, verificada a ausência dos membros da mesa e de seus substitutos, assumirá a presidência o Vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá um entre os Vereadores presentes para ser secretário ad hoc.

Parágrafo único. A mesa, composta na forma deste artigo, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular da mesa ou de seus substitutos legais.

SEÇÃO III

DA EXTINÇÃO DO MANDATO

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 27. As funções dos membros da mesa cessarão pela:

I – posse da mesa eleita para o mandato subsequente;

II – renúncia, apresentada por escrito;

III – destituição;

IV – cassação ou extinção do mandato de Vereador.

Art. 28. Vagando qualquer cargo da mesa, será realizada eleição suplementar, no expediente da primeira sessão ordinária seguinte ou em sessão extraordinária convocada para esse fim, devendo o(s) eleito(s) completar o período de mandato restante do(s) seu(s) antecessor(es).

Parágrafo único. Em caso destituição total da mesa, proceder-se-á nova eleição, para completar o período do mandato então vigente, na sessão ordinária imediatamente posterior àquela em que ocorreu a

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

destituição, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, excluídos os membros da mesa destituída, que ficará investido na plenitude das funções até a posse da nova mesa.

Art. 29. Em caso de concessão de licença temporária a Vereador ocupante de cargo na Mesa Diretora, deverá ser realizada eleição, na primeira sessão ordinária posterior ao afastamento, sendo que o eleito permanecerá no cargo apenas enquanto durar a licença.

SUBSEÇÃO II

DA RENÚNCIA

Art. 30. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na mesa dar-se-á por ofício a ela dirigida e efetivar-se-á independentemente de deliberação do plenário, a partir do momento que for lido em reunião ordinária.

Art. 31. Em caso de renúncia total da mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais votado dentre os presentes, que exercerá as funções de Presidente, nos termos deste Regimento Interno, observada a ressalva presente no parágrafo único do art. 28.

Art. 32. Em caso de renúncia total da Mesa, será procedida nova eleição na sessão ordinária imediatamente posterior àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, observada a ressalva presente no parágrafo único do art. 28 deste Regimento Interno.

Art. 33. Em caso de eleições suplementares, aplicam-se, no que couber, as disposições contidas no art. 20 deste Regimento Interno.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SUBSEÇÃO III

DA DESTITUIÇÃO

Art. 34. É passível de destituição o membro da mesa quando:

I – faltoso;

II – atue exorbitando das atribuições conferidas por este Regimento Interno.

Parágrafo único. Será destituído o membro da Mesa que deixar de comparecer a 3 (três) sessões ordinárias consecutivas ou a 07 (sete) intercaladas por sessão legislativa, sem causa justificável, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 35. O processo de destituição de membro da mesa será deflagrado por denúncia, subscrita por, pelo menos, um Vereador, apresentada à Secretaria Administrativa da Casa, a qual remeterá à Mesa Diretora, e deverá constar:

I – o nome do membro ou dos membros da mesa denunciados;

II – descrição circunstanciada da(s) irregularidade(s) cometida(s);

III – indicação das provas que pretende produzir.

Art. 36. Apresentada a denúncia, deverá ser lida pelo(s) seu(s) autor(es) no expediente da sessão ordinária posterior à sua interposição, independentemente de prévia inscrição ou autorização do Presidente, e submetida por este à deliberação do plenário.

§ 1º. Caso a denúncia de que trata o caput deste artigo recaia sobre o Presidente, será submetida ao plenário por um de seus substitutos legais, obedecida a ordem sucessória indicada neste Regimento, ou, se todos forem também envolvidos, essa medida caberá ao Vereador mais votado dentre os remanescentes presentes na sessão.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2º. O(s) denunciante(s) e o(s) denunciado(s) são impedidos de deliberar sobre o recebimento da denúncia, não sendo necessária nesse caso a convocação de suplente(s).

§ 3º. O membro da mesa, envolvido em acusações, não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.

Art. 37. Recebida a denúncia pelo plenário e com a deliberação da maioria simples dos Vereadores que não estejam impedidos de votar, adotar-se-ão as seguintes medidas:

I – serão sorteados 03 (três) Vereadores para compor comissão de investigação processante, da qual não poderão fazer parte o(s) denunciante(s) e o(s) denunciado(s), observando-se na sua formação o disposto neste Regimento;

II – constituída a Comissão, seus membros elegerão um deles para Presidente, que nomeará um relator e marcará reunião a ser realizada dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes;

III – o denunciado será notificado dentro de 03 (três) dias, a contar da primeira reunião da comissão, para apresentação, por escrito, da defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias;

IV – se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes na imprensa oficial do Município ou, não havendo, do Estado da Bahia, com intervalo de 03 (três) dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;

V – decorrido o prazo de defesa, a Comissão de Investigação e processante emitirá parecer dentro de 05 (cinco) dias, opinando pela procedência ou pela improcedência da denúncia, encaminhando, a seguir, o processo para deliberação final do plenário;

VI – Durante a sessão de julgamento no Plenário, os Vereadores, o relator da comissão de investigação e processante e o(s) denunciado(s) terão, cada um, 30 (trinta) minutos, para apresentação dos seus argumentos, favoráveis ou contrários ao parecer referido no parágrafo anterior;

VIII – Em havendo interesse do(s) denunciado(s) de se pronunciar no Plenário, a sua manifestação ocorrerá sempre após a fala dos demais Vereadores;

IX – a denúncia será julgada procedente se obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos Vereadores que não estejam impedidos de votar, implicando, nesse caso, no imediato afastamento do(s) denunciado(s) do(s) cargo(s) que ocupa(m) na mesa, devendo o resultado do julgamento constar de resolução a ser publicada pela autoridade que estiver presidindo os trabalhos dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da deliberação do plenário;

X – não atingido o quórum previsto no inciso anterior, o Presidente determinará o arquivamento do processo;

XI – se, da apuração, restar configurada a prática de ilícito civil, penal ou administrativo, deverá ser remetida cópia do processo ao Ministério Público, para que se proceda à apuração pertinente;

XII – o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado, sob pena de arquivamento, sem prejuízo de ser reapresentada, ainda que fundada nos mesmos fatos.

Art. 38. Em caso de não recebimento da denúncia, por não ter sido atingido o quórum previsto no artigo anterior, a mesma será rejeitada, com o seu consequente arquivamento.

SEÇÃO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 39. Incumbe à Mesa Diretora a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

Parágrafo único. A mesa decidirá por maioria de seus membros, estando presentes na sessão de deliberação ao menos 03 de seus membros.

Art. 40. Compete à Mesa da Câmara Municipal, privativamente, em colegiado, dentre outras atribuições, as seguintes:

I – propor ao plenário projetos de resoluções, dispondo sobre concessão de licença aos Vereadores;

II – propor projetos de leis dispondo sobre:

a) criação, transformação e extinção de cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal;

b) fixação dos subsídios dos Vereadores observando o disposto na Constituição Federal.

c) a fixação da remuneração dos cargos ou funções dos serviços da Câmara Municipal;

d) fixação dos subsídios do(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a) e Secretários Municipais, na forma da Constituição Federal;

e) revisão dos subsídios do(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a)(a), Secretários Municipais e Vereadores, segundo o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica;

III – elaborar e encaminhar ao(a) Prefeito(a):

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

a) a proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município, prevalecendo, na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a que for elaborada pela Mesa;

b) proposta de investimentos da Câmara para ser incluída no Plano Plurianual;

IV – declarar a extinção do mandato de Vereador;

V – organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara Municipal;

VI – proceder à redação final das resoluções e decretos legislativos;

VII – receber as proposições e recusá-las quando apresentadas sem observância das disposições regimentais;

VIII – assinar, por todos os seus membros, as Resoluções e os Decretos Legislativos;

IX – autografar os projetos de lei aprovados para sua remessa ao Poder Executivo;

X – deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da edilidade;

XI - adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador, contra a ameaça ou a prática de ato atentatório ao livre exercício e as prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar;

XII - promover ou adotar, em virtude de decisão judicial, as providências necessárias de sua alçada ou que se insiram na competência legislativa do Plenário;

XIII - aplicar aos Vereadores as penalidades previstas neste Regimento Interno;

XIV - promulgar as emendas à Lei Orgânica Municipal;

XV – determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior, assim como o arquivamento de proposição que se ache sem parecer, exceto as que estão sujeitas a prazo certo;

XVI - proceder a eleição suplementar para preenchimento de vagas que venham a ocorrer entre seus componentes, observado o disposto neste Regimento Interno;

XVII - elaborar e expedir atos sobre abertura de sindicâncias, de processos administrativos e aplicação de penalidades;

XVIII - devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo existente na Câmara ao final do exercício;

XIX - representar contra a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.

Parágrafo único. Os Atos Administrativos da Mesa Diretora serão numerados em ordem cronológica, com renovação a cada biênio.

Art. 41. A mesa reunir-se-á ordinariamente uma vez por quinzena, independentemente do Plenário, em dia e hora previamente fixados e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 42. É facultado à mesa, a qualquer de seus membros e às demais autoridades responsáveis pelos serviços administrativos da Câmara, delegar competência para prática de atos administrativos.

Parágrafo único. O ato de delegação indicará com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegatária e as atribuições objeto de delegação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECIFICAS DOS MEMBROS

SUBSEÇÃO I

DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 43. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 44. Compete privativamente ao Presidente, além da representação legal da Câmara em suas relações externas, funções administrativas e diretivas e todas as atividades internas da Câmara:

I - Quanto às atividades legislativas:

a) determinar, a requerimento do Autor, a retirada de proposição ainda não incluída na ordem do dia;

b) recusar recebimento de substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial;

c) declarar prejudicada a proposição cujo objetivo seja o mesmo de outra já aprovada ou rejeitada;

d) fazer publicar os atos da Mesa e da Presidência, as portarias, as resoluções, os decretos legislativos e as leis que tiver promulgado;

e) promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e que não tenham sido promulgadas pelo(a) Prefeito(a) no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município;

f) expedir decreto legislativo de cassação do mandato do(a) Prefeito(a) e de Vereador;

g) apresentar proposição à consideração do Plenário, devendo afastar-se da Presidência para discutir;

II - quanto às atividades administrativas:

a) comunicar a cada Vereador, por escrito ou por comunicação eletrônica oficial, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a convocação de sessões extraordinárias;

b) autorizar o desarquivamento de proposições;

c) encaminhar processos às Comissões Permanentes Técnicas e incluí-los na pauta;

d) zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos às Comissões Técnicas;

e) declarar a destituição de membro das Comissões Permanentes nos casos previstos no art. 103 deste Regimento;

f) anotar, em cada documento, a decisão tomada;

g) mandar anotar, em livros próprios, os precedentes regimentais para solução de casos análogos;

h) organizar e divulgar a Ordem do Dia pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão respectiva;

i) solicitar ao Poder Executivo a suplementação das dotações orçamentárias da Câmara;

j) providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a expedição de certidões que lhe forem solicitadas para defesa de direitos e esclarecimento de situações relativas a decisões, atos e contratos;

l) convocar a Mesa da Câmara;

m) executar as deliberações do Plenário;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

n) assinar as atas das sessões, as portarias e o expediente da Câmara;

o) dar andamento legal aos recursos interpostos contra os seus atos legislativos, da Mesa ou dos Presidentes das Comissões;

p) dar posse ao(a) Prefeito(a), ao(a) Vice-Prefeito(a)(a) e aos Vereadores que não foram empossados no primeiro dia da legislatura, bem como aos Suplentes de Vereadores, nos casos previstos em lei;

III - quanto à Sessão:

a) presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

b) determinar, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;

c) determinar a leitura da ata e das comunicações dirigidas à Câmara;

d) declarar a hora destinada ao Expediente, à Ordem do Dia, à Tribuna Livre e à Explicação Pessoal, definindo os prazos facultados aos oradores;

e) determinar a leitura da Ordem do Dia e submeter à discussão e votação as matérias nela constantes;

f) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;

g) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando-o à ordem e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão quando não atendido e as circunstâncias assim o exigirem;

h) chamar a atenção do orador quando se esgotar o tempo a que tem direito;

i) estabelecer o ponto da questão sobre o qual devem ser feitas as votações;

j) decidir sobre impedimento do(a) Vereador(a) para votar;

l) anunciar o que se tenha de discutir ou votar e proclamar os resultados das votações;

m) resolver soberanamente qualquer questão de ordem ou submetê-la ao Plenário quando omisso o Regimento;

n) anunciar o término das sessões, avisando antes aos Vereadores sobre a sessão seguinte;

o) comunicar ao Plenário a declaração de extinção de mandato, nos casos previstos nos arts. 57 e 107 da Lei Orgânica, na primeira sessão subsequente à apuração do fato, fazendo constar em ata a declaração e convocar imediatamente o respectivo suplente quando se tratar de mandato de Vereador;

p) presidir a sessão ou sessões de eleição da Mesa para o período seguinte;

IV – quanto ao serviço da Câmara:

a) remover e readmitir servidores da Câmara, conceder-lhes férias e abono de faltas;

b) superintender os serviços da Secretaria da Câmara, autorizar, nos limites do orçamento, as suas despesas e requisitar os numerários ao Executivo;

c) proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara, de acordo com a legislação pertinente;

d) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua Secretaria, exceto os livros destinados às Comissões Permanentes;

e) fazer, ao fim de sua gestão, relatório dos trabalhos da Câmara;

V – quanto às relações externas da Câmara:

a) presidir e convocar audiências públicas na Câmara, em dias e horas prefixados;

b) superintender a publicação dos trabalhos da Câmara, não permitindo pronunciamentos que envolvam ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceitos de raça, de religião, de classe, ou que configurem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza;

c) manter, em nome da Câmara, todos os contatos com os representantes dos demais poderes e autoridades constituídas;

d) encaminhar ao(a) Prefeito(a) os pedidos de informações formulados pela Câmara;

e) contratar advogado, para a propositura de ações judiciais e para defesa nas ações que forem movidas contra a Câmara em razão de atos da Mesa ou da Presidência;

f) substituir ou suceder o(a) Prefeito(a) na falta deste e do(a) Vice-Prefeito(a)(a), nos casos e pelos prazos estabelecidos na Lei Orgânica;

g) representar ao TCM e ao TJBA para fins de decretação de intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição Federal, art. 35, e Constituição do Estado da Bahia, art. 65, § 1º, I e II;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

h) interpelar judicialmente o(a) Prefeito(a) quando este(a) deixar de colocar à disposição da Câmara, no prazo legal, as quantias requisitadas ou a parcela correspondente ao duodécimo das dotações orçamentárias;

VI – quanto à política interna:

a) zelar pelo recinto da Câmara com auxílio de seus servidores, podendo requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna;

b) permitir que qualquer cidadão assista às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:

1. apresente-se decentemente trajado;

2. não porte armas;

3. conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

4. não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

5. respeite os Vereadores e atenda às determinações da Presidência;

6. não interpele os Vereadores;

c) obrigar a retirar-se do recinto, sem prejuízo de outras medidas, os cidadãos que não observarem estas normas;

d) determinar a retirada de todos os cidadãos, caso a medida seja necessária;

e) caso, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, efetuar a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente para lavratura do auto e instauração do inquérito policial correspondente; se não houver flagrante, comunicar o fato à autoridade policial competente para a instalação de inquérito;

f) admitir, no recinto do Plenário, somente a presença dos Vereadores, servidores da Secretaria Administrativa, estes quando em serviço, bem como autoridades e personalidades convidadas;

g) credenciar representantes, em número não superior a 2 (dois), de cada órgão da imprensa escrita ou falada, que assim o solicite para trabalhos de cobertura jornalística das sessões.

Parágrafo único. Das decisões legislativas do Presidente caberá recurso ao Plenário na forma regimental.

Art. 45. O Presidente da Câmara Municipal, quando estiver substituindo o(a) Prefeito(a), nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 46. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando:

I - estiverem as mesmas em discussão plenária; e,

II - dos debates for participar.

Art. 47. O Presidente da Câmara, ou quem o estiver substituindo, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

I - eleição da Mesa Diretora;

II - quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Vereadores;

III - quando ocorrer empate em qualquer votação no Plenário.

§ 1º. O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

§ 2º. O Presidente será sempre considerado para efeito de quórum, para que se proceda à discussão e à votação das proposições em plenário.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 48. Os atos do Presidente observarão as seguintes regras formais:

I – serão numerados em ordem cronológica quando tratarem de:

a) regulamentação dos serviços administrativos;

b) nomeação de membros das Comissões de Representação;

c) assuntos de caráter financeiro;

d) designação de substitutos nas Comissões;

e) outros casos de competência da Presidência e que não estejam enquadrados dentre aqueles que devem ser veiculados por meio de portaria;

II – serão veiculados por meio de portaria nos seguintes casos:

a) remoção, readmissão, férias e abono de faltas dos servidores da Câmara;

b) em que houver determinação neste sentido, constante de lei ou resolução.

III – serão expedidas instruções para veicular determinações aos servidores da Câmara.

SUBSEÇÃO II

DO VICE-PRESIDENTE

Art. 49. Compete ao Vice-Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, as seguintes:

I – substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e decretos legislativos, sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente e no prazo fixado na Lei Orgânica do Município, as leis, quando o(a) Prefeito(a) Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de destituição do seu cargo na Mesa Diretora.

SUBSEÇÃO III

DOS SECRETÁRIOS

Art. 50. Compete ao 1º Secretário, dentre outras atribuições:

I – determinar o recebimento e zelar pela guarda das proposições e documentos entregues à mesa, para conhecimento e deliberação do plenário;

II – fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente e nos casos previstos neste Regimento, assinando as respectivas folhas, constatando a presença dos Vereadores ao se abrir a reunião, confrontando-a com o Livro de Presença, anotando os presentes e os ausentes, com causa justificada ou não, consignando, ainda, outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrando referido livro ao final de cada reunião;

III – ler as atas, matérias de expediente, bem como as proposições e demais papéis que devam ser de conhecimento ou deliberação do Plenário da Casa;

IV – fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V – gerir a correspondência da Casa, providenciando a expedição de ofícios em geral e de comunicados individuais aos Vereadores;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

VI – superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da reunião e assinando-a juntamente com o Presidente;

VII – secretariar as reuniões da mesa redigindo, em livro próprio, as respectivas atas;

VIII – assinar, com o Presidente, os atos da Mesa e os autógrafos destinados à sanção;

IX – Substituir o Presidente em caso de ausência simultânea deste e também do Vice – Presidente.

§ 1º. Compete ao 2° Secretário, na ausência do 1°, substituí-lo em todas as suas atribuições.

§ 2º. Compete, ainda, ao 2º Secretário, havendo ausência simultânea do Presidente, Vice – Presidente e 1º Secretário, assumir a Presidência da Mesa.

CAPÍTULO III

DO PLENÁRIO

Art. 51. O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituindo-se do conjunto dos Vereadores em exercício, em local, forma e quórum estabelecido por este Regimento Interno.

§ 1º. O local é o recinto de sua sede e, nas sessões itinerantes, na localidade para onde a mesma for designada.

§ 2º. A forma legal para deliberar é a sessão, regida pelos dispositivos atinentes à matéria e estabelecida em leis ou neste Regimento.

§ 3º. Quórum é o número mínimo de Vereadores, determinado na Constituição Federal, na Constituição do Estado da Bahia, na Lei Orgânica do Município de Ituaçu ou neste Regimento, necessário para a realização das sessões e para as deliberações.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 4º. Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§ 5º. Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao(a) Prefeito(a).

§ 6°. Qualquer sessão somente poderá ser aberta pelo Presidente da Câmara, ou por outro membro da Mesa Diretora, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros.

§ 7º. A discussão e votação pelo Plenário da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ocorrer com a presença da maioria absoluta de seus membros, salvo as exceções previstas na Lei Orgânica e neste Regimento.

Art. 52. As deliberações do Plenário dar-se-ão por voto aberto, sendo vedado o estabelecimento de escrutínios secretos, na forma do art. 101, *in fine*, da Lei Orgânica do Município de Ituaçu.

Art. 53. As reuniões das sessões legislativas ordinárias e extraordinárias da Câmara realizar-se-ão na sala do Plenário, podendo realizar-se fora do recinto da Câmara, mediante requerimento da mesa Diretora, aprovado por maioria dos votos dos Vereadores, realizando-se, obrigatoriamente, em local amplo, com as portas abertas e vasta divulgação à comunidade.

Parágrafo único. Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou de outro caso que impeça a sua utilização, a mesa diretora designará outro local para a realização das reuniões com ampla divulgação e atendendo aos dispositivos deste Regimento.

Art. 54. Durante as reuniões, somente os Vereadores, desde que convenientemente trajados, poderão permanecer no recinto do Plenário.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1º. A critério do Presidente, serão convocados servidores da secretaria administrativa para acessar ao recinto do Plenário, em número necessário a permitir o regular andamento dos trabalhos.

§ 2º. A convite da presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades federais, estaduais e municipais, personalidades homenageadas e representantes credenciados da imprensa escrita e falada, que terão lugar reservado para esse fim.

§ 3º. A saudação oficial ao visitante será feita, em nome da Câmara, pelo Vereador que o Presidente designar para esse fim.

§ 4º. Os visitantes poderão, a critério da Presidência e pelo tempo por esta determinado, discursar para agradecer a saudação que lhe for feita.

Art. 55. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

I – elaborar as leis municipais sobre matérias de competência do Município;

II – discutir e votar o Orçamento Anual, o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias;

III – apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;

IV – aprovar lei que fixe os subsídios do(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a)(a) e Secretários Municipais, bem como a Resolução fixe os subsídios dos Vereadores;

V – aprovar lei que revise os subsídios do(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a), dos Secretários Municipais, bem como a Resolução que revise os subsídios dos Vereadores;

VI – autorizar, sob a forma da lei, observadas as normas constantes da Constituição Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

legislações incidentes, os seguintes negócios administrativos e atos administrativos, dentre outros:

a) abertura de créditos adicionais;

b) operações de créditos;

c) alienação e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;

d) concessão e permissão de serviço público;

e) participação do Município em consórcios intermunicipais;

f) alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

g) dispor sobre o Regime Jurídico Único e Plano de Carreira dos Servidores do Município, inclusive dos servidores da Câmara Municipal;

h) dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços Municipais;

VII – expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

a) perda de mandato de Prefeito e de Vereador;

b) aprovação ou rejeição das contas do Município;

c) concessão de licença para o(a) Prefeito(a) se ausentar do Município por prazo superior a 15 (quinze) dias;

d) atribuição de homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade;

e) cassação e perda de mandato de Vereador;

f) concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

g) cassação e vacância do mandato do(a) Prefeito(a) Municipal;

VIII – expedir resoluções sobre assuntos interna *corporis*, notadamente quanto aos seguintes:

a) alteração do Regimento Interno;

b) julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos neste Regimento;

c) concessão de título de cidadão honorífico ituaçuense ou qualquer outra honraria ou homenagem;

IX - processar e julgar o Vereador pela prática de falta ética parlamentar;

X - processar e julgar o(a) Prefeito(a) pela prática de infração político-administrativa;

XII – solicitar informações ao(a) Prefeito(a) sobre assunto da administração quando delas careça;

XII - convocar Secretários municipais ou dirigentes das entidades componentes da administração indireta do Município, para prestar informações, nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;

XIII - eleger a Mesa e as Comissões Permanentes e destituir os seus membros na forma e nos casos previstos neste Regimento;

XIV - autorizar a transmissão, por qualquer meio, a exemplo de televisão, rádio e mídias sociais, das reuniões da Câmara;

XV - constituir comissões especiais;

XVI - apresentar, juntamente com mais da metade das Câmaras de Vereadores dos Municípios baianos, proposta de Emenda à Constituição do Estado da Bahia;

XVII - zelar pela preservação da competência legislativa da Câmara, deliberando a respeito da sustação de qualquer ato normativo do Executivo que exorbite do poder regulamentar e implique em abuso de poder, atente contra o interesse público e fira o princípio constitucional da independência dos Poderes.

CAPÍTULO IV

DAS COMISSÕES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 56. As comissões são órgãos técnicos constituídos de Vereadores membros da Câmara, tendo como finalidade:

I - examinar matéria em tramitação e emitir parecer sobre a mesma;

II - proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial; ou,

III - investigar determinados fatos de interesse da comunidade.

Art. 57. Na constituição de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares com representação na Câmara Municipal.

Art. 58. Poderão participar dos trabalhos das Comissões, como membros credenciados sem direito a voto, técnicos e representantes de entidades civis, legalmente constituídas, que tenham legítimo interesse no esclarecimento dos assuntos submetidos à apreciação das mesmas.

§ 1º. O credenciamento de que trata o “caput” deste artigo será outorgado pelo Presidente da Comissão, por iniciativa própria ou por deliberação da maioria absoluta de seus membros, devendo haver requerimento dirigido à comissão, quando se tratar de entidade civil,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

podendo o pedido ser acatado na forma definida neste parágrafo apenas se a entidade comprovar o legítimo interesse na matéria em discussão.

§ 2º. Sempre que possível, a colaboração dos técnicos e entidades será dada por escrito, através de memorial que contenha a exposição dos fatos a esclarecer e com cópias a serem distribuídas entre os membros da Comissão.

Art. 59. No uso de suas atribuições, as Comissões, isoladas ou conjuntamente, poderão ouvir pessoas interessadas nas matérias submetidas à sua apreciação ou que possam contribuir com dados relevantes, tomar depoimentos, solicitar informações, documentos e certidões, bem como proceder com todas as diligências que julgar necessárias.

Parágrafo único. Poderão as Comissões, conjunta ou isoladamente, solicitar ao(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a), Secretários Municipais ou quaisquer outros dirigentes da administração direta ou indireta, através do Presidente da Câmara, todas as informações que se fizerem necessárias sobre às proposições entregues à sua apreciação, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, conforme preconiza o inciso XXXIII do art. 5º da CRFB/88.

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUBSEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 60. As Comissões Permanentes são as que subsistem através da legislatura e tem por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestando sobre eles e exarando parecer.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 61. As Comissões Permanentes são de caráter técnico-legislativo e integrantes da estrutura institucional da Casa, copartícipes no processo legislativo, e têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre eles deliberar no sentido de orientar o Plenário na tomada de decisões, tendo natureza meramente opinativa.

§ 1º. A Câmara Municipal de Ituaçu possui as seguintes Comissões Permanentes:

I – de Constituição, Justiça e Redação Final;

II – de Orçamento, Finanças e Contas;

III – de Serviços Públicos, Agricultura e Meio Ambiente;

IV – de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;

V – de Saúde e Assistência Social.

Parágrafo único. O mesmo Vereador não poderá fazer parte simultaneamente de mais de 03 (três) comissões permanentes.

Art. 62. As Comissões Permanentes serão constituídas na mesma sessão legislativa em que for eleita a Mesa da Câmara, na primeira sessão Ordinária após a eleição desta, observado o disposto neste Regimento Interno.

Art. 63. Os membros das Comissões Permanentes serão nomeados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos líderes de bancada, para um período de 2 (dois) anos, observada, sempre que possível, a representação proporcional partidária.

§ 1º. Não havendo acordo, proceder-se-á à escolha por eleição dos membros das Comissões Permanentes, votando cada Vereador em um único nome para cada comissão, considerando-se eleitos os mais votados.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2º. Em caso de empate, serão observados os seguintes critérios, de forma sucessiva, para apontamento do Vereador que fará parte da comissão, no caso previsto no parágrafo anterior:

I – será escolhido o Vereador filiado a partido ainda não representado em outra Comissão;

II – não sendo possível a aplicação do critério anterior, será escolhido o Vereador que ainda não tiver sido eleito para nenhuma Comissão;

III – na impossibilidade de utilização dos critérios de desempate anteriores, será considerado eleito o Vereador que tenha obtido nas eleições municipais a maior quantidade de votos;

IV – persistindo o empate, será escolhido o Vereador com maior idade;

V – por fim, será procedido ao sorteio para escolha do Vereador, caso se mostre imprestável a utilização, no caso concreto, dos anteriores critérios de desempate.

§ 3º. Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários para completar o preenchimento de todos os lugares de cada comissão.

§ 4º. Após a comunicação do resultado em Plenário, o Presidente enviará à publicação na Imprensa Oficial a composição nominal de cada comissão.

Art. 64. Os suplentes, no exercício temporário da vereança, e o Presidente da Câmara não poderão fazer parte das Comissões Permanentes.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da Mesa, o 1º Secretário e o 2º Secretário, quando estiverem no exercício da presidência nos casos previstos neste Regimento Interno, não poderão atuar como membro nas Comissões Permanentes a que pertencerem, enquanto persistir a substituição.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 65. Durante o período de sua licença temporária, o Vereador efetivo não terá seu nome excluído da(as) comissão(ões) a(s) qual(is) participe.

Art. 66. Todo Vereador deverá fazer parte de, pelo menos, uma Comissão Permanente como membro efetivo e ser membro substituto de outra, ressalvado o disposto neste Regimento.

Art. 67. O preenchimento das vagas ocorridas nas Comissões, nos casos de impedimento, destituição ou renúncia, será apenas para completar o período de mandato referente a vaga aberta.

Art. 68. As modificações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas dos partidos, que impactem na proporcionalidade partidária, afetando a composição das Comissões, só produzirão efeitos a partir da sessão legislativa seguinte.

SUBSEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 69. Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe, dentre outras atribuições previstas neste Regimento Interno:

I – estudar as proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, apresentando, conforme o caso:

a) parecer;

b) substitutivos ou emendas;

c) relatório conclusivo sobre as averiguações e inquéritos;

II – promover estudos, pesquisas e investigações sobre assuntos de interesse público;

III – tomar iniciativa de elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais assuntos decorrentes de indicação da Câmara ou de dispositivos regimentais;

IV – realizar audiências públicas, nos termos deste Regimento Interno;

V – convocar Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições, no exercício de suas funções fiscalizadoras, nos termos deste Regimento Interno e observado o disposto no § 2º do art. 99 da LOM;

VI – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, associações e entidades comunitárias contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais, em relação a matéria que faça parte de sua atribuição regimental;

VII – fiscalizar, nos termos deste Regimento Interno, a regularidade, a eficiência e a eficácia dos seus órgãos no cumprimento dos objetivos institucionais;

VIII – apreciar programa de obras e planos e sobre eles emitir parecer.

Parágrafo único. Os projetos e demais proposições distribuídas às Comissões serão examinados por relator designado, que emitirá parecer sobre o mérito.

Art. 70. Compete especificamente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

I – manifestar-se quanto aos aspectos constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições que tramitam pela Câmara, citando, necessariamente, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental utilizado como fundamento das suas conclusões;

II - analisar as proposições, quando já aprovadas pelo Plenário, sob o aspecto lógico e gramatical, de modo a adequar o texto às regras da boa redação, com exceção do disposto no inciso IV do art. 71 e no art. 40, VI, ambos deste Regimento Interno;

III - manifestar-se, obrigatoriamente, sobre o mérito das proposições, analisando-as sobre os aspectos de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

a) organização administrativa da Câmara;

b) assinatura de contratos, convênios e consórcios realizados pelo Poder Público Municipal;

c) pedido de licença do(a) Prefeito(a);

d) criação de entidades da administração indireta;

e) aquisição e alienação de bens imóveis pelo Município;

f) qualquer proposição da iniciativa popular;

g) organização administrativa da Câmara;

IV – desincumbir-se de outras atribuições que lhe confere este Regimento Interno.

Art. 71. Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas:

I – examinar e emitir parecer sobre projeto de lei relativo ao Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Propostas Orçamentárias, Orçamento e créditos adicionais;

II – examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais, bem como exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;

III – opinar sobre as proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívidas públicas e outras que,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades ao Erário Municipal;

IV – elaborar a redação final das propostas de leis orçamentárias;

V – receber as emendas elaboradas às propostas de leis orçamentárias e sobre elas emitir parecer para posterior apreciação do plenário;

VI – emitir parecer sobre projetos que tenham por finalidade solicitar autorização do Poder Legislativo para obtenção de empréstimo junto à iniciativa privada;

VII – examinar e emitir parecer sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas, relativo à prestação de contas municipais;

VIII – examinar e emitir parecer sobre todas as proposições que fixem e revisem vencimento dos servidores públicos e os subsídios do(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a), Secretários Municipais e Vereadores;

IX – examinar e emitir parecer sobre todas as proposituras que, direta ou indiretamente, importem em modificação patrimonial do Município;

X – realizar audiência pública para avaliar as metas fiscais a cada quadrimestre.

Art. 72. Compete à Comissão de Serviços Públicos, Agricultura e Meio Ambiente:

I – apreciar e emitir parecer sobre os processos referentes e serviços públicos em especial sobre:

a) todos os processos atinentes à realização de serviços públicos, bem como uso, gozo, venda, hipoteca, permuta, outorga de concessão administrativa ou direito real de uso de bem imóvel de propriedade do Município;

b) serviços de utilidade pública, sejam ou não objeto de delegação contratual, planos habitacionais elaborados ou executados pelo Município, diretamente ou por intermédio de autarquias ou órgãos paraestatais;

c) serviços públicos realizados e prestados pelo Município, ou por intermédio de autarquia ou órgãos paraestatais;

d) transporte coletivo e individual, frete, carga, utilização de vias urbanas, estradas municipais, bem como sinalização correspondente;

II – examinar e emitir parecer sobre os processos referentes ao planejamento urbano, em especial sobre:

a) desapropriação;

b) loteamentos;

c) estradas e pontes;

III – examinar e emitir parecer sobre processos referentes ao meio ambiente, matérias urbanísticos e rurais, em especial sobre:

a) flora, fauna, água, recursos naturais, saneamento, poluição, contaminação ou qualquer outro que possa comprometer o equilíbrio ecológico, bem como ocasionar a degradação ambiental;

b) cadastro territorial do Município, planos gerais e parciais de urbanização ou reurbanização, zoneamento, uso e ocupação do solo;

c) criação, organização ou supressão de distritos e subdistritos e divisão do território em áreas administrativas;

d) plano diretor e de desenvolvimento urbano;

e) atividades econômicas desenvolvidas no Município;

f) abastecimento de produtos;

g) denominação e alterações de próprios, vias e logradouros públicos;

IV - opinar sobre ações, programas e projetos desenvolvidos e/ou implantados para a Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo no Município de Ituaçu.

Art. 73. Compete especificamente à Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo examinar e emitir parecer sobre os processos que envolvam os assuntos tratados por ela, em especial sobre:

I - o sistema municipal de ensino;

II - concessão de bolsas de estudo com finalidade de assistência à pesquisa tecnológica e científica para o aperfeiçoamento do ensino;

III - programas de merenda escolar;

IV - gestão da documentação oficial e patrimônio local;

V - preservação da memória do Município no plano estético e paisagístico, do seu patrimônio histórico, cultural, artístico e arquitetônico;

VI - concessão de títulos honoríficos, outorga de honrarias, prêmios ou homenagens a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município;

VII - programas ou ações voltados à promoção e desenvolvimento da cultura, das artes, dos esportes e do lazer;

VIII - proteção e a preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

IX - matérias de promoção turística do Município.

Art. 74. Compete, especificamente, à Comissão de Saúde e Assistência Social:

I – examinar e emitir parecer sobre os processos referentes à saúde, assistência social, em especial sobre:

a) Sistema Único de Saúde (SUS);

b) vigilância sanitária, epidemiológica e nutricional;

c) programas de proteção à pessoa idosa, à mulher, à criança, ao adolescente e à pessoa com deficiência;

d) qualquer assunto que tenha pertinência temática com a Saúde ou com a Assistência Social.

Art. 75. É vedado às Comissões Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aquelas que não sejam de suas atribuições específicas.

Art. 76. É obrigatório o parecer das Comissões permanentes nos assuntos de sua competência, ressalvados os casos previstos neste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO III

DOS PRESIDENTES, VICE-PRESIDENTES E SECRETÁRIOS

Art. 77. As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger seus respectivos Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários.

Art. 78. Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

I – convocar todos os integrantes da Comissão para as reuniões, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, prazo este dispensado caso, no ato de convocação, estejam todos presentes;

II – convocar audiências públicas, ouvida a comissão;

III – convocar reuniões extraordinárias da Comissão respectiva por aviso publicado no Portal da Câmara na Internet ou afixado no recinto da Câmara ou, ainda, por comunicação oficial ao Vereador;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IV – presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

V – receber as matérias destinadas à Comissão e designar-lhes relator entre os demais membros da Comissão, para emissão de Parecer;

VI – fazer observar os prazos concedidos à Comissão;

VII – representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VIII – avocar o expediente, para emissão do parecer, em 48 (quarenta e oito) horas, quando não o tenha feito o relator no prazo;

IX – submeter à votação as questões da competência da Comissão, debater e proclamar o resultado das deliberações;

X – conceder vistas das proposições em regime de tramitação ordinária aos membros da Comissão, pelo prazo máximo de 02 (dois) dias;

XI – enviar à Mesa da Câmara matérias de competência da comissão destinadas a conhecimento do Plenário;

XII – solicitar ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara, mediante ofício, providências junto às lideranças Partidárias, no sentido de serem indicados substitutos para os membros da Comissão, em caso de vaga, licença ou impedimento;

XIII – anotar, no livro de atas da comissão, o nome dos membros presentes e faltosos, o resumo da matéria tratada e a conclusão a que tiver chegado a comissão, rubricando as folhas respectivas.

Art. 79. As comissões permanentes não poderão se reunir durante a fase de ordem do dia das reuniões da Câmara, salvo para emitir parecer em matéria sujeita a regime de urgência.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. No caso previsto na parte final do *caput* deste artigo, a Sessão Plenária será suspensa pelo Presidente da Câmara Municipal, até a emissão dos respectivos pareceres.

Art. 80. Dos atos dos Presidentes das Comissões Permanentes cabe, por iniciativa de qualquer membro, recurso para o Plenário, obedecendo-se o previsto neste Regimento Interno.

Art. 81. Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem qualquer matéria em reunião conjunta, a presidência dos trabalhos caberá ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, a reunião conjunta a que se refere o caput deste artigo será presidida pelo Vereador mais votado entre os presentes.

Art. 82. Os Presidentes das comissões permanentes poderão se reunir mensalmente, sob a presidência do Presidente da Câmara, para examinar assuntos de interesse comum das Comissões e determinar providências para o melhor e mais rápido andamento das proposições.

Art. 83. Aos Vice-Presidentes das Comissões Permanentes compete:

I – presidir as reuniões da Comissão na ausência ou impedimento do Presidente.

Art. 84. Aos Secretários das Comissões Permanentes compete:

I – presidir as reuniões da Comissão nas ausências ou impedimentos simultâneos do Presidente e do Vice-Presidente;

II – providenciar a publicação dos extratos das atas e dos pareceres da Comissão, na imprensa oficial ou no mural da Câmara;

III – proceder à leitura das atas e correspondências recebidas pela Comissão.

SUBSEÇÃO IV

DAS REUNIÕES

Art. 85. As comissões permanentes reunir-se-ão:

I – ordinariamente, em dia e horário prefixado pelos respectivos Presidentes;

II – extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocações de ofício pelos respectivos Presidentes ou a requerimento da maioria dos membros da Comissão, mencionando-se, em ambos os casos, a matéria a ser apreciada.

§ 1º. Quando a Câmara estiver em recesso, as Comissões só poderão se reunir em caráter extraordinário, para tratar de assuntos relevantes e inadiáveis.

§ 2º. As comissões não poderão se reunir no decorrer das reuniões ordinárias, ressalvados os casos expressamente previstos neste Regimento.

Art. 86. As Comissões Permanentes devem se reunir em local destinado a esse fim, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. Quando, por qualquer motivo, a reunião tiver que ser realizada em outro local, é indispensável a comunicação, escrita ou eletrônica e com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, dirigida a todos os membros da comissão.

Art. 87. Das reuniões das comissões lavrar-se-ão atas com o sumário do que nela houver ocorrido, assinada pelos membros presentes.

Art. 88. Poderão ser convidados a participar das reuniões das comissões permanentes técnicos de reconhecida competência na matéria que estiver sendo discutida ou representantes de entidades idôneas, em condições de propiciar esclarecimentos sobre assuntos submetidos à sua apreciação.

Parágrafo único. O convite de que trata o *caput* será formulado pelo Presidente da Comissão por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

SUBSEÇÃO V

DOS TRABALHOS

Art. 89. As Comissões somente deliberarão com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 90. Salvo exceções previstas neste Regimento Interno, cada Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias para emitir parecer sobre qualquer matéria, prorrogável por igual período, pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento devidamente fundamentado.

§ 1º. O prazo previsto no caput deste artigo começa a correr na data em que o processo der entrada na comissão.

§ 2º. O relator terá o prazo improrrogável de 7 (sete) dias para se manifestar, por escrito, a partir da data de distribuição.

§ 3°. Decorridos os prazos previstos no *caput* e parágrafo anterior, deverá o processo ser devolvido à Secretaria, com ou sem parecer e, na falta deste, o Presidente da Comissão declarará o motivo.

Art. 91. Dependendo o parecer de exame de qualquer outro processo ainda não entregue à Comissão, deverá seu Presidente requisitá-lo ao Presidente da Câmara.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1º. Na hipótese prevista no caput deste artigo, os prazos estabelecidos neste Regimento Interno ficarão sem fluência, por 10 (dez) dias corridos, no máximo, a partir da data da requisição.

§ 2º. A entrada do processo requisitado pela Comissão antes de decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior dará continuidade à fluência do prazo suspenso.

Art. 92. Caso o parecer dependa da realização de audiência pública, os prazos estabelecidos neste Regimento Interno ficarão sobrestados por 10 (dez) dias úteis, para a sua realização.

Art. 93. Decorridos os prazos de todas as comissões para as quais tenham sido enviados, poderão os processos ser incluídos na ordem do dia, com ou sem parecer, pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, o Presidente da Câmara, se necessário, determinará a pronta tramitação do processo.

Art. 94. As comissões permanentes poderão solicitar informações do Executivo, por intermédio do Presidente da Comissão, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, independentemente do pronunciamento do Plenário.

§ 1º. O pedido de informações dirigido ao Executivo interrompe os prazos previstos neste Regimento Interno.

§ 2º. A interrupção mencionada no parágrafo anterior cessará ao cabo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que for expedido o respectivo ofício, se o Executivo, dentro deste prazo, não tiver prestado as informações requisitadas.

§ 3º. Além das informações prestadas, somente serão incluídos no processo sob exame da Comissão Permanente os respectivos pareceres e as transcrições das audiências públicas realizadas.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 95. Quando qualquer processo for distribuído a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, ouvida em primeiro lugar a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, quanto ao aspecto legal e constitucional e, por último, a de Orçamento, Finanças e Contas, quando for o caso.

Parágrafo único. No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.

Art. 96. Mediante comum acordo de seus Presidentes, em caso de urgência justificada, poderão as comissões permanentes realizar reuniões conjuntas para exame de proposições ou de qualquer matéria a elas submetida, facultando-se neste caso a emissão de parecer conjunto.

Art. 97. O recesso da Câmara suspende todos os prazos considerados nesta subseção.

Parágrafo único. A suspensão disposta no caput deste artigo se aplica aos projetos com prazo para apreciação previstos neste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO VI

DOS PARECERES

Art. 98. Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º. A Comissão que tiver de apresentar Parecer sobre proposições e demais assuntos submetidos à sua apreciação cingir-se-á à matéria de sua exclusiva competência, quer se trate de proposição principal, de acessória, ou de matéria ainda não objetivada em proposição.

§ 2º. Salvo os casos expressamente previstos neste Regimento, o parecer será escrito e constará de 3 (três) partes:

I – relatório, em que se fará a exposição da matéria em exame;

II – conclusão, em que o relator, em termos sintéticos, expressará a sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou da rejeição, total ou parcial, da matéria, e, quando for o caso, oferecer-lhe-á substitutivo ou emenda;

III – decisão, em que a comissão, por meio de assinatura de seus membros, votará a favor ou contra a matéria.

§ 3º. É dispensável o relatório nos pareceres dos substitutivos, emendas ou subemendas.

§ 4º. O Presidente da Câmara devolverá à comissão o parecer escrito que não atenda às exigências deste artigo, para o fim de ser devidamente redigido.

§ 5°. Os Pareceres das Comissões não serão submetidos à votação em Plenário, haja vista a sua natureza ser meramente opinativa.

Art. 99. O parecer verbal ocorrerá nos seguintes casos:

I – quando expirado o prazo regimental para apresentação de parecer escrito pelas comissões;

II – de concessão de regime de urgência;

III – em que houver entendimento das representações partidárias ou blocos parlamentares.

Art. 100. Os membros das comissões permanentes emitirão seu juízo sobre a manifestação do relator, mediante voto.

§ 1º. A simples aposição à assinatura no parecer exarado, sem qualquer outra observação, implicará em concordância total do membro da comissão com a manifestação do relator e na sua aprovação.

§ 2º. Poderá o membro da comissão permanente exarar voto fundamentado em separado:

I – pelas conclusões, quando favorável a conclusão do relator, mas com diversa fundamentação;

II – aditivo, quando favorável às conclusões do relator, mas acrescentando novo argumento à fundamentação;

III – contrário às conclusões do relator.

§ 3º. O voto do relator não acolhido pela maioria dos membros da Comissão constituirá voto vencido.

§ 4º. O voto separado, divergente ou não das conclusões do relator, desde que acolhida pela maioria da comissão, passará a constituir o parecer.

SUBSEÇÃO VII

DA VACÂNCIA, LICENCIAMENTO E IMPEDIMENTOS

Art. 101. A vacância das Comissões Permanentes verificar-se-á com a:

I – renúncia;

II – destituição;

III – perda de mandato de Vereador.

Art. 102. A renúncia de qualquer membro da comissão permanente será ato irrevogável, desde que formulada por escrito e dirigida à presidência da Câmara.

Art. 103. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso, injustificadamente, não compareçam a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas de sua comissão ou a seis 6 (seis) alternadas, não mais

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

podendo participar de qualquer Comissão Permanente durante toda a sessão legislativa.

§ 1º. As faltas às reuniões das Comissões poderão ser justificadas, no prazo de 5 (cinco) dias da sua realização, pelo Vereador faltoso, quando ocorra motivo justo, devidamente comprovado, ou quando previamente autorizado, aplicando-se, neste caso, a regra regimental sobre as faltas dos Vereadores.

§ 2º. A justificativa a que alude o § 1º deste artigo deverá ser apresentada por escrito, devidamente instruída com documentação comprobatória das alegações do faltoso.

§ 3.º A apreciação da justificativa do Vereador faltoso caberá ao Presidente da Câmara, com direito a recurso ao Plenário.

Art. 104. A destituição do cargo da comissão permanente dar-se-á por simples representação de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara, que, após comprovar a ocorrência das faltas e a ausência de justificação em tempo hábil e observado o devido processo legal, declará-lo-á vago.

Art. 105. O Presidente da comissão permanente poderá ser destituído quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, mediante processo sumário que respeitará o devido processo legal, iniciado por representação subscrita por qualquer Vereador, cabendo a decisão final ao Presidente da Câmara.

Art. 106. O Presidente da Câmara preencherá por nomeação as vagas verificadas nas comissões permanentes, de acordo com a indicação do líder do partido respectivo, não podendo a nomeação recair sobre o renunciante ou o destituído.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 107. O Vereador que se recusar a participar das comissões permanentes, ou for renunciante ou destituído de qualquer delas, não poderá ser nomeado para integrar a comissão de representação até o final da sessão legislativa.

Art. 108. No caso de licença ou de impedimento de qualquer membro das comissões permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do líder do partido a que pertença o Vereador licenciado ou impedido.

Parágrafo único. A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

SEÇÃO III

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 109. Comissões temporárias são aquelas constituídas com finalidades especiais e que se extinguem com o término da legislatura, ou antes dela, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

Art. 110. As Comissões Temporárias poderão ser:

I – Especiais;

II – De Representação;

III – De Investigação e Processante;

IV – Parlamentar de Inquérito.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SUBSEÇÃO II

DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 111. As Comissões Especiais são destinadas a realizar estudo de assuntos do interesse do Legislativo e terão suas finalidades especificadas na resolução que as constituir, a qual, aprovada por maioria simples, indicará também o prazo de apresentação do relatório dos seus trabalhos.

§ 1º. O projeto de resolução a que alude o *caput*, independentemente de parecer, terá única discussão e votação na ordem do dia da mesma reunião de sua apresentação.

§ 2º. O projeto de resolução que propõe a constituição da Comissão Especial deverá indicar, necessariamente:

I - a finalidade, devidamente fundamentada;

II - o número de membros, não superior a 04 (quatro);

III - o prazo de funcionamento.

§ 3º. Ao Presidente da Câmara caberá indicar os Vereadores que comporão a Comissão Especial, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§ 4º. O primeiro ou único signatário do projeto de resolução que se propôs, obrigatoriamente fará parte da Comissão Especial, na qualidade de seu Presidente.

§ 5º. Concluídos seus trabalhos, a Comissão Especial elaborará parecer sobre a matéria, o qual será protocolado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário, na primeira sessão ordinária subsequente.

§ 6º. Do parecer será extraída cópia ao Vereador que a solicitar, pela Secretaria da Câmara.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 7º. Se a Comissão de Especial deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento através de projeto de Resolução.

§ 8º. Não caberá constituição de Comissão Especial para tratar de assuntos de competência de qualquer das Comissões Permanentes.

SUBSEÇÃO III

DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 112. As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos, de caráter social ou cultural, inclusive participação em Congressos.

§ 1º. As Comissões de Representação serão constituídas:

I - mediante projeto de resolução, aprovado por maioria simples e submetidas à discussão e votação única na ordem do dia da sessão seguinte à da sua apresentação;

II - mediante simples requerimento, submetido a discussão e votação única na fase do expediente da mesma sessão de sua apresentação, quando não acarretar despesas.

§ 2º. No caso do inciso I do parágrafo anterior, será obrigatoriamente ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final no prazo de 03 (três) dias, contados da apresentação do projeto respectivo.

§ 3º. Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constitutivo deverá conter:

I - a finalidade;

II - o número de membros não superior a cinco;

III - o prazo de duração.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 4º. Os membros da Comissão de Representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara que poderá, a seu critério, integra-la ou não, observada, sempre que possível, a representação proporcional partidária.

§ 5º. A Comissão de Representação será sempre presidida pelo único ou primeiro dos signatários do Projeto da Resolução respectiva, quando dela não faça parte o Presidente da Câmara ou o Vice-Presidente.

§ 6º. Os membros da Comissão de Representação requererão licença à Câmara quando necessário.

§ 7º. Os membros da Comissão de Representação constituída nos termos do inciso I do § 1º deste artigo deverão apresentar relatório ao Plenário das atividades durante a representação, bem como prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo de 10 (dez) dias após o seu término.

SUBSEÇÃO IV

DAS COMISSÕES DE INVESTIGAÇÃO E PROCESSANTE

Art. 113. As Comissões de Investigação e Processante serão constituídas com as seguintes finalidades:

I – apurar infrações político-administrativas do(a) Prefeito(a);

II – apurar infrações éticas–administrativos dos Vereadores;

III – apurar as faltas que acarretarem a destituição dos membros da mesa Diretora.

Art. 114. O processo de cassação do mandato do(a) Prefeito(a) e Vereadores, por infração definida na legislação federal e municipal, obedecerá ao seguinte procedimento:

I – a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas, qualificação e

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

assinatura do denunciante. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante;

II – de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto aberto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

III – recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas;

IV – o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

V – concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral;

VI – concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais abertas, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, culpado de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de perda da função pública e cassação do mandato. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público o resultado;

VII – o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação

do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos;

VIII – a comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade;

IX – o Ministério Público ou Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia poderá, a requerimento do Poder Legislativo, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo;

X – havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público municipal.

§ 1º. O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto no Código de Processo Civil.

§ 2º. Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

SUBSEÇÃO V

DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Art. 115. As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos neste Regimento e na Lei Orgânica do Município, serão criadas mediante requerimento de um terço de seus membros, independentemente de parecer e deliberação do Plenário, para a apuração de fato determinado

e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º. A denúncia sobre as irregularidades e a indicação de provas a serem produzidas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito.

§ 2º. Do requerimento de constituição deverá constar, ainda:

I - a finalidade para qual se constituiu, devidamente fundamentada e justificada;

II - o prazo de seu funcionamento, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, desde que não ultrapasse a duração da legislatura em que for constituída;

III - a indicação, se for o caso, dos Vereadores que servirão como testemunhas.

§ 3°. A prorrogação de prazo, prevista no inciso II do parágrafo anterior, só se dará mediante requerimento fundamentado e deliberação do Plenário.

Art. 116. Recebido o requerimento de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Presidente ordenará a sua leitura em Plenário e a publicação do ato respectivo no Diário Oficial do Município e da Câmara Municipal.

Art. 117. A Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 03 (três) membros, será constituída por ato da presidência, que nomeará membros desta Comissão por indicação dos líderes do partido ou bancadas de forma proporcional.

§ 1º. Consideram-se impedidos os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, aqueles que tiverem interesse pessoal na

apuração e os que foram indicados no requerimento de constituição para servir como testemunhas.

§ 2º. Não havendo acordo das lideranças no tocante à indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, proceder-se-á à escolha por eleição, votando cada Vereador, inclusive o presidente da Câmara, em um único nome para membro da Comissão, considerando-se eleitos e, por conseguinte, membros da Comissão, os Vereadores mais votados.

Art. 118. Não se constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiver em funcionamento na Câmara Municipal outra comissão apurando denúncias ou fatos idênticos.

Art. 119. Constituída a comissão, seus membros elegerão, na primeira reunião realizada e dentre os Vereadores nomeados, o Presidente e respectivo Relator.

Parágrafo único. Ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito é atribuída a competência de representar a Comissão.

Art. 120. A Comissão Parlamentar de Inquérito reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências da Câmara Municipal, cabendo ao seu Presidente determinar a data e horários das reuniões.

§ 1º. Fica facultado ao Presidente da comissão requisitar, se for o caso, funcionários da Câmara, para secretariar os trabalhos da Comissão.

§ 2º. Em caso excepcional e devidamente justificado, poderá o Presidente da comissão requisitar ao presidente da Câmara o assessoramento dos trabalhos da Comissão, por profissionais técnicos na matéria em exame, desde que a própria Câmara não disponha de tais funcionários em seu quadro.

Art. 121. As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º. A Comissão poderá realizar reuniões em que será resguardado o sigilo, visando preservar o bom andamento das investigações.

§ 2°. As convocações para as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito deverão ser recebidas por seus membros com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo em casos de reunião extraordinária, desde que justificada a urgência da convocação.

§ 3º. Seus membros, em caso de ausência, deverão justificar o motivo do não comparecimento ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito na primeira reunião subsequente à ausência.

Art. 122. No exercício de suas atribuições e no interesse das investigações, poderão, ainda, as Comissões Parlamentares de Inquérito, através de seu Presidente:

I – determinar as diligências que reputarem necessárias;

II – tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

III – requisitar dos responsáveis pelas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas a exibição de documentos e prestação de esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo único. A critério da Comissão, poderão ser realizadas oitivas e colhidos depoimentos em outros locais, que não a Câmara Municipal de Ituaçu.

Art. 123. Todos os documentos encaminhados à Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como as convocações, atos da presidência e diligências serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo Presidente, que será o seu responsável até os términos dos trabalhos.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. Dos depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas inquiridas, além da assinatura dos membros presentes ao ato, deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura do depoente.

Art. 124. O desatendimento às disposições contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, sem motivo justificado, faculta ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito solicitar a intervenção do Poder Judiciário, na forma da legislação pertinente.

Art. 125. Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a comissão ficará extinta, salvo se o Plenário houver aprovado por maioria absoluta e antes do término do prazo, a requerimento do membro da comissão, a prorrogação por até mais 30 (trinta) dias.

§ 1º. O requerimento que solicitar a sua prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito será apreciado na mesma reunião de sua apresentação.

§ 2º. Somente será admitido um pedido de prorrogação na forma estabelecida pelo caput deste artigo, não podendo o prazo de prorrogação ser superior àquele fixado originalmente para funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 126. A Comissão concluirá seus trabalhos por relatório final, que deverá conter:

I - exposição dos fatos submetidos à apuração;

II - exposição e análise das provas colhidas;

III - conclusão sobre a comprovação ou não existência dos fatos;

IV - conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

V - sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal e a indicação das autoridades, dentre elas o Ministério Público, e ou pessoas que tiverem competência para a adoção das medidas sugeridas.

Art. 127. Elaborado o relatório, deverá ser apreciado em reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, previamente agendada.

§ 1º. A simples aposição da assinatura, sem qualquer observação, implicará a concordância total do signatário com os termos e manifestações do Relator.

§ 2º. Poderá o membro da Comissão exarar voto em separado nos termos do Regimento Interno.

Art. 128. Se o relatório não for acolhido pela maioria dos membros da comissão, será considerado rejeitado, apreciando-se, em seguida, o voto divergente apresentado em separado.

Parágrafo único. O voto acolhido pela maioria dos membros da comissão será considerado relatório final.

Art. 129. O Relatório Final, aprovado e assinado nos termos desta subseção, será protocolado na Secretaria da Câmara, devendo o presidente comunicar em Plenário a conclusão dos trabalhos.

Parágrafo único. O Relatório Final será lido pelo Relator da comissão, durante o expediente da primeira reunião ordinária subsequente, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento Interno.

Art. 130. Deverão ser anexados ao processo cópias do relatório final e do voto ou votos separados, bem como ato da presidência da Comissão que registra o fim dos trabalhos.

Art. 131. A Secretaria Legislativa da Câmara fornecerá cópias do relatório final ao Vereador que as solicitar, independentemente de requerimento.

Art. 132. A Comissão Parlamentar de Inquérito redigirá suas conclusões em forma de relatório, podendo, alternativa ou cumulativamente, encaminhá-las ao Ministério Público para promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores, requerer à Procuradoria-Geral do Município a adoção das medidas judiciais para reparação do erário público, bem como oferecer sugestões e recomendações à autoridade administrativa competente.

CAPÍTULO V

DOS VEREADORES

SEÇÃO I

DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

SUBSEÇÃO I

DOS DEVERES E DIREITOS

Art. 133. Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 04 (quatro) anos, eleitos na forma da lei.

Art. 134. São deveres do Vereador, além de outros previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal:

I – respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal e demais leis;

II – agir com respeito ao Executivo e ao Legislativo, colaborando para o bom desempenho de cada um desses Poderes;

III – usar de suas prerrogativas exclusivamente para atender ao interesse público;

IV – conhecer e observar o Regimento Interno;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

V – representar a comunidade, comparecendo convenientemente trajado, à hora regimental, nos dias designados, para a abertura das sessões, nelas permanecendo até o seu término;

VI – participar dos trabalhos do Plenário e comparecer às reuniões das Comissões Permanentes ou Temporárias, das quais seja integrante, prestando informações, emitindo pareceres nos processos que lhe forem distribuídos, sempre com observância dos prazos regimentais;

VII – votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, ressalvadas as disposições em contrário previstas neste Regimento Interno;

VIII – desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos, salvo motivo fundamentado apresentado à Presidência ou à Mesa, conforme o caso;

IX – comunicar, no prazo regimental, suas faltas ou ausências, quando tiver motivo justo para deixar de comparecer às sessões plenárias ou às reuniões das comissões;

X – desincompatibilizar-se, nos casos previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal;

XI – fazer declaração pública de bens, no ato da posse e ao término do mandato, conforme determinado em legislação de regência;

XII - manter o decoro parlamentar, observando as disposições contidas no Código de Ética Parlamentar;

XIII - residir no Município de Ituaçu;

XIV - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e de sua população;

XV - impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público.

Parágrafo único. Para fins de observância do inciso V deste artigo e de qualquer outro dispositivo deste Regimento, será considerado convenientemente trajado o (a) Vereador (a) que esteja utilizando vestes formais, assim compreendidas como camisa social e gravata para homens, sendo opcional o uso de terno ou blazer, e vestidos de mangas e comprimento abaixo do joelho, tailleurs (saia abaixo do joelho e blazer) ou ternos (calça e blazer de manga comprida), para mulheres.

Art. 135. São direitos do Vereador, além de outros previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal:

I – inviolabilidade por sua opinião, palavras e votos, no exercício de mandato e na circunscrição do Município;

II – remuneração condigna;

III – licença, nos termos deste Regimento Interno;

IV – oferecer proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Câmara Municipal;

V – votar na eleição da Mesa e das Comissões;

VI – concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

VII – usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem ao interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento;

VIII – votar as proposições submetidas à deliberação do Plenário, salvo os casos previstos neste Regimento Interno.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO II

DA REMUNERAÇÃO

Art. 136. O Vereador fará jus a subsídio único, que será fixado em conformidade do disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 137. Os Vereadores, nos termos da lei, farão *jus* ao 13º (décimo terceiro) subsídio, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos seus subsídios, por mês de efetivo exercício no respectivo ano, bem como ao gozo de férias remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor do subsídio percebido no mês anterior à sua concessão, cujas parcelas integrarão os subsídios para os efeitos legais

SEÇÃO III

DAS VEDAÇÕES

Art. 138. O Vereador não poderá descumprir vedações previstas na Lei Orgânica Municipal sob pena de incorrer em sanções nela previstas.

SEÇÃO IV

DAS VAGAS

Art. 139. As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda do mandato.

Art. 140. Os casos e o procedimento para declaração da perda do mandato do Vereador por causas extintivas de mandato, operar-se-ão de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 141. O processo de cassação do mandato do Vereador pela Câmara Municipal em decorrência de faltas ético-parlamentares será promovido conforme determina a Lei Orgânica Municipal ou o Código de Ética e Decoro.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO V

DO DECORO PARLAMENTAR

SUBSEÇÃO I

DAS CONDUTAS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR

Art. 142. O Vereador que descumprir os deveres inerentes ao seu mandato ou praticar ato que afete a sua dignidade estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento ou no Código de Ética e Decoro.

Parágrafo único. São medidas disciplinares aplicáveis às condutas incompatíveis com o decoro:

I – censura verbal;

II – censura escrita;

III – suspensão temporária do mandato;

IV – cassação do mandato.

Art. 143. São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a censura verbal:

I – descumprir os deveres inerentes ao mandato;

II – praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara Municipal;

III – perturbar a ordem das reuniões das sessões legislativas e das comissões;

IV – comparecer às reuniões não trajados convenientemente, nos termos deste Regimento.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. A censura verbal será aplicada em reunião, pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem os substituir, assegurada a ampla defesa.

Art. 144. São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com censura escrita:

I – usar, em discurso ou proposição, expressões que contenham incitamentos à prática de crimes;

II – praticar ofensas físicas ou morais, na sede da Câmara, a outro parlamentar, à Mesa ou Comissão ou aos seus respectivos Presidentes.

Parágrafo único. A censura escrita será imposta pela Mesa Diretora, assegurada a ampla defesa.

Art. 145. São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a suspensão temporária do mandato:

I – reincidir nas hipóteses previstas no artigo anterior;

II – revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou Comissão haja resolvido manter secretos;

III – revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental.

Parágrafo único. A penalidade prevista neste artigo será aplicada pelo Plenário, por maioria absoluta e voto aberto, assegurada a ampla defesa.

Art. 146. Além das condutas incompatíveis com o decoro parlamentar previstas na Lei Orgânica Municipal, a reincidência naquelas arroladas no artigo anterior enseja a cassação do mandato de Vereador.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Parágrafo único. O processo de cassação do mandato a que se refere este artigo obedecerá ao disposto na Lei Orgânica Municipal ou na legislação de regência.

Art. 147. Quando, no curso de uma discussão, um Vereador for acusado de ato que ofenda sua honorabilidade, poderá solicitar ao Presidente da Câmara ou à Comissão, que mande apurar a veracidade da arguição e aplique sanção cabível ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

SEÇÃO VI

DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 148. Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões plenárias ou às reuniões das Comissões Permanentes, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 1°. Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:

I – doença;

II – luto ou casamento;

III – viagens no interesse do Poder Legislativo.

§ 2°. A justificação das faltas far-se-á por requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara, que o decidirá nos termos deste Regimento Interno.

Art. 149. O Vereador poderá licenciar-se nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Art. 150. Os requerimentos de licença deverão ser apresentados e, posteriormente, deliberados no expediente da reunião de sua apresentação,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

tendo preferência regimental sobre qualquer das matérias que não possuam prioridade legal.

§ 1º. A concessão de licença a Vereador só poderá ser indeferida mediante voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 2°. O requerimento de licença para tratamento por saúde deve ser acompanhado de atestado médico.

§ 3°. Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever requerimento de licença por motivo de saúde, a iniciativa caberá ao Presidente da Mesa.

§ 4°. É facultado ao Vereador prorrogar seu período de licença, através de novo requerimento, atendidas as disposições desta Seção.

SEÇÃO VII

DA SUPLÊNCIA

Art. 151. O suplente sucederá o titular nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Art. 152. A convocação do suplente proceder-se-á de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 153. O suplente de Vereador, quando no exercício do mandato, tem os mesmos direitos, prerrogativas, deveres e obrigações do titular e, como tal, deve ser considerado.

Art. 154. Enquanto não ocorrer a posse do suplente, o quórum será calculado em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 155. Se ocorrer vaga e não houver suplente, faltando mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato, a Câmara Municipal representará à Justiça Eleitoral para a realização das eleições para preenchê-la.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO VI

DAS LIDERANÇAS

SEÇÃO I

DAS LIDERANÇAS DE BANCADAS

Art. 156. Bancada é o agrupamento organizado de, no mínimo, 2 (dois) Vereadores de uma mesma representação partidária, com prerrogativa de escolher seu líder.

Art. 157. Líder é o Vereador que fala autorizadamente em nome do seu partido, sendo o seu porta-voz oficial em relação a todos os órgãos da Câmara Municipal.

Art. 158. O Líder e o Vice-líder serão escolhidos conforme o disposto na legislação de regência.

Art. 159. No início de cada sessão legislativa ordinária, os partidos comunicarão à Mesa Diretora a escolha de seus Líderes e Vice-líderes.

Art. 160. São atribuições do Líder:

I – fazer comunicação de caráter inadiável à Câmara Municipal por 05 (cinco) minutos, vedados os apartes;

II – indicar o orador do partido nas solenidades;

III – fazer o encaminhamento de votação ou indicar Vereador para substituí-lo nesta função;

IV - usar da palavra preferencialmente, para encaminhar a votação e transmitir o pensamento de sua bancada;

V – indicar os membros de seu partido nas Comissões Permanentes e Temporárias, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação do Presidente da Câmara Municipal.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 161. O Líder e o Vice-líder podem fazer parte de Comissões Permanentes e Temporárias, exceto nos cargos de Presidente e Vice-Presidente destas.

SEÇÃO II

DA LIDERANÇA DE BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 162. É facultado às representações partidárias, por decisão da maioria de seus membros, constituir bloco parlamentar, sob liderança comum, perdendo as lideranças de bancada, quando existentes, suas atribuições, prerrogativas e vantagens legais e regimentais.

§ 1º. A constituição do bloco parlamentar se consumará com a comunicação dela ao Presidente da Câmara, contendo assinatura da maioria dos membros de cada representação partidária que o componha.

§ 2º. O bloco parlamentar terá existência circunscrita à legislatura e receberá o mesmo tratamento dispensado às bancadas.

§ 3º. A representação partidária integrante de bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

§ 4º. O bloco parlamentar será composto por, no mínimo, 2 (dois) Vereadores.

SEÇÃO III

DA LIDERANÇA DO GOVERNO

Art. 163. O Líder e o Vice-líder do Governo serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, mediante ofício encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo pode trocar o Líder e/ou o Vice-líder do Governo a qualquer tempo, mediante ofício encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

TÍTULO II

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

CAPÍTULO I

DA LEGISLATURA

Art. 164. A legislatura, cuja duração coincide com o mandato dos Vereadores, será composta de sessões legislativas, correspondentes, cada uma, a um ano civil completo.

Art. 165. Cada sessão legislativa é composta de duas sessões, que são:

I - ordinárias, as que ocorrem, independentemente de convocação, de 15 de fevereiro a 15 de dezembro, devendo realizar pelo menos três reuniões mensais;

II - extraordinárias, as que ocorrem fora do período reservado para as sessões ordinárias, mediante convocação, na forma da Lei Orgânica.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 166. Sessão legislativa ordinária é a correspondente ao período normal de funcionamento da Câmara durante um ano civil.

Parágrafo único. Não será encerrado o primeiro período de Sessões Ordinárias enquanto não for aprovado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e, igualmente, o segundo período, enquanto não se deliberar sobre o Orçamento Anual.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 167. As reuniões das sessões legislativas ordinárias da Câmara são:

I – de instalação;

II – solenes;

III – ordinárias;

IV – extraordinárias.

Art. 168. As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando da ocorrência de motivo relevante ou nos casos previstos neste Regimento Interno.

Art. 169. As reuniões, ressalvadas as solenes, somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, constatada através de chamada nominal.

Art. 170. Em reunião cuja abertura e prosseguimento dependa de quórum, este poderá ser constatado através de verificação de presença feita de ofício pelo Presidente ou a pedido de qualquer Vereador.

§ 1°. Ressalvada a verificação do caput, nova verificação somente será deferida após decorridos 30 (trinta) minutos do término da verificação anterior.

§ 2°. Ficará prejudicada a verificação de presença se, ao ser chamado, encontrar-se ausente o Vereador que a solicitou.

Art. 171. Durante as reuniões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário, ressalvadas hipóteses previstas neste Regimento.

Art. 172. As Sessões ordinárias e extraordinárias poderão ocorrer de forma remota, com a utilização dos recursos tecnológicos de áudio e vídeo

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

disponíveis, em situações de decretação de calamidade pública, pandemia ou qualquer outro motivo que impeça ou coloque em risco a saúde e vida dos Vereadores, Servidores, Prestadores de Serviços e Cidadãos.

Art. 173. A Câmara Municipal poderá realizar Sessões Itinerantes visando a integração dos munícipes às ações do Poder Legislativo Municipal, as quais serão organizadas e dirigidas pela Mesa Diretora.

§ 1º. As Sessões Itinerantes serão realizadas em local diverso da sede do Poder Legislativo, podendo ocorrer nos Distritos ou Povoados com grande aglomeração de pessoas, no intuito de obter subsídio junto à população para intermediar os seus reais anseios perante o Poder Executivo Municipal ou a quem de direito.

§ 2º. Nas Sessões Itinerantes, o Presidente da Câmara poderá ampliar o tempo de uso e o número de participantes na Tribuna Livre.

SEÇÃO II

DAS REUNIÕES

SUBSEÇÃO I

DA DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO

Art. 174. As reuniões da Câmara terão a duração máxima de 04 (quatro) horas, podendo ser prorrogadas por deliberação do Presidente ou a requerimento verbal de qualquer Vereador aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. O requerimento de prorrogação não poderá ser objeto de discussão.

Art. 175. A prorrogação da reunião será por tempo determinado, não inferior a 01 (uma) hora e nem superior a 03 (três), ou para que se ultime a discussão e votação das proposições em debate.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1°. Se forem apresentados dois ou mais requerimentos de prorrogação da reunião, serão votados na ordem cronológica de apresentação sendo que, aprovado por qualquer deles, considerar-se-ão prejudicados os demais.

§ 2°. Poderão ser solicitadas outras prorrogações, mas sempre por prazo igual ou inferior ao que já foi concedido.

§ 3°. O requerimento de prorrogação restará prejudicado pela ausência de seu autor no momento da votação.

§ 4°. Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados à Mesa a partir de 10 (dez) minutos antes do término da ordem do dia e, nas prorrogações concedidas, a partir de 5 (cinco) minutos antes de se esgotar o prazo prorrogado, alertado o Plenário pelo Presidente.

§ 5°. Quando, dentro dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, o autor do requerimento de prorrogação solicitar sua retirada, poderá qualquer outro Vereador, falando pela ordem, manter o pedido de prorrogação, assumindo, então, a autoria e dando-lhe plena validade regimental.

§ 6°. Nenhuma reunião poderá estender-se além das 24 (vinte e quatro) horas do dia em que foi iniciada, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

§ 7°. As disposições contidas nesta Subseção não se aplicam às reuniões solenes.

SUBSEÇÃO II

DA SUSPENSÃO E ENCERRAMENTO

At. 176. A reunião poderá ser suspensa:

I – para a preservação da ordem;

II – para permitir, quando for o caso, que a comissão possa apresentar parecer verbal ou escrito;

III – para recepcionar visitantes ilustres.

§ 1°. A suspensão da reunião, no caso do inciso II, não poderá exceder a 15 (quinze) minutos.

§ 2°. O tempo de suspensão não será computado no de duração da reunião.

Art. 177. A reunião será encerrada antes da hora regimental nos seguintes casos:

I – por falta de quórum regimental para o prosseguimento dos trabalhos;

II – em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou na ocorrência de calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante requerimento subscrito, no mínimo, por 1/3 (um terço) dos Vereadores, sobre o qual deliberará o Plenário;

III – tumulto grave.

SUBSEÇÃO III

DA PUBLICIDADE

Art. 178. Será dada ampla publicidade às reuniões da Câmara, facilitando-se o trabalho da imprensa e publicando-se a pauta e o resumo dos trabalhos no veículo de imprensa oficial do Município.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se também às reuniões das Comissões Técnicas, sempre que estiverem em discussão proposições da iniciativa popular ou do interesse específico de determinado segmento da comunidade.

Art. 179. As reuniões da Câmara, nos termos deste Regimento Interno, poderão ser transmitidas, inclusive em tempo real (ao vivo), via internet ou por emissora local, por imprensa devidamente credenciada e contratada pelo Poder Legislativo.

Art. 180. Ressalvadas as exceções dispostas neste Regimento, qualquer cidadão poderá assistir às reuniões da Câmara, ocupando lugar nas suas galerias ou local reservado ao público, ocasião na qual deverá manter, no recinto, atitude compatível com a dignidade da Casa e a preservação da ordem dos trabalhos legislativos.

§ 1º. É proibida a entrada de pessoas vestindo: bermudas (shorts), camisas sem mangas e minissaias. Essas restrições não se aplicam a crianças de até 12 (doze) anos de idade.

§ 2º. É possibilitado ao cidadão promover o registro audiovisual das atividades eventualmente desempenhadas durante as reuniões da Câmara.

§ 3º. Qualquer cidadão que apresente conduta incompatível com a dignidade da Casa e que convulsione a ordem dos trabalhos legislativos será advertido pelo Presidente em Plenário.

§ 4º. Se, mesmo após a advertência tratada no § 3º, o cidadão advertido mantiver conduta incompatível com a dignidade da Casa e que convulsione a ordem dos trabalhos legislativos, o Presidente, em caráter excepcional, poderá determinar a sua retirada do Plenário ou, no caso de desordem generalizada, determinar o esvaziamento do recinto, com vistas a resguardar a continuidade da reunião.

SUBSEÇÃO IV

DAS ATAS

Art. 181. De cada reunião da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo resumidamente os assuntos tratados.

§ 1°. Os documentos apresentados em reunião e as proposições conterão apenas a declaração do seu objeto, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§ 2°. A transcrição de declaração do voto feita resumidamente por escrito deve ser requerida ao Presidente.

§ 3°. A ata da reunião anterior será lida e votada sem discussão, na fase do expediente da reunião ordinária subsequente.

§ 4°. Se não houver quórum para deliberação, os trabalhos terão prosseguimento e a votação da ata far-se-á em qualquer fase da reunião, à primeira constatação de existência de número regimental para deliberação.

§ 5°. Se o Plenário, por falta de quórum, não deliberar sobre a ata até o encerramento da reunião, a votação será transferida para o expediente da reunião ordinária seguinte.

§ 6°. A ata poderá ser impugnada:

I – quando for totalmente inválida ou por não descrever os fatos e situações realmente ocorridas;

II – mediante requerimento de invalidação.

§ 7°. Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco parcial.

§ 8°. Cada Vereador poderá falar sobre a ata apenas uma vez por tempo nunca superior a 05 (cinco) minutos, não sendo permitidos apartes.

§ 9°. Feita a impugnação ou solicitação de retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito.

§ 10. Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata e, aprovada a retificação, será ela incluída na ata da reunião da sessão legislativa em que ocorrer a sua votação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 11. Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretários.

Art. 182. A ata da última reunião de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação do Plenário, independente de quórum, antes de encerrada a sessão legislativa ordinária.

Parágrafo único. Para cumprir o disposto no *caput*, o Presidente da Câmara poderá, antes de encerrar a sessão, suspendê-la para confecção da ata, e logo após, declarará a reabertura da sessão, que terá como única finalidade a votação da ata.

SEÇÃO III

DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 183. As reuniões ordinárias serão semanais, devendo ocorrer nas sextas-feiras, iniciando-se às 08h (oito horas).

Parágrafo único. A reunião ordinária da sessão legislativa ordinária poderá ter o seu horário transferido, desde que aprovado pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 184. As reuniões ordinárias compõem-se de três partes:

I – expediente;

II – ordem do dia;

III – explicação pessoal.

Parágrafo único. Entre o final do expediente e o início da ordem do dia, haverá um intervalo de 15 (quinze) minutos, se necessário.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 185. O Presidente declarará aberta a reunião, à hora prevista para o início dos trabalhos, após verificação do comparecimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, feita pelo Secretário através de chamada nominal.

§ 1°. Não havendo número regimental para a instalação, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos, após os quais declarará prejudicada a reunião, lavrando-se ata resumida do ocorrido, que independerá de aprovação.

§ 2°. Instalada a reunião, mas não constatada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, não poderá haver qualquer deliberação na fase do expediente, passando-se imediatamente, após a leitura da ata da reunião anterior e do expediente, à fase destinada ao uso da tribuna.

§ 3°. Não havendo oradores inscritos, antecipar-se-á o início da ordem do dia, com a respectiva chamada regimental.

§ 4°. Persistindo a falta da maioria absoluta dos Vereadores na fase da ordem do dia e observado o prazo de tolerância de 15 (quinze) minutos, o Presidente declarará encerrada a reunião, lavrando-se ata do ocorrido, que independerá de aprovação.

§ 5°. As matérias constantes da ordem do dia, inclusive a ata da reunião anterior, que não forem votadas em virtude da ausência da maioria absoluta dos Vereadores, passarão para o expediente da reunião ordinária seguinte.

§ 6°. A verificação de presença poderá ocorrer em qualquer fase da reunião, a requerimento de Vereador ou por iniciativa do Presidente e sempre será feita nominalmente, fazendo-se constar na ata os nomes dos ausentes.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SUBSEÇÃO II

DO EXPEDIENTE

Art. 186. O expediente destina-se à votação da ata da reunião anterior, à leitura das matérias recebidas, à leitura, discussão dos pareceres, requerimentos e moções, à apresentação das proposições dos Vereadores e ao uso da Tribuna.

Parágrafo único. O expediente terá a duração máxima e improrrogável de 02h30min (duas e trinta minutos) a partir da hora fixada para o início da reunião.

Art. 187. Votada a ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecida a seguinte ordem de recebimento:

I – do(a) Prefeito(a);

II – dos Vereadores;

III – de diversos.

§ 1°. Na leitura das proposições, obedecer-se-á à seguinte ordem:

I – vetos;

II – projetos de lei ou de lei complementar;

III – projetos de decreto legislativo;

IV – projetos de resolução;

V – substitutivos;

VI – emendas e subemendas;

VII – pareceres;

VIII – requerimentos;

IX – moções.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2°. A Secretaria Legislativa deverá enviar aos Vereadores, de preferência em formato digital, no prazo de 07 (sete) dias, cópias das proposições apresentadas no expediente, salvo pareceres, requerimentos, indicações e moções, cujas cópias deverão ser solicitadas pelo interessado.

§ 3°. A ordem estabelecida neste artigo é taxativa, não sendo permitida a leitura de papeis ou proposições fora do respectivo grupo ou fora da ordem cronológica de apresentação, vedando-se, igualmente, qualquer pedido de preferência nesse sentido.

Art. 188. Terminada a leitura das matérias mencionadas no artigo anterior, o Presidente destinará o tempo restante da hora do expediente para debates e votações e ao uso da tribuna, obedecida a seguinte preferência:

I – discussão daqueles que não se refiram às proposições sujeitas à apreciação na ordem do dia;

II – discussão e votação de requerimentos;

III – discussão e votação de moções;

IV – uso da palavra pelos Vereadores, segundo a ordem de inscrição em livro, versando sobre tema livre.

§ 1°. As inscrições dos oradores para falar no expediente, serão feitas em livro especial sob a fiscalização do 1º Secretário.

§ 2º. As inscrições para manifestações deverão ser realizadas junto ao 1º Secretário, por cada Vereador interessado, no momento em lhe for oportunizada a inscrição, prazo após o qual não mais poderão ser realizadas.

§ 3°. O Vereador que, inscrito para falar no expediente, não estiver presente na hora em que lhe for concedida a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar na lista organizada.

§ 4°. O prazo para o orador usar da tribuna será de 10 (dez) minutos.

§ 5°. É vedada a cessão ou a reserva de tempo para o orador que ocupar a tribuna, nesta fase da reunião.

Art. 189. Findo o expediente e decorrido o intervalo de 15 (quinze) minutos, o Presidente determinará ao 1º Secretário a efetivação da chamada regimental, para que se possa iniciar a ordem do dia.

SUBSEÇÃO III

DA ORDEM DO DIA

Art. 190. Ordem do dia é a fase da reunião em que serão discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta.

§ 1°. A ordem do dia somente será iniciada com a presença da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2°. Não havendo número legal, a reunião será encerrada, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 191. A pauta da ordem do dia será organizada 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião, obedecida a seguinte ordem:

I – matérias em regime de urgência;

II – vetos;

III – matérias em redação final;

IV – matérias em discussão e votação únicas;

V – matérias em segunda discussão e votação;

VI – matérias em primeira discussão e votação.

§ 1°. Obedecida essa classificação, as matérias figurarão ainda segundo a ordem cronológica decrescente.

§ 2°. A disposição das matérias na ordem do dia só poderá ser interrompida ou alterada por requerimento de urgência ou de adiantamento apresentado no início ou no transcorrer da ordem do dia e aprovado pelo Plenário.

§ 3°. A Secretaria Legislativa fornecerá aos Vereadores cópias das proposições e pareceres, bem como a relação da ordem do dia correspondente até 24 (vinte quatro) horas antes do início da reunião, ou somente da relação da ordem do dia, se as proposições e pareceres já tiverem sido anteriormente publicados.

Art. 192. Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na ordem do dia, com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas do início da reunião, ressalvado o disposto neste Regimento Interno.

Art. 193. Não serão admitidas a discussão e a votação de projetos sem prévia manifestação das comissões, exceto nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Art. 194. O Presidente anunciará o item da pauta que será discutido e votado pelo Plenário, determinando ao Secretário que proceda à sua leitura.

Parágrafo único. A leitura de determinada matéria ou de todas as constantes da ordem do dia pode ser dispensada a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

Art. 195. As proposições constantes da ordem do dia poderão ser objeto de:

I – preferência para votação;

II – adiamento;

III – retirada da pauta.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1°. Se houver uma ou mais proposições constituindo processos distintos, anexados à proposição que se encontra em pauta, a preferência para votação de uma delas dar-se-á mediante requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador, com assentimento do Plenário.

§ 2°. O requerimento de preferência será votado sem discussão, não se admitindo encaminhamento de votação nem declaração de voto.

§ 3°. Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto, ainda que a ela não anexadas, serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Art. 196. O adiamento de discussão ou de votação de proposição pode, ressalvado o disposto no § 4° deste artigo, ser formulado em qualquer fase de sua apreciação em Plenário, através de requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador, que especificará a finalidade e o número de reuniões do adiamento proposto.

§ 1°. O requerimento de adiamento terá a continuidade de sua discussão ou votação prejudicada até que o Plenário delibere.

§ 2°. Quando houver orador na Tribuna discutindo a matéria ou encaminhando sua votação, o requerimento de adiamento só por ele poderá ser proposto.

§ 3°. Apresentado requerimento de adiamento, outros poderão ser formulados, antes de se proceder à votação, observada a ordem de apresentação dos requerimentos.

§ 4°. O adiamento da votação de qualquer matéria será admitido, desde que não tenha sido votada nenhuma peça do processo.

§ 5°. A aprovação de um requerimento de adiamento prejudica os demais.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 6°. Rejeitados todos os requerimentos formulados nos termos do § 3°, não se admitirão novos pedidos de adiamento com a mesma finalidade.

§ 7°. O adiamento de discussão ou de votação por determinado número de reuniões importará no adiamento da discussão ou da votação da matéria por igual número de reuniões ordinárias.

§ 8°. Não serão admitidos pedidos de adiamento da votação de requerimento de adiamento.

§ 9°. Os requerimentos de adiamento não comportarão discussão, encaminhamento de votação e declaração de voto.

Art. 197. A retirada de proposição constante da ordem do dia dar-se-á:

I – por solicitação de seu autor, quando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final tenha concluído pela inconstitucionalidade ou ilegalidade ou quando a proposição não tenha parecer favorável de outras comissões permanentes;

II – por requerimento do autor, sujeito à deliberação do Plenário, sem discussão do encaminhamento de votação e da declaração de voto, quando a proposição tenha parecer favorável, mesmo que de uma só das comissões permanentes.

Parágrafo único. Obedecido ao disposto no presente artigo, as proposições de autoria da Mesa Diretora ou de comissão permanente só poderão ser retiradas mediante requerimento subscrito pela maioria de seus membros.

Art. 198. A discussão e a votação das matérias propostas serão feitas na forma fixada neste Regimento Interno.

Art. 199. Inexistindo matérias sujeitas à deliberação do Plenário, na ordem do dia, o Presidente declarará aberta a fase da explicação pessoal.

Parágrafo único. Caso inexistam solicitações de explicação pessoal ou findo o tempo destinado à reunião, o Presidente dará por encerrados os trabalhos, depois de anunciar a publicação da ordem do dia da reunião seguinte.

Art. 200. Mediante requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores ou de ofício pela Mesa, poderá ser convocada reunião extraordinária para apreciação de remanescente de pauta.

SUBSEÇÃO IV

DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Art. 201. Encerrada a pauta da ordem do dia, desde que presente 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores, passar-se-á à Explicação Pessoal.

Art. 202. Explicação Pessoal é a fase destinada à manifestação dos Vereadores sobre atitudes pessoais, assumidas durante a reunião ou no exercício do mandato.

§ 1°. A Explicação Pessoal terá a duração máxima e improrrogável de 2 (dois) minutos.

§ 2°. O Presidente concederá a palavra aos oradores inscritos, segundo a ordem de inscrição, obedecidos os critérios estabelecidos neste Regimento.

§ 3°. A inscrição para explicação pessoal será solicitada durante a reunião e anotada cronologicamente pelo 1º Secretário, em livro próprio.

§ 4°. O orador, no uso da palavra, não poderá se desviar da finalidade da explicação pessoal nem ser aparteado.

§ 5°. O desatendimento do disposto no parágrafo anterior sujeitará o orador à advertência pelo Presidente e, na reincidência, à cassação da palavra.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 6°. A reunião não poderá ser prorrogada para uso da palavra em explicação pessoal.

Art. 203. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente comunicará aos Vereadores a data da próxima reunião, a respectiva pauta, caso organizada, e declarará encerrada a reunião, ainda que antes do prazo regimental de encerramento.

SEÇÃO IV

DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 204. As reuniões extraordinárias ocorridas durante a sessão legislativa ordinária serão convocadas pelo Presidente da Câmara.

§ 1°. Sempre que possível, a convocação far-se-á em reunião ordinária.

§ 2°. Quando feita fora de reunião ordinária, a convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente, através de comunicação pessoal e escrita, ou outro meio de comunicação oficial, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3°. As reuniões extraordinárias da sessão legislativa ordinária poderão ser realizadas em qualquer dia e hora, inclusive aos domingos e feriados.

Art. 205. Na reunião extraordinária haverá expediente, que terá duração de 02 (duas) horas, sendo esse tempo reservado à leitura das matérias que tenham motivado a convocação, não havendo explicação pessoal.

§ 1°. A ordem do dia será obrigatoriamente destinada à matéria objeto da convocação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2°. Aberta a reunião extraordinária com a presença de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e não contando, após a tolerância de 15 (quinze) minutos, com a maioria absoluta para discussão e votação das proposições, o Presidente encerrará os trabalhos determinando a lavratura da respectiva ata, que independerá de aprovação.

SEÇÃO V

DAS REUNIÕES SOLENES

Art. 206. As reuniões solenes, destinadas às solenidades cívicas e oficiais, serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara Municipal mediante requerimento aprovado por maioria simples.

§ 1°. As reuniões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara Municipal, independentemente de quórum para sua instalação e desenvolvimento.

§ 2°. Não haverá expediente, ordem do dia e explicação pessoal nas reuniões solenes, sendo dispensadas a verificação de presença e a leitura da ata da reunião anterior.

§ 3°. Nas reuniões solenes não haverá tempo determinado para seu encerramento.

§ 4°. Será elaborado previamente e com ampla divulgação o programa da reunião solene, podendo, inclusive, usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes e associações, sempre a critério da Presidência.

§ 5°. Os fatos ocorridos na reunião solene serão registrados em ata, que independerá de deliberação.

§ 6°. Independe de convocação a reunião solene de instalação da legislatura e de posse dos Vereadores, Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a).

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 207. Serão considerados como recesso Legislativo os períodos compreendidos entre 01 a 31 de julho e 16 de dezembro a 14 de fevereiro.

Art. 208. A convocação da Câmara Municipal para a realização de sessão legislativa extraordinária far-se-á de acordo com o previsto na Lei Orgânica Municipal.

§ 1°. Se do oficio de convocação não constar o horário da reunião da sessão legislativa extraordinária a ser realizada, serão obedecidas as normas referentes às partes da reunião ordinária da sessão legislativa ordinária.

§ 2°. Continuará a correr por todo o período da sessão legislativa extraordinária o prazo a que estiverem submetidos os projetos, que motivaram a convocação.

§ 3°. Nas reuniões da sessão legislativa extraordinária, não haverá fase de explicação pessoal, sendo seu tempo destinado ao expediente e à ordem do dia, após a aprovação da ata da reunião anterior.

§ 4°. As reuniões da sessão legislativa extraordinária de que trata este artigo serão abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, sem tempo de duração determinado.

TÍTULO III

DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I

DAS MODALIDADES E DE SEUS REQUISITOS

Art. 209. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 210. São modalidades de proposição:

I – requerimentos;

II – moções;

III – projetos de resolução;

IV – projetos de decreto legislativo;

V – projetos de lei ordinária;

VI – projetos de lei complementar;

VII – proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal;

VIII – emendas.

Parágrafo único. Além das proposições referidas nos incisos deste artigo, os Vereadores, as Comissões Permanentes ou Temporárias e a Mesa Diretora podem apresentar Indicações dirigidas ao Poder Executivo, as quais não serão objeto de deliberação pelo Plenário.

Art. 211. São requisitos para a elaboração das proposições aqueles definidos na Lei Complementar Federal a que se refere o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DA TRAMITAÇÃO

SEÇÃO I

DA INICIATIVA

Art. 212. A iniciativa para apresentar proposições cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente ou Temporária, Mesa Diretora, Prefeito(a) ou cidadãos.

Art. 213. A iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete:

I – aos Vereadores;

II – à Comissão da Câmara Municipal;

III – ao(a) Prefeito(a);

IV – aos cidadãos, na forma e nos casos previstos neste Regimento Interno.

§ 1°. São de iniciativa privativa do(a) Prefeito(a) Municipal os projetos de leis que disponham sobre:

I – criação, alteração, extinção e definição das atribuições de cargos, funções ou empregos públicos do Poder Executivo e das autarquias e fundações públicas municipais;

II – fixação do vencimento, salário ou gratificação e seus aumentos quanto aos cargos, empregos e funções previstos no inciso I deste parágrafo;

III – revisão geral e anual dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo;

IV – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

V – criação, extinção e atribuição dos órgãos do Poder Executivo, das autarquias e das fundações públicas municipais, ressalvada a edição de decreto para dispor sobre:

a) organização e funcionamento da Administração direta municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

VI – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;

VII – autorização para a abertura de créditos especiais, suplementares e extraordinários;

VIII – demais matérias fixadas na Lei Orgânica.

§ 1°. Compete à Câmara Municipal a iniciativa privativa das leis que disponham sobre:

I – fixação dos subsídios do(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a) e Secretários Municipais;

II – fixação da remuneração dos cargos, empregos e funções de seus serviços;

III – revisão dos subsídios do(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a), Secretários Municipais e Vereadores.

Art. 214. O(a) Prefeito(a) poderá solicitar urgência nas matérias de sua iniciativa, na forma deste Regimento Interno.

Art. 215. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 1°. A reapresentação de projeto de lei de iniciativa privativa do(a) Prefeito(a) Municipal, na mesma sessão legislativa, condicionar-se-á à aceitação prévia pela maioria absoluta da Câmara Municipal.

§ 2°. A aceitação prévia para a nova apreciação não vinculará, de modo algum, a votação para aprovação do projeto de lei.

SEÇÃO II

DO RECEBIMENTO

Art. 216. Toda proposição recebida pela Secretaria Administrativa será numerada, datada e despachada às comissões, depois de serem lidas no expediente.

Parágrafo único. O horário de recebimento das proposições para serem lidas no expediente encerrar-se-á até às 48h (quarenta e horas) do dia da reunião ordinária.

Art. 217. O Presidente restituirá ao autor as proposições que não atenderem aos requisitos exigidos constantes de lei complementar federal referida no parágrafo único do art. 59 da CRFB/88.

§ 1°. As razões da devolução ao autor de qualquer proposição nos termos deste artigo deverão ser devidamente fundamentadas pelo Presidente, por escrito.

§ 2°. O autor da proposição, devolvida pelo Presidente poderá recorrer desse ato ao Plenário, no prazo de 3 (três) dias úteis, após a publicação no expediente, ouvida a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

§ 3°. Provido o recurso previsto no parágrafo anterior, a proposição voltará à Mesa para seguir o tramite normal.

Art. 218. Consideram-se autores da proposição, para efeitos regimentais, todos os seus signatários.

Parágrafo único. As atribuições e prerrogativas regimentais do autor serão exercidas em Plenário por um só dos signatários da proposição e a precedência será regulada segundo a ordem das assinaturas.

Art. 219. A proposição de autoria de Vereador licenciado, renunciante ou com mandato cassado, entregue à Mesa antes de efetivada a licença, a renúncia ou perda do mandato, mesmo que ainda não lida ou apreciada, terá tramitação regimental.

Art. 220. O suplente não poderá subscrever a proposição que se encontre nas condições previstas neste artigo, quando de autoria de Vereador que esteja substituindo.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 221. As proposições, depois de recebidas, serão numeradas por legislatura em série específica.

Art. 222. Os projetos de lei ordinária tramitarão com a denominação de projeto de lei.

Art. 223. As emendas serão numeradas devendo indicar o número do projeto a que vinculadas.

Parágrafo único. Cada espécie de emenda receberá numeração própria e sequencial.

Art. 224. As emendas propostas pelas comissões seguirão com as siglas das comissões.

Art. 225. Antes da distribuição, o Presidente mandará a Secretaria Administrativa verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa.

§ 1°. Caso haja proposições análogas ou conexas, o Presidente fará a distribuição por dependência, determinando que sejam apensadas e renumeradas.

§ 2°. As proposições de que trata o § 1° deste artigo serão distribuídas primeiramente:

I – à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para apreciar a observância das normas legais, constitucionais, regimentais e de técnica legislativa;

II – à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas, quando envolverem aspectos financeiros ou orçamentários, para apreciar a compatibilidade ou adequação orçamentária;

III – às demais comissões, quando o mérito da proposição estiver relacionado a outras matérias.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO III

DA APRESENTAÇÃO

Art. 226. A apresentação da proposição será feita:

I – perante a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas, no caso de proposição sobre fiscalização e controle, quando se tratar de emenda ou subemenda, limitadas à matéria de sua competência;

II – em Plenário, na reunião prevista por este Regimento Interno;

III – no momento em que for anunciada, para os requerimentos que digam respeito a:

a) retirada de proposição constante de ordem do dia com pareceres favoráveis, ainda que pendente de pronunciamento de outra comissão permanente;

b) discussão de uma proposição por partes;

c) dispensa, adiamento ou encerramento de discussão;

d) adiamento de votação;

e) votação por determinado processo;

f) votação em bloco ou partes;

g) destaque de dispositivo ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado, constituição de proposição autônoma;

h) dispensa de publicação da redação final do projeto do Poder Executivo ou de cidadãos.

Art. 227. O Vereador poderá apresentar proposição individual ou conjuntamente.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO IV

DA APRECIAÇÃO

Art. 228. Cada proposição terá curso próprio, salvo emenda.

Art. 229. Apresentada e lida, a proposição será objeto de decisão do Presidente da Câmara ou do Plenário, nos casos previstos neste Regimento Interno.

Art. 230. O parecer contrário à emenda não obsta que a proposição principal siga a tramitação regimental.

Art. 231. Findos os trabalhos das comissões e entregue a proposição, deverá ser remetida ao Presidente para ser incluída na ordem do dia e, por conseguinte, lida na fase do expediente da reunião ordinária da sessão legislativa ordinária.

SEÇÃO V

DO REGIME DE URGÊNCIA

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 232. A tramitação das proposições pode ocorrer em regime de urgência, quando tratar de:

I – projeto de iniciativa do(a) Prefeito(a), com solicitação de urgência;

II – matéria que envolva solução para atender calamidade pública;

III – regulamentação de dispositivo da Lei Orgânica Municipal;

IV – proposição que seja reconhecida, pelo Plenário, como urgente;

V – autorização para o(a) Prefeito(a) e o(a) Vice-Prefeito(a) se ausentarem do Município.

§ 1°. Se a Câmara não deliberar o projeto a que se refere o inciso I deste artigo no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, ele será incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime sua votação.

§ 2°. O prazo previsto no parágrafo anterior não corre no período de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica aos projetos de codificação.

§ 3°. A proposição seguirá tramitação ordinária nas hipóteses não compreendidas neste artigo.

SUBSEÇÃO II

DA TRAMITAÇÃO

Art. 233. Tramitação em regime de urgência é a que dispensa as exigências regimentais, interstício ou formalidades para aprovação de proposição.

Parágrafo único. Não se dispensará:

I – leitura no expediente;

II – pareceres das comissões ou de relator designado;

III – quórum para deliberação.

Art. 234. O requerimento que solicitar a tramitação da proposição em regime de urgência somente poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado:

I – pela Mesa Diretora, nas matérias que lhe são reservadas;

II – por um terço dos Vereadores ou Líderes da Câmara;

III – por comissão que possua competência para opinar sobre o mérito;

IV – pelo(a) Prefeito(a).

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1°. Nos casos dos incisos I e III deste artigo, o orador favorável será o membro da Mesa ou comissão designado pelo Presidente da Câmara.

§ 2°. O requerimento não será discutido, mas a sua votação pode ser encaminhada pelo seu autor, líder na Câmara, relator de comissão ou Vereador que seja contrário à solicitação, assegurando, a cada um, 05 (cinco) minutos para pronunciamentos.

§ 3°. Será obstada a votação de requerimento quando estiverem tramitando em regime de urgência duas proposições, em razão de requerimento aprovado pelo Plenário.

SEÇÃO VI

DOS TURNOS

Art. 235. As proposições em tramitação são subordinadas, na sua apreciação, a turno único, excetuados as propostas de emenda à Lei Orgânica Municipal e demais casos previstos neste Regimento Interno.

Art. 236. Cada turno é constituído de discussão e votação, salvo:

I – no caso de requerimento;

II – se encerrada a discussão da redação final, sem emendas ou retificações, momento em que será considerada definitivamente aprovada, sem votação.

Art. 237. É de uma reunião o interstício entre o primeiro e o segundo turno.

Art. 238. A dispensa de interstício para inclusão, na ordem do dia, de proposição em tramitação sob regime de urgência, poderá ser concedida pelo Plenário a requerimento de um terço dos Vereadores ou mediante acordo entre Líderes da Câmara.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 239. O interstício para a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será de 10 (dez) dias, sem admissão de pedido de dispensa.

SEÇÃO VII

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 240. A redação final, observadas as exceções regimentais, será feita pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, que apresentará o texto definitivo da proposição, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

§ 1°. Quando, na elaboração da redação final, for constatada na matéria aprovada alguma incorreção, impropriedade de linguagem ou outro erro, poderá a Comissão corrigi-lo, desde que a correção não implique deturpação da vontade legislativa, devendo, nesta hipótese, mencionar expressamente em seu parecer a alteração feita, com ampla justificativa.

§ 2°. Se, todavia, existir qualquer dúvida quanto à vontade legislativa, em decorrência de incoerência notória, contradição evidente ou manifesto absurdo existente na matéria aprovada, deverá a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final eximir-se de oferecer redação final, propondo em seu parecer a reabertura da discussão quanto ao aspecto da incoerência, da contradição ou do absurdo, e concluindo pela apresentação das necessárias emendas corretivas, se for o caso.

Art. 241. A redação final permanecerá junto à Presidência durante a reunião ordinária subsequente à publicação, para recebimento de emendas de redação.

§ 1°. Não havendo emendas, considerar-se-á aprovada a redação final proposta, sendo a matéria remetida à sanção ou veto e posterior promulgação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2°. Apresentadas emendas de redação, voltará o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para parecer.

Art. 242. Cada Vereador disporá de 10 (dez) minutos para discutir a redação final ou o parecer de reabertura da discussão, admitidos apartes.

Art. 243. Se o parecer que concluir pela reabertura da discussão for rejeitado, a matéria voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, para a redação final na forma já deliberada pelo Plenário.

§ 1°. Aprovado o parecer que propõe a reabertura da discussão, esta versará exclusivamente sobre o aspecto do engano ou erro, considerando-se todos os dispositivos não impugnados como aprovados em discussão.

§ 2°. Cada Vereador disporá de 10 (dez) minutos para discutir o aspecto da matéria cuja discussão foi reaberta.

Art. 244. Faculta-se a apresentação de emendas desde que estritamente relativas ao aspecto da matéria cuja discussão foi reaberta, subscritas por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 1°. Encerrada a discussão, passar-se-á à votação das emendas.

§ 2°. A matéria, com emenda ou emendas aprovadas, retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para elaboração da redação final.

Art. 245. Aprovada a redação final da proposição, será esta enviada à sanção ou veto pelo(a) Prefeito(a).

Parágrafo único. Os autógrafos reproduzirão a redação final aprovada pelo Plenário.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO III

DAS INDICAÇÕES

Art. 246. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere ao Poder Executivo, órgãos ou autoridades do Município medidas de interesse público.

Parágrafo único. A indicação não depende de deliberação em Plenário, e após à apresentação é encaminhada ao Poder Executivo.

Art. 247. Não haverá limite para a apresentação de indicações pelos Vereadores.

CAPÍTULO IV

DOS REQUERIMENTOS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 248. Requerimento é a proposição dirigida por qualquer Vereador ou comissão ao Presidente ou à Mesa Diretora, sobre matéria da competência da Câmara Municipal.

Art. 249. Os requerimentos assim se classificam:

I – quanto à maneira de formulá-los:

a) verbais;

b) escritos.

II – quanto à competência para decidi-los:

a) sujeitos a despacho de plano do Presidente;

b) sujeitos a deliberação do Plenário.

III – quanto à fase de formulação:

a) específicos das fases de expediente;

b) específicos da ordem do dia;

c) comuns a qualquer fase da reunião.

Parágrafo único. Os requerimentos independem de parecer, exceto os que solicitem transcrição de documentos nos Anais da Câmara Municipal.

Art. 250. Não se admitirão emendas a requerimentos.

SEÇÃO II

DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A DESPACHO DE PLANO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 251. Será despachado de plano pelo Presidente o requerimento que solicitar:

I – retirada, pelo autor, de requerimento verbal ou escrito;

II – uso ou desistência da palavra;

III – permissão para o Vereador falar sentado;

IV – leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

V – reclamação por inobservância das normas deste Regimento Interno;

VI – discussão de proposição por partes;

VII – informações sobre ordem dos trabalhos, agenda e ordem do dia;

VIII – prorrogação de prazo para o orador da Tribuna;

IX – preenchimento de vaga em comissão;

X – votação de emendas em bloco ou em grupos definidos;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XI – destaque para votação em separado de emendas ou partes de emendas e de partes de vetos;

XII – reabertura de discussão de proposição, encerrada em período legislativo anterior;

XIII – esclarecimento sobre ato da administração interna da Câmara Municipal;

XIV – retificação de ata;

XV – verificação de presença;

XVI – verificação nominal de votação;

XVII – requisição de documento ou publicação existente na Câmara Municipal, para subsídio de proposição em discussão;

XVIII – retirada, pelo autor, de proposição:

a) com parecer de admissibilidade;

b) sem parecer ou com parecer pela inconstitucionalidade, anti-regimentalidade ou ilegalidade;

XIX – juntada ou desentranhamento de documentos;

XX – inclusão, na ordem do dia, de proposição com parecer em condições de nela figurar;

XXI – inscrição de voto de pesar em ata;

XXII – justificação de falta do Vereador às sessões ou reuniões de comissões.

Parágrafo único. Serão necessariamente escritos os requerimentos a que aludem os incisos XVIII e XXI deste artigo.

Art. 252. Indeferido o requerimento e a pedido do Vereador, caberá recurso ao Plenário, sem discussão nem encaminhamento de votação, que deliberará pelo processo simbólico.

SEÇÃO III

DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Art. 253. São escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados neste Regimento Interno e os que solicitem:

I – inclusão de projeto na pauta, em regime de urgência;

II – convocação de reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária;

III – informação ao Secretário Municipal;

IV – inserção, nos Anais da Câmara, de informações e documentos, quando mencionados e não lidos integralmente pelo Secretário Municipal perante o Plenário ou Comissão;

V – adiamento de discussão ou votação de proposições;

VI – representação da Câmara Municipal por comissão de representação;

VII – dispensa de publicação para redação final e redação do vencido;

VIII – encerramento de discussão de proposição;

IX – prorrogação da reunião;

X – inversão da pauta;

XI – audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para os projetos aprovados sem emendas;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

XII – destaque de parte de proposição principal ou acessória ou acessória integral para ter andamento como proposição independente.

§ 1°. Os requerimentos mencionados neste artigo não admitem discussão e serão deliberados por processo simbólico.

§ 2°. O encaminhamento de votação do requerimento será realizado pelo seu autor ou Líderes na Câmara, assegurando 05 (cinco) minutos a cada um para pronunciamento.

§ 3°. Os requerimentos rejeitados pelo Plenário não poderão ser reapresentados na mesma sessão legislativa.

Art. 254. Os requerimentos de informações somente versarão sobre atos da Mesa Diretora ou da Câmara Municipal, do Poder Executivo do Município e dos órgãos a ele subordinados, das autarquias, empresas e fundações municipais, das concessionárias, permissionárias ou pessoas jurídicas detentoras de autorização para prestarem serviço público municipal.

Art. 255. Os requerimentos de informações devem ser fundamentados e indicar o fim a que se destinam.

Art. 256. Não se admitirão requerimentos de informações solicitando providências, pedidos de consulta, sugestões e questionamento sobre os propósitos da autoridade a que se destinam.

Art. 257. A Mesa Diretora poderá recusar requerimentos de informações formulados de modo inconveniente ou que contrariem o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. Recusado o requerimento, caberá recurso ao Plenário.

Art. 258. Os requerimentos de informações serão aprovados, por processo simbólico, pelo Plenário.

CAPÍTULO V

DAS MOÇÕES

Art. 259. Moção é a proposição pela qual o Vereador expressa seus aplausos, congratulação, louvor ou pesar.

Parágrafo único. A Moção apresentada à Mesa será imediatamente despachada pelo Presidente e enviada à publicação no diário oficial.

Art. 260. As moções de aplausos, congratulação ou louvor deverão limitar-se aos acontecimentos de alto significado municipal, ou estadual e nacional, que tenha relação com o Município de Ituaçu.

Art. 261. Só se admitirão moções de pesar, nos seguintes casos:

I – falecimento de quem tenha exercido cargo relevante na Administração e pessoas de relevância no Município;

II – manifestação em prol de luto municipal oficialmente declarado.

Parágrafo único. As moções de pesar deverão ser apresentadas na ordem do dia, sem encaminhamento de votação.

Art. 262. Quando seus autores pretenderem traduzir manifestações coletivas da Câmara Municipal, a moção deverá ser assinada, no mínimo, pela maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo único. A moção assinada na forma do caput estará automaticamente aprovada.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO VI

DOS PROJETOS

SEÇÃO I

DAS ESPÉCIES E SUAS FORMAS

Art. 263. A Câmara Municipal exerce sua função legislativa por meio de:

I – projetos de resolução;

II – projetos de decreto legislativo;

III – projetos de lei ordinária;

IV – projetos de lei complementar;

V – proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 264. O projeto poderá ser apresentado em três vias, observadas as seguintes destinações:

I – uma via, subscrita pelo autor e demais signatários, se houver, destinada ao arquivo da Câmara;

II – uma via, subscrita pelo autor e demais signatários, se houver, que será remetida à comissão competente para apreciá-lo;

III – uma via como contrafé.

Parágrafo único. Os projetos que não atenderem ao artigo anterior deste Regimento Interno só serão encaminhados às comissões depois das devidas correções pelo seu autor.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO II

DA DESTINAÇÃO

SUBSEÇÃO I

DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Art. 265. Os projetos de resolução destinam-se a regular matérias da administração interna da Câmara Municipal e de seu processo legislativo, nos termos deste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO II

DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Art. 266. Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara Municipal que tenham efeito externo, nos termos deste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO III

DOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

Art. 267. Os projetos de lei ordinária destinam-se a regular toda matéria legislativa de competência municipal, sujeita à sanção do(a) Prefeito(a).

Art. 268. A iniciativa do projeto de lei ordinária dar-se-á nos termos deste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO IV

DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 269. Será objeto de lei complementar, dentre outras matérias elencadas na Lei Orgânica do Município:

I – definição das atribuições do(a) Vice-Prefeito(a);

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II – normas gerais em matéria tributária de âmbito local, observado o disposto na Constituição Federal;

III – imposto sobre serviço de qualquer natureza, segundo os critérios determinados pela Constituição Federal e pela lei complementar federal;

IV – finanças públicas, nos casos previstos pela Constituição Federal;

V – fiscalização financeira da Administração Pública municipal direta e indireta.

Parágrafo único. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 270. A iniciativa para apresentação dos projetos de lei complementar é a disposta neste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO V

DAS PROPOSTAS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Art. 271. A Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal observará, quanto aos legitimados e à tramitação, as normas previstas na Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS EMENDAS

Art. 272. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

Art. 273. As emendas são supressivas, aditivas, modificativas, substitutivas e aglutinativas.

§ 1°. Emenda supressiva é a que manda erradicar parte da proposição principal, ao suprimir um artigo inteiro ou seus desdobramentos.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2°. Emenda aditiva é a que inclui novo dispositivo ao texto da proposição principal.

§ 3°. Emenda modificativa é a que altera o texto da proposição original, sem comprometê-lo de forma substancial.

§ 4°. Emenda substitutiva é a que visa alterar parte da proposição principal, ao inserir nova forma de normatizar a matéria disposta no texto.

§ 5°. Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas ou destas com o texto.

Art. 274. A emenda de redação visa sanar vício de linguagem, incorreção gramatical, erro de concordância e falhas de técnica legislativa.

Art. 275. Subemenda é a proposição acessória a uma emenda.

§ 1°. As espécies de subemendas são as mesmas da emenda.

§ 2°. Não se admitirá subemenda supressiva à emenda supressiva.

§ 3°. A subemenda segue a tramitação da emenda e está a ela atrelada.

Art. 276. Substitutivo é a proposição que visa substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

Art. 277. Não serão aceitos, por impertinentes, substitutivos ou emendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria contida na proposição a que se refiram.

Parágrafo único. O recebimento impertinente de substitutivo ou emendas não implica necessariamente na obrigatoriedade de sua votação, podendo o Presidente considerá-lo prejudicado antes de submetê-lo à votação.

Art. 278. As emendas e substitutivos são apresentados por Vereador, Comissão Permanente e Mesa Diretora.

Parágrafo único. A Comissão Permanente somente poderá apresentar substitutivo à proposição principal que tiver relação com sua competência específica.

Art. 279. As emendas serão apresentadas durante:

I – discussão em apreciação preliminar, turno único ou primeiro turno por qualquer Vereador ou comissão;

II – discussão em segundo turno por:

a) comissão Permanente, se aprovadas pela maioria de seus membros;

b) por requerimento de um terço dos Vereadores ou Líderes na Câmara.

III – redação final, até o início da votação da proposição, observado o quórum previsto nas alíneas do inciso anterior.

§ 1°. Aos Vereadores é assegurado apresentar emendas diretamente à Comissão Permanente, a partir do recebimento da proposição principal até a discussão em Plenário.

§ 2°. Só será aceita emenda na redação final para evitar erro de concordância, vício de linguagem, falha de técnica legislativa, observadas as formalidades regimentais.

Art. 280. As emendas seguirão a tramitação das proposições as quais acompanham.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS ÀS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 281. Da decisão ou omissão do Presidente em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador, cabe recurso ao Plenário, nos termos deste capítulo.

Parágrafo único. Até a deliberação do Plenário sobre o recurso, prevalece a decisão do Presidente.

Art. 282. O recurso formulado por escrito poderá ser proposto dentro do prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis contados da decisão do Presidente.

§ 1°. Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, dar-lhe provimento ou, caso contrário, contrarrazoá-lo e, em seguida, encaminhá-lo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

§ 2°. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final terá o prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§ 3°. Emitido o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, independentemente de sua publicação, será, obrigatoriamente, o recurso incluído na pauta da ordem do dia da reunião ordinária seguinte para deliberação do Plenário.

§ 4°. Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

§ 5°. Rejeitado o recurso, a decisão do Presidente será integralmente mantida.

CAPÍTULO IX

DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 283. O projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal será enviado, pelo seu Presidente, ao(a) Prefeito(a) que, aquiescendo, o sancionará.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1°. Se o(a) Prefeito(a) considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público ou a esta Lei Orgânica, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará os motivos do veto ao Presidente da Câmara Municipal dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2°. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis a que se refere o parágrafo anterior, o silêncio do(a) Prefeito(a) importará sanção tácita.

§ 3°. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4°. O veto será apreciado pela Câmara Municipal, dentro de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento, só podendo ser rejeitado, pelo voto aberto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5°. Esgotado sem deliberação o prazo a que se refere o parágrafo anterior, o veto será colocado na ordem do dia da reunião imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 6°. Se o veto não for mantido, será o projeto de lei enviado ao(a) Prefeito(a) para promulgação.

Art. 284. O veto será despachado:

I – à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, se as razões versarem aspectos de constitucionalidade, legalidade e interesse público do projeto;

II – à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas, se as razões versarem aspecto financeiro do projeto.

§ 1°. As Comissões referidas nos incisos do *caput* terão o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para emitir parecer sobre o veto.

§ 2°. Se as razões de veto tiverem implicação concomitante com aspectos de constitucionalidade ou legalidade, interesse público ou de ordem financeira, as comissões competentes terão o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para emitir parecer conjunto.

§ 3°. Esgotado o prazo das comissões, o veto será incluído, com ou sem parecer, na ordem do dia da primeira reunião ordinária que se realizar.

Art. 285. Se, nos casos dos §§ 2° e 6° do art. 284, a lei não for, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, promulgada pelo(a) Prefeito(a), o Presidente da Câmara Municipal o fará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

Parágrafo único. Caso o Vice-Presidente não promova a promulgação da lei, poderá ser destituído do cargo que ocupa na Mesa Diretora nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Art. 286. Os projetos de decretos legislativos e de resolução, depois de aprovados, serão promulgados e publicados pelo Presidente da Mesa Diretora, nos termos deste Regimento Interno.

TÍTULO IV

DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS DISCUSSÕES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 287. Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário.

§ 1°. A discussão se fará sobre o conjunto da proposição, emendas, substitutivos e pareceres.

§ 2°. O Presidente, por deliberação do Plenário, poderá anunciar o debate por títulos, capítulos, seções e subseções.

Art. 288. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender às determinações contidas neste Regimento Interno.

Art. 289. Para discutir qualquer matéria constante da ordem do dia, o Presidente consultará o Vereador que queira fazer uso da fala.

Parágrafo único. É vedada a cessão total ou parcial do tempo do Vereador que não fizer uso da fala no momento em que lhe seja oportunizado para discutir a matéria.

Art. 290. O autor da proposição, além do tempo regimental que lhe é assegurado, poderá voltar à tribuna durante 10 (dez) minutos para explicações, desde que um terço dos membros da Câmara Municipal assim o requeira.

§ 1°. Em projeto de autoria da Mesa Diretora ou de comissão, serão considerados autores, para efeito deste artigo, os respectivos Presidentes.

§ 2°. Em projeto de autoria do Poder Executivo, será considerado autor o Vereador que, nos termos legais e regimentais, gozar de prerrogativas de Líder do Governo.

Art. 291. O Vereador que estiver ausente ao ser chamado para falar poderá reinscrever-se.

Art. 292. O Presidente dos trabalhos não interromperá o orador que estiver discutindo qualquer matéria, salvo para:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

I – dar conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da reunião e para submetê-lo à votação;

II – fazer comunicação importante, urgente e inadiável à Câmara Municipal;

III – recepcionar autoridade ou personalidade;

IV – suspender ou encerrar a reunião em caso de tumulto grave no Plenário ou em outras dependências da Câmara Municipal;

V – leitura de requerimento que solicitar a tramitação em regime de urgência de proposição, observadas as normas regimentais.

§ 1°. O orador interrompido para votação de requerimento de prorrogação da reunião, mesmo que ausente à votação do requerimento, não perderá sua vez de falar, desde que presente quando chamado a continuar seu discurso no curso da reunião ou ao se iniciar o período de prorrogação da reunião.

§ 2°. Após a votação do requerimento de prorrogação, o Orador terá sua palavra restituída pelo tempo que lhe restava para concluir sua fala.

§ 3°. Se ausente, quando chamado, o Vereador perderá o direito à parcela de tempo de que dispunha para discutir, não podendo se reinscrever.

Art. 293. A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior terá sua tramitação reaberta para receber novas emendas.

Art. 294. A proposição que receber todos os pareceres favoráveis poderá ter sua discussão dispensada pelo Plenário, mediante requerimento de qualquer Vereador, sem prejuízo da apresentação de emendas.

Parágrafo único. A dispensa de discussão deverá ser requerida ao ser anunciada a proposição.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO II

DOS APARTES

Art. 295. Aparte é a interrupção, consentida, breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação.

§ 1º. O aparte deve ser expresso em termos corteses e não pode exceder o tempo de 1 (um) minuto.

§ 2°. Somente serão consentidos 2 (dois) apartes por orador.

Art. 296. Não serão permitidos apartes:

I – à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II – paralelos ou cruzados;

III – quando o orador esteja encaminhado a votação, declarando voto, falando sobre a ata ou pela ordem;

IV – a parecer verbal;

V – nos demais casos previstos neste Regimento Interno.

§ 1°. Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.

§ 2°. Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

§ 3°. Cada Vereador só poderá formular 2 (dois) pedidos de apartes por reunião.

SEÇÃO III

DO ENCERRAMENTO

Art. 297. O encerramento da discussão dar-se-á:

I – por inexistência de orador inscrito;

II – a requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos Vereadores, mediante deliberação do Plenário;

III – por decurso do prazo regimental.

§ 1°. Só poderá ser proposto o encerramento da discussão, nos termos do inciso II deste artigo, quando sobre a matéria já tenham falado, pelo menos, 03 (três) Vereadores.

§ 2°. O requerimento de encerramento da discussão comporta apenas encaminhamento da votação.

§ 3°. Se o requerimento de encerramento da discussão for rejeitado, só poderá ser reformulado depois de terem falado, no mínimo, mais 3 (três) Vereadores.

Art. 298. A discussão de qualquer matéria não será encerrada quando houver requerimento de adiamento pendente por falta de quórum.

CAPÍTULO II

DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 299. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta a sua vontade a respeito da rejeição ou da aprovação da matéria.

§ 1°. Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

§ 2°. Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à reunião, será dada por prorrogada, independentemente de requerimento, até que se conclua por inteiro a votação da matéria, ressalvada a hipótese

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

de falta de número para deliberação, caso em que a reunião será encerrada imediatamente.

Art. 300. As deliberações da Câmara, excetuando os casos previstos neste Regimento e na Lei Orgânica, serão tomadas por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, salvo nos casos de abstenção do exercício do direito de voto previstos neste Regimento Interno.

Art. 301. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem elas em discussão ou votação.

Art. 302. O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá voto nos casos previsto na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento Interno.

§ 1°. Persistindo o empate, realizar-se-ão tantas votações quantas forem necessárias para desempatar a matéria.

§ 2°. O Presidente terá direito a novo voto, caso não ocorra o desempate a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3°. A presença do Presidente é computada para efeito de quórum no processo de votação.

§ 4°. As normas constantes deste artigo serão aplicadas ao Vereador que substituir o Presidente na direção dos trabalhos.

Art. 303. O voto do Vereador, mesmo que contrário ao de sua liderança, será acolhido para todos os efeitos.

Art. 304. Terminada a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrários, brancos, nulos e abstenções.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 305. A proposição poderá ser votada em bloco, ressalvada a matéria destacada ou por deliberação do Plenário em sentido contrário.

Parágrafo único. A votação de proposição, mediante deliberação do Plenário, poderá ser feita em título, capítulo, seção ou subseção.

Art. 306. As emendas destacadas ou aquelas que tenham pareceres contrários à sua tramitação serão votadas uma a uma, conforme a respectiva ordem e espécie.

Parágrafo único. O Plenário poderá deferir requerimento de qualquer Vereador que solicite a votação da emenda de forma destacada.

SEÇÃO II

DO ENCAMINHAMENTO

Art. 307. A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria já debatida e com discussão encerrada, poderá ser requerido verbalmente o encaminhamento da votação, ressalvados os impedimentos regimentais.

Art. 308. Ainda que haja no projeto substitutivos e emendas, haverá apenas um encaminhamento de votação sobre todas as peças do projeto.

Parágrafo único. Quando não for consumada a votação por falta de quórum, haverá novo encaminhamento de votação quando a proposição voltar à ordem do dia.

Art. 309. O Presidente, sempre que julgar necessário ou quando lhe for requerido, poderá convidar o relator ou outro membro da Comissão Permanente para esclarecer as razões do conteúdo do parecer no encaminhamento da votação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO III

DO ADIAMENTO

Art. 310. Antes de iniciar-se a votação de qualquer proposição, o Vereador poderá requerer verbalmente o seu adiamento ou pedido de vistas, por uma reunião Ordinária, especificando a finalidade do adiamento.

§ 1°. Só por maioria de votos se concederá o adiamento da votação.

§ 2°. Só poderá ser concedido um único adiamento ou pedido de vistas em cada proposição.

§ 3°. A proposição com tramitação em regime de urgência não admite adiamento da votação, salvo se o adiamento ou pedido de vistas for requerido em conjunto pela maioria absoluta dos membros da Câmara, cujo prazo de adiamento não excederá a 48h (quarente e oito horas).

SEÇÃO IV

DOS PROCESSOS

Art. 311. São 02 (dois) os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal.

Parágrafo único. A abstenção do exercício do direito de voto, na votação pelo processo nominal, deverá ser manifestada por requerimento verbal pelo Vereador interessado no momento em que for chamado para votar.

SUBSEÇÃO I

DO PROCESSO SIMBÓLICO

Art. 312. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem respectivamente, procedendo-se, em seguida, à contagem e a proclamação dos resultados.

Parágrafo único. Os Vereadores que quiserem se abster deverão manifestar-se pela ordem.

SUBSEÇÃO II

DO PROCESSO NOMINAL

Art. 313. O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, com a consignação expressa do nome e do voto de cada Vereador.

Parágrafo único. O processo de votação nominal poderá ser realizado por deliberação do Plenário, mediante requerimento de Vereador.

Art. 314. Nos casos previstos neste Regimento Interno, ao submeter qualquer matéria à votação nominal, o Presidente convidará os Vereadores a responderem sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários respectivamente, à medida que forem sendo chamados.

§ 1°. O 1º Secretário, ao proceder à chamada, anotará as respostas na respectiva lista, repetindo em voz alta o nome e o voto de cada Vereador.

§ 2°. Terminada a chamada a que se refere o parágrafo anterior e caso não tenha sido alcançado quórum para deliberação, o 1º Secretário procederá, ato contínuo, à segunda e última chamada dos Vereadores que ainda não tenham votado.

§ 3°. Enquanto não for proclamado o resultado da votação, é facultado ao Vereador retardatário manifestar seu voto.

§ 4°. O Vereador poderá verificar seu voto antes de proclamado o resultado, na forma regimental.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 5°. Concluída a votação, o Presidente proclamará o resultado, anunciando o número de Vereadores que votaram sim e o número dos que votaram não.

§ 6º. A votação nominal poderá também se processar através de cédulas autenticadas pela Mesa e assinadas pelos votantes.

Art. 315. As dúvidas quanto ao resultado proclamado só poderão ser suscitadas e deverão ser esclarecidas antes de anunciada a discussão ou votação de nova matéria ou, se for o caso, antes de se passar à nova fase da reunião ordinária ou de encerrar-se a ordem do dia.

SUBSEÇÃO III

DA VERIFICAÇÃO NOMINAL

Art. 316. Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica proclamada pelo Presidente, poderá requerer verificação nominal de votação.

§ 1°. O requerimento de verificação nominal de votação será imediata e necessariamente atendido pelo Presidente.

§ 2°. Ficará prejudicado o requerimento de verificação nominal de votação, caso não se encontre presente no momento em que for chamado pela primeira vez o Vereador que a requereu.

§ 3°. Prejudicado o requerimento de verificação nominal de votação pela ausência de seu autor, ou por pedido de retirada, faculta-se a qualquer outro Vereador reformulá-lo.

§ 4°. Finda a verificação de votação nominal, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, mediante requerimento de um terço dos Vereadores ou Líderes na Câmara e depois de transcorrida 1 h (uma hora) da proclamação do primeiro resultado.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 5°. Não havendo quórum para a votação do requerimento de verificação, o Presidente da Câmara poderá desde logo determinar a votação nominal.

SEÇÃO V

DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Art. 317. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrária ou favoravelmente à matéria votada.

Art. 318. A declaração de voto a qualquer matéria far-se-á de uma só vez, depois de concluída por inteiro a votação de todas as peças do projeto.

§ 1°. Quando não houver quórum para a votação ser consumada, não haverá declaração de voto.

§ 2°. Não haverá declaração de voto quando houver prorrogação de reunião para se concluir uma votação.

§ 3°. Em declaração de voto, cada Vereador dispõe de 3 (três) minutos, sendo vedados apartes.

CAPÍTULO III

DO TEMPO DE USO DA PALAVRA

Art. 319. Durante as reuniões, o Vereador somente poderá usar da palavra para:

I – versar assunto de sua livre escolha no período destinado ao Expediente e à Explicação Pessoal;

II – discutir matéria e debatê-la;

III – apartear;

IV – declarar voto;

V – apresentar ou reiterar requerimento;

VI – levantar questões de ordem.

Art. 320. O uso da palavra será regulado pelas normas abaixo:

I – o orador deverá falar da Tribuna, exceto nos casos em que o Presidente permita o contrário.

II – a nenhum Vereador será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda;

III – com exceção do aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna, assim considerado o Vereador ao qual o Presidente já tenha concedido a palavra;

IV – o Vereador que pretender falar sem que lhe tenha sido concedida a palavra ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe tenha sido concedido, será advertido pelo Presidente que o convidará a sentar-se;

V – se, apesar da advertência e do convite, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado;

VI – persistindo a insistência do Vereador em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da reunião, o Presidente convidá-lo-á a retirar-se do recinto;

VII – qualquer Vereador ao falar dirigirá a palavra ao Presidente ou aos demais Vereadores e só poderá falar voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

VIII – referindo-se em discurso a outro Vereador, o orador deverá preceder seu nome do tratamento “Senhor” ou “Vereador”;

IX – dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á o tratamento “Excelência”, “Nobre Colega” ou “Nobre Vereador”;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

X – nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e, de modo geral, a qualquer representante do Poder Público de forma descortês ou injuriosa.

Art. 321. O tempo de que dispõe o Vereador para fazer uso da palavra será de:

I – 15 (quinze) minutos para apresentar acusação ou defesa no processo de cassação do(a) Prefeito(a) e Vereadores, ressalvado o prazo de 02 (duas) horas assegurado ao denunciado;

II – 10 (dez) minutos para fazer uso da tribuna e expor assunto de sua livre escolha na fase do Expediente, vedado à prorrogação;

III – 10 (dez) minutos para discursar sobre a acusação e a defesa no processo de julgamento das contas anuais do(a) Prefeito(a);

IV – 03 (três) minutos para discutir:

a) requerimento;

b) indicações, quando sujeitas à deliberação;

c) moções;

d) pareceres, ressalvado o prazo assegurado ao denunciado e ao relator no processo de destituição de membros da Mesa;

e) vetos;

f) projetos;

V – 01 (um) minuto para

a) apresentar:

1. requerimento de retificação da ata;

2. requerimento de invalidação da ata, quando da sua impugnação;

b) apartear;

c) encaminhar a votação;

d) suscitar questão de ordem;

e) apresentar Requerimento de destaque.

VI – 02 (dois) minutos para fazer Explicação Pessoal.

Parágrafo único. O tempo de que dispõe o Vereador será controlado pelo Secretário, para conhecimento do Presidente e, se houver interrupção de seu discurso, exceto por aparte concedido, o prazo respectivo não será computado no tempo que lhe cabe.

CAPÍTULO IV

DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

SEÇÃO I

DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 322. Questão de ordem é toda manifestação do Vereador em Plenário, feita em qualquer fase da reunião, para reclamar contra o não cumprimento da formalidade regimental ou para suscitar dúvidas quanto à interpretação deste Regimento Interno.

§ 1°. O Vereador deverá pedir a palavra “pela ordem” e formular a questão com clareza, indicando as disposições regimentais que pretende que sejam elucidadas ou aplicadas.

§ 2°. Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, a questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando este Regimento Interno for omisso.

§ 3°. Cabe ao Vereador recurso da decisão do Presidente, que será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, cujo parecer, em forma de projeto de resolução, será submetido ao Plenário, nos termos deste Regimento Interno.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO II

DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

Art. 323. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos ao Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais, mediante requerimento aprovado pela maioria dos Vereadores.

Art. 324. As interpretações do Regimento Interno serão feitas pelo Presidente da Câmara em assunto controvertido e somente constituirão precedentes regimentais a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pela maioria dos membros da Câmara.

Art. 325. Os precedentes regimentais serão anotados em livros próprios, para orientação de casos análogos.

Parágrafo único. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa fará a consolidação de todos os precedentes regimentais, publicando-os em separado.

TÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO I

DA INICIATIVA POPULAR NOS PROJETOS DE LEI

Art. 326. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, em lista que poderá ser organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.

§ 1°. O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2°. Na discussão do projeto de iniciativa popular, é assegurada a sua defesa em comissão e Plenário por um dos signatários.

§ 3°. O disposto no caput deste artigo e no seu § 2° aplicar-se-á à iniciativa popular de emenda a projeto de lei em tramitação na Câmara, respeitada a vedação à criação de despesa nas proposições de iniciativa exclusiva definidas neste Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município.

§ 4°. Não serão suscetíveis de iniciativa popular as matérias de competência exclusiva definidas neste Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município.

§ 5°. A Câmara Municipal, verificando o cumprimento das disposições regimentais deste artigo, dará seguimento ao projeto de iniciativa popular, em conformidade com as normas sobre elaboração legislativa previstas neste Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DA TRIBUNA LIVRE

Art. 327. A Tribuna Livre é o espaço reservado nos dias de reuniões ordinárias, entre o expediente e a ordem do dia, destinada à manifestação destinada exclusivamente à exposições de assuntos de interesse público por representantes de associações, entidades civis, estudantis e filantrópicas, sindicatos, denominações religiosas, entre outras entidades representativas da sociedade civil organizada.

§ 1°. A Tribuna Livre será utilizada mediante pedido de inscrição com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data reservada à realização da tribuna, contendo o assunto a ser abordado e acompanhado de justificativa.

§ 2°. A Tribuna Livre terá duração máxima de 05 (cinco) minutos, por orador.

§ 3°. O prazo de duração da Tribuna Livre poderá ser prorrogado, até por igual prazo, por deliberação do Presidente da Câmara, após requerimento de um dos Vereadores, desde que justificado pela complexidade da matéria e mantida a temática única constante do requerimento formulado pelo cidadão.

§ 4°. Após lido no expediente da reunião ordinária, o pedido de inscrição será encaminhado ao 1º Secretário que organizará os pedidos pela ordem de entrada e a agenda de atendimento, e coordenará as audiências públicas do Plenário.

§ 5°. Será concedido espaço para 3 (três) oradores por reunião.

§ 6°. Ao usar da palavra, o orador deverá evitar expressões que possam ferir o decoro da Câmara e representem descortesia aos Vereadores e demais presentes, sob pena de corte da palavra.

§ 7º. No caso de inobservância das disposições do § 6º, caberá ao Presidente a adoção das seguintes medidas:

I – advertência em Plenário;

II – cassação da palavra, no caso de reincidência após a advertência;

III – no caso de desrespeito à cassação da palavra e em caráter excepcional, proibição de utilização da Tribuna Livre por 3 (três) meses, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CAPÍTULO III

DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 328. As comissões podem realizar audiências públicas com entidades civis ou filantrópicas sem fins lucrativos, para instruir matéria legislativa em trâmite ou tratar de assuntos de interesse público relevante,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

observada a competência específica de cada comissão, por requerimento de qualquer de seus membros ao Presidente da Câmara.

Parágrafo único. As entidades a que se refere o caput deste artigo podem, através de requerimento ao Presidente da Câmara, solicitar a realização de audiência pública.

Art. 329. Despachado o requerimento de audiência pública, o Presidente da Comissão Permanente selecionará para serem ouvidos os representantes das entidades, dispostas no artigo anterior, e expedirá os respectivos convites.

§ 1º. Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2°. O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da comissão, sem apartes, para pronunciamento.

§ 3°. Caso o convidado se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, caberá ao Presidente da Comissão adverti-lo, cassar-lhe o uso da palavra ou determinar a sua retirada do recinto, nos termos deste Regimento Interno.

§ 4°. O convidado poderá valer-se de assessores credenciados, desde que previamente autorizado pelo Presidente da Câmara.

§ 5°. A audiência pública poderá ser realizada em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo Presidente da Comissão, que comunicará os interessados com antecedência mínima de cinco dias.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 330. Os pronunciamentos da audiência pública serão lavrados em ata, que será arquivada juntamente com os documentos a ela pertinentes, no âmbito da comissão.

CAPÍTULO IV

DO PLEBISCITO E DO REFERENDO

Art. 331. As questões de relevante interesse do Município ou Distrito poderão ser submetidas a plebiscito ou referendo, mediante decreto legislativo, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas previstas neste Regimento Interno.

TÍTULO VI

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

CAPÍTULO I

DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I

DA PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 332. A proposta de Plano Plurianual destina-se a estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública municipal para as despesas de capitais e outras dela decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 333. O projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orientará a elaboração da lei orçamentária anual, dispondo acerca das alterações na legislação tributária.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 334. A lei orçamentária anual compreenderá:

I – orçamento fiscal, referente aos fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Município;

II – orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detiver a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

SEÇÃO II

DA TRAMITAÇÃO

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 335. As propostas de Plano Plurianual, de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual serão enviadas pelo(a) Prefeito(a) Municipal à Câmara Municipal, de acordo com o exigido em lei complementar federal.

§ 1°. O(a) Prefeito(a) Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão permanente, da parte cuja alteração é proposta.

§ 2°. Em nenhuma fase da tramitação dos projetos de lei orçamentária se concederá vista a Vereador.

§ 3°. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, aceito apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotação para o pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida;

III – sejam relacionadas:

a) com correção de erros e omissões;

b) com dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4°. As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5°. Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 6°. A reestimativa de receita por parte da Câmara Municipal só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal no projeto.

§ 7°. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso orçamentário disponível.

§ 8°. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 9º. Os projetos de leis orçamentárias de que trata este capítulo deverão obedecer aos seguintes prazos para encaminhamento e apreciação:

I - para o primeiro ano da nova legislatura:

a) o Plano Plurianual, com entrada na Câmara até o dia 30 (trinta) de agosto e devolução até o dia 15 (quinze) de dezembro do mesmo ano;

b) as Diretrizes Orçamentárias, com entrada até o dia 15 (quinze) de abril e devolução até o encerramento do primeiro período legislativo;

c) o Orçamento anual, com entrada até o dia 1º (primeiro) de outubro e devolução até o dia 15 (quinze) de dezembro do mesmo ano;

II - para os demais anos da legislatura:

a) as Diretrizes Orçamentárias, com entrada até o dia 15 (quinze) de maio e devolução até o encerramento do primeiro período legislativo;

b) os orçamentos anuais, com entrada até o dia 1º (primeiro) de outubro e devolução até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada ano.

SUBSEÇÃO II

DA PROPOSTA DE PLANO PLURIANUAL

Art. 336. Recebida do Poder Executivo a proposta de Plano Plurianual, será numerada independentemente de leitura, e desde logo, enviada à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas, providenciando-se, ainda, sua publicação e distribuição aos Vereadores.

§ 1°. A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas disporá de prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias para emitir seu parecer, que deverá apreciar o aspecto formal e o mérito do projeto.

§ 2°. Se contrário, o parecer será submetido ao Plenário em discussão única.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 337. Publicado o parecer, a proposta será, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, incluída na ordem do dia por 02 (duas) reuniões subsequentes para discussão, vedando-se nesta fase, apresentação de substitutivos e emendas.

Art. 338. Findo o prazo, e com a discussão encerrada, a proposta sairá da ordem do dia e será encaminhada à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas para recebimento de emendas durante 02 (dois) dias úteis.

Parágrafo único. O parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas sobre as emendas terá caráter meramente opinativo, e poderá ser submetido ao Plenário, sem, entretanto, vinculá-lo.

Art. 339. Para elaborar o parecer sobre as emendas, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas terá o prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Em seu parecer, a Comissão observará o seguinte:

I – as emendas da mesma natureza ou objetivo serão obrigatoriamente reunidas pela ordem numérica de sua apresentação, em 03 (três) grupos, conforme a Comissão recomende sua aprovação ou cuja apreciação transfira ao Plenário;

II – a Comissão poderá oferecer novas emendas em seu parecer, desde que de caráter estritamente técnico ou retificativo ou que visem a restabelecer o equilíbrio financeiro.

Art. 340. Publicado o parecer sobre as emendas, a proposta será, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, incluída na ordem do dia para votação.

§ 1°. Se aprovada sem emendas, a proposta será enviada ao(a) Prefeito(a) para promulgação e sanção.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2°. Se emendada, a proposta retornará à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas para, dentro do prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias, elaborar à redação final.

Art. 341. Aprovada a redação final, a proposta será encaminhada para sanção.

SUBSEÇÃO III

DA PROPOSTA DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 342. Recebida a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, esta será encaminhada à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas e, em seguida, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para pareceres.

§ 1°. Esgotados os prazos para a apresentação de pareceres, a proposta será incluída na ordem do dia, tenham as comissões referidas no parágrafo anterior se manifestado ou não.

§ 2°. Caberá à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas a elaboração da redação final da proposta.

SUBSEÇÃO IV

DA PROPOSTA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 343. A tramitação da proposta da Lei Orçamentária Anual observará, no que couber, o disposto na Subseção referente à tramitação da proposta do Plano Plurianual.

Art. 344. O projeto de lei orçamentária anual será acompanhado de demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 345. A lei orçamentária anual não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação de despesa, não se incluindo nessa

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

proibição a autorização para abertura de crédito suplementares e contratação de operação de créditos, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

SEÇÃO III

DAS VEDAÇÕES

Art. 346. São vedados:

I - o início de programa ou projeto não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante de despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pela maioria absoluta da Câmara Municipal;

IV - a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

V - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programa para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VI - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VII - a utilização, sem autorização legislativa específica, dos recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

VIII - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

IX - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212 da Constituição da República, e a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita previstas no art. 165, § 8º, da Constituição da República;

X - a paralisação de programas ou projetos já iniciados, nas áreas de educação, saúde e habitação, havendo recursos orçamentários específicos ou possibilidade de suplementação destes, quando se tenham esgotado.

§ 1º. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de cometimento crime de responsabilidade.

§ 2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto na Constituição Federal e na legislação de regência da matéria.

§ 4º. É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 156, 156-A, 158 e as alíneas "b", "d" e "e" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.

§ 5º. Para fins da apuração, ao término do exercício financeiro, do cumprimento do limite de que trata o inciso III do caput deste artigo, as

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

receitas das operações de crédito efetuadas no contexto da gestão da dívida pública mobiliária municipal somente serão consideradas no exercício financeiro em que for realizada a respectiva despesa.

§ 6º. A lei não imporá nem transferirá qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público, inclusive despesas de pessoal e seus encargos, para o Município de Ituaçu, sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio, ressalvadas as obrigações assumidas espontaneamente pelos entes federados e aquelas decorrentes da fixação do salário mínimo, na forma do inciso IV do *caput* do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 347. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Parágrafo único. O repasse será feito de acordo com os valores e periodicidade determinados na lei orçamentária.

Art. 348. As despesas com pessoal ativo do Município não poderão exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

§ 1°. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 2°. Para cumprimento dos limites estabelecidos na lei complementar federal, o Município adotará as medidas previstas ali e também na Constituição Federal.

Art. 349. Na elaboração do orçamento, serão incluídos os valores destinados ao pagamento de precatórios, consoante o disposto na Constituição Federal.

Art. 350. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal divulgarão a execução orçamentária nos termos previstos na lei complementar federal referente à gestão fiscal.

CAPÍTULO II

DOS CÓDIGOS

Art. 351. Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 352. Os projetos de códigos, depois de apresentados ao plenário serão publicados, remetendo-se cópia à Secretaria Administrativa, onde permanecerão à disposição dos Vereadores, sendo, após, encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, e à Comissão Especial, se existente.

§ 1°. Durante o prazo de 20 (trinta) dias úteis, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão Especial emendas a respeito dos projetos de códigos.

§ 2°. Encerrado o prazo para apresentação de emendas, o relator dará parecer no prazo de 10 (dez) dias.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 3°. A comissão discutirá por 05 (cinco) dias o parecer exarado pelo relator, observado o seguinte:

I – as emendas com parecer contrário serão votadas em bloco, salvo os destaques requeridos por membro da comissão ou Líder da Câmara;

II – sobre cada emenda posta em destaque poderá falar o autor do projeto, o relator e os demais membros da comissão, por prazo improrrogável de 05 (cinco) minutos;

III – o relator poderá oferecer, juntamente com os membros da comissão, emendas ao projeto de código;

IV – concluída a votação do projeto e da emenda, o Presidente da Comissão terá 05 (cinco) dias para apresentar o relatório do voto vencido.

Art. 353. Após a conclusão dos trabalhos da(s) Comissão(ões), o projeto de código, depois de lido no expediente, será submetido à apreciação do Plenário em dois turnos, obedecido o interstício regimental.

§ 1°. Na discussão do projeto de código, poderão usar da palavra os Líderes e Vereadores inscritos e o relator da comissão com, respectivamente, 15 (quinze) minutos e 20 (vinte) minutos para pronunciamentos.

§ 2°. Ao atingir este estágio o projeto seguirá tramitação ordinária das proposições.

Art. 354. Não se aplicará o regime tratado neste Capítulo aos projetos que cuidem de alterações parciais de Códigos.

Parágrafo único. A Mesa só receberá para tramitação, na forma desta seção, matéria que, por sua complexidade ou abrangência, deva ser promulgada como Código.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO III

DOS TÍTULOS HONORÍFICOS E HOMENAGENS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 355. Os títulos honoríficos concedidos aos Cidadãos nesse Município, através de Decreto Legislativo, desde que aprovados por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, serão os seguintes:

I - Cidadão Honorário de Ituaçu;

II - Cidadão Benemérito de Ituaçu.

§ 1°. Cidadão Honorário é o título concedido a uma pessoa distinta, por prestar favores relevantes serviços à sociedade, bem como que ajude no desenvolvimento social local, e que já possui residência fixa por mais de 5 (cinco) anos em Ituaçu, sendo que após a homenagem, passa a ser conterrânea da terra natal, mesmo que não tenha nascido no local que lhe agraciou com a honraria.

§ 2°. Cidadão Benemérito é o título concedido ao cidadão ituaçuense que é digno de honras, que merece recompensas e aplausos por serviços importantes ou procedimentos notáveis prestados à sociedade.

Art. 356. O título de Cidadão Honorário poderá ser conferido a personalidade estrangeira, consagrada por relevantes serviços prestados à sociedade ituaçuense.

Art. 357. O projeto de concessão de títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito do Município deverá vir acompanhado, como requisito essencial, de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear, motivo da homenagem, observadas as demais formalidades legais e regimentais.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Art. 358. Os projetos de outorga de títulos de Cidadão Honorário de Ituaçu e de Cidadão Benemérito de Ituaçu serão concedidos em Sessão Solene, em data, horário e local designados pelo Presidente da Câmara.

§ 1º. A instrução do projeto deverá conter, obrigatoriamente, como condição de recebimento pela Mesa, a anuência do homenageado ou confirmação da referida anuência pelo Autor do projeto.

§ 2°. Na Sessão Solene para entrega dos títulos honoríficos, terá assegurada a palavra o Presidente da Câmara, o Autor do Projeto, o(a) Prefeito(a) Municipal e o(a) Vice-Prefeito(a), o(a) Homenageado(a), e demais pessoas ou autoridades, se autorizadas pelo Presidente da Câmara.

§ 3º. A entrega das titulações de que trata este artigo poderá ser realizada em ato solene, que poderá ser realizado fora das dependências da Câmara.

Art. 359. As homenagens descritas neste capítulo poderão ser realizadas em sessão ordinária, com a presença do(a) homenageado(a).

Art. 360. Cada Vereador somente poderá apresentar por Sessão Legislativa uma proposição objeto desta Seção, sendo que a Mesa Diretora, observado o limite aqui estabelecido, também poderá fazê-lo.

Parágrafo único. Pessoas que foram ou são titulares de cargos eletivos podem ser agraciadas com estes títulos, desde que observados os requisitos tratados no Regimento Interno.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO IV

DO REGIMENTO INTERNO

SEÇÃO I

DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art. 361. O Regimento Interno poderá ser alterado ou reformado através de projeto de resolução, de iniciativa da Mesa Diretora ou da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 1°. A apreciação do projeto de resolução que altera ou reforma o Regimento Interno obedecerá às normas vigentes do processo legislativo referente à esta espécie de proposição.

§ 2°. Ao final de cada sessão legislativa ordinária, a Mesa fará a consolidação de todas as alterações procedidas no Regimento Interno e dos precedentes regimentais aprovados, republicando em seguida.

TÍTULO VII

DO PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO I

DA RESPONSABILIDADE DO(A) PREFEITO(A)

SEÇÃO I

DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO(A) PREFEITO(A)

Art. 362. Os crimes de responsabilidade e o respectivo processo de julgamento do(a) Prefeito(a) serão definidos na Constituição Federal e na legislação federal aplicável.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SEÇÃO II

DAS VEDAÇÕES AO(A) PREFEITO(A)

Art. 363. É vedado ao(a) Prefeito(a) atentar contra as vedações definidas na Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO III

DAS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E O PROCESSO POLÍTICO DE CASSAÇÃO DO MANDATO DO(A) PREFEITO(A)

Art. 364. As infrações político-administrativas e o respectivo processo de cassação do mandato do(a) Prefeito(a) pela Câmara Municipal será promovido conforme determina a Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO IV

DA PERDA DO MANDATO DO(A) PREFEITO(A)

Art. 365. A perda do mandato do(a) Prefeito(a) ocorrerá pela extinção ou cassação do seu mandato.

Parágrafo único. Os casos de extinção e perda do mandato são aqueles definidos na Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO II

DA LICENÇA DO(A) PREFEITO(A) E DO(A) VICE-PREFEITO(A)

Art. 366. A licença do(a) Prefeito(a) e do(a) Vice-Prefeito(a) poderá ser concedida pela Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Art. 367. O pedido de licença do(a) Prefeito(a) e do(a) Vice-Prefeito(a) obedecerá à seguinte tramitação:

I – recebido o pedido na Secretaria Administrativa, o Presidente convocará, em 24 (vinte e quatro) horas, reunião da Mesa, para transformar

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

o pedido do(a) Prefeito(a) ou do(a) Vice-Prefeito(a) em projeto de decreto legislativo, nos termos da solicitação;

II – elaborado o projeto de decreto legislativo pela Mesa, o Presidente convocará, se necessário, reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária para que o pedido seja imediatamente deliberado;

III – o decreto legislativo concessivo de licença ao(à) Prefeito(a) ou ao(à) Vice-Prefeito(a) será discutido e votado em turno único, tendo preferência regimental sobre aquelas matérias que não tiverem urgência;

IV – o decreto legislativo concessivo de licença ao(à) Prefeito(a) ou ao(à) Vice-Prefeito(a) será considerado aprovado se obtiver o voto da maioria dos membros da Câmara.

CAPÍTULO III

DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 368. Os Secretários Municipais poderão ser convocados pela Câmara Municipal, conforme determinado pela Lei Orgânica Municipal.

§ 1°. O requerimento de convocação poderá ser proposto por qualquer Vereador ou membro de comissão e encaminhado ao Presidente da Câmara.

§ 2°. O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação, especificando os quesitos que serão propostos ao Secretário Municipal.

§ 3°. Aprovado o requerimento de convocação pela maioria dos Vereadores, o Presidente da Câmara expedirá ofício ao(a) Prefeito(a) para que este informe ao Secretário Municipal o dia e hora da reunião da sessão legislativa ordinária, o qual terá o prazo de 08 (oito) dias, prestar pessoalmente, ou de 15 (quinze) dias por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados.

Art. 369. O Secretário Municipal deverá atender à convocação da Câmara dentro do prazo previsto neste Regimento Interno, cujo início dar-se-á na data do recebimento do ofício.

Art. 370. A Câmara se reunirá, se necessário, em reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária em dia e hora previamente estabelecidos, para ouvir o Secretário Municipal.

Art. 371. Iniciada a reunião, os Vereadores dirigirão interpelações ao Secretário Municipal, sobre os quesitos constantes do requerimento.

§ 1°. O Secretário Municipal falará por 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por igual período, e só será aparteado durante a prorrogação.

§ 2°. Encerrada a exposição do Secretário Municipal, os Vereadores inscritos o interpelarão por 05 (cinco) minutos, e o autor do requerimento por 10 (dez) minutos.

§ 3°. Para responder às interpelações que lhe forem dirigidas, o Secretário Municipal disporá do mesmo tempo que o dos Vereadores que as formularam.

CAPÍTULO IV

DA REMUNERAÇÃO DO(A) PREFEITO(A), DO(A) VICE-PREFEITO(A) E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 372. O(a) Prefeito(a), o(a) Vice-Prefeito(a) e os Secretários Municipais farão jus a subsídio único, que será fixado em conformidade com o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO V

DO JULGAMENTO DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art. 373. O(a) Prefeito(a) apresentará, até o dia 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte, a prestação de contas do Município.

Art. 374. Depois da apresentação das contas municipais, o Presidente da Câmara as colocará, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer cidadão, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei.

§ 1°. Caberá à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas prestar informações aos interessados, à vista das contas municipais.

§ 2°. A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas receberá eventuais petições apresentadas durante o período de exposição pública das contas e, encerrado este, as encaminhará com expediente formal ao Presidente da Câmara Municipal.

§ 3°. A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas dará recibo das petições acolhidas e informará os peticionários das providências encaminhadas e seus resultados.

§ 4°. Até 48 (quarenta e oito) horas antes da exposição das contas municipais, o Presidente da Câmara Municipal fará publicar na imprensa edital em que notificará os cidadãos do local, do horário e das dependências em que elas poderão ser vistas.

§ 5°. Do edital constará menção sucinta destas disposições e seus objetivos.

Art. 375. Terminado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no artigo anterior, as contas do Município e as questões suscitadas pelos cidadãos serão enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio.

Art. 376. Ao julgamento das contas anuais do Prefeito aplica-se os seguintes procedimentos:

I – após receber a prestação de contas, juntamente com o parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM-BA, o Presidente da Câmara deve determinar a sua inclusão na pauta dentro de

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

180 (cento e oitenta) dias após o recebimento do Parecer Prévio do TCM-BA e, nessa sessão, proceder à leitura do parecer prévio do TCM-BA;

II – o Presidente da Câmara enviará o parecer prévio do TCM-BA a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas, para que esta, no prazo estabelecido no regimento interno, produza o parecer da comissão, opinando pela aprovação ou rejeição do parecer do Tribunal de Contas;

III - até 10 (dez) dias após o recebimento do processo, sem prejuízo do prazo para emissão do Parecer, a Comissão poderá receber pedido escrito dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

IV - para responder aos pedidos de informação a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, consultar especialistas, bem como examinar documentos existentes na Prefeitura ou na Câmara.

V – de posse dos pareceres do Tribunal de Contas e da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas, o Presidente da Câmara notificará ao gestor responsável para que este, querendo, apresente defesa prévia escrita no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da notificação;

VI – se irregulares as contas, a notificação deverá conter as irregularidades apontadas, formulando-se assim a acusação;

VII – vencido o prazo concedido para defesa prévia, o Presidente da Câmara na primeira sessão ordinária, mandará ler a defesa do acusado, caso seja apresentada, designando o dia do julgamento das contas que deverá ser na próxima sessão ordinária;

VIII – na sessão de julgamento será ouvido o responsável pelas contas ou seu representante legal, que deverá ser advogado habilitado, tendo o direito de apresentar defesa oral pelo tempo de até 1h (uma hora),

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

concedendo-se a seguir a palavra aos senhores Vereadores, para no prazo de dez minutos cada, discursarem sobre a acusação e a defesa.

IX– após a defesa oral do responsável pelas contas, bem como da manifestação dos Vereadores, o Presidente da Câmara passará a votação, que será nominal e aberta, sendo que cada Vereador manifestará seu voto oralmente com as expressões “aprovo as contas” ou “rejeito as contas”;

X – somente por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas;

XI – concluída a votação, o Presidente da Câmara proclamará o resultado da prestação de contas;

XII – concluído o processo de votação da prestação de contas, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas deverá elaborar o competente projeto de decreto legislativo que disporá pela aprovação ou pela rejeição das contas;

XIII - O projeto de decreto legislativo elaborado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contas deverá ser votado imediatamente ou incluído na ordem do dia da primeira Sessão Ordinária seguinte, para única discussão e votação.

XIV – no dia seguinte à votação do projeto de decreto legislativo, o Presidente da Câmara Municipal, mandará publicar no Diário Oficial, o Decreto Legislativo que aprovou ou rejeitou as contas do responsável pela prestação de contas anual, e dará ciência a Zona Eleitoral, Ministério Público Estadual, e Tribunal de Contas dos Municípios, com cópia do Decreto Legislativo e cópia da Ata da Sessão de Julgamento.

§ 1°. A notificação do gestor responsável pelas contas, prevista no inciso V será pessoal, através de servidor da Câmara Municipal designado

pelo Presidente, o qual fará 3 (três) tentativas de notificação, com intervalos de 48h (quarenta e oito horas) em cada uma das tentativas, o qual deverá lavrar certidão em cada uma das tentativas.

§ 2º. Não logrando êxito na notificação pessoal de que trata o parágrafo anterior, a notificação se dará através de publicação de Edital no Diário Oficial da Câmara, que deverá ser publicada em 3 (três) edições, com intervalo de 48h (quarenta e oito horas), ficando assim, o gestor responsável pelas contas devidamente notificado.

§ 3º. Os Vereadores poderão ter acesso a relatórios contábeis, financeiros, periódicos, documentos referentes a despesa ou investimentos realizados pela Prefeitura, desde que requeridas por escrito, obrigando-se o Prefeito ao cumprimento deste artigo no prazo máximo de 20 dias úteis, sob pena de responsabilidade.

§ 4°. O Vereador não participará da votação, mesmo presente à sessão, quando a mesma tratar de contas das quais ele ou seu cônjuge ou pessoa de quem seja parente, consanguíneos ou afim até o 3º grau, tenha sido gestor.

§ 5°. Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo referido neste artigo.

TÍTULO VIII

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 377. Todos os projetos de resolução que disponham sobre alteração do Regimento Interno, ainda em tramitação nesta data, serão considerados prejudicados e remetidos ao arquivo.

Art. 378. Todas as proposições apresentadas em obediência às disposições regimentais anteriores terão tramitação normal.

Art. 379. Os prazos previstos neste Regimento Interno não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as matérias com prazo determinado definidas neste Regimento Interno.

Art. 380. Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

Art. 381. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-ão, no que for aplicável, as disposições da legislação processual civil.

Art. 382. Caberá ao Presidente da Mesa promover a adequação das resoluções, decretos legislativos e leis vigentes que tenham por objetivo prestar homenagens às disposições deste Regimento Interno.

Art. 383. Este Regimento entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 384. Fica revogado a Resolução nº 002 de 29 de novembro de 2002 (antigo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ituaçu).

Plenário Lupes José dos Santos, 12 de dezembro de 2024.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

LEGISLATURA 2021-2024

Almir Santos Pessoa - Presidente

José César Wanderley Brito - Vice-Presidente

José Antônio Brito Fontana -1º Secretário

Ednei de Novais Ferreira – 2º Secretário

Joel Teixeira Silva

Márcio Aparecido Araújo Rocha

Ronaldo da Silva Rocha

Reinalvo Rocha Ferreira

Adriano Silva Machado

Sivaldo Ferreira da Silva

Tertulina Silva Andrade

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

O Prefeito Municipal de Barra da Estiva, no uso de suas atribuições, tendo em vista que foram cumpridas as determinações legais, sem qualquer vício ou ilegalidade, conforme parecer jurídico exarado no processo administrativo, resolve ADJUDICAR/HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação de n° 021/2026, à pessoa jurídica **RODALEVE R VEICULOS LTDA** – inscrita no CNPJ: 07.258.636/0001-87, com endereço na Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 583 A – Bairro Jurema- CEP: 45.023-000, na cidade de Vitória da Conquista/Bahia, com o objetivo de contratação de empresa autorizada e especializada na marca RENAULT**,** para a prestação de serviços de revisão/manutenção durante o período de garantia de fábrica do veículo oficial, placa TMT-0A56**,** pertencente ao Setor de Saúde. VALOR GLOBAL: R$ 4.996,31 (quatro mil novecentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos). PRAZO: 30 (trinta) dias. BASE LEGAL**:** Art. 75, inciso IV, alínea "a" da Lei nº. 14.133/2021.

Barra da Estiva/Bahia, 24 de agosto de 2026.

UILSON ROBSON SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 331/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 021/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o nº 13.670.658/0001-52

Contratado: RODALEVE R VEICULOS LTDA – inscrita no CNPJ: 07.258.636/0001-87, com endereço na Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 583 A – Bairro Jurema- CEP: 45.023-000, na cidade de Vitória da Conquista/Bahia.

Objeto: Contratação de empresa autorizada e especializada na marca RENAULT**,** para a prestação de serviços de revisão/manutenção durante o período de garantia de fábrica do veículo oficial, placa TMT-0A56**,** pertencente ao Setor de Saúde.

Fundamento Legal: Art. 75, inciso IV, alínea "a" da Lei nº. 14.133/2021.

Valor do Contrato: R$ 4.996,31 (quatro mil novecentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos).

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 24 de setembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 332/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: ADAIRES ANTÔNIO RODRIGUES, inscrito no CPF: 639.xxx.xxx-68, Portador do RG N° 04.xxx.xxx-03 SSP/BA, agricultor, residindo no Pov. Boa Vista 206, Zona Rural, CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 8.987,34 (oito mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 333/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: ADELINA NOVAIS DE CARVALHO, inscrito no CPF: 000.xxx.xxx-43, Portador do RG N° 09.xxx.xxx-21 SSP/BA, agricultor, residindo no Pov. Recanto Nº 195, Zona Rural, CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 8.965,42 (oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

EXTRATO CONTRATO Nº 334/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: ANA LÚCIA FIGEIREDO ARAGÃO, inscrito no RG/CPF: 068.xxx.xxx-18, agricultora, residindo na Rua da EMBASA Nº 906 – Alto Alegre - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 39.405,25 (trinta e nove mil, quatrocentos e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 335/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: APARECIDO PIRES BARBOSA, inscrito no CPF: 427.xxx.xxx-04, Portador do RG N° 04.xxx.xxx-30 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Paraguaçu S/N – Zona Rural CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 1.627,60 (um mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 336/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: BENEDITO SOUZA GOMES, inscrito no RG/CPF: 128.xxx.xxx-68, agricultor, residindo Povoado Serra do Jacu, 335 – Zona Rural CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 3.948,00 (três mil, novecentos e quarenta e oito reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

EXTRATO CONTRATO Nº 337/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: CARLOS DE SOUZA GUIMARÃES, inscrito no CPF: 493.xxx.xxx-04, Portador do RG N° 05.xxx.xxx-03 SSP/BA, agricultor, residindo no Povoado Riacho Fundo155-A – Zona Rural CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 8.861,31 (oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 338/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: CLARICE SOARES FERREIRA, inscrito no CPF: 866.xxx.xxx-03, Portador do RG N° 23.xxx.xxx-00 SSP/BA, agricultor, residindo na Rua João Evangelista A Silva Nº 16 – São Félix - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 11.983,00 (onze mil, novecentos e oitenta e três reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 339/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: CREOCIDE DE JESUS LIMA, inscrito no CPF: 015.xxx.xxx-69, Portador do RG N° 11.xxx.xxx.63 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Riacho das Pedras – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 10.975,00 (dez mil, novecentos e setenta e cinco reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 340/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: DÍCIO SILVA CAIRES, inscrito no CPF: 015.xxx.xxx-95, Portador do RG N° 13.xxx.xxx-46 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Ponto da Pedra – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é R$ 12.109,50 (doze mil, cento e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 341/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: EDINEIA CHAGAS DE ALMEIDA, inscrito no CPF: 041.xxx.xxx-38, Portador do RG N° 11.xxx.xxx-81 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Paraguaçu 435 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 12.930,20 (doze mil, novecentos e trinta reais e vinte centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 342/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: EDNA DA SILVA SOUZA, inscrita no CPF: 265.xxx.xxx-47, portadora do RG N° 265.xxx.xxx-47 SSP/BA, agricultora, residindo na Fazenda Riacho Fundo 2 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 14.156,48 (catorze mil, cento e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

EXTRATO CONTRATO Nº 343/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: FABRÍCIO DE ALMEIDA GUIMARÃES, inscrito(a) no CPF: 075.xxx.xxx-08, Portador(a) do RG N° 075.xxx.xxx-08 SSP/BA, agricultor(a), residindo na Fazenda Cachoeira Grande 89 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 16.279,06 (dezesseis mil, duzentos e setenta e nove reais e seis centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 344/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: FAGNER NOVAIS DE CARVALHO, inscrito no CPF: 066.xxx.xxx-09, Portador do RG N° 20.xxx.xxx-28 SSP/BA, agricultor, residindo Povoado do Recanto 195 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 8.927,18 (oito mil, novecentos e vinte e sete reais e dezoito centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 345/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: GILZA DA SILVA SOUZA CARVALHO, inscrito no CPF: 041.xxx.xxx-21, Portador do RG N° 09.xxx.xxx-72 SSP/BA, agricultor, residindo na Rua João Evangelista A. Silva Nº 16 – São Félix - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 10.123,56 (dez mil, cento e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 346/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: IÊDA OLIVEIRA LIMA, inscrito(a) no CPF: 031.xxx.xxx-94, Portador(a) do RG N° 13.xxx.xxx-92 SSP/BA, agricultor(a), residindo na Rua Luiz Carlos Prestes Nº 87 - Centro - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 11.993,77 (onze mil, novecentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 347/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: INÁCIO JOSÉ ALVES, inscrito no CPF: 710.xxx.xxx-00, Portador do RG N° 07.xxx.xxx-09 SSP/BA, agricultor, residindo no Povoado da Prata Nº 06 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 15.004,40 (quinze mil, quatro reais e quarenta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 348/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: JABSON FREITAS SILVA, inscrito no CPF: 056.xxx.xxx-80, Portador do RG N° 16.xxx.xxx-23 SSP/BA, agricultor, residindo no Povoado Riacho Fundo Nº 155-A – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 15.786,60 (quinze mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos),

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 349/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: JAMILE OLIVEIRA DIAS, inscrito no CPF: 010.xxx.xxx-69, Portador do RG N° 08.xxx.xxx-01 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Prata Nº 899 - Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 5.841,90 (cinco mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 350/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: JOSÉ NOVAIS SANTOS, inscrito no CPF: 450.xxx.xxx-00, Portador do RG N° 03.xxx.xxx-12 SSP/BA, agricultor, residindo na Rua João Evangelista A. Silva Nº 16 – São Félix - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 10.507,00 (dez mil, quinhentos e sete reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 351/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: JOSENILTON BRAGA DE SOUZA inscrito(a) no CPF 044.xxx.xxx-05, Portador(a) do RG N° 013.xxx.xxx-05 SSP/BA, agricultor(a), residindo no Povoado da Moitinha – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 2.089,20 (dois mil, oitenta e nove reais e vinte centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 352/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: JUARÊS FREITAS SILVA inscrito(a) no CPF 862.522.405-91, Portador(a) do RG N° 07.347.890-33 SSP/BA, agricultor(a), residindo Rua Alto México – 382-A – São Félix - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 16.500,35 (dezesseis mil, quinhentos reais e trinte e cinco centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 353/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: JUNINHO CARLOS DOS SANTOS, inscrito no CPF: 072.xxx.xxx-17, Portador do RG N° 20.xxx.xxx-01 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Freitas Nº 375 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 10.730,30 (dez mil, setecentos e trinta reais e trinta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 354/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: JUSCELINO JOAQUIM DA SILVA inscrito(a) no CPF 003.xxx.xxx-40, Portador(a) do RG N° 05.xxx.xxx-66 SSP/BA, agricultor(a), residindo na Chapadinha de Fraza – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 5.884,00 (cinco mil oitocentos e oitenta e quatro reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 355/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: KARINA BARBOSA DOS SANTOS SILVA inscrito(a) no CPF 098.149.515-01, Portador(a) do RG N° 23.266.555-91 SSP/BA, agricultor(a), residindo no Povoado da Placa – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 11.833,30 (onze mil, oitocentos e trinta e três mil e trinta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 356/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: KATIANE DANTAS SILVA inscrito(a) no CPF 053.xxx.xxx-94, Portador(a) do RG N° 53.xxx.xxx-8 SSP/BA, agricultor(a), residindo no Povoado do Gomes ET 110 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 4.982,35 (quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 357/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: LEADRA FREITAS BARBOSA inscrito(a) no CPF 857xxx.xxx-66, portadora do RG N° 16.xxx.xxx-95 SSP/BA, agricultor(a), residindo no Povoado do Paraguaçu – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 11.347,50 (onze mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 358/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: LEIDE DA SILVA CAIRES inscrito(a) no CPF 025.xxx.xxx-41, Portador(a) do RG N° 025.xxx.xxx-41 SSP/BA, agricultor(a), residindo na Rua Luís Carlos Prestes, 585 – Rua Nova - CEP 46.650-000, Barra da Estiva – BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 4.060,60 (quatro mil, sessenta reais e sessenta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 359/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: LOURIVAL LUZ DE CARVALHO, inscrito no CPF: 219.xxx.xxx-87, Portador do RG N° 05.xxx.xxx-60 SSP/BA, agricultor, residindo no Povoado Gomes ET 108CS Nº 108 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 15.640,00 (quinze mil, seiscentos e quarenta reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 360/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: LUANA DA DILVA ALVES inscrita no CPF 100.xxx.xxx-40, portadora do RG N° 24.xxx.xxx-78 SSP/BA, agricultor(a), residindo no Povoado do Camulengo - 200 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 13.266,01 (treze mil, duzentos e sessenta e seis reais e um centavo)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

EXTRATO CONTRATO Nº 361/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: LUANDERSON PIRES ALVES inscrito(a) no CPF 049.xxx.xxx-33, Portador(a) do RG N° 13.938.476-68 SSP/BA, agricultor(a), residindo no Povoado Paraguaçuzinho 02 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 5.150,20 (cinco mil, cento e cinquenta reais e vinte centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 362/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: LUCAS CAIRES LIMA, inscrito no CPF: 088.xxx.xxx-97, Portador do RG N° 16.xxx.xxx-85 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Riacho das Pedras Nº 160 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 14.995,00 (catorze mil, novecentos e noventa e cinco reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 363/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: LUCAS FREITAS BARBOSA inscrito(a) no CPF 054.XXX.XXX-28, Portador(a) do RG N° 13.XXX.XXX-39 SSP/BA, agricultor(a), residindo no(a) Povoado do Paraguaçu – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 8.783,20 (oito setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 364/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante:
Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: LUÍS SÉRGIO DA SILVA CAIRES inscrito(a) no CPF 011.XXX.XXX-09, portador do RG N° 11.XXX.XXX-94 SSP/BA, agricultor, residindo no(a) Fazenda Freitas - 95 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 12.999,37 (doze mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 365/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante:
Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: MÁRCIA CAIRES SANTOS FREITAS, inscrito no CPF: 016.xxx.xxx-57, portadora do RG N° 09.xxx.xxx-60 SSP/BA, agricultora, residindo no Povoado São Domingos Nº 2 – Zona Rural - CEP 46.650-000 - Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 10.752,00 (dez mil, setecentos e cinquenta e dois reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 366/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: MARIA DOS SANTOS MOREIRA DAS NEVES inscrito(a) no RG/CPF 861.XXX.XXX-53, agricultora, residindo na Fazenda Jatobá – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 7.832,00 (sete mil, oitocentos e trinta e dois reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 367/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: MARTILHA DA SILVA SOUZA, inscrita no CPF: 572.xxx.xxx-87, portadora do RG N° 01.xxx.xxx-14 SSP/BA, agricultora, residindo na Rua Ana Joaquina Gonçalves Nº 129-B – São Félix - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 7.819,27 (sete mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e sete centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 368/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: MÔNICA DA SILVA GOMES CARDOSO, inscrito no CPF: 555.xxx.xxx-04, portadora do RG N° 21.xxx.xxx-42 SSP/BA, agricultor, residindo na Rua Ana Joaquina Gonçalves Nº 129-B – São Félix - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 8.173,28 (oito mil, cento e setenta e três reais e vinte e oito centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

EXTRATO CONTRATO Nº 369/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: NELMINDO DA SILVA CAIRES, inscrito no CPF: 438.xxx.xxx-53, Portador do RG N° 11.xxx.xxx-20 SSP/BA, agricultor, residindo no Povoado da Prata Nº 5 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de $ 16.470,71 (dezesseis mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e um centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 370/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: NILTON DA SILVA PIRES, inscrito no CPF: 104.xxx.xxx-04, Portador do RG N° 104.xxx.xxx-04 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Ponto da Pedra Nº 50 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 9.166,60 (nove mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta centavos),

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 371/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: RAÍ RODRIGUES ALVES inscrito(a) no CPF 092.xxx.xxx-86, portador(a) do RG N° 22.xxx.xxx-01 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Lagoa Nova - 10 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é R$ 9.072,00 (nove mil e setenta e dois reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 372/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: ROBSON BARBOSA FREITAS inscrito(a) no CPF 050.xxx.xxx-07, portador do RG N° 15.xxx.xxx-42 SSP/BA, agricultor, residindo na Rua Nelson Gonçalves Nº 633 – Cidade Nova - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 11.244,10 (onze mil, duzentos e quarenta e quatro reais e dez centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 373/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: SAMOEL SOUSA MELO, inscrito no CPF: 049.xxx.xxx-38, Portador do RG N° 20.xxx.xxx.355 SSP/CE, agricultor, residindo no Povoado Riacho das Pedras Nº 370 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 13.910,24 (treze mil novecentos e dez reais e vinte e quatro centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 374/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: SANDRO CAIRES DE CARVALHO, inscrito no CPF: 250.xxx.xxx-09, Portador do RG N° 50.xxx.xxx-5 SSP/SP, agricultor, residindo no Povoado Ponto da Pedra Nº 013 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 12.734,59 (doze mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

EXTRATO CONTRATO Nº 375/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: SÉRGIO SILVA CARVALHO inscrito(a) no CPF 981.xxx.xxx-49, Portador(a) do RG N° 09.xxx.xxx-85 SSP-BA, agricultor(a), residindo no(a) Povoado Gomes São Domingos – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 14.300,00 (catorze mil e trezentos reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 376/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: SILMARA BARBOSA FREITAS DE SOUZA, inscrito no CPF: 012.xxx.xxx-24, Portador do RG N° 11.xxx.xxx-30 SSP/BA, agricultor, residindo na Avenida Juvêncio Rodrigues de Souza Nº 255 – Bairro Rua Nova - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 13.128,00 (treze mil, cento e vinte e oito reais)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

EXTRATO CONTRATO Nº 377/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: SUELI SILVA PINA, inscrito no CPF: 873.xxx.xxx-53, Portador do RG N° 06.xxx.xxx-61 SSP/BA, agricultor, residindo na Fazenda Farinha Molhada S/N – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ R$ 13.931,24 (treze mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e quatro centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 378/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: TIAGO DE SOUZA PESSOA, inscrito no CPF: 865.xxx.xxx-32, Portador do RG N° 16.xxx.xxx-95 SSP/BA, agricultor, residindo na Rua Otaviano José Noivais Nº 51 – São Félix - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 12.486,30 (doze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 379/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: VAGNER RODRIGUES SILVA inscrito(a) no CPF 000.xxx.xxx-24, Portador(a) do RG N° 09.xxx.xxx-76 SSP-BA, agricultor(a), residindo no(a) Povoado Serra do Jacu 7 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 3.125,50 (três mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 380/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: VALDELICE DOS SANTOS DE SOUZA, inscrito no CPF: 006.xxx.xxx-80, Portador do RG N° 09.xxx.xxx-30 SSP/BA, agricultor, residindo no Povoado Riacho Fundo Nº 135 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 4.972,20 (quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 381/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: VANILSON OLIVEIRA DA SILVA, inscrito no CPF: 000.xxx.xxx-29, Portador do RG N° 09.xxx.xxx-40 SSP/BA, agricultor, residindo no Povoado Samambaia Riachinho Nº 180 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 13.150,62 (treze mil, cento e cinquenta reais e sessenta e dois centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

EXTRATO CONTRATO Nº 382/2026

CHAMADA PÚBLICA: Nº 009/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, Nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - BA – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.670.658/0001-52

Contratado: VINICIUS DE ALMEIDA SILVA inscrito(a) no CPF 084.xxx.xxx-95, Portador(a) do RG N° 16.xxx.xxx-30 SSP-BA, agricultor(a), residindo no(a) Povoado Farinha Molhada 918 – Zona Rural - CEP 46.650-000, Barra da Estiva - BA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis), solicitado através da Secretaria Municipal da Educação, de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades da Merenda Escolar do ano letivo 2026.

Fundamento Legal: Lei federal nº 14.133/2021 e Lei nº 11.947/2009

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 13.347,98 (treze mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa oito centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA N° 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades da Lei nº 11.947/2009 e Resolução 38/2009 de 16/07/2009 (FNDE), Lei º 14.133/21, ante o Edital de **CHAMADA PÚBLICA N° 009/2026** - aquisição de gêneros alimentícios, através de Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações, Grupos Informais de Agricultores Familiares ou Agricultor Familiar Individual, para atender a demanda da Merenda Escolar do ano letivo 2026, conforme especificações do termo de referência, e atentando ao julgamento da Comissão de Licitação **HOMOLOGA** o processo aos participantes conforme segue:

Nº	PARTICIPANTES	CNPJ/CPF	VALOR
1	ADAIRES ANTONIO RODRIGUES	639.796.165-68	R$ 8.987,34
2	ADELINA NOVAIS DE CARVALHO	000.185.615-43	R$ 8.965,42
3	ANA LÚCIA FIGUEREDO ARAGÃO	068.901.515-18	R$ 39.405,25
4	APARECIDO PIRES BARBOSA	427.312.405-04	R$ 1.627,60
5	BENEDITO SOUZA GOMES	128.881.175-68	R$ 3.948,00
6	CARLOS DE SOUZA GUIMARÃES	493.007.925-04	R$ 8.861,31
7	CLARICE SOARES FERREIRA	866.732.955-03	R$ 11.983,00
8	CREOCIDE DE JESUS LIMA	015.592.675-69	R$ 10.975,00
9	DÍCIO SILVA CAIRES	015.176.325-95	R$ 12.109,50
10	EDINEIA CHAGAS DE ALMEIDA	041.573.355-38	R$ 12.930,20
11	EDNA DA SILVA SOUZA	265.216.598-47	R$ 14.156,48
12	FABRÍCIO DE ALMEIDA GUIMARÃES	075.560.175-08	R$ 16.279,06
13	FAGNER NOVAIS DE CARVALHO	066.770.955-09	R$ 8.927,18
14	GILZA DA SILVA SOUZA CARVALHO	031.443.955-28	R$ 10.123,56
15	IEDA OLIVEIRA LIMA	031.573.995-94	R$ 11.993,77
16	INACIO JOSÉ ALVES	710.209.185-00	R$ 15.004,40
17	JABSON FREITAS SILVA	056.778.375-80	R$ 15.786,60
18	JAMILE OLIVEIRA DIAS	010.301.265-69	R$ 5.841,90
19	JOSÉ NOVAIS SANTOS	450.661.245-00	R$ 10.507,00
20	JOSENILTON BRAGA DE SOUZA	044.529.275-05	R$ 2.089,20
21	JUARÊS FREITAS DILVA	862.522.405-91	R$ 16.500,35
22	JUNINHO CARLOS DOS SANTOS	072.526.455-17	R$ 10.730,30
23	JUSCELINO JOAQUIM DA SILVA	003.021.165-40	R$ 5.884,00
24	KARINA BARBOSA SANTOS	098.149.515-00	R$ 11.833,30
25	KATIANE DANTAS DA SILVA	053.560.705-94	R$ 4.982,35
26	LEANDRA FREITAS BARBOSA	857.872.015-66	R$ 11.347,50
27	LEIDE DA SILVA CAIRES	025.923.855-41	R$ 4.060,60
28	LOURIVAL LUZ DE CARVALHO	219.234.775-87	R$ 15.640,00
29	LUANA DA SILVA ALVES	100.476.155-40	R$ 13.266,01
30	LUANDERSON PIRES ALVES	049.478.845-33	R$ 5.150,20
31	LUCAS CAIRES LIMA	088.261.545-97	R$ 14.995,00

32	LUCAS FREITAS BARBOSA	054.382.995-28	R$ 8.783,20
33	LUÍS SÉRGIO DA SILVA CAIRES	011.487.445-09	R$ 12.999,37
34	MARCIA CAIRES SANTOS FREITAS	016.243.745-57	R$ 10.752,00
35	MARIA DOS SANTOS MOREIRA DAS NEVES	861.005.565-53	R$ 7.832,00
36	MARTILIA DA SILVA SOUZA	572.154.565-87	R$ 7.819,27
37	MÔNICA DA SILVA GOMES CARDOSO	555.955.295-04	R$ 8.173,28
38	NELMINDO DA SILVA CAIRES	438.325.985-53	R$ 16.470,71
39	NILTON DA SILVA PIRES	104.659.365-04	R$ 9.166,60
40	RAI RODRIGUES ALVES	092.821.125-86	R$ 9.072,00
41	ROBSON BARBOSA FREITAS	050.768065-07	R$ 11.244,10
42	SAMOEL SOUSA MELO	049.811.433-38	R$ 13.910,24
43	SANDRO CAIRES DE CARVALHO	250.861.508-09	R$ 12.734,59
44	SÉRGIO SILVA CARVALHO	981.766.925-49	R$ 14.300,00
45	SILMARA BARBOSA FREITAS DE SOUZA	012.942.875-24	R$ 13.128,00
46	SUELI SILVA PINA	873.814.005-53	R$ 13.931,24
47	TIAGO DE SOUZA PESSOA	865.967.875-32	R$ 12.486,30
48	VAGNER RODRIGUES SILVA	000.027.115-24	R$ 3.125,50
49	VALDELICE DOS SANTOS DE SOUZA	006.980.805-80	R$ 4.972,20
50	VANILSON OLIVEIRA DA SILVA	00.028.345-29	R$ 13.150,62
51	VINÍCIOUS DE ALMEIDA SILVA	084.098.435-95	R$ 13.347,98

Barra da Estiva – Bahia, 24 de agosto de 2026.

_____

UILSON ROBSON SILVA ALVES
Prefeito

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 058/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Regulamenta o prazo de validade do benefício instituído pela Lei Municipal nº 307/2026, disciplina o procedimento de adesão ao programa de parcelamento incentivado de débitos tributários e não tributários (REFIS) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 1º, § 1º, da Lei Municipal nº 307/2026,

CONSIDERANDO a edição da Lei Municipal nº 307/2026, que autorizou o parcelamento de débitos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos até 31 de dezembro de 2025, e delegou ao Poder Executivo, no art. 1º, § 1º, a fixação do prazo de validade do benefício;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo expedir decretos para a fiel execução das leis, no exercício do poder regulamentar;

CONSIDERANDO o interesse público na regularização dos créditos municipais, na ampliação da arrecadação e na redução do estoque da dívida ativa;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança jurídica, transparência e isonomia aos contribuintes interessados na adesão, mediante prazo certo e previamente divulgado,

DECRETA:

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Este Decreto regulamenta o prazo de validade do benefício instituído pela Lei Municipal nº 307/2026 e disciplina o procedimento de adesão ao parcelamento de débitos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, vencidos até 31 de dezembro de 2025.

Parágrafo único. O benefício compreende o parcelamento do débito consolidado e a isenção de juros e a anistia de multas, nos percentuais e condições estabelecidos no art. 5º da Lei Municipal nº 307/2026.

CAPÍTULO II

DO PRAZO DE VALIDADE DO BENEFÍCIO

Art. 2º O prazo de validade do benefício a que se refere o art. 1º, § 1º, da Lei Municipal nº 307/2026 corresponde ao período de adesão ao programa, que se inicia na data da publicação deste Decreto e se encerra em 30 de novembro de 2026, podendo ser renovado por igual período.

§ 1º Somente farão jus à isenção de juros e à anistia de multas os requerimentos de parcelamento protocolizados dentro do prazo previsto no *caput*.

§ 2º O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado, uma única vez e por igual período, mediante decreto, desde que dentro do mesmo exercício financeiro e observadas as metas fiscais e as exigências da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º Encerrado o prazo de validade sem prorrogação, os débitos serão exigidos com todos os acréscimos legais, prosseguindo-se os procedimentos administrativos e judiciais de cobrança.

CAPÍTULO III

DA ADESÃO E DO REQUERIMENTO

Endereço: Praça Vitorino José Alves, nº 112, Centro, Bom Jesus da Serra - Bahia - CEP: 45.258-000
Whatsapp: (77) 98116-7133 - E-mail: gabinete@bomjesusdaserra.ba.gov.br

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º A adesão dar-se-á por opção do devedor ou de terceiro interessado, mediante requerimento dirigido ao Departamento Tributário Municipal, junto à Secretaria Municipal de Finanças, dentro do prazo do art. 2º deste Decreto.

§ 1º O requerimento indicará expressamente os débitos e os exercícios que o interessado pretende parcelar.

§ 2º Quando os débitos não estiverem em nome do requerente, o requerimento será instruído com autorização do contribuinte ou proprietário, com poderes específicos para o ato.

§ 3º O requerimento implica a confissão irrevogável e irretratável da dívida e a aceitação plena das condições da Lei Municipal nº 307/2026, na forma do seu art. 2º, §§ 3º e 4º.

Art. 4º Os débitos serão consolidados pela Secretaria Municipal de Finanças na data do requerimento, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município sempre que necessário, com a incidência da atualização monetária, dos juros e das multas legais e, se for o caso, das despesas processuais.

Parágrafo único. Os débitos inscritos em dívida ativa que se encontrem protestados serão parcelados separadamente do montante consolidado, na forma do art. 1º, § 4º, da Lei Municipal nº 307/2026.

CAPÍTULO IV

DO PAGAMENTO E DA CERTIDÃO

Art. 5º O pagamento observará as modalidades, os percentuais de isenção e anistia e o valor mínimo de parcela definidos no art. 5º da Lei Municipal nº 307/2026, vedada a concessão de benefício em condições diversas das ali previstas.

§ 1º O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado quitará a primeira parcela no ato da adesão.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º A certidão negativa ou positiva com efeito de negativa somente será expedida após o deferimento do parcelamento e a comprovação do pagamento integral ou da primeira parcela, conforme o caso.

CAPÍTULO V
DA DIVULGAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A Secretaria Municipal de Finanças dará ampla publicidade ao prazo de adesão, podendo encaminhar aos devedores correspondência com os débitos consolidados, tendo por base a data da publicação deste Decreto, e disponibilizar as informações nos meios oficiais de comunicação do Município.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Finanças, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município, observados os limites da Lei Municipal nº 307/2026 e da legislação tributária.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

WELTON SILVA ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL

Endereço: Praça Vitorino José Alves, nº 112, Centro, Bom Jesus da Serra - Bahia - CEP: 45.258-000
Whatsapp: (77) 98116-7133 - E-mail: gabinete@bomjesusdaserra.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

CONTRATO Nº 016-08/2026

CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** E A EMPRESA **UP – INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA** NOS TERMOS ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.418.709/0001-41, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Welton Silva Andrade**, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº xxxx2262, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº xxx.xxx.835-30 residente e domiciliado na Rua Israel Teixeira, nº 220, Bairro Alvorada, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, **CONTRATANTE,** através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** com na sede na Rua Henrique Pereira Magalhães, s/n, Oliveiras, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 30.708.501/0001-98, neste ato denominado CONTRATANTE, representado por sua Secretária Municipal de Educação (Gestora do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO), a Sra. **Claudia da Silva Moreno Paiva**, brasileira, casada, maior, portadora da cédula de identidade nº xxxx88 39, expedida pela SSP/BA e cadastrada no CPF nº xxx.xxx.065-91, residente domiciliada na Rua Edgar Carneiro, s/n, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia e do outro lado a empresa **UP – INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 47.749.483/0001-95**,** com sede na Praça Vitorino José Alves, 220 - Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra-Ba, representada neste ato pela Srª. Alexia Daniele Matos Santos, residente na Rua Arnaldo Moreira do Carmo, nº 71, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra-Ba, doravante denominada **CONTRATADA**, com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações e no processo de **Dispensa de Licitação nº 045/2026**, resolvem celebrar o presente Contrato de fornecimento de brinquedos educativos, materiais e recursos pedagógicos, bolas, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente contrato tem por objeto o **Aquisição de brinquedos educativos, materiais e recursos pedagógicos, bolas, e demais itens destinados ao atendimento das necessidades das Escolas de Ensino Fundamental e da Creche Municipal de Educação Infantil do Município de Bom Jesus da Serra – BA**, conforme especificações constantes no do processo de **Dispensa de Licitação nº 045/2026**.

Parágrafo Único - Passam a fazer parte deste contrato como se estivessem aqui transcritas, às especificações constantes no **Processo de Dispensa de Licitação nº 045/2026** e Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DA EXECUÇÃO CONTRATUAL
2.1. A CONTRATADA compromete-se a fornecer os produtos objeto deste contrato conforme a necessidade e solicitação da Secretaria solicitante, de forma imediata, em horário comercial, no ato da apresentação da Ordem de Fornecimento.
2.2. A execução contratual será realizada em conformidade as especificações contidas nesse instrumento, bem como nas especificações abarcadas no Termo de Referência.
2.3. A entrega do objeto licitado será na sede da Secretaria solicitante de Bom Jesus da Serra-Ba de Segunda a Sexta, em horário comercial, em local indicado na Ordem de Compras.
2.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
3.1. Este contrato terá vigência de 27 de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026, com início de vigência na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

4.1. Pelo fornecimento de kits de uniformes esportivos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de até **R$ 44.601,78 (quarenta e quatro mil e seiscentos e um reais e setenta e oito centavos),** estando incluso neste preço todos os custos, tais como: impostos, taxas, descargas, fretes, mão-de-obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

4.2. O pagamento será realizado em conformidade com o Termo de Referência;

4.2.1. Ao CONTRATANTE se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário;

4.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) de correção monetária;

4.2.3. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do CONTRATANTE e haverá, em consequência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada a subcontratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:

6.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, atendendo aos dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

6.4. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Contratante na execução do contrato;

6.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

6.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.9. Acondicionar os materiais em embalagens adequadas à sua conservação, onde conste a identificação do conteúdo, da quantidade, da validade, do fabricante e o número do lote correspondente;

6.10. Cumprir todas as normas citadas neste Termo e outras que vierem a substituí-las.

6.11. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.

6.12. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

6.13. Responsabilizar-se pelas despesas e quaisquer impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os materiais ofertados;

6.14. Ressarcir a Administração até o limite do valor do(s) dano(s) decorrente(s) do SOFRIMENTO DE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE do fornecimento do objeto deste certame, salvo quando esse fato ocorrer por exigência do CONTRATANTE, ou ainda, por CASO FORTUITO OU MOTIVO DE FORÇA MAIOR. (Em relação as duas últimas hipóteses, o CONTRATANTE deverá ser comunicado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a ocorrência);

6.15. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

6.16. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao

cumprimento do presente Contrato;
6.17. Informar na proposta de preço o e-mail da empresa e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento dos empenhos enviados eletronicamente pela CONTRATANTE;
6.18. Caso a contratada não confirme o recebimento citado no item anterior em até 05 (cinco) dias corridos, presumir-se-á recebido, iniciando-se a contagem para o prazo de entrega.
6.19. Entregar os produtos rigorosamente de acordo com as especificações e os quantitativos expressos na Nota de Empenho, no(s) local(is) de entrega especificado(s).
6.20. Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos que venham incidir sobre o produto fornecido, reservando a CONTRATANTE o direito de deduzir, dos valores a serem pagos ao fornecedor, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos;
6.21. Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato;
6.22. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do contrato;

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1. Receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;
7.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao fornecimento citado na cláusula primeira e que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
7.3. Realizar o pagamento à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto deste contrato;
7.4. Rejeitar os produtos que não satisfazer os padrões exigidos nas especificações do Termo de Referência e desse instrumento;
7.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento;
7.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado especialmente designado;
7.7. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
7.8. Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
8.1. Competirá ao órgão da CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, desta fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.
8.1.1. A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE;
8.1.1.1. O modelo de gestão do contrato além das especificações contidas nesse instrumento, estão em conformidade com os critérios contidos no Termo de Referência;
8.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;
8.2.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021;
8.2.2. O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
8.2.3. O fiscal do contrato poderá ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da CONTRATADA, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA quaisquer ônus das leis trabalhistas e

previdenciárias bem como qualquer outra que tal fato imponha;
8.2.4. Ademais, mediante nomeação e publicação em portaria, serão especialmente designados colaboradores vinculados a CONTRATANTE para atuarem como gestor e fiscal com o escopo de acompanhar, fiscalizar e gerir o contrato.
8.2.5. Com base no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, na Portaria Municipal nº 011/2025 fica designado a servidora **Claudia da Silva Moreno Paiva**, como representante da Contratante para Gestão do presente contrato, e o servidor **Antônio Nunes de Oliveira**, como representante da Contratante para Fiscalização do presente contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1. O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará a aplicação das sanções, constantes do Termo de Referência em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
10.1. A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação e em seus anexos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
11.1. Integram o presente contrato, como se nele estivessem na integra transcritas, as cláusulas, condições e especificações estabelecidas no Processo de Dispensa de Licitação referido no preâmbulo deste contrato, bem como todos os seus anexos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO
12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei n. º14.133/2021.
12.2. As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n. º14.133/2021, sendo reconhecidos pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO
13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba.

ÓRGÃO: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DA SERRA
AÇÃO: 1.065 - CONSTRUÇÃO, AMPL. E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO
14.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 016, de 02 de Janeiro de 2025, e vincula-se ao **Processo de Dispensa de Licitação nº 045/2026** e seus anexos, bem como a Proposta da CONTRATADA.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
15.1. Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do **Processo de Dispensa de Licitação nº 045/2026** e seus anexos, em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO
Elegem o Foro da Comarca de Bom Jesus da Serra-Ba, para dirimir dúvidas ou omissões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais especial que seja.

E, por estarem assim, ajustados, assinam o presente CONTRATO em 02 (dois) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo - que também o assinam - para que produza seus jurídicos efeitos.

Bom Jesus da Serra-Ba, 27 de agosto de 2026.

Claudia da Silva Moreno Paiva
Gestora do FME
Contratante

UP – INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:
1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

CONTRATO Nº 017-08/2026

CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** E A EMPRESA **JEANNY NERY PINHEIRO SOUZA LIMITADA** NOS TERMOS ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.418.709/0001-41, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Welton Silva Andrade**, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº xxxx2262, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº xxx.xxx.835-30 residente e domiciliado na Rua Israel Teixeira, nº 220, Bairro Alvorada, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, **CONTRATANTE,** através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** com na sede na Rua Henrique Pereira Magalhães, s/n, Oliveiras, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 30.708.501/0001-98, neste ato denominado CONTRATANTE, representado por sua Secretária Municipal de Educação (Gestora do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO), a Sra. **Claudia da Silva Moreno Paiva**, brasileira, casada, maior, portadora da cédula de identidade nº xxxx88 39, expedida pela SSP/BA e cadastrada no CPF nº xxx.xxx.065-91, residente domiciliada na Rua Edgar Carneiro, s/n, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia e do outro lado a empresa **JEANNY NERY PINHEIRO SOUZA LIMITADA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.557.214/0001-05, com sede em Praça Monsenhor Honorato Nascimento, nº 313, Centro, na cidade de Poções - Ba, neste ato representada por Jeanny Nery Pinheiro Souza, brasileira, casada, portadora do RG nº xxxx26093 SSP/BA e do CPF nº xxx.xxx.605-00, doravante denominada **CONTRATADA**, com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações e no processo de **Dispensa de Licitação nº 046/2026**, resolvem celebrar o presente Contrato de fornecimento de beliches e colchões, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente contrato tem por objeto o **Aquisição de beliches e colchões, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, visando proporcionar condições adequadas de acomodação, conforto e bem-estar aos usuários dos espaços vinculados à rede municipal de Ensino**, conforme especificações constantes no do processo de **Dispensa de Licitação nº 046/2026**.

Parágrafo Único - Passam a fazer parte deste contrato como se estivessem aqui transcritas, às especificações constantes no **Processo de Dispensa de Licitação nº 046/2026** e Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DA EXECUÇÃO CONTRATUAL
2.1. A CONTRATADA compromete-se a fornecer os produtos objeto deste contrato conforme a necessidade e solicitação da Secretaria solicitante, de forma imediata, em horário comercial, no ato da apresentação da Ordem de Fornecimento.
2.2. A execução contratual será realizada em conformidade as especificações contidas nesse instrumento, bem como nas especificações abarcadas no Termo de Referência.
2.3. A entrega do objeto licitado será na sede da Secretaria solicitante de Bom Jesus da Serra-Ba de Segunda a Sexta, em horário comercial, em local indicado na Ordem de Compras.
2.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
3.1. Este contrato terá vigência de 27 de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026, com início de vigência na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

4.1. Pelo fornecimento de kits de uniformes esportivos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de até **R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais),** estando incluso neste preço todos os custos, tais como: impostos, taxas, descargas, fretes, mão-de-obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

4.2. O pagamento será realizado em conformidade com o Termo de Referência;

4.2.1. Ao CONTRATANTE se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário;

4.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) de correção monetária;

4.2.3. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do CONTRATANTE e haverá, em consequência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada a subcontratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:

6.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, atendendo aos dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

6.4. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Contratante na execução do contrato;

6.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

6.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.9. Acondicionar os materiais em embalagens adequadas à sua conservação, onde conste a identificação do conteúdo, da quantidade, da validade, do fabricante e o número do lote correspondente;

6.10. Cumprir todas as normas citadas neste Termo e outras que vierem a substituí-las.

6.11. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.

6.12. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

6.13. Responsabilizar-se pelas despesas e quaisquer impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os materiais ofertados;

6.14. Ressarcir a Administração até o limite do valor do(s) dano(s) decorrente(s) do SOFRIMENTO DE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE do fornecimento do objeto deste certame, salvo quando esse fato ocorrer por exigência do CONTRATANTE, ou ainda, por CASO FORTUITO OU MOTIVO DE FORÇA MAIOR. (Em relação as duas últimas hipóteses, o CONTRATANTE deverá ser comunicado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a ocorrência);

6.15. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

6.16. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao

cumprimento do presente Contrato;
6.17. Informar na proposta de preço o e-mail da empresa e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento dos empenhos enviados eletronicamente pela CONTRATANTE;
6.18. Caso a contratada não confirme o recebimento citado no item anterior em até 05 (cinco) dias corridos, presumir-se-á recebido, iniciando-se a contagem para o prazo de entrega.
6.19. Entregar os produtos rigorosamente de acordo com as especificações e os quantitativos expressos na Nota de Empenho, no(s) local(is) de entrega especificado(s).
6.20. Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos que venham incidir sobre o produto fornecido, reservando a CONTRATANTE o direito de deduzir, dos valores a serem pagos ao fornecedor, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos;
6.21. Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato;
6.22. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do contrato;

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1. Receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;
7.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao fornecimento citado na cláusula primeira e que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
7.3. Realizar o pagamento à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto deste contrato;
7.4. Rejeitar os produtos que não satisfazer os padrões exigidos nas especificações do Termo de Referência e desse instrumento;
7.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento;
7.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado especialmente designado;
7.7. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
7.8. Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
8.1. Competirá ao órgão da CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, desta fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.
8.1.1. A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE;
8.1.1.1. O modelo de gestão do contrato além das especificações contidas nesse instrumento, estão em conformidade com os critérios contidos no Termo de Referência;
8.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;
8.2.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021;
8.2.2. O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
8.2.3. O fiscal do contrato poderá ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da CONTRATADA, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA quaisquer ônus das leis trabalhistas e

previdenciárias bem como qualquer outra que tal fato imponha;
8.2.4. Ademais, mediante nomeação e publicação em portaria, serão especialmente designados colaboradores vinculados a CONTRATANTE para atuarem como gestor e fiscal com o escopo de acompanhar, fiscalizar e gerir o contrato.
8.2.5. Com base no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, na Portaria Municipal nº 011/2025 fica designado a servidora **Claudia da Silva Moreno Paiva**, como representante da Contratante para Gestão do presente contrato, e o servidor **Antônio Nunes de Oliveira**, como representante da Contratante para Fiscalização do presente contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1. O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará a aplicação das sanções, constantes do Termo de Referência em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
10.1. A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação e em seus anexos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
11.1. Integram o presente contrato, como se nele estivessem na integra transcritas, as cláusulas, condições e especificações estabelecidas no Processo de Dispensa de Licitação referido no preâmbulo deste contrato, bem como todos os seus anexos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO
12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei n. º14.133/2021.
12.2. As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n. º14.133/2021, sendo reconhecidos pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO
13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba.

ÓRGÃO: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DA SERRA
AÇÃO: 2.033 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS
AÇÃO: 8.890 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO
14.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 016, de 02 de Janeiro de 2025, e vincula-se ao **Processo de Dispensa de Licitação nº 046/2026** e seus anexos, bem como a Proposta da CONTRATADA.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
15.1. Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do **Processo de Dispensa de Licitação nº 046/2026** e seus anexos, em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO
Elegem o Foro da Comarca de Bom Jesus da Serra-Ba, para dirimir dúvidas ou omissões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais especial que seja.

E, por estarem assim, ajustados, assinam o presente CONTRATO em 02 (dois) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo - que também o assinam - para que produza seus jurídicos efeitos.

Bom Jesus da Serra-Ba, 27 de agosto de 2026.

Claudia da Silva Moreno Paiva
Gestora do FME
Contratante

JEANNY NERY PINHEIRO SOUZA LIMITADA
Contratada

TESTEMUNHAS:
1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

AUTORIZAÇAO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2026

O Prefeito Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, no uso da competência que lhe outorga o Inciso II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21 e no Parecer Jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Municipal, vem formalizar **AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para a contratação direta com a empesa: UP – INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 47.749.483/0001-95, com sede na Praça Vitorino José Alves, 220 - Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra-Ba. **OBJETO:** *Aquisição de brinquedos educativos, materiais e recursos pedagógicos, bolas, e demais itens destinados ao atendimento das necessidades das Escolas de Ensino Fundamental e da Creche Municipal de Educação Infantil do Município de Bom Jesus da Serra – BA.* Valor Global: R$ 44.601,78 (quarenta e quatro mil e seiscentos e um reais e setenta e oito centavos), constante do respectivo **Processo de Dispensa de Licitação 045/2026**, devendo ser celebrado o contrato com a empresa: UP – INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA. Welton Silva Andrade - Prefeito Municipal. Bom Jesus da Serra-Ba, 26 de agosto de 2026.

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2026

O Prefeito Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades da Lei Federal nº 14.133/21 e suas ulteriores alterações, ante a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2026**, para *Aquisição de brinquedos educativos, materiais e recursos pedagógicos, bolas, e demais itens destinados ao atendimento das necessidades das Escolas de Ensino Fundamental e da Creche Municipal de Educação Infantil do Município de Bom Jesus da Serra – BA*, e atentando ao Parecer da Procuradoria Jurídica, **HOMOLOGA** o processo de Dispensa de Licitação, contratando as empresas: UP – INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA. Valor Global: R$ 44.601,78 (quarenta e quatro mil e seiscentos e um reais e setenta e oito centavos). Welton Silva Andrade - Prefeito Municipal. Bom Jesus da Serra-Ba, 26 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

RESUMO DE CONTRATO Nº 016-08/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, através do Fundo Municipal de Educação.
Contratado: UP – INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: *Aquisição de brinquedos educativos, materiais e recursos pedagógicos, bolas, e demais itens destinados ao atendimento das necessidades das Escolas de Ensino Fundamental e da Creche Municipal de Educação Infantil do Município de Bom Jesus da Serra – BA.*
Valor do contrato: R$ 44.601,78 (quarenta e quatro mil e seiscentos e um reais e setenta e oito centavos).
Prazo de duração: de 27 de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026.
Data de Assinatura: 27 de agosto de 2026.
Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 045/2026.
Base Legal: Inciso II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

AUTORIZAÇAO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2026

O Prefeito Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, no uso da competência que lhe outorga o Inciso II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21 e no Parecer Jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Municipal, vem formalizar **AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para a contratação direta com a empesa: JEANNY NERY PINHEIRO SOUZA LIMITADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.557.214/0001-05, com sede em Praça Monsenhor Honorato Nascimento, nº 313, Centro, na cidade de Poções - Ba. **OBJETO:** *Aquisição de beliches e colchões, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, visando proporcionar condições adequadas de acomodação, conforto e bem-estar aos usuários dos espaços vinculados à rede municipal de Ensino*. Valor Global: R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais), constante do respectivo **Processo de Dispensa de Licitação 046/2026**, devendo ser celebrado o contrato com a empresa: JEANNY NERY PINHEIRO SOUZA LIMITADA. Welton Silva Andrade - Prefeito Municipal. Bom Jesus da Serra-Ba, 27 de agosto de 2026.

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2026

O Prefeito Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades da Lei Federal nº 14.133/21 e suas ulteriores alterações, ante a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2026**, para *Aquisição de beliches e colchões, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, visando proporcionar condições adequadas de acomodação, conforto e bem-estar aos usuários dos espaços vinculados à rede municipal de Ensino*, e atentando ao Parecer da Procuradoria Jurídica, **HOMOLOGA** o processo de Dispensa de Licitação, contratando as empresas: JEANNY NERY PINHEIRO SOUZA LIMITADA. Valor Global: R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais). Welton Silva Andrade - Prefeito Municipal. Bom Jesus da Serra-Ba, 27 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

RESUMO DE CONTRATO Nº 017-08/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, através do Fundo Municipal de Educação.
Contratado: JEANNY NERY PINHEIRO SOUZA LIMITADA.
Objeto: *Aquisição de beliches e colchões, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, visando proporcionar condições adequadas de acomodação, conforto e bem-estar aos usuários dos espaços vinculados à rede municipal de Ensino.*
Valor do contrato: R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais).
Prazo de duração: de 27 de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026.
Data de Assinatura: 27 de agosto de 2026.
Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 046/2026.
Base Legal: Inciso II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 059/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação - PME (2027-2037) e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA,** Estado da Bahia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação na formulação do Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação e seu encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO a necessidade de instituição de instância deliberativa responsável por coordenar, organizar e promover amplo e qualificado debate acerca da elaboração do novo Plano Municipal de Educação, com vigência de dez anos;

CONSIDERANDO a importância da sistematização de dados educacionais, avaliação do plano vigente e construção participativa de diagnóstico e proposições,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação – PME (2027–2037), composta pelos seguintes membros:

I – **CLÁUDIA DA SILVA MORENO PAIVA,** CPF nº 920.048.065-91, representante da Secretaria Municipal de Educação;

II – **GICÉLIA DE SANTANA MOREIRA BRAGA**, CPF nº 959.054.725-72, representante do Conselho Municipal de Educação;

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

III – **DIERLHEM DO CARMO SANTOS**, CPF nº 030.372.375-03, representante do Fórum Municipal de Educação;

IV – **ROMILDA DE OLIVEIRA SANTOS CARMO**, CPF nº 987.259.71549, representante do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Compete à Comissão Gestora:

I – assegurar a qualidade do novo Plano Municipal de Educação, em articulação com o desenvolvimento cultural, social, econômico, ambiental, científico e tecnológico do Município;

II – organizar e propor, por meio de portaria, a instituição da Equipe Técnica;

III – constituir a Equipe Técnica com representações das esferas administrativas, instituições públicas e privadas e movimentos sociais que atuam ou colaboram com as políticas educacionais do Município;

IV – apropriar-se do conteúdo da Lei nº 220/2025, da Lei nº 15.388/2026 e do Relatório de Avaliação da Década do PME vigente;

V – elaborar e aprovar o plano de trabalho da Comissão;

VI – acompanhar, validar e legitimar a elaboração, pela Equipe Técnica, do diagnóstico educacional e do documento-base, a ser submetido aos espaços de participação e posterior encaminhamento para apreciação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

WELTON SILVA ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL

Endereço: Praça Vitorino José Alves, nº 112, Centro, Bom Jesus da Serra - Bahia - CEP: 45.258-000
Whatsapp: (77) 98116-7133 - E-mail: gabinete@bomjesusdaserra.ba.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO
CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA
DECRETO DE ALTERAÇÃO DE QDD

DECRETO Nº 16 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

ESTABELECE normas para alteração dos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, e dá outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA**, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado no artigo 30 da lei de nº 287 de 16 de junho de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias.

Decreta:

Art 1º. - Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD do Poder Executivo , aprovado pelo Decreto Nº 033 de 23 de dezembro de 2025, correspondente à Programação das Despesas dos Órgãos diretamente subordinados ao Prefeito(a).

20002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.011 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	12.700,00	0,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	8.000,00
3.3.90.91.00 / 15000000 - Sentenças Judiciais (que não pessoal e encargos)	0,00	2.000,00
3.3.90.92.00 / 15000000 - Despesas de Exercícios Anteriores (outras que não	0,00	2.700,00
Total por Ação:	**12.700,00**	**12.700,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**12.700,00**	**12.700,00**

20004 - SECRETARIA DE TRANSPORTE

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.083 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTES		
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	10.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00
Total por Ação:	**10.000,00**	**10.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**10.000,00**	**10.000,00**

20006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.054 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE		
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	13.640,00	0,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	13.640,00
Total por Ação:	**13.640,00**	**13.640,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**13.640,00**	**13.640,00**

20008 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.056 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE CULTURA E ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER		
3.3.90.14.00 / 15000000 - DIÁRIAS - CIVIL	260,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO
CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA

DECRETO DE ALTERAÇÃO DE QDD

3.3.90.30.00 / 17990000 - Material de Consumo	0,00	260,00
Total por Ação:	**260,00**	**260,00**

8.891 - INCENTIVO CULTURAL - LEI ALDIR BLANC / PAULO GUSTAVO

3.3.90.31.00 / 17150000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS ART. CIENTÍFICAS DESPORT. E O	0,00	2.000,00
3.3.90.36.00 / 17150000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	2.000,00
3.3.90.39.00 / 17190000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.000,00	0,00
Total por Ação:	**4.000,00**	**4.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**4.260,00**	**4.260,00**

22002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.088 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO IGD PBF		
3.3.90.33.00 / 16600000 - Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	2.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	2.000,00
3.3.90.39.00 / 16600000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000,00	0,00
3.3.90.92.00 / 15000000 - Despesas de Exercícios Anteriores (outras que não	0,00	2.000,00
Total por Ação:	**6.000,00**	**6.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**6.000,00**	**6.000,00**

23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.033 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS		
3.3.90.30.00 / 15001001 - Material de Consumo	20.000,00	0,00
3.3.90.30.00 / 15500000 - Material de Consumo	0,00	20.000,00
Total por Ação:	**20.000,00**	**20.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**20.000,00**	**20.000,00**

23002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
8.890 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%		
3.3.90.30.00 / 15400000 - Material de Consumo	123.400,00	9.000,00
3.3.90.39.00 / 15400000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	110.000,00
3.3.90.39.00 / 15410000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	4.400,00
Total por Ação:	**123.400,00**	**123.400,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**123.400,00**	**123.400,00**
Total Geral:	**190.000,00**	**190.000,00**

Art. 2º - A execução orçamentária obedecerá ao Quadro de Detalhamento de Despesa QDD, a estrutura de Custos de Projetos e Atividades, segundo a Natureza da Despesa, estabelecida para cada Unidade Orçamentária em consonância com os Programas de Trabalho, fixados na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua elaboração.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA, Estado da Bahia, em 03 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA

PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO

CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA

DECRETO DE ALTERAÇÃO DE QDD

DANIEL ALVES GOMES
Sec. de Finanças
CPF: 057.324.435-92

WELTON SILVA ANDRADE
Prefeito Municipal
CPF: 012.173.835-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO
CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 17 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R$ 3.207.000,00 (Três milhões e duzentos e sete mil reais), para fins que se especifica e da outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA**, no uso de suas atribuições legais, constituicionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 298/2025 de 12 de dezembro de 2025, edita o seguinte Decreto:

Art 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R$3.207.000,00 (Três milhões e duzentos e sete mil reais) a saber:

Dotações Suplementares

20001 - GABINETE DO PREFEITO

2.004 - MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		6.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		15.000,00
	Total por Ação:	**21.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**21.000,00**

20002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO

2.011 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.90.11.00 / 15000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		90.000,00
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		15.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		106.000,00
	Total por Ação:	**211.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**211.000,00**

20004 - SECRETARIA DE TRANSPORTE

2.083 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTES

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		45.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		4.000,00
	Total por Ação:	**49.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**49.000,00**

20005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

2.047 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

3.1.90.11.00 / 15000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		11.000,00
	Total por Ação:	**11.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**11.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO
CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

20006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

2.054 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	50.000,00
Total por Ação:	**50.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**50.000,00**

20007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

1.068 - CONSTRUÇÃO, PAVIMENT. E MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS, PONTES E ACESSOS RURAIS

4.4.90.51.00 / 17000000 - Obras e Instalações	77.000,00
Total por Ação:	**77.000,00**

2.013 - AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MANUT. DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA

3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000,00
Total por Ação:	**200.000,00**

2.055 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

3.1.90.11.00 / 15000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	113.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	117.000,00
Total por Ação:	**230.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**507.000,00**

20008 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER

2.062 - PROMOÇÃO DE FESTAS POPULARES

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	12.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	141.000,00
Total por Ação:	**153.000,00**

8.891 - INCENTIVO CULTURAL - LEI ALDIR BLANC / PAULO GUSTAVO

3.3.90.31.00 / 17190000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS ART. CIENTÍFICAS DESPORT. E O	15.000,00
Total por Ação:	**15.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**168.000,00**

20011 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

8.888 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

3.1.90.91.00 / 15000000 - Sentenças Judiciais (pessoal e encargos sociais)	25.000,00
Total por Ação:	**25.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**25.000,00**

21002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.023 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

3.1.90.04.00 / 16000000 - Contratação p/ Tempo determinado	19.000,00
3.1.90.11.00 / 15001002 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	77.000,00
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00

	Total por Ação:	**146.000,00**
2.024 - GESTÃO DAS AÇÕES DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA		
3.1.90.04.00 / 16000000 - Contratação p/ Tempo determinado		42.000,00
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		208.000,00
	Total por Ação:	**250.000,00**
2.025 - GESTÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS		
3.1.90.11.00 / 16040000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		23.000,00
	Total por Ação:	**23.000,00**
2.050 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE		
3.1.90.04.00 / 16000000 - Contratação p/ Tempo determinado		9.000,00
3.3.90.30.00 / 16000000 - Material de Consumo		93.000,00
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		102.000,00
3.3.90.92.00 / 16000000 - Despesas de Exercícios Anteriores (outras que não		2.000,00
	Total por Ação:	**206.000,00**
2.053 - GESTÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
3.1.90.11.00 / 16000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		34.000,00
	Total por Ação:	**34.000,00**
2.094 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE		
3.3.90.30.00 / 16000000 - Material de Consumo		119.000,00
	Total por Ação:	**119.000,00**
2.096 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL		
3.1.90.04.00 / 16000000 - Contratação p/ Tempo determinado		16.000,00
	Total por Ação:	**16.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**794.000,00**
22002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.074 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA		
3.3.90.30.00 / 16600000 - Material de Consumo		14.000,00
3.3.90.36.00 / 16600000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		7.000,00
3.3.90.39.00 / 16600000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		5.000,00
	Total por Ação:	**26.000,00**
2.089 - GESTÃO DAS AÇÕES DE BENEFÍCIO EVENTUAL		
3.3.90.48.00 / 15000000 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		9.000,00
	Total por Ação:	**9.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**35.000,00**
22003 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		
1.006 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CASAS POPULARES		
4.4.90.51.00 / 17000000 - Obras e Instalações		80.000,00
	Total por Ação:	**80.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**80.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO
CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.073 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENISNO INFANTIL

4.4.90.51.00 / 15420000 - Obras e Instalações		72.000,00
	Total por Ação:	**72.000,00**

2.029 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

3.3.90.30.00 / 15520000 - Material de Consumo		61.000,00
	Total por Ação:	**61.000,00**

2.030 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

3.3.90.33.00 / 15400000 - Passagens e Despesas com Locomoção		260.000,00
	Total por Ação:	**260.000,00**

2.033 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS

3.1.90.11.00 / 15001001 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		10.000,00
3.3.90.30.00 / 15001001 - Material de Consumo		70.000,00
3.3.90.36.00 / 15001001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		2.000,00
	Total por Ação:	**82.000,00**

2.041 - PROGRAMA EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS

3.1.90.04.00 / 15401070 - Contratação p/ Tempo determinado		62.000,00
	Total por Ação:	**62.000,00**

2.109 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL - CHECHES

3.1.90.11.00 / 15421070 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		190.000,00
	Total por Ação:	**190.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**727.000,00**

23002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

8.889 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%

3.1.90.04.00 / 15401070 - Contratação p/ Tempo determinado		400.000,00
	Total por Ação:	**400.000,00**

8.890 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%

3.3.90.30.00 / 15400000 - Material de Consumo		15.000,00
3.3.90.39.00 / 15400000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		104.000,00
3.3.90.39.00 / 15420000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		10.000,00
	Total por Ação:	**129.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**529.000,00**
	Total Suplementado:	**3.207.000,00**

Art 2º. - A propósito cabe-me informar que para atender a suplementação acima, serão anuladas parcialmente e/ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelece a Lei nº 4.320.

Dotações Anuladas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO
CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

20002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO

2.011 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.4.90.52.00 / 15000000 - Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
Total por Ação:	**5.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**5.000,00**

20006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

1.017 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO

4.4.90.51.00 / 15000000 - Obras e Instalações	4.000,00
Total por Ação:	**4.000,00**

1.048 - CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRAGENS E AÇUDES

3.1.90.11.00 / 15000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	2.000,00
3.1.90.11.00 / 17000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	2.000,00
3.1.90.11.00 / 17040000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	2.000,00
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	2.000,00
3.3.90.30.00 / 17200000 - Material de Consumo	2.000,00
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
Total por Ação:	**14.000,00**

2.054 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE

3.3.90.35.00 / 15000000 - Serviços de Consultoria	1.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.000,00
Total por Ação:	**35.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**53.000,00**

20007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

1.003 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	20.000,00
Total por Ação:	**20.000,00**

1.010 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

4.4.90.51.00 / 17060000 - Obras e Instalações	19.000,00
Total por Ação:	**19.000,00**

1.068 - CONSTRUÇÃO, PAVIMENT. E MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS, PONTES E ACESSOS RURAIS

3.1.90.11.00 / 17500000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	2.000,00
Total por Ação:	**2.000,00**

2.055 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

4.4.90.51.00 / 17000000 - Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.51.00 / 17200000 - Obras e Instalações	2.000,00
4.4.90.51.00 / 17500000 - Obras e Instalações	2.000,00
Total por Ação:	**5.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**46.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO
CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

20008 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER

1.071 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E QUADRAS POLIESPORTIVAS

4.4.90.51.00 / 15000000 - Obras e Instalações	50.000,00
Total por Ação:	**50.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**50.000,00**

20009 - PROCURADORIA JURÍDICA

2.006 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROCURADORIA JURÍDICA

3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
Total por Ação:	**10.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**10.000,00**

20011 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

8.888 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

4.6.90.71.00 / 15000000 - Principal da Dívida Contratual Resgatada	101.000,00
Total por Ação:	**101.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**101.000,00**

21001 - SECRETARIA DE SAÚDE

1.014 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REEQUIP. E MANUT. UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL

4.4.90.51.00 / 16000000 - Obras e Instalações	4.000,00
Total por Ação:	**4.000,00**

2.046 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

3.1.90.91.00 / 15001002 - Sentenças Judiciais (pessoal e encargos sociais)	2.000,00
3.1.90.94.00 / 15001002 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.000,00
3.3.90.36.00 / 15001002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.000,00
4.4.71.70.00 / 15001002 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.000,00
4.4.90.51.00 / 17200000 - Obras e Instalações	2.000,00
4.4.90.52.00 / 15001002 - Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
4.4.90.52.00 / 17200000 - Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
4.4.90.61.00 / 17200000 - Aquisição de Imóveis	2.000,00
4.4.90.91.00 / 15001002 - SENTENCAS JUDICIAIS	2.000,00
4.4.90.92.00 / 15001002 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.000,00
4.6.90.71.00 / 15001002 - Principal da Dívida Contratual Resgatada	2.000,00
Total por Ação:	**27.000,00**

2.085 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.39.00 / 15001002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
Total por Ação:	**2.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**33.000,00**

21002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.007 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL

3.3.90.39.00 / 15001002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
4.4.90.52.00 / 15001002 - Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
Total por Ação:	**4.000,00**

2.023 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

3.1.90.11.00 / 16000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	16.000,00
3.1.90.92.00 / 16000000 - Desp. Exercícios Anteriores (pessoal e encargos)	2.000,00
3.3.90.36.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.000,00
3.3.90.39.00 / 16010000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
4.4.90.51.00 / 16000000 - Obras e Instalações	2.000,00
4.4.90.52.00 / 15001002 - Equipamentos e Material Permanente	4.000,00
4.4.90.52.00 / 16000000 - Equipamentos e Material Permanente	4.000,00
Total por Ação:	**33.000,00**

2.024 - GESTÃO DAS AÇÕES DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA

3.1.90.11.00 / 15001002 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	2.000,00
3.3.90.32.00 / 16000000 - MATERIAL BEM OU SERVIÇOSP/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00
3.3.90.36.00 / 15001002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.000,00
3.3.90.39.00 / 15001002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
4.4.90.52.00 / 16000000 - Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
Total por Ação:	**18.000,00**

2.025 - GESTÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

3.1.90.04.00 / 15001002 - Contratação p/ Tempo determinado	2.000,00
3.1.90.11.00 / 15001002 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	3.000,00
3.1.90.13.00 / 15001002 - Obrigações Patronais	3.000,00
3.1.90.92.00 / 16000000 - Desp. Exercícios Anteriores (pessoal e encargos)	2.000,00
3.3.90.30.00 / 15001002 - Material de Consumo	2.000,00
3.3.90.30.00 / 16000000 - Material de Consumo	3.000,00
3.3.90.36.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.000,00
3.3.90.92.00 / 16000000 - Despesas de Exercícios Anteriores (outras que não	2.000,00
Total por Ação:	**19.000,00**

2.050 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE

3.1.90.11.00 / 16000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	300.000,00
3.1.90.11.00 / 16050000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	42.000,00
Total por Ação:	**342.000,00**

2.053 - GESTÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.1.90.04.00 / 16000000 - Contratação p/ Tempo determinado	27.000,00
Total por Ação:	**27.000,00**

2.093 - GESTÃO DAS AÇÕES DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI

3.3.90.30.00 / 15001002 - Material de Consumo	2.000,00
Total por Ação:	**2.000,00**

2.094 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE

3.1.90.11.00 / 15001002 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	2.000,00
3.1.90.13.00 / 15001002 - Obrigações Patronais	2.000,00
3.3.90.36.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO
CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

3.3.90.39.00 / 15001002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		10.000,00
	Total por Ação:	**16.000,00**
2.096 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL		
3.1.90.11.00 / 16000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		46.000,00
	Total por Ação:	**46.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**507.000,00**

22001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.028 - MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
3.1.90.13.00 / 15000000 - Obrigações Patronais		14.000,00
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		15.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		20.000,00
	Total por Ação:	**49.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**49.000,00**

22002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.016 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO IGD DO SUAS		
3.3.90.92.00 / 16600000 - Despesas de Exercícios Anteriores (outras que não		3.000,00
	Total por Ação:	**3.000,00**
2.017 - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA - SUAS		
3.3.90.39.00 / 16600000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		5.000,00
	Total por Ação:	**5.000,00**
2.022 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
3.3.90.30.00 / 16610000 - Material de Consumo		5.000,00
	Total por Ação:	**5.000,00**
2.074 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA		
3.1.90.11.00 / 16600000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		2.000,00
3.1.90.11.00 / 16610000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		2.000,00
3.1.90.13.00 / 15000000 - Obrigações Patronais		2.000,00
3.1.90.13.00 / 16600000 - Obrigações Patronais		2.000,00
3.1.90.13.00 / 16610000 - Obrigações Patronais		2.000,00
3.1.90.92.00 / 15000000 - Desp. Exercícios Anteriores (pessoal e encargos)		2.000,00
3.1.90.92.00 / 16600000 - Desp. Exercícios Anteriores (pessoal e encargos)		2.000,00
4.4.90.52.00 / 16600000 - Equipamentos e Material Permanente		15.000,00
	Total por Ação:	**29.000,00**
2.089 - GESTÃO DAS AÇÕES DE BENEFÍCIO EVENTUAL		
3.3.90.32.00 / 15000000 - MATERIAL BEM OU SERVIÇOSP/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		3.000,00
3.3.90.48.00 / 16610000 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		15.000,00
	Total por Ação:	**18.000,00**
2.106 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA ASSIST. SOCIAL		
3.3.90.36.00 / 16600000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		2.000,00
	Total por Ação:	**2.000,00**

2.108 - PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

3.1.90.11.00 / 16610000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		3.000,00
	Total por Ação:	**3.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**65.000,00**

23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.015 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DA EDUCAÇÃO

3.3.90.30.00 / 15001001 - Material de Consumo		34.000,00
3.3.90.39.00 / 15001001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		10.000,00
3.3.90.39.00 / 15420000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		15.000,00
	Total por Ação:	**59.000,00**

1.073 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENISNO INFANTIL

3.3.90.34.00 / 15420000 - OUTRAS DESP. DE PESS. DECORR. DE CONTRATOS DE TERC		12.000,00
4.4.90.52.00 / 15420000 - Equipamentos e Material Permanente		5.000,00
	Total por Ação:	**17.000,00**

2.030 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

3.3.90.33.00 / 15500000 - Passagens e Despesas com Locomoção		5.000,00
	Total por Ação:	**5.000,00**

2.033 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS

3.3.71.70.00 / 15001001 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		2.000,00
3.3.90.47.00 / 15001001 - Obrigações Tributárias e Contributivas		16.000,00
4.4.90.52.00 / 15700000 - Equipamentos e Material Permanente		47.000,00
	Total por Ação:	**65.000,00**

2.043 - GESTÃO DAS AÇÕES DE PROJETOS CULTURAIS E PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO

3.3.90.39.00 / 15001001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		2.000,00
	Total por Ação:	**2.000,00**

2.109 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL - CHECHES

3.3.90.36.00 / 15420000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		10.000,00
3.3.90.39.00 / 15420000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		6.000,00
4.4.90.52.00 / 15420000 - Equipamentos e Material Permanente		75.000,00
	Total por Ação:	**91.000,00**

2.110 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

3.3.90.39.00 / 15420000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		30.000,00
	Total por Ação:	**30.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**269.000,00**

23002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

8.889 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%

3.1.90.11.00 / 15401070 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		1.738.000,00
3.1.90.11.00 / 15411070 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		16.000,00
3.1.90.13.00 / 15401070 - Obrigações Patronais		11.000,00
	Total por Ação:	**1.765.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
PC VITORINO JOSE ALVES - CENTRO
CNPJ: 16.418.709/0001-41 - CEP: 45.263-000 - BOM JESUS DA SERRA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

8.890 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%

3.1.90.11.00 / 15400000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	203.000,00
3.3.90.30.00 / 15400000 - Material de Consumo	51.000,00
Total por Ação:	**254.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**2.019.000,00**
Total Anulado:	**3.207.000,00**

Art. 3º - Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a expedir instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua elaboração.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA, Estado da Bahia, em 03 de agosto de 2026.

DANIEL ALVES GOMES
Sec. de Finanças
CPF: 057.324.435-92

WELTON SILVA ANDRADE
Prefeito Municipal
CPF: 012.173.835-30

SECRETARIA MUNICIPALDE SAÚDE

ATA DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DA SAÚDE Nº 015/2026 REGIDA PELO EDITAL Nº 019/2025 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 692/2025

Foi aberta, nesta data, reunião para credenciamento de prestadores de serviços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.835, de 21/12/2023, que regulamenta o Art. 74, Inciso IV, por procedimento auxiliar Credenciamento no âmbito do município de Caculé – BA, Portaria nº 99/2025, que instituiu a presente Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Saúde de Caculé, posteriormente alterada pela Portaria nº 33/2026, publicada em 05 de agosto de 2026, em razão do afastamento por licença-maternidade da então presidente Júlia Costa Rodrigues. Verificou-se a presença da atual presidente seguida pelos membros da referida Comissão, a saber: TALITA TÂMARA DE SOUZA OLIVEIRA MAMEDIO (presidente), CAMILA NEVES SANTOS (membro) e MONICA MARQUES PEREIRA (membro), os quais convidaram a participar da reunião o Dr. MAICON DO NASCIMENTO AMARAL (convidado), advogado especialista em saúde pública, para prestar esclarecimentos técnicos e dirimir eventuais dúvidas surgidas no curso do procedimento, observando-se o poder discricionário do Município de Caculé. Em seguida houve corriqueiramente a verificação da regulamentação da matéria do dia e ficou evidenciado que o credenciamento é um procedimento auxiliar das licitações e das contratações, nos termos do Art. 78, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, na qual os procedimentos auxiliares de que trata o caput deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento, como apensado no Decreto que regulamenta a matéria. Para andamento dos trabalhos, foi verificado que a Administração divulgou e mantém à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, a saber, Edital nº 019/2025. Visto isto, deu seguimento algumas definições importantes na condução dos trabalhos, ao ponto que foi lido o Art. 28, do Decreto nº 1.835, in verbis, “Art. 28 - Será designada Comissão Especial de Credenciamento, integrada por no mínimo três e no máximo sete servidores municipais nomeados pelo chefe do poder executivo, devendo minimamente um terço dos membros serem do quadro da Secretaria Municipal de Saúde. § 1º A Comissão especial de Credenciamento, a depender do volume de documentos e processos a serem avaliados, poderão contar com as assessorias de outros servidores ou até mesmo consultores, desde que afastada toda e qualquer possibilidade de conflito de interesse. § 2º Na avaliação das propostas de credenciamento, é vedada a participação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de candidatos ou pleiteantes. Na hipótese da inscrição de pessoas em alguma destas condições, o membro automaticamente deverá ser declarado impedido da avaliação do processo do candidato em específico. § 3º Caso seja necessário a realização de alteração na Comissão especial, seja por vacância ou desistência, é vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de candidatos ou pleiteantes ao credenciamento que se encontrem com processos em fase de análise ou julgamento de recurso”. Relatando a redação do Decreto e considerando que a Comissão foi instituída pela Portaria nº 99/2025 e teve sua composição alterada pela Portaria nº 33/2026, levando em mote o novo regramento legal das licitações e contratações públicas, é necessário fixar alguns pontos e obrigações desta Comissão. Visando a clareza das

SECRETARIA MUNICIPALDE SAÚDE

obrigações inerentes à Comissão, o Dr. recitou: “Art. 30 - As responsabilidades na condução das etapas para efetivação do procedimento de credenciamento são atribuídas: I – À Comissão de Credenciamento: a) Receber, registrar e analisar a documentação dos candidatos e entidades interessados no credenciamento. b) Solicitar, se necessário, esclarecimentos complementares aos interessados durante a pré-qualificação. c) Analisar e avaliar a documentação da qualificação técnica e de títulos e promover a classificação dos candidatos. d) Elaborar atas com efeito de parecer a respeito do credenciamento, e ainda elaborar listagens de candidatos pré-qualificados para homologação pelo Prefeito Municipal”. Dito isto, a Presidente declarou aberta a fase de análise documental dos pleiteantes ao Credenciamento de serviços, conforme fica demonstrado a seguir com SITUAÇÃO CREDENCIADO; **I) RHAISSA LUIZA PORTO DO VALE LTD**A: CNPJ: 64.973.884/0001-43. ENDEREÇO: AVENIDA REINALDO PIRES RIBEIRO, 998, BARRO VERMELHO, PARATINGA-BAHIA. SERVIÇOS CREDENCIADOS: 1.26 Serviços médico especializado em ginecologia e obstetrícia (eletivo). Descrição do serviço: O profissional contratado deverá possuir especialidade médica que o habilite realizar avaliação, diagnóstico e tratamentos presenciais e por telemedicina, além da prestação de serviço de sobreaviso médico para atendimentos em caráter de urgência/emergência relacionadas a ginecologia e obstetrícia. Referência: O profissional deverá realizar minimamente 40 consultas/mês. 16.1 Inserção de DIU, 16.2 Coleta de material para biópsia, 16.3 Cauterização, 16.4 Leep caf, 16.5 Exérese de pólipo endocervical, 8.26 Consulta com ginecologia/obstetrícia. **II) ORTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**: CNPJ: 33.857.303/0001-84. ENDEREÇO: EDIFÍCIO ESPLANADA TRADE CENTER, SL 1004, CAMINHO DAS ÁRVORES, SALVADOR BAHIA. SERVIÇOS CREDENCIADOS: 24.1 Realização de cirurgias ortopédicas, conforme grau e complexidade de cada paciente, seguindo ordem de urgência e agendamento prévio na Central de Marcação e Regulação, a exemplo de reparo de tendão de calcâneo, reparo do manguito rotador, retirada de material de síntese, luxação acromioclavicular, incluindo âncoras, se for o caso, a ser realizadas em local adequado e seguindo diretrizes do Ministério da Saúde e demais órgãos orientadores. 8.20 Consulta em ortopedia. **III) CLINVITA SERVIÇOS MÉDICOS LTD**A: CNPJ: 25.089.261/0001-50. ENDEREÇO: AVENIDA OTÁVIO SANTOS, 227, VITÓRIA DA CONQUISTA-BA. SERVIÇOS CREDENCIADOS: 1.25 Serviços médico especializado em pequenas cirurgias, consistindo na realização de procedimentos cirúrgicos ambulatoriais de baixa complexidade, mediante avaliação clínica e cirúrgica prévia do paciente, definição de indicação e execução do procedimento conforme protocolos vigentes. O profissional será responsável pela realização de anestesia local ou troncular simples quando indicada, execução do ato cirúrgico, prescrição e orientações pós-operatórias, bem como pelo correto registro em prontuário de todas as condutas, achados e eventuais intercorrências. Integram o escopo do serviço procedimentos como exérese de pequenas lesões benignas de pele, cistos sebáceos e lipomas de pequeno porte, drenagem de abscessos simples, suturas de ferimentos superficiais, retirada de corpos estranhos superficiais, cauterizações, tratamento de unha encravada, biópsias de pele, revisão de suturas e curativos especiais, entre outros compatíveis com a baixa complexidade. O profissional deverá observar rigorosamente as normas de segurança do paciente, técnica asséptica, consentimento informado e encaminhar para a rede de referência os casos que excedam a complexidade do serviço. O serviço será prestado conforme carga horária

SECRETARIA MUNICIPALDE SAÚDE

pactuada no credenciamento, em conformidade com as normas do CFM, CRM e protocolos municipais, com realização mínima de 40 procedimentos mensal, com média de 10 procedimentos cirúrgicos por mês. 8.22 Consulta em cirurgião geral. **IV) BRENDA RODRIGUES VIEIRA ROCHA LTDA**: CNPJ: 64.057.752/0001-71. ENDEREÇO: Avenida Tancredo Neves, nº 2.539, Bairro Caminho das Árvores, Salvador/BA. SERVIÇOS CREDENCIADOS: 1.1 Plantão médico de 24 horas em Unidade de Suporte Avançado de Vida do Serviço Móvel de Urgência (USA/SAMU-192); 1.2 Plantão médico em unidade hospitalar durante 12 horas, de segunda a sexta-feira; 1.3 Plantão médico em unidade hospitalar durante 12 horas, de sábado a domingo; 1.11 Serviço médico de acompanhamento de pacientes em transporte intermunicipal e inter-hospitalar. **V) GABRIELLA MIRANDA SLVA MENEZES LTDA**: CNPJ: 58.361.811/0001-06. ENDEREÇO: RUA PERNAMBUCO, 50, BAIRRO SANTA RITA, CAETITÉ/BAHIA. SERVIÇOS CREDENCIADOS: 7.1 Ultrassonografia morfológica, 7.3 Ultrassonografia de regiões e aparelhos diversos. **VI) LUIZ FELIPE ALCANTARÁ FERREIRA LTDA**: CNPJ: 58.333.811/0001-94. ENDEREÇO: RUA PERNAMBUCO, 50, BAIRRO SANTA RITA, CAETITÉ/BAHIA. SERVIÇOS CREDENCIADOS: 7.1 Ultrassonografia morfológica, 7.3 Ultrassonografia de regiões e aparelhos diversos. **VII) PLUSMEDICAL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**: CNPJ: 57.929.936/0001-19. ENDEREÇO: AVENIDA OTÁVIO SANTOS, 227, VITÓRIA DA CONQUISTA-BA. SERVIÇOS CREDENCIADOS: 2.1 Serviço de Clínica médica – medicina comunitária em Unidades de Atenção Primária à Saúde (eSF). Descrição do serviço: Os profissionais Credenciados para a prestação deste serviço obrigam-se a: I - realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; II - realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.); III - realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; IV - encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário; V - indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; VI - contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe; e VII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS. Também estão inclusas no escopo das atividades realizadas por este profissional as responsabilidades gerais a todos os profissionais de saúde que atuam em Equipes de Saúde da Família (ESF). Referência: Serviço a ser prestado na zona urbana ou rural, na unidade principal, conforme determinação da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais. 2.2 Serviço de Clínica médica – medicina comunitária em Unidades de Atenção Primária à Saúde (eAP). Descrição do serviço: Os profissionais Credenciados para a prestação deste serviço obrigam-se a: I - realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; II - realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.); III - realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; IV - encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário; V - indicar, de forma compartilhada com outros pontos de

SECRETARIA MUNICIPALDE SAÚDE

atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; VI - contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe; e VII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS. Também estão inclusas no escopo das atividades realizadas por este profissional as responsabilidades gerais a todos os profissionais de saúde que atuam em Equipes de Atenção Primária (eAP). Referência: Serviço a ser prestado na zona urbana ou rural, em unidades satélites, conforme determinação da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 20 horas semanais. 2.3 Serviço médico em clínica médica e medicina interna na Atenção Primária à Saúde, aos sábados. Descrição do serviço: Consiste na realização de consulta em clínica médica com o objetivo de realizar diagnóstico, tratamento e reabilitação, bem como emitir laudos e pareceres, em ambulatório especializado ou unidade básica, com duração média de 16 minutos por consulta. Ficou convencionado o prazo de 05 (cinco) dias para os pleitenantes manifestarem sobre a pontuação ou situação final relacionada nesta Ata, a partir da publicação no diário oficial do município. Adicionalmente, o Dr. Maicon Amaral relatou sobre a importância de seguir o regulamento municipal que deve está em conformidade com ordenamento jurídico, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que deva passar pelo crivo da Procuradoria Jurídica do Município. Além disso, cabe à comissão decidir sobre a possibilidade de credenciamento, sempre observando o princípio da isonomia e outros preceitos contidos no Art. 37 da CRFB/88. Ainda recomendou a manutenção de uma relação atualizada dos serviços credenciados por pessoa física ou jurídica, e, quando não for possível garantir a pluralidade de contratações simultaneamente, que sejam observados critérios objetivos para a distribuição da demanda, aplicando o Quadro de Pontuação - QP, conforme orientado pelo Conselho Municipal de Saúde através da Resolução 003/2025 (publicada no DOM). Seguindo, a presidente declara com os membros que as pessoas mencionadas acima cumpriram todas as exigências consideradas essenciais para a realização dos serviços solicitados, salvo se a situação for diferente do credenciamento. Portanto, a senhora presidente, após as ressalvas, solicitou a mim, secretária da presente reunião, que registrasse em ata que, além do que foi exposto, não havia contestação por parte do postulante e que o Anexo I faz parte indissolúvel da presente Ata. Em seguida, a presidente fez considerações finais e ratificou os atos de credenciamento. Não havendo mais pleiteantes a avaliar e sem outros assuntos a tratar, a senhora presidente agradeceu a presença de todos os membros e do Dr. Maicon Amaral, declarando encerrada a reunião. Para fins de direito, esta ata foi lavrada com todas as linhas constantes e sem rasuras, sendo assinada pelos membros da Comissão que permaneceram até o final. Em Caculé, BA, 31 de agosto de 2026.

Talita Tâmara de Souza Oliveira Mamedio
Presidente

Camila Neves Santos
Membro/Secretária

Monica Marques Pereira
Membro

Dr Maicon do Nascimento Amaral
Advogado (Convidado)

SECRETARIA MUNICIPALDE SAÚDE

ANEXO I
RELAÇÃO UNIFICADA DE CREDENCIAMENTOS

Nº	Razão Social/Nome	CNPJ/CPF	Ata	Data	QP
1	ASTRA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS E ASSISTENCIA MEDICA HOSPITALAR	03.264.996/0001-30	01/2026	31/12/2025	91,00
2	CLINICA MEDICA MAIS SAUDE GBI LTDA	22.156.966/0001-55	04/2026	13/06/2026	91,00
3	POLICLINICA CACULE LTDA	27.481.646/0001-94	06/2026	02/02/2026	91,00
4	UROLOGIA AVANÇADA LTDA	60.220.570/0001-19	07/2026	05/02/2026	91,00
5	MEDICINA ESPECIALIZADA DE CACULÉ LTDA	22.443.914/0001-60	09/2026	09/03/2026	91,00
6	MEDSERVICE SERVIÇOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	30.349.969/0001-33	01/2026	31/12/2025	85,00
7	AUREO B TEIXEIRA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	50.327.192/0001-13	13/2026	25/05/2026	85,00
8	IRIS ANDRADE OLIVEIRA BRITO	027.468.545-03	03/2026	08/01/2026	82,00
9	LEONARDO BRITO FERREIRA	27.297.901/0001-43	01/2026	31/12/2025	79,00
10	EMANUELLY DE CASSIA NEVES SAPUCAIA AZEVEDO	011.964.345-65	03/2026	08/01/2026	79,00
11	JAYME SOUZA BRITO	41.455.164/001-90	05/2026	21/01/2026	79,00
12	J& N GUEDES SERVIÇOS MEDICOS LTDA	44.514.494/0001-06	10/2026	08/04/2026	79,00
13	**CLINVITA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**	**25.089.261/0001-50**	**015/2026**	**28/08/2026**	**79,00**
14	IMED IMAGENS MEDICAS LTDA	18.314.696/0001-96	10/2026	08/04/2026	76,00
15	JULIANY PATRICIA FIGUEREDO PALMA	034.849.756-36	03/2026	08/01/2026	76,00
16	V. NUNES SERVIÇOS MEDICOS LTDA	45.499.736/0001-94	05/2026	21/01/2026	76,00
17	KARINE ARAUJO DE CARVALHO	026.026.335-42	03/2026	08/01/2026	73,00
18	GUILHERME BRITO FERREIRA	27.696.588/0001-16	06/2026	02/02/2026	72,00
19	FIP T1 SERVIÇOS MEDICOS LTDA	55.816.457/0001-60	07/2026	05/02/2026	72,00
20	ALEXANDRE LEAL IVO BARAUNA	41.017..127/0001-09	04/2026	28/04/2026	71,00
21	SILVAN SANTOS DE PAULA	14.413.208/0001-47	02/2026	06/01/2026	70,00
22	ORTO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	33.857.303/0001-84	04/2026	13/01/2026	70,00
23	CAROLINE DANTAS BATISTA RODRIGUES	013.418.105-00	08/2026	24/02/2026	65,00
24	JOMAG SERVIÇOS MEDICOS LTDA	06.875.582/0001-36	11/2026	15/04/2026	62,00
25	CARDIO MFTELES MEDICINA LTDA	64.724.207/0001-91	10/2026	08/04/2026	62,00

SECRETARIA MUNICIPALDE SAÚDE

26	RENATA VELAME DIAS	44.953.287/0001-40	06/2026	02/02/2026	62,00
27	LEONILSON DA CRUZ SARAINA	044.110.835-07	10/2026	08/04/2026	59,00
28	MARILIA GABRIELA MALHEIROS TOLENTINO MANGABEIRA	141.477.067-70	03/2026	08/01/2026	58,00
29	BRUNA SOUZA SILVA	035.446.675-50	13/2026	25/05/2026	58,00
30	BOMFIM & BANDEIRA SERVIÇOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA	22.869.760/0001-72	13/2026	25/05/2026	58,00
31	DRA DIANA FONSECA CORREIA LTDA	57.553.860/0001-70	04/2026	13/01/2026	56,00
32	LAIZ BENASIR ANDRADE ROCHA COSTA	020.009.185-90	03/2026	08/01/2026	55,00
33	TAIS AYANNE TEIXEIRA BADARO	34.198.669/0001-51	14/2026	10/08/2026	55,00
34	**ORTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**	**33.857.303/0001-84**	**015/2026**	**28/08/2026**	**55,00**
35	MONICA REGINA GONZAGA QUEIROZ	042.658.055-90	03/2026	08/01/2026	52,00
36	PAULO HENRIQUE BALEEIRO CERQUEIRA	56.303.967/0001-05	04/2026	13/01/2026	51,00
37	FABIO HENRIQUE ALVES GUIMARAES	039.537.655-66	03/2026	08/01/2026	49,00
38	JOSEANE REBOUÇAS SANTOS	047.494.405-07	03/2026	08/01/2026	49,00
39	CLINICA CEO LTDA	19.473.945/0001-59	02/2026	06/01/2026	46,00
40	MICHELE CARDOSO CAVALCANTE AMARAL	032.741.115-54	03/2026	08/01/2026	46,00
41	THAYNA XAVIER FIGUEIREDO	037.863.205-19	03/2026	08/01/2026	40,00
42	MIGUEL DA SILVA MACHADO NETO	055.595.515-03	03/2026	08/01/2026	37,00
43	IZAMARA FERNADES SANTOS	054.218.385-44	03/2026	08/01/2026	37,00
44	ANA CLARA PEREIRA DE SOUZA	085.855.155-11	03/2026	08/01/2026	37,00
45	JOAO LUAN PINHEIRO COUTINHO	061.763.925-60	03/2026	08/01/2026	37,00
46	**RHAISSA LUIZA PORTO DO VALE LTDA**	**64.973.884/0001-43**	**015/2026**	**28/08/2026**	**37,00**
47	DIELY PORTO SANTOS	061.207.555-94	03/2026	08/01/2026	34,00
48	ISABELLA MARQUES FERNANDES RODRIGUES	061.207.555-94	03/2026	08/01/2026	34,00
49	BIANCA ALVES FERNANDES LTDA	55.815.012/0001-66	03/2026	08/01/2026	34,00
50	ALAYANNY HANNAH FONSECA DA MOTA LTDA	58.008.294/0001-88	01/2026	31/12/2025	31,00
51	LUCAS CRUZ NEVES	075.989.325-06	02/2026	06/01/2026	31,00
52	ELIZANDRA DA SILVA SANTOS	042.679.995-03	03/2026	08/01/2026	31,00
53	ELAINE GOMES BRITO	059.967.625-60	03/2026	08/01/2026	31,00
54	RODRIGO MOREIRA DE AGUIAR	052.916.525-27	03/2026	08/01/2026	31,00
55	**GABRIELLA MIRANDA SLVA MENEZES LTDA**	**62.034.463/0001-21**	**015/2026**	**28/08/2026**	**31,00**
56	JESSICA MAYARA OLIVEIRA AFONSO	52.702.661/0001-62	03/2026	08/01/2026	28,00
57	BEATRIZ SOUSA SANTOS	080.322.185-13	06/2026	02/02/2026	28,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ - CNPJ 13.676.788/0001-00

SECRETARIA MUNICIPALDE SAÚDE

58	ANNE KAROLYNE CALDEIRA DA SILVA	58.671.593/0001-06	03/2026	08/01/2026	25,00
59	MARCO ANTONIO GUIMARAES DA SILVA	077.121.215-16	01/2026	31/12/2025	25,00
60	BTFX SERVIÇOS MEDICOS LTDA	55.901.420/0001-30	03/2026	08/01/2026	25,00
61	LARYSSA KAUANE DA SILVA TEIXEIRA	085.391.105-39	02/2026	06/01/2026	25,00
62	ALISSON TADEU MARTINS RODRIGUES ARANHA	058.198.925-26	03/2026	08/01/2026	25,00
63	**LUIZ FELIPE ALCANTARÁ FERREIRA LTDA**	**58.333.811/0001-94**	**015/2026**	**28/08/2026**	**25,00**
64	**PLUSMEDICAL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**	**57.929.936/0001-19**	**015/2026**	**28/08/2026**	**25,00**
65	MAILSON SILVA SOUSA	058.086.205-46	14/2026	10/08/2026	24,00
66	ANNE TAYNA PEREIRA ALVES	860.838.875-85	03/2026	08/01/2026	22,00
67	ANA LUISA PRATES CARDOSO	58.420.862/0001-53	14/2026	10/08/2026	22,00
68	ANA LUZIA PINHO QUARESMA	61.349.233/0001-99	03/2026	08/01/2026	19,00
69	DRA GABRIELA MACHADO ALVES LTDA	61.624.098/0001-42	01/2026	31/12/2025	19,00
70	YASMIM MONTEIRO DOS SANTOS SILVA LTDA	64.154.475/0001-15	01/2026	31/12/2025	19,00
71	LAYZA DA SILVA BASTOS	083.284.455-14	01/2026	31/12/2025	19,00
72	VALERIA BATISTA DE SOUZA FERREIRA	042.680.095-82	03/2026	08/01/2026	19,00
73	ALANA SABRINY NASCIMENTO BRITO	64.432.832/0001-60	03/2026	08/01/2026	19,00
74	JOAO VITOR PORTO PEREIRA	64.418.786/0001-44	06/2026	02/02/2026	19,00
75	THAINARA VILASBOAS ROCHA	054.268.295-86	06/2026	02/02/2026	19,00
76	LG SERVICOS MEDICOS LTDA	64.266.348/0001-08	14/2026	10/08/2026	19,00
77	ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS NUNES	012.239.775-44	03/2026	08/01/2026	16,00
78	FERNANDA ALVES TEIXEIRA COSTA	058.573.995-13	03/2026	08/01/2026	16,00
79	JACKELINE SOUZA SANTOS	054.275.205-03	03/2026	08/01/2026	16,00
80	EDILEIA ROCHA SOUZA SOARES	034.764.985-81	03/2026	08/01/2026	16,00
81	AMANDA PEIXOTO PEREIRA	040.723.655-48	09/2026	09/03/2026	16,00
82	LAYNE SANTANA MARQUES LTDA	56.421.850/0001-18	13/2026	25/05/2026	16,00
83	LARA VIRGINIA SILVA RODRIGUES	64.775.277/0001-79	13/2026	25/05/2026	16,00
84	NOGUEIRA MEDICINA INTEGRADA LTDA	64.196.221/0001-60	14/2026	10/08/2026	16,00
85	TALES SANTOS SILVA LTDA	62.034.463/0001-21	14/2026	10/08/2026	16,00
86	BRUNO RAFAEL MACHADO	65.101.952/0001-47	02/2026	06/01/2026	13,00
87	MARCELA DA SILVA RODRIGUES	063.068.875-39	09/2026	09/09/2026	13,00
88	CARVALHO PRATES SERVICOS MEDCICOS LTDA	67.694.275/0001-43	14/2026	10/08/2026	13,00
89	**BRENDA RODRIGUES VIEIRA ROCHA LTDA**	**64.057.752/0001-71**	**015/2026**	**28/08/2026**	**13,00**
90	JULIA ALVARES BRITO	61.830.342/0001-23	03/2026	08/01/2026	10,00

SECRETARIA MUNICIPALDE SAÚDE

91	IONE OLIVEIRA SANTOS MALHEIROS	020.626.295-75	04/2026	13/01/2026	10,00

Caculé – BA, 31 de agosto de 2026.

Talita Tâmara de Souza Oliveira Mamedio
Presidente da Comissão Especial de Credenciamento da Saúde
Portaria nº 33/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ - CNPJ 13.676.788/0001-00

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

Em cumprimento a Lei Federal n.º 14.654, de 23/08/2023, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a divulgação dos estoques dos medicamentos das farmácias que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).

> *Art. 6º-A. As diferentes instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS) ficam obrigadas a disponibilizar nas respectivas páginas eletrônicas na internet os estoques de medicamentos das farmácias públicas que estiverem sob sua gestão, com atualização quinzenal, de forma acessível ao cidadão comum.*

Fica consignado a atualização quinzenal nos dias 01 e 15 de cada mês, salvo feriados e finais de semana.

Emissão: ***30/08/2026***

ITEM	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE UBS	QUANTIDADE FARMÁCIA	QUANTIDADE CAPS	TOTAL
ANTI-HIPERTENSIVO						
AGENTE QUE ATUAM NO SITEMA RENINA-ANGISTENSINA						
1.	CAPTOPRIL	COMPRIMIDO 25MG	630	**690**	-	1.320
BLOQUEADORES DE CANAIS DE CALCIO						
2.	BENSILATO DE ANLODIPINO	COMPRIMIDO 5MG	1.320	**690**	-	2.010
3.	BENSILATO DE ANLODIPINO	COMPRIMIDO 10MG	6.000	**5310**	-	11.310
4.	NIFEDIPINO (RETARD)	COMPRIMIDO 20 MG	-	**-**	-	-
BETABLOQUEADORES						
5.	ATENOLOL	COMPRIMIDO 50 MG	1.245	**675**	-	1.970
6.	CARVEDILOL	COMPRIMIDO 3,125MG	**1.710**	**1.800**	-	3.510

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

7.	CARVEDILOL	COMPRIMIDO 6,25MG	**1.440**	**2460**	-	3.900
8.	CARVEDILOL	COMPRIMIDO 12,5MG	1.740	**2490**	-	4.230
9.	CARVEDILOL	COMPRIMIDO 25 MG	1.080	**360**	-	1.440-
10.	MESILATO DE DOXAZOSINA	COMPRIMIDO 2MG COMPRIMIDO 4MG	-	**-**	-	-
11.	PROPRANOLOL	COMPRIMIDO 10 MG	-	**-**	-	-
12.	PROPRANOLOL	COMPRIMIDO 40 MG	780	**1350**	-	2.130
13.	SUCCINATO DE METOPROLOL	COMPRIMIDO 25 MG	1.650	**-**	-	1.650
14.	SUCCINATO DE METOPROLOL	COMPRIMIDO 50MG	1.080	**1410**	-	2.490
15.	SUCCINATO DE METOPROLOL	COMPRIMIDO 100 MG	1.200	**1455**	-	2.655
INIBIDORES DA ENZIMA DA CONVERSAO DA ANGIOSTESINA						
16.	MALEATO DE ENALAPRIL	COMPRIMIDO 5MG	1.980	**870**	-	2.850
17.	MALEATO DE ENALAPRIL	COMPRIMIDO 10 MG	1.260	**-**	-	1.260

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

18.	MALEATO DE ENALAPRIL	COMPRIMIDO 20 MG	990	-	-	990
19.	LOSARTANA	COMPRIMIDO 50 MG	-	-	-	-
DIURETICOS POUPADORES DE POTÁSSIO						
20.	ESPIRONOLACTONA	COMPRIMIDO 25 MG	120	-	-	120
MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
21.	FUROSEMIDA	INJETÁVEL	12	-	-	12
22.	FUROSEMIDA	COMPRIMIDO 40 MG	990	-	-	990
23.	HIDROCLOROTIAZIDA	COMPRIMIDO 25 MG	1.500	**4740**	-	6.240
VASODILATADORES PERIFERICOS						
24.	HIDRALAZINA	COMPRIMIDO 25 MG	-	-	-	-
INIBIDORES ADRENERGICOS DE AÇÃO CENTRAL						
25.	METILDOPA	COMPRIMIDO 250 MG	3.510	**2520**	-	6.030
ANTI ARRITIMICOS						
26.	CLORIDRATO DE AMIODARONA	COMPRIMIDO 200 MG	990	**2160**	-	3.150
GLICODIDEOS CARDIACOS						

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

27.	DIGOXINA	COMPRIMIO 0,25 MG	-	-	-	-
HIPOGLICEMIANTES						
SULFONILUREIS						
28.	GLIBENCLAMIDA	COMPRIMIDO 5 MG	3.720	**2700**	-	6.420
29.	GLICLAZIDA	COMPRIMIDO 30 MG	-	-	-	-
BIGUANIDAS						
30.	CLORIDRATO DE METFORMINA	850 MG	-	-	-	-
31.	CLORIDRATO DE METFORMINA	500 MG	-	-	-	-
INSULINAS						
32.	INSULINA NPH	100 UI/ML	-	**2114**	-	2114
33.	INSULINA REGULAR	100 UI/ML	-	**1166**	-	1166
ANTIINFLAMATÓRIOS NÃO ESTERÓIDES (AINES)						
34.	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO	COMPRIMIDO 100 MG	840	-	-	840
35.	IBUPROFENO	COMPRIMIDO 600 MG	340	**448**	-	788

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

36.	IBUPROFENO	GOTAS 50MG/ML	84	**103**	-	187
37.	NAPROXENO	COMPRIMIDO 500 MG	-	-	-	-
INIBIDOR ESPECÍFICO DA REABSORÇÃO ÓSSEA						
BIFOSFONATOS						
38.	ALENDRONATO DE SÓDIO	COMPRIMIDO 70 MG	-	-	-	-
ANTILIPEMICOS						
39.	ATORVASTATINA CÁLCICA	COMPRIMIDO 10 MG	-	-	-	-
40.	SINVASTATINA	COMPRIMIDO 20 MG	450	-	-	450
41.	SINVASTATINA	COMPRIMIDO 40 MG	-	-	-	-
ANTIBIOTICOS						
PENICILINAS						
42.	AMOXICILINA	COMPRIMIDO 500MG	178	-	-	178
43.	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO	SUSPENSÃO 250 MG / 62,5 ML /5 Ml)	233	**24**	-	257
44.	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO	COMPRIMIDO 500 MG/ 125 MG	173	**329**	-	502

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

45.	AMOXICILINA, 250 MG/ 5 ML	SUSPENSÃO 250MG/5ML	320	**34**	-	354
MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
46.	BENZATINA BENZILPENICILINA 1.200.000 UI	INJETAVEL	58	**-**	-	58
MACROLIDEOS						
47.	AZITROMICINA	COMPRIMIDO 500 MG	699	**1101**	-	1.700
48.	AZITROMICINA SUSPENSÃO	SUSPENÇÃO 600 MG (200MG/5ML)	103	**49**	-	152
CEFALOSPORINAS						
49.	CEFALEXINA	COMPRIMIDO 500 MG	300	**599**	-	899
50.	CEFALEXINA	SUSPENSÃO 250 MG/5ML	69	**33**	-	102
MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
51.	CEFTRIAXONA	INJETÁVEL	32	**-**	-	32
QUINOLONAS						
52.	CIPROFLOXACINO	COMPRIMIDO 500 MG	75	**-**	-	75
53.	LEVOFLOXACINO	COMPRIMIDO 250 MG	-	**-**	-	-
SULFAS						

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

54.	SULFAMETOXAZOL+ TRIMETROPRIMA	COMPRIMIDO 400MG+ 80 MG COMPRIMIDO 800MG+ 160 MG	2.460	**2434** -	- -	4.894
55.	SULFAMETOXAZOL+ TRIMETROPRIMA	SUSPENSÃO 40 MG +8 MG/ML	12	**34**	-	46
56.	SULFADIAZINA DE PRATA	CREME 10MG/G 1%	-	**-**	-	-
		IMIDAZOIS				
57.	METRONIDAZOL	COMPRIMIDO 250MG	640	**454**	-	1.094
58.	METRONIDAZOL CREME VAGINAL	GEL 100MG/G	67	**28**	-	95
59.	BENZOILMETRONIDAZOL	SUSPENSÃO 40 MG/ML	15	**10**	-	25
		LINCOSAMINAS				
60.	CLORIDRATO CLINDAMICINA	COMPRIMIDO 300 MG	-	**52**	-	52
		ANTIANEMICO				
61.	ACIDO FOLICO	SOLUÇÃO 0,2 MG/ML	12	**-**	-	12

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

62.	ACIDO FÓLICO	COMPRIMIDO 5 MG	4.110	**4422**	-	8.532
63.	SULFATO FERROSO	COMPRIMIDO 40MG	1.260	**1840**	-	3.100
64.	SULFATO FERROSO	GOTAS 25MG/ML	129	**69**	-	198
	ANTIPROTOZOARIOS					
65.	ALBENDAZOL	COMPRIMIDO 400 MG	543	**303**	-	846
66.	ALBENDAZOL	SUSPENSÃO 40 MG/10ML	27	**90**	-	117
	CORTICOIDES					
67.	BETAMETASONA, DIPROPIONATO+FOSF. DISSODICO BETAMETASONA 3/3 MG/ML-	INJETAVEL	243	**-**	-	243
68.	DEXAMETASONA	CREM 1% 10 G	67	**27**	-	94
69.	DEXAMETASONA	COMPRIMIDOS 4 MG	106	**279**	-	385
	MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
70.	DEXAMETASONA	INJETAVEL 4MG/ML	54	**-**	-	54
71.	DEXAMETASONA	INJETÁVEL 2MG/ML	12	**-**	-	12

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

72.	DEXAMETASONA ELIXIR	SUSPENSÃO 0,5	-	-	-	-
73.	DEXAMETASONA OFTAMOLÓGICO 1MG/ML(0,1%)	SOLUÇÃO	-	-	-	-
74.	PREDNISOLONA	SUSPENSÃO 3MG/ML	44	**31**	-	75
75.	PREDNISONA	COMPRIMIDO 5 MG	434	**355**	-	789
76.	PREDNISONA	COMPRIMIDO 20 MG	709	-	-	709
BRONCODILATADORES						
77.	BROMETO DE IPRATROPIO	GOTAS 0,025%		-	-	
78.	SALBULTAMOL	AEROSOL	33	**19**	-	52
SUPLEMENTAÇÃO E MINERAIS						
79.	CARBONATO DE CALCIO + VIT. D	COMPRIMIDOS 500 MG + 400 UI	720	-	-	720
80.	CLORIDRATO TIAMINA	COMPRIMIDO 30 MG	-	-	-	-
MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

81.	ACIDO ASCORBICO	INJETAVEL 500 MG/5ML	56	-	-	56
82.	COMPLEXO B	INJETAVEL	62	-	-	62
	ANTI-HISTAMÍNICO					
83.	DEXCLORFENIRAMINA	COMPRIMIDO 2MG	980	**1971**	-	2.951
84.	DEXCLORFENIRAMINA	SOLUÇÃO 2MG/5ML	54	**15**	-	69
85.	LORATADINA	COMPRIMIDO 10 MG	856	**1056**	-	1.912
86.	LORATADINA	SUSPENSÃO 5MG/5ML	42	**16**	-	58
87.	PROMETAZINA	COMPRIMIDO 25MG	380	**1450**	-	1.488
	MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
88.	PROMETAZINA	INJETAVEL	**23**	-	-	23
	ANTIMICÓTICOS					
89.	FLUCONAZOL	COMPRIMIDO 150MG	723	**202**	-	925
90.	MICONAZOL CREME	CREME VAGINAL 2%	62	**23**	-	85

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

91.	NISTATINA	SUSPENSÃO 100.000UI	-	-	-	-
ANTIACIDOS GÁSTRICO						
92.	HIDRÓXIDO DE ALUMINIO	SUSPENSÃO 60 MG/ML	-	-	-	-
93.	OMEPRAZOL	COMPRIMIDO 20 MG	-	-	-	-
MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
94.	OMEPRAZOL	INJETÁVEL	**12**	-	-	12
TIROIDEANOS						
95.	LEVOTIROXINA SODICA	COMPRIMIDO 25MG	960	**2340**	-	3.300
96.	LEVOTIROXINA SODICA	COMPRIMIDO 50MG	1.080	**2100**	-	3.180
97.	LEVOTIROXINA SODICA	COMPRIMIDO 100MG	1.710	**5280**	-	6.990
ANTIEMETICOS						
98.	METOCLOPRAMIDA	COMPRIMIDO 10 MG	1.080	**840**	-	1.920
99.	METOCLOPRAMIDA	GOTAS 4MG/ML	23	**24**		47

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

100	ONDANSETRONA	COMPRIMIDO 4 MG	-	-	-	-
101	ONDANSETRONA	COMPRIMIDO 8 MG	-	-	-	-
	MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
102	ONDANSETRONA	INJETAVEL	43	-	-	43
103	METOCLOPRAMIDA	INJETÁVEL	-	-	-	-
	ANALGESICO					
104	PARACETAMOL	COMPRIMIDO 500 MG	1.560	**498**	-	2.058
105	PARACETAMOL	GOTAS 200MG/ML	70	**138**	-	208
106	DIPIRONA	COMPRIMIDOS 500 MG	-	-	-	-
107	DIPIRONA	GOTAS 500MG/ML	67	**44**	-	111
	MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
108	DIPIRONA	INJETÁVEL	110	-	-	110
	FORMULÇÃO PARA REIDRATAÇÃO					

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

109	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL	PÓ PRA SOLUÇÃO ORAL	30	**44**	-	74
110	CLORETO DE SÓDIO 0,9%	SOLUÇÃO NASAL	-	-	-	-
ANTICOAGULANTE ORAL						
111	VARFARINA SODICA	COMPRIMIDO 5 MG	-	-	-	-
CONTRACEPTIVOS HORMONAIS						
112	ETINILESTRADIOL + LEVONOGESTREL 0,03 MG + 0,15	COMPRIMIDOS	8.200	-	-	8.200
113	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO SOLUÇÃO INJETAVEL 150MG/ML	INJETAVEL	**282**	-	-	282
114	NORETISTERONA COMPRIMIDOS 0,35 MG	COMPRIMIDOS	5.180	-	-	5.180
115	NORETISTERONA, ENANTATO + ESTRADIOL, VALERATO SOLUÇÃO INJETÁVEL 50MG/ml + 5mg/ml	INJETAVEL	142	-	-	142
SAUDE MENTAL						

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

ANTIEPILETICOS						
116	ÁCIDO VALPROICO	COMPRIMIDO 250 MG	-	**3175**	750	3.925
117	ÁCIDO VALPROICO	COMPRIMIDO 500 MG	-	**-**	-	-
118	ÁCIDO VALPROICO	XAROPE 250MG/5ML	-	**-**	38	38
119	CARBAMAZEPINA	COMPRIMIDO 200 MG	-	**-**	1.800	1.800
120	CARBAMAZEPINA	SUSPENSÃO 20MG/ML	-	**180**	12	192
121	LAMOTRIGINA	COMPRIMIDO 100 MG	-	**-**	-	-
122	TOPIRAMATO	COMPRIMIDOS 50 MG	-	**-**	-	-
ANTIDEPRESIVO						

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

123	AMITRIPTILINA	COMPRIMIDO 25 MG	-	-	860	860
124	CLOMIPRAMINA	COMPRIMIDO 25 MG	-	**1310**	700	2.010
125	FLUOXETINA	COMPRIMIDO 20 MG	-	-	-	-
126	NORTRIPTILINA	COMPRIMDO 25 MG 50 MG	-	**1420** **930**	930 560	2.350 1.490
127	PAROXETINA	COMPRIMIDOS 20 MG	-	-	-	-
128	CITALOPRAM	COMPRIMIDO 20 MG	-	-	-	-
	ANTIPARKINSONIANOS					
129	BIPERIDENO	COMPRIMIDO 2MG	-	**2830**	1.260	4.090

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

130	BIPERIDENO	INJETAVEL 5MG/ML	7	-	14	21
131	LEVODOPA+CARBIDOPA	COMPRIMIDOS 250/25 MG	-	-	-	-
132	LEVODOPA+CARBIDOPA	COMPRIMIDOS 100/25 MG	-	-	-	-
	ANTITABAGICO					
133	BUPROPIONA	COMPRIMIDO 150 MG	-	-	-	-
	ANTIMANIACOS					
134	CARBONATO DE LITIO	COMPRIMIDO 300 MG	-	-	-	-
	ANSIOLITICO BENZODIAZEPINICO					
135	CLOBAZAM	COMPRIMIDO 10 MG	-	-	-	-
136	CLONAZEPAM	COMPRIMIDO 2MG	-	-	-	-

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

137	CLONAZEPAM	GOTAS 2,5 MG	-	**116**	68	184
138	DIAZEPAM	COMPRIMIDO 5MG	-	**2370**	1000	3.370
139	DIAZEPAM	COMPRIMIDO 10 MG	-	**4560**	1.100	5.660
MEDICAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
140	DIAZEPAM	INJETAVEL 5MG/ML	8	-	5	13
ANTIPISICOTICO						
141	CLORPROMAZINA	COMPRIMIDO 100 MG	-	**1450**	1.000	2.450
142	CLORPROMAZINA	COMPRIMIDO 25 MG	-	**978**	400	1.378
143	HALOPERIDOL	COMPRIMIDOS 5MG	-	**210**	400	610

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

144	HALOPERIDOL	GOTAS 0,2MG/ML	-	**33**	28	61
145	QUETIAPINA	COMPRIMIDO 25 MG	-	**2760**	700	3.460
146	RISPERIDONA	COMPRIMIDO 1MG	-	**-**	-	-
147	RISPERIDONA	COMPRIMIDO 2MG	-	**-**	-	-
148	RISPERIDONA	COMPRIMIDO 3MG	-	**-**	-	-
MEDICAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO						
149	HALOPERIDOL SIMPLES	INJETAVEL 5MG/ML	-	**-**	9	9
150	HALOPERIDOL DECANOATO	INJETAVEL 50MG/ML	10	**-**	68	78
ANTICONVULSIVANTE						

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

151	FENITOINA	COMPRIMIDO 100 MG	-	**2123**	800	2.923
152	FENOBARBITAL	COMPRIMIDO 100 MG	-	**2160**	1.000	3.160
153 154	FENOBARBITAL	SOLUÇÃO 40MG/M	-	**40**	40	80
ANESTÉSICO						
155	LIDOCAINA	INJETÁVEL	-	**-**	-	-
INSUMOS PARA DIABETICOS						
156	LANCETAS PARA PUNÇÃO DIGITAL	UNIDADE	-	**-**	-	-
157	SERINGAS COM AGULHA ACOPLADA PARA APLICAÇÃO DE INSULINA	UNIDADE	-	**-**	-	-
158	TIRAS PARA REAGENTE	CAIXA	-	**2150**	-	**2150**

MUNICÍPIO DE CACULÉ
SECRETARIA DA SAÚDE

159	AGULHA PARA INSULINA	UNIDADE	-	**14.819**	-	**14.819**

PUBLIQUE-SE.

COORDENAÇÃO CAF CACULÉ (BA)

ATA DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
ATA N.º 012

Processo Administrativo nº: 034/2026
Edital de Credenciamento nº: 006/2026

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil vinte e seis, às nove horas, na Prefeitura Municipal de Cordeiros, situada à Praça Coronel José Moreira Cordeiro, n.º 205, Centro, reuniram-se os membros da Comissão de Credenciamento, com a finalidade de proceder ao recebimento e análise preliminar da documentação apresentada para credenciamento nos termos do Edital de Credenciamento nº 006/2026, elaborado com fundamento no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. Do(s) Interessado(s)
Compareceram para entrega de documentação, os seguintes interessados:

Nº	Nome/Razão Social	CNPJ/CPF	Representante Legal	Documento de Identificação	Item do Credenciamento
04	NORONHA SANTOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	67.909.148/0001-14	NORONHA SANTOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	67.909.148/0001-14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDER A DEMANDA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS 05 PLANTÕES 24h MÊS PARA ATENDER AS DEMANDAS NECESSÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDEIROS.

2. Da Documentação Apresentada
Os interessados apresentaram os documentos exigidos no edital, para fins de habilitação e comprovação de requisitos técnicos, jurídicos, fiscais e trabalhistas, nos termos dos arts. 62, 67 e 78 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

- Documentos de habilitação jurídica;
- Prova de regularidade fiscal e trabalhista;
- Documentação de qualificação técnica;
- Declarações exigidas no edital;

3. Do Recebimento

Após conferência, a Comissão lavrou os seguintes registros:

- A documentação foi recebida e protocolada, ficando registrada para análise posterior de conformidade, conforme disposto no edital.
- Eventuais pendências ou complementações serão notificadas ao interessado, observados os prazos previstos no instrumento convocatório.
- A entrega da documentação não implica credenciamento automático, estando a aprovação condicionada à verificação integral dos requisitos exigidos.

4. Análise e Conclusão

Após conferência e análise documental, a Comissão constatou que os interessados listados abaixo atenderam integralmente às exigências estabelecidas no edital e na legislação aplicável, estando, portanto, credenciados para a prestação dos serviços/fornecimento objeto do presente chamamento:

Nº	Nome/Razão Social	CNPJ/CPF	Representante Legal	Documento de Identificação	Item do Credenciamento
04	NORONHA SANTOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	67.909.148/0001-14	NORONHA SANTOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	67.909.148/0001-14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDER A DEMANDA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS 05 PLANTÕES 24h MÊS PARA ATENDER AS DEMANDAS NECESSÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDEIROS.

5. Observações

Fica registrado que o credenciamento é válido pelo prazo estabelecido no edital, podendo ser renovado ou revogado nas hipóteses previstas em lei e no instrumento convocatório, observados os princípios e normas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão de Credenciamento.

Cordeiros – Bahia, 31 de agosto de 2026.

Sílvia Fernandes Moura	Isaque de Almeida Sousa	Iêva Santos de Oliveira

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Processo Administrativo: Nº 0028/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, considerando o resultado da sessão pública, constante na Ata Licitatória do certame, consoante a este processo licitatório e seu (s) objeto(s), resolve **ADJUDICAR** em favor das empresas e valor total abaixo descritos:

Objeto
Aquisição de Material Esportivo para atender a demanda do Fundo Municipal de Educação de Cordeiros, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS
COMERCIAL LEITE DE CALCADOS LTDA inscrita no CNPF 33.881.871/0001-10 para os itens 01, 03, 04, 05, 10, e 12 no valor global de R$ 17.217,60 (Dezessete mil duzentos e dezessete reais e sessenta centavos).
TRINCA ESPORTES LTDA inscrita no CNPJ 02.902.969/0001-83 para os itens 06, 07, 08, 09, 11, 13, 14, 15 e 17 no valor global de R$ 16.302,68 (Dezesseis mil trezentos e dois reais e sessenta e oito centavos.).

Valor total: R$ 33.520,28 (Trinta e três mil quinhentos e vinte reais e vinte oito centavos).

Cordeiros - Bahia, 10 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Processo Administrativo: Nº 0028/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, acata o resultado da licitação Pregão Eletrônico- SRP nº 010/2026, processada nos autos do Processo Administrativo nº 0028/2026 e decide: **HOMOLOGAR** a licitação conforme objeto, empresa (s) e valor total abaixo descritos:

Objeto: Aquisição de Material Esportivo para atender a demanda do Fundo Municipal de Educação de Cordeiros - Bahia, sob o sistema de registro de preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS:
COMERCIAL LEITE DE CALCADOS LTDA inscrita no CNPF 33.881.871/0001-10 para os itens 01, 03, 04, 05, 10, e 12 no valor global de R$ 17.217,60 (Dezessete mil duzentos e dezessete reais e sessenta centavos).
TRINCA ESPORTES LTDA inscrita no CNPJ 02.902.969/0001-83 para os itens 06, 07, 08, 09, 11, 13, 14, 15 e 17 no valor global de R$ 16.302,68 (Dezesseis mil trezentos e dois reais e sessenta e oito centavos.).

Valor total: R$ 33.520,28 (Tinta e três mil quinhentos e vinte reais e vinte oito centavos).

Cordeiros - Bahia, 10 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0047/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira Da Silva, brasileiro, maior, agente político, Identidade nº 12.xxx.xxx-03, inscrito no CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado ÒRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 010/2026 Processo Administrativo nº 0028/2026**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: COMERCIAL LEITE DE CALCADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.881.871/0001-10, sediada na Rua Desembargador Felinto Bastos, n.º 740, bairro Centro no município de Feira de Santana – Bahia CEP 44.002-748, neste ato representada pelo Sr Jailton Batista Leite, Brasileiro, Casado, Empresário, portador do CPF 157.xxx.xxx-04, residente na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 217, bairro Cidade Nova no município de Feira de Santana – Bahia CEP 44.053-066.

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS.

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
1	Placa de Tatame em EVA, medindo 1M X 1M com 20 mm de espessura, antiderrapante, revestimento com isolante térmico, atóxico e antialérgico, encaixe perfeito com outras peças, fácil higienização, impermeável e com alta durabilidade. Colorido. Bicolor	UN	EVA BRASIL	100	R$ 77,00	R$ 7.700,00

3	REDE DE BASQUETE: Oficial, Composição: Polietileno (Nylon), Com Tratamento Uv; Espessuras: Fio 4 - Pe Nylon, Malha 7cm Entre Nós; Tamanho: 46 Cm De Diâmetro, 50 Cm De Altura.	PAR	SPITTER	4	R$ 54,00	R$ 216,00
4	CORDA DE PULAR - Ajustável De 3m Com Rolamento e Cabo De Aço Revestido- Alça acolchoada, Leve Material: Aço Revestido, plástico ABS Corda de Saltos Para Treino Funcional - Exercícios	UN	CONVOY	20	R$ 39,88	R$ 797,60
5	Bambolê aro de plástico em pvc de reforçado c/ 90cm diâmetros p/ ginástica em movimento.	UN	TOYS	70	R$ 6,20	R$ 434,00
10	BOLA DE BASQUETE MIRIM. Bola de basquete oficial mirim pro.5.7 bola com selo da confederação brasileira de basketball (cbb) tamanho oficial mirim. Matrizada. confeccionada em micro fibra. Tamanho: 72-74 cm de diâmetro, Peso:450-500g Câmara:câmara airbility. Miolo: slip system removível e lubrificado	UN	PENALTY	15	R$ 419,00	R$ 6.285,00
12	BOLA HANDEBOL. Oficial h2 Material: Poliuretano, Composição: microfibra de PU, Peso do Produto: 475 g.Circunferência: 60 cm	UN	TOPPER	15	R$ 119,00	R$ 1.785,00

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 010/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **CORDEIROS/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da

vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – SEGUNDA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor.

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo

produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA.**

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cordeiros – Bahia, 10 de agosto de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ: 13.694.468/0001-75
Devani Pereira Da Silva
GERENCIADOR DA ATA

COMERCIAL LEITE DE CALCADOS LTDA
CNPJ: 33.881.871/0001-10
Jailton Batista Leite
DETENTOR DA ATA

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0048/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira Da Silva, brasileiro, maior, agente político, Identidade nº 12.xxx.xxx-03, inscrito no CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado ÒRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 010/2026 Processo Administrativo nº 0028/2026**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: TRINCA ESPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.902.969/0001-83, sediada na Rua Comandante Almiro, n.º 465, Andar 01, Sala 04, bairro Centro no município de Feira de Santana – Bahia CEP 44.001-456, neste ato representada pela Sra Graziela Carneiro Bulos, Brasileira, Casada, Empresária, portador do CPF 028.xxx.xxx-88, residente na Rua Waldemar Falcão, n.º 2021, bairro Horto Florestal no município de Salvador – Bahia CEP 40.295-010.

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS.

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
6	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO: Microfibra, Costurada a mão, Câmara de butyl, Miolo removível, Forro multifilamento – 32 gomos, 68 a 69,5 cm, 410 a 440 g	UN	81 - MICROFIBRA	15	R$ 82,50	R$ 1.237,50
7	BOLA DE FUTSAL: Microfibra, Costurada a mão, Câmara de butyl, Miolo removível, Forro multifilamento – 32 gomos, 68 a 69,5 cm, 410 a 450 g	UN	81 - MICROFIBRA	35	R$ 82,50	R$ 2.887,50

8	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY: Microfibra, Costurada a mão, Câmara de butyl, Miolo removível, Forro multifilamento – 32 gomos, 68 a 69,5 cm, 410 a 450 g	UN	81 - MICROFIBRA	5	R$ 82,50	R$ 412,50
9	BOLA OFICIAL DE BASQUETE ADULTO, tamanho masculino matrizada, confeccionada com microfibra. Bola aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA). Tamanho: 75 - 78 cm de diâmetro. Peso: 600 - 650 g	UN	PENALTY	15	R$ 450,00	R$ 6.750,00
11	BOLA DE HANDEBOL mirim oficial h1 l, tamanho mirim, tamanho 49-51 cm diâmetro, 20x20x20 cm, peso 230-270 g, miolo removível e lubrificado.	UN	DYNABOL - H1	15	R$ 82,50	R$ 1.237,50
13	BOLA DE VOLEIBOL MIRIM matrizada oficial com 18 gomos, confeccionada em pu, com câmara airbility, miolo slip system (lubrificado e substituível), com peso entre 240 a 270 gramas e circunferência entre 60 e 63 cm	UN	PENALTY 5000M	15	R$ 150,00	R$ 2.250,00
14	BOLA INICIAÇÃO Nº10, borracha, 48 a 50cm, 180-200g, câmera airbility, miolo slip system removível e lubrificado	UN	DUALT - N10	20	R$ 31,25	R$ 625,00
15	BOLA DE PING PONG : tamanho 40 mm, dimensões do produto 11.99 x 3.99 x 19.48 cm; 20 g, tênis de mesa.	UN	BEL - PING PONG	36	R$ 5,63	R$ 202,68
17	Kit Tênis De Mesa Ping Pong: 01 Rede Retrátil +3 Bolas e 02 raquete: Rede: Nylon, Suporte da rede: ABS, Raquetes: Polipropileno (PP), Bolas: ABS, Cor da rede: Preta, Cor do suporte: Azul, Cor das raquetes: Azul, Cor das bolas: Branca, Compatível com mesas de até: 4,5 cm de espessura, Extensão da rede: Até 1,75 m	KIT	YINS - PING PONG	5	R$ 140,00	R$ 700,00

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 010/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de CORDEIROS/BA, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – SEGUNDA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor.

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo

produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA.**

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cordeiros – Bahia, 10 de agosto de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ: 13.694.468/0001-75
Devani Pereira Da Silva
GERENCIDADOR DA ATA

TRINCA ESPORTES LTDA
CNPJ: 02.902.969/0001-83
Graziela Carneiro Bulos
DETENTOR DA ATA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

Processo Administrativo: Nº 0046/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, considerando o resultado da sessão pública, constante na Ata Licitatória do certame, consoante a este processo licitatório e seu (s) objeto(s), resolve **ADJUDICAR** em favor das empresas e valor total abaixo descritos:

Objeto
Aquisição de Livros Infantis e Infanto Juvenil para atender a necessidade do Fundo Municipal de Educação de Cordeiros, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS
CARVALHO RODRIGUES NEGOCIAÇÕES LTDA inscrita no CNPF 42.006.468/0001-97 para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 010, 011, 012, e 013 no valor global de R$ 2.766,00 (Dois mil setecentos e sessenta e seis reais).

Valor total: R$ 2.766,00 (Dois mil setecentos e sessenta e seis reais).

Cordeiros - Bahia, 10 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

Processo Administrativo: Nº 0046/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, acata o resultado da licitação Pregão Eletrônico- SRP nº 013/2026, processada nos autos do Processo Administrativo nº 0046/2026 e decide: **HOMOLOGAR** a licitação conforme objeto, empresa (s) e valor total abaixo descritos:

Objeto: Aquisição de Livros Infantis e Infanto Juvenil para atender a necessidade do Fundo Municipal de Educação de Cordeiros, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos, sob o sistema de registro de preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS:
CARVALHO RODRIGUES NEGOCIAÇÕES LTDA inscrita no CNPF 42.006.468/0001-97 para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 010, 011, 012, e 013 no valor global de R$ 2.766,00 (Dois mil setecentos e sessenta e seis reais)

Valor total R$ 2.766,00 (Dois mil setecentos e sessenta e seis reais).

Cordeiros - Bahia, 10 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0049/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira Da Silva, brasileiro, maior, agente político, Identidade nº 12.xxx.xxx-03, inscrito no CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado ÒRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE LIVROS INFANTIS E INFANTO JUVENIL PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 013/2026 Processo Administrativo nº 0046/2026**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: CARVALHO RODRIGUES NEGOCIAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 42.006.468/0001-97, sediada na Avenida Presidente Kennedy, n.º 528, Anexo A, bairro Dos Pioneiros no município de Pimenta Bueno – RO CEP 76.970-000, neste ato representada pela Sra Vanessa Rodriges de Lima, Brasileira, Solteira, portadora do CPF 946.168.412-68, residente na Avenida Presidente Kennedy, n.º 528, bairro Dos Pioneiros no município de Pimenta Bueno – RO CEP 76.970-000

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS.

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
1	Livro interativo Brincando com Sons: Amigos da Fazenda Capa dura – Livro com som: Editora ? : ? Todolivro, Edição 1ª, Número de páginas ? : ? 12 páginas, Peso do produto ? : ? 360 g, Idade de leitura ? : ? 3 - 5 anos, Dimensões ? : ? 23.5 x 1.8 x 23 cm	UN	todo livro	5	R$ 72,13	R$ 360,65
2	Livro o monstro das cores - Anna Llenas Editora: Ciranda Cultural, Ano de publicação: 2022. Capa do livro: Dura. Gênero: Literatura e ficção. Número de páginas: 22. Dimensões: 26.5cm largura x 23cm altura. Peso: 705g.	UN	ciranda cultural	2	R$ 88,50	R$ 177,00

3	Livro Uma lagarta comilona - Eric Carle Editora: Companhia da Letrinhas, Ano de publicação: 2025. Capa do livro: Dura. Gênero: infantil. Número de páginas: 32. Dimensões: 16,5cm largura x 22,7cm altura. Peso: 397g.	UN	companhia das letrinhas	2	R$ 67,33	R$ 134,66
4	Livro Tenho Monstros na Barriga - Tonia Casarin Editora: Tonia Casirini, Ano de publicação: 2017. Capa do livro: mole. Gênero: infantil. Número de páginas: 48. Dimensões: 23cm largura x 27 altura. Peso: 187g.	UN	tonia casarin	2	R$ 71,00	R$ 142,00
5	Livro a Parte que falta - Shel Silverstein. Editora: Schwarcz SA, Ano de publicação: 2018. Capa do livro: dura. Gênero: infantil. Número de páginas: 112. Dimensões: 18,3cm largura x 22,1 altura. Peso: 411g.	UN	COMPANHIA DAS LETRINHAS	2	R$ 53,62	R$ 107,24
6	Livro o Coração e a garrafa - Oliver Jeffers, Editora: Salamandra, Ano de publicação: 2012. Gênero: infantil. Número de páginas: 36. Dimensões: 23cm largura x 23,6 altura. Peso: 380g	UN	salamandra	2	R$ 94,33	R$ 188,66
7	O livro dos sentimentos - Todd Parr. Editora: Panda Books, Ano de publicação: 2011. Capa do livro: mole. Gênero: infantil. Número de páginas: 24. Dimensões: 25,5cm largura x 25,5 altura. Peso: 160g.	UN	PANDA BOOKS	2	R$ 62,27	R$ 124,54
8	A Arte de Ser Leve – Leila Ferreira, Editora: Planeta, Ano de publicação: 2016. Capa do livro: brochura. Gênero: juvenil. Número de páginas: 240. Dimensões: 13,8cm largura x 21 altura. Peso: 268g.	UN	PLANETA	2	R$ 65,17	R$ 130,34
9	Cartas de um Terapeuta para seus Momentos de Crise" – André Sampaio, Editora: Paidós, Ano de publicação: 2020. Capa do livro: mole. Gênero: juvenil. Número de páginas: 192. Dimensões: 13,4cm largura x 21 altura. Peso: 220g.	UN	PAIDÓS	2	R$ 57,13	R$ 114,26
10	Crianças e Adolescentes em Psicoterapia: A Abordagem Psicanalítica" – Maria da Graça. Kern Castro e Anie Stürmer. Editora: Armed, Ano de publicação: 2009. Capa do livro: dura. Gênero: psicologia. Número de páginas: 360. Dimensões: 16cm largura x 23cm altura. Peso: 615g.	UN	ARTMED	1	R$ 222,95	R$ 222,95
11	O Brincar e a Realidade – Donald Winnicott. Editora: Ubu Editora, Ano de publicação: 2019. Capa do livro: brochura. Gênero: psicologia. Número de páginas: 256. Dimensões: 13,8cm largura x 20,08cm altura. Peso: 300g.	UN	UBU EDITORA	1	R$ 92,00	R$ 92,00
12	Histórias com metáforas terapêuticas: Ana Mendes - Editora: Matrix, Ano de publicação: 2025. Capa do livro: mole. Gênero: psicologia. Número de páginas: 50. Dimensões: 8cm largura x 10cm altura. Peso: 100g.	UN	MATRIX	2	R$ 70,17	R$ 140,34
13	Caderno Espiral Capa Dura Universitário Quadriculado 1cm Zip Preto 80 Folhas Capa: dura Espiral: colorido, Tamanho: 200mm x 275 mm, Gramatura: 56 g/m² Produto certificado: FSC, Número de folhas: 80 folhas, Folhas pautadas (com linhas): folhas quadriculadas 1x1	UN	tilibra	20	R$ 41,58	R$ 831,60

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 013/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará

os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **CORDEIROS/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes

do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado

em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – SEGUNDA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for

menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor.

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos

aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA.**

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cordeiros – Bahia, 06 de julho de 2026

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ: 13.694.468/0001-75
Devani Pereira Da Silva
GERENCIADOR DA ATA

_____

CARVALHO RODRIGUES NEGOCIAÇÕES LTDA
CNPJ: 42.006.468/0001-97
Vanessa Rodriges de Lima
DETENTOR DA ATA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

Processo Administrativo: Nº 0076/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, considerando o resultado da sessão pública, constante na Ata Licitatória do certame, consoante a este processo licitatório e seu (s) objeto(s), resolve **ADJUDICAR** em favor das empresas e valor total abaixo descritos:

Objeto
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS
EDINALVA MARIA DE OLIVEIRA ME inscrita no CNPJ 08.031.923/0001-12 para os lotes 01 no valor global de R$ 13.170,02 (Treze mil cento e setenta reais e dois centavos).
FAMA DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ 53.464.411/0001-02 para os lotes 02, 03 e 04, no Valor total: $ 22.812,88 (vinte e dois mil oitocentos e doze reais oitenta e oito centavos).

Valor total: R$ 35.982,90 (trinta e cinco mil novecentos e oitenta e dois reais noventa centavos).

Cordeiros - Bahia, 10 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

Processo Administrativo: Nº 0076/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, acata o resultado da licitação Pregão Eletrônico- SRP nº 015/2026, processada nos autos do Processo Administrativo nº 0076/2026 e decide: **HOMOLOGAR** a licitação conforme objeto, empresa (s) e valor total abaixo descritos:

Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos, sob o sistema de registro de preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS:
EDINALVA MARIA DE OLIVEIRA ME inscrita no CNPJ 08.031.923/0001-12 para os lotes 01 no valor global de R$ 13.170,02 (Treze mil cento e setenta reais e dois centavos).
FAMA DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ 53.464.411/0001-02 para os lotes 02, 03 e 04, no Valor total: $ 22.812,88 (vinte e dois mil oitocentos e doze reais oitenta e oito centavos).

Valor total R$ 35.982,90 (trinta e cinco mil novecentos e oitenta e dois reais noventa centavos).

Cordeiros - Bahia, 10 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0050/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira Da Silva, brasileiro, maior, agente político, Identidade nº 12.xxx.xxx-03, inscrito no CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado ÒRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 015/2026 Processo Administrativo nº 0076/2026**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: EDINALVA MARIA DE OLIVEIRA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.031.923/0001-12, sediada na Praça José Marques das Neves, n.º 136, bairro Centro no município de Botuporã – Bahia CEP 46.570-075, neste ato representada pela Sra Edinalva Maria de Oliveira, Brasileira, Solteira, Comerciante, portadora do CPF 019.xxx.xxx-94, residente na Rua Deputado Henrique Brito, n.º 398, bairro Centro no município de Botuporã – Bahia CEP 46.570-015.

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS.

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
1	1	CANECAS DE VIDROS TRANSPARENTE/INCOLOR. Fabricado em vidro temperado liso, resistente a impactos e a pequenas quedas. Superfície lisa, sem ranhuras. Resistente a microondas, freezer e geladeira. Resistente a maquina de lava-louças. Capacidade até 300ml	UN	DURALEX	1000	R$ 7,65	R$ 7.650,00
1	2	PRATO FUNDO EM VIDRO temperado 19,6cm transparente medidas – altura x largura 3,7 x	UN	DURALEX	720	R$ 6,45	R$ 4.644,00

		19,6cm espessura do vidro – aproximadamente 3mm composição – vidro temperado					
1	3	JARRA material vidro, capacidade 1,5 l, modelo com alça sem tampa, cor transparente incolor	UN	DURALEX	35	R$ 19,30	R$ 675,50
1	4	COPO DE VIDRO liso transparente, incolor, parede sem deformações, base redonda grossa, altura de cerca de 13 cm, diâmetro de 65mm, borda arredondadas com polimento anticortante, capacidade aproximada de 300ml.	UN	DURALEX	36	R$ 5,57	R$ 200,52

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 015/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **CORDEIROS/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior,

caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas

cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – SEGUNDA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{} = d$$

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor.

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas

solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA.**

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cordeiros – Bahia, 10 de agosto de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ: 13.694.468/0001-75
Devani Pereira Da Silva
Órgão Gerenciador

EDINALVA MARIA DE OLIVEIRA ME
CNPJ: 08.031.923/0001-12
Edinalva Maria de Oliveira
Detentora da Ata

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0051/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira Da Silva, brasileiro, maior, agente político, Identidade nº 12.xxx.xxx-03, inscrito no CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado ÒRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 015/2026 Processo Administrativo nº 0076/2026**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: FAMA DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 53.464.411/0001-02, sediada na Avenida José Carlos Brito, n.º 477, bairro Dois de Julho no município de Ituaçu – Bahia CEP 46.640-000, neste ato representada pelo Sr Bruno de Lima Pereira, Brasileiro, Solteiro, Empresário, portador do CPF 019.xxx.xxx-14, residente na Rua Maranhão, n.º 130, bairro Monselhor Antônio da Silviera Fagundes no município de Brumado – Bahia CEP 46.114-032.

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS.

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
2	5	Panela Caçarola Antiaderente 5 Litros Tampa de Vidro nº26: Capacidade: 5 Litros, Diâmetro: 26cm Profundidade: 10 cm Espessura: 1,2mm	UN	IMPERIAL TEFLON	5	R$ 206,00	R$ 1.030,00
2	6	PANELA CAÇAROLA N° 30 em alumínio Fundido industrial, linha hotel com tampa e pegador de tampa no mesmo material, com alças bilaterais em alumínio polido. Diâmetro: 30 cm / Altura: 14 cm, espessura de no mínimo 3mm / Capacidade: 10 Litros. Tolerância +/- 10%	UN	IMPERIAL TEFLON	8	R$ 114,33	R$ 914,64

2	7	PANELA CAÇAROLA N° 36 em alumínio Fundido industrial, linha hotel com tampa e pegador de tampa no mesmo material, com alças bilaterais em alumínio polido. Diâmetro: 36 cm / Altura: 17,5 cm, espessura de no mínimo 3mm / Capacidade: 17 Litros. Tolerância +/- 10%	UN	IMPERIAL TEFLON	8	R$ 137,62	R$ 1.100,96
2	8	PANELA CAÇAROLA N° 40 em alumínio Fundido industrial, linha hotel com tampa e pegador de tampa no mesmo material, com alças bilaterais em alumínio polido. Diâmetro: 40 cm / Altura: 19 cm, espessura de no mínimo 3mm / Capacidade: 23 Litros . Tolerância +/- 10%	UN	IMPERIAL TEFLON	8	R$ 146,33	R$ 1.170,64
2	9	TACHO 21L - Grande 50 Cm Alumínio Fundido Grosso Com Tampa: Diâmetro: 50cm - Capacidade: 21Litros - Material: Alumínio Fundido Batido Grosso e Polido - Altura: 17 cm - Acompanha Tampa: Sim - Material das Tampas: Alumínio industrial leve	UN	IMPERIAL TEFLON	8	R$ 250,86	R$ 2.006,88
2	10	Frigideira Antiaderente Grande Linha Hotel Profissional Restaurante Cozinha Industrial Revestimento Interno nº 32 Alumínio tam 58 x 32 x 6,1 cm; 4L	UN	IMPERIAL TEFLON	8	R$ 125,67	R$ 1.005,36
2	11	PANELA DE PRESSÃO, material alumínio polido, capacidade 7L, sistema segurança válvula segurança, características adicionais tampa com sistema de fechamento externo	UN	DELUX	20	R$ 153,58	R$ 3.071,60
2	12	PANELA DE PRESSÃO, material alumínio polido, capacidade 10 L, sistema segurança válvula segurança, características adicionais tampa com sistema de fechamento externo	UN	DELUX	10	R$ 180,14	R$ 1.801,40
2	13	ASSADEIRA RETANGULAR N°4 em alumínio polido, tipo hotel, com alças resistentes nas laterais, para uso em fornos a gás e elétrico - dimensões 40cm de comprimento, 29cm de largura, 5cm de altura. tolerância +/-10%	UN	COOKIE CUTTER	10	R$ 51,05	R$ 510,50
2	14	ASSADEIRA RETANGULAR N°6 em alumínio polido, tipo hotel com alças resistentes nas laterais, para uso em fornos a gás e elétrico - dimensões 50cm de comprimento, 35 cm de largura, 7cm de altura. Espessura 2,5mm. tolerância +/-10%	UN	COOKIE CUTTER	10	R$ 72,95	R$ 729,50
2	15	ASSADEIRA RETANGULAR N°7 em alumínio polido, tipo hotel com alças resistentes nas laterais, para uso em fornos a gás e elétrico - dimensões 60cm de comprimento, 40cm de largura, 8cm de altura. Espessura 2,5mm. tolerância +/-10%	UN	COOKIE CUTTER	10	R$ 89,31	R$ 893,10
2	16	TIGELA INOX 22cm - Dimensões: 22 x 21,8 x 11,8 com; Aproximadamente 2,5 Litros	UN	IMPERIAL TEFLON	10	R$ 44,19	R$ 441,90
2	17	TIGELA INOX 30CM Dimensões: 31 x 31 x 18cm; com aproximadamente 6 Litros	UN	IMPERIAL TEFLON	10	R$ 43,87	R$ 438,70

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
3	18	BACIA PLÁSTICA 11L – fabricado em polipropileno, Redonda Dimensões: 320mm x10mm x 1,1 (Diâmetro x Altura x espessura) capacidade 8L – tolerância +/-10%	UN	AQUAPLASTIC	10	R$ 14,48	R$ 144,80
3	19	BACIA PLÁSTICA 19,5L fabricado em polipropileno,	UN	AQUAPLASTIC	10	R$ 14,83	R$ 148,30

		Redonda Dimensões: 380mm x150mm x1,2 (Diâmetro x Altura x espessura) capacidade 17L – tolerância +/-10%-					
3	20	BACIA PLÁSTICA 34L, fabricado em polipropileno, Redonda Dimensões: 420mm x 200mm x1,3 (Diâmetro x Altura x espessura) capacidade 27L – tolerância +/-10	UN	AQUAPLASTIC	10	R$ 21,80	R$ 218,00
3	21	BACIA DE PLASTICO 3,6L redonda multiuso com tampa, polipropileno livre de BPA: Medidas - Diâmetro: 21,5cm / Comprimento: 28,5cm / Altura: 13,0cm Capacidade: 3,6 Litros	UN	AQUAPLASTIC	12	R$ 6,85	R$ 82,20
3	22	BACIA DE PLASTICO 6L redonda multiuso com tampa, polipropileno livre de BPA: Medidas - Diâmetro: 25,5cm / Comprimento: 33,0cm / Altura: 15,0cm Capacidade: 6 Litros	UN	AQUAPLASTIC	12	R$ 11,63	R$ 139,56
3	23	BACIA DE PLASTICO 10L redonda multiuso com tampa, polipropileno livre de BPA Medidas - Diâmetro: 31,5cm / Comprimento: 39,5cm / Altura: 19,5cm Capacidade: 10 Litros	UN	AQUAPLASTIC	12	R$ 19,83	R$ 237,96
3	24	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 5 L Com Tampa Multiuso Frigorifica, Açougue, polipropileno atóxico Medidas: Altura: 12 cm X Largura: 15 cm X Comprimento: 32cm	UN	AQUAPLASTIC	10	R$ 34,07	R$ 340,70
3	25	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 10 L Com Tampa Multiuso, Frigorifica, Açougue, polipropileno atóxico, Medidas: Altura: 12,5 cm x Largura: 26 cm x Comprimento: 40 cm	UN	AQUAPLASTIC	10	R$ 53,79	R$ 537,90
3	26	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 18 L Com Tampa Multiuso Frigorifica, Açougue, polipropileno atóxico Medidas: Altura: 24 cm X Largura: 31 cm X Comprimento: 46cm	UN	AQUAPLASTIC	10	R$ 67,47	R$ 674,70
3	27	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR REFORÇADA 40 L Com Tampa Multiuso Frigorifica, Açougue, polipropileno atóxico Medidas: Altura: 28 cm X Largura: 37 cm X Comprimento: 53cm	UN	AQUAPLASTIC	10	R$ 75,83	R$ 758,30

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
4	28	DESCASCADOR DE LEGUMES Descascador de legumes manual, totalmente fabricado em aço inox, reforçado, com comprimento mínimo de 18,2cm, com altura mínima de 1,8cm, com largura mínima de 5,9cm.	UN	HM HOME E MORE	30	R$ 9,08	R$ 272,40
4	29	FACA DE CARNE com Lâmina e cabo Aço Inox monobloco ou Cabo de Polipropileno antibacteriano nº6 Dimensões (Compr. X Larg. X Alt.) aproximadamente 266x 36x 14 mm.	UN	HM HOME E MORE	30	R$ 13,62	R$ 408,60
4	30	FACA DE LEGUMES com Lâmina e cabo Aço Inox monobloco ou Cabo de Polipropileno antibacteriano espessura 3,0mm comprimento 21mm, nº4 – tolerância +/-10%	UN	HM HOME E MORE	30	R$ 9,83	R$ 294,90
4	31	COLHER DE INOX – para refeições tamanhos aproximados Peso: 20g. Comprimento: 17,5 cm Largura: 4 cm Material: Aço Inox	UN	HM HOME E MORE	250	R$ 1,72	R$ 430,00
4	32	COLHER DE ARROZ: 32,5cm x 5,8cm em inox	UN	HM HOME E MORE	30	R$ 9,76	R$ 292,80

4	33	CONCHA: 32,5cm x 8 cm em inox	UN	HM HOME E MORE	30	R$ 7,65	R$ 229,50
4	34	PEGADOR DE MASSA, Ergonômico totalmente Em Aço Inox inoxidável, 20 Cm	UN	HM HOME E MORE	12	R$ 9,61	R$ 115,32
4	35	PEGADOR DE SALADA, totalmente em aço inoxidável - 28,5 cm	UN	HM HOME E MORE	12	R$ 10,28	R$ 123,36
4	36	Coador tipo peneira em aço inox, 24 cm de diâmetro, cabo inox	UN	HM HOME E MORE	30	R$ 11,88	R$ 356,40
4	37	Ralador 6 Faces em Aço Inox, Altura: 22cm; - Comprimento: 12cm; - Largura: 10cm; - Material: Aço Inox reforçado	UN	HM HOME E MORE	30	R$ 35,40	R$ 1.062,00
4	38	Colher de sobremesa, material todo em aço inoxidável. Comprimento 16,5cm	UN	HM HOME E MORE	500	R$ 1,66	R$ 830,00

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 015/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **CORDEIROS/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o

objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o

valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – SEGUNDA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no

procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em

terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor.

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência,

do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA.**

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cordeiros – Bahia, 10 de agosto de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ: 13.694.468/0001-75
Devani Pereira Da Silva
Órgão Gerenciador

FAMA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 53.464.411/0001-02
Bruno de Lima Pereira
Detentora da Ata

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

Processo Administrativo: Nº 0077/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, considerando o resultado da sessão pública, constante na Ata Licitatória do certame, consoante a este processo licitatório e seu (s) objeto(s), resolve **ADJUDICAR** em favor da(s) empresa(s) e valor total abaixo descritos:

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento Aquisição de Eletroeletrônicos para atender a necessidade do Fundo Municipal de Educação, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS: FAMA DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 53.464.411/0001-02 para os Lotes 02, 05, 08 e com o valor global de R$ 16.822,34. A empresa FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA CNPJ: 20.481.118/0001-96 para o Lote 01, 04 com o valor global de R$ 27.406,41(Vinte Sete mil quatrocentos e seis reais e quarenta e um centavos) e a empresa REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA CNPJ: 52.386.933/0001-62 para o lote 03, 06, 07 com o valor global de R$ 27.550,22 (Vinte sete mil quinhentos e cinquenta reais e vinte dois centavos)

Valor total: R$ 71.778,97 (Setenta e um mil setecentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos).

Cordeiros - Bahia, 10 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

Processo Administrativo: Nº 0077/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, acata o resultado da licitação Pregão Eletrônico- SRP nº 016/2026, processada nos autos do Processo Administrativo nº 0077/2026 e decide: **HOMOLOGAR** a licitação conforme objeto, empresa (s) e valor total abaixo descritos:

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento Aquisição de Eletroeletrônicos para atender a necessidade do Fundo Municipal de Educação, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme o Termo de Referência, o edital e seus anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS: FAMA DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 53.464.411/0001-02 para os Lotes 02, 05, 08 e com o valor global de R$ 16.822,34. A empresa FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA CNPJ: 20.481.118/0001-96 para o Lote 01, 04 com o valor global de R$ 27.406,41(Vinte Sete mil quatrocentos e seis reais e quarenta e um centavos) e a empresa REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA CNPJ: 52.386.933/0001-62 para o lote 03, 06, 07 com o valor global de R$ 27.550,22 (Vinte sete mil quinhentos e cinquenta reais e vinte dois centavos)

Valor total: R$ 71.778,97 (Setenta e um mil setecentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos).

Cordeiros - Bahia, 10 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0052/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira Da Silva, brasileiro, maior, agente político, Identidade nº 12.xxx.xxx-03, inscrito no CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado ÒRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 016/2026 Processo Administrativo nº 0077/2026**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: FAMA DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 53.464.411/0001-02, sediada na Avenida José Carlos Brito, n.º 477, bairro Dois de Julho no município de Ituaçu – Bahia CEP 46.640-000, neste ato representada pelo Sr Bruno de Lima Pereira, Brasileiro, Solteiro, Empresário, portador do CPF 019.xxx.xxx-14, residente na Rua Maranhão, n.º 130, bairro Monselhor Antônio da Silviera Fagundes no município de Brumado – Bahia CEP 46.114-032,

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS.

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
2	REFRIGERADOR 334 LITROS, tipo de degelo cycle defrost, tipo de porta duplex, numero de prateleiras da geladeira 03, controle de temperatura do refrigerador, luz interior, eficiencia energetica A	UN	CONSUL CICLE DEFROST	5	R$ 2.533,33	R$ 12.666,65
5	Multiprocessador 1000W Preto 220V Itens Inclusos: 1 unidade motora, 1 jarra de processador, 1 tampa, 1 faca processadora, 1 jarra de liquidificador, 1 lâmina de ralar, 1 lâmina	UN	MONDIAL	8	R$ 323,67	R$ 2.589,36

	de fatiar, 1 moedor de grãos, 1 espremedor, 1 batedor de massas, 1 manual e 1 certificado de garantia					
8	Máquina de Costura 23 Pontos, 1100 Pontos/Minuto, Ajuste de Comprimento e Largura de Ponto, Casa de Botão Automática, Cortador de Linha, Braço Livre, Base de Aço Inox, com controlador de velocidade, Manual de Instruções com Certificado de Garantia Capa protetora Acessórios da Máquina Ideal para Tecidos Pesados e Projetos Criativos	UN	SINGER M3205	1	R$ 1.566,33	R$ 1.566,33

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 016/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **CORDEIROS/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior,

caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas

cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – SEGUNDA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{} = d$$

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor.

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de

modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA.**

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cordeiros – Bahia, 10 de agosto de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ: 13.694.468/0001-75
Devani Pereira Da Silva
Órgão Gerenciador

FAMA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 53.464.411/0001-02
Bruno de Lima Pereira
Detentora da Ata

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0053/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira Da Silva, brasileiro, maior, agente político, Identidade nº 12.xxx.xxx-03, inscrito no CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado ÒRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 016/2026 Processo Administrativo nº 0077/2026**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.481.118/0001-96, sediada na Rua Juliete Waldrich, n.º 663, bairro Encano no município de Indaial – SC CEP 89.086-580, neste ato representada pelo Sr Felipe Altamiro Espindola, Brasileiro, Solteiro, Empresário, portador do CPF 073.xxx.xxx-35, residente na Rua Canto do Sol, n.º 1132, bairro Itacolomi no município de Balneario Picarras – SC CEP 88.380-000.

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS.

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
1	BEBEDOURO INDUSTRIAL 4 TORNEIRAS 200 LITROS - características mínimas: 220v -corpo deve ser em inox; - deve possuir 4 torneiras frontais que possam ser trocadas ou reparadas quando necessário; saída da agua natural e gelada -deve possuir aparador frontal abaixo das torneiras com dreno; -capacidade mínima do tanque deve ser de 200 litros; -deve possuir certificação vigente no inmetro; -a altura das torneiras deve poder atender tanto adultos quanto crianças.	UN	ECOBLU - E200	3	R$ 2.527,03	R$ 7.581,09

4	Freezer horizontal -. Freezer horizontal, capacidade mínima de 400 litros, na cor branca, voltagem 220V, com 02 portas, com gradil interno de separação. Pés com rodízio, portas com sistema de chaveamento. O aparelho deve possuir dreno frontal externo, na cor branca, com eficiência energética A, Temperaturas: Congelamento de alimentos aproximado de -18 °C a -22 °C/ Refrigeração de alimentos aproximado de: +1 °Ca +5 °C. Garantia do fabricante ou fornecedor de no mínimo 12 meses	UN	MIDEA - MDRC698	6	R$ 3.304,22	R$ 19.825,32

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 016/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **CORDEIROS/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior,

caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas

cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – SEGUNDA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{} = d$$

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor.

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de

modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA.**

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cordeiros – Bahia, 10 de agosto de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ: 13.694.468/0001-75
Devani Pereira Da Silva
Órgão Gerenciador

FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA
CNPJ: 20.481.118/0001-96
Felipe Altamiro Espindola
Detentora da Ata

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0054/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira Da Silva, brasileiro, maior, agente político, Identidade nº 12.xxx.xxx-03, inscrito no CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado ÒRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 016/2026 Processo Administrativo nº 0077/2026**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. **DETENTOR DA ATA: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 52.386.933/0001-62, sediada na Rua José Augusto Maba, n.º 295, bairro Fortaleza no município de Blumenau - SC CEP 89.056-080, neste ato representada pelo Sr Silvio Kohler, Brasileiro, Casado, Empresario, portado do CPF nº 418.xxx.xxx-15, residente na Rua Jose Augusto Maba, n.º 295, bairro Fortaleza no município de Blumenau - SC CEP 89056080, Brasil, representado neste ato por sua Procuradora Caroline Lustoza Boos, Brasileira Solteira, Contabilista, portadora do CPF 009.xxx.xxx-28, residente na Rua Doutor Amadeu da Luz n.º 122, Sala 75/76, bairro Centro no município de Blumenau - SC CEP 89010160.

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS.

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDEIROS

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total

3	FOGÃO INDUSTRIAL 04 bocas com forno 87L Queimadores: 02 simples e 02 duplos. Grelha: Ferro fundido 30×30 com 06 dedos (REFORÇADA). Perfil (u): 50mm Alimentação: Gás Alta pressão. Registros de gás: Manípulos expostos de fácil manuseio Pés: Fixos Material do corpo do fogão: Aço carbono em pintura epóxi na cor preta Material da mesa: Aço carbono pintada em preto fosco Material dos espalhadores e bases dos queimadores: Ferro fundido Material da Grelha (Trempe): Ferro fundido pintada na cor preta Dimensões fogão: Altura: 80 cm – Largura: 73 cm – Comprimento: 83 cm Características do Forno Capacidade: 87 Litros Porta: Possui travamento mecânico e puxador ergonômico Prateleira Interna: Uma prateleira removível e regulável Dimensões Internas do Forno: Altura: 31 cm – Largura: 48 cm –Profundidade: 59 cm	UN	MISTER - 410300 2QS/2QD + 010323	5	R$ 1.313,47	R$ 6.567,35
6	Liquidificador Industrial Baixa Rotação Inox Copo Capacidade (L): 4, (RPM): 3500 Potência do Motor (CV): ½	UN	JL COLOMBO - 1411	5	R$ 638,99	R$ 3.194,95
7	Batedeiras Planetárias Comercial, com capacidade volumétrica mínima de 5 L (Modelo sugerido pelo FNDE - Capacidade e Características Gerais: Capacidade volumétrica mínima de 5 litros. Dimensões: - Largura: 300 mm, com tolerância de ± 10%; - Profundidade: 460 mm, com tolerância de ± 10%; - Altura da Coluna: 390 mm, com tolerância de ± 10%. Selo INMETRO. Estrutura ou suporte para o motor em aço, com acabamento em pintura epóxi. Cuba em aço inox. Sistema de engrenagens helicoidais. Com, no mínimo, três níveis de velocidade. Sistema de troca de velocidade progressiva. Acessórios mínimos inclusos: a) Batedor espiral ou gancho (indicado para massas consistentes, devendo ser utilizado preferencialmente em velocidade baixa); b) Batedor tipo raquete (para massas médias); c) Batedor do tipo globo (para massas leves). Dispositivo de segurança no acesso à cuba, com grade e desligamento automático. Motor: ¼ CV, no mínimo.) 220V	UN	MANÁ - BPM-6 PLUS	8	R$ 2.223,49	R$ 17.787,92

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 016/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **CORDEIROS/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da

seguinte maneira:

I – PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – SEGUNDA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÕES (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor.

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao

remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos

não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **CORDEIROS/BA.**

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cordeiros – Bahia, 10 de agosto de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ: 13.694.468/0001-75
Devani Pereira Da Silva
Órgão Gerenciador

REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ: 52.386.933/0001-62
Silvio Kohler
Procuradora Caroline Lustoza Boos
Detentora da Ata

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

Processo Administrativo: Nº 0083/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, considerando o resultado da sessão pública, constante na Ata Licitatória do certame, consoante a este processo licitatório e seu objeto, resolve **ADJUDICAR** em favor das empresas e valor total abaixo descritos:

Objeto
Contratação de Empresa para execução de Pavimentação em Blocos Sextavados de Ruas no município de Cordeiros, Conforme Termos e Condições contidas em Edital e seus Anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS
DISEMBE CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ 11.366.233/0001-29 com o valor global de R$ 477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais)

Valor total: R$ 477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais)

Cordeiros - Bahia, 28 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

Processo Administrativo: Nº 0083/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, acata o resultado da licitação Concorrência Eletrônica nº 004/2026, processada nos autos do Processo Administrativo nº 0083/2026 e decide: **HOMOLOGAR** a licitação conforme objeto, empresa (s) e valor total abaixo descritos:

Objeto: Contratação de Empresa para execução de Pavimentação em Blocos Sextavados de Ruas no município de Cordeiros, Conforme Termos e Condições contidas em Edital e seus Anexos.

EMPRESAS VENCEDORAS

DISEMBE CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ 11.366.233/0001-29 com o valor global de R$ 477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais)

Valor total: R$ 477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais)

Cordeiros - Bahia, 28 de agosto de 2026.

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CORDEIROS
Adm. 2025 - 2028 UM GOVERNO NOVO PARA NOVOS TEMPOS!

EXTRATO DE CONTRATO Nº 266/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ: 13.694.468/0001-75
CONTRATADA: DISEMBE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 11.366.233/0001-29
OBJETO: Contratação de Empresa para execução de Pavimentação em Blocos Sextavados de Ruas no município de Cordeiros, Conforme Termos e Condições contidas em Edital e seus Anexos.
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 31/08/2026 a 31/12/2026
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais)
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: Concorrência Eletrônica 004/2026, com fundamento da lei nº 14.133/21
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: 0159 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
Ação: 1.089 - CONSTR., PAVIMENT. MANUT. ESTRADAS VICINAIS, RODAGENS, PONTES E ACESSOS RURAIS Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalacoes Fonte de Recurso: 17000000 - Outras Transferencias de Convenios ou Instrumentos Congeneres da Uniao.

Termo Aditivo

1º TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO

CONTRATO Nº 359/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ n2 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, n2 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira Da Silva, brasileiro, maior, agente político, Identidade n2 12.xxx.xxx-03, inscrito no CPF sob o n2 040.xxx.xxx-30, residente a Praça Coronel José Moreira Cordeiro, n2 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia, doravante denominado CONTRATADO, e, de outro lado, a empresa ALEXANDRE XAVIER VIEIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (ME) n2 17.445.584/0001-01, estabelecida Rua Naomar Alcantara, n.2 67-B, bairro Centro no município de Guajeru - Bahia CEP 46.205-000, representada pelo Senhor Alexandre Xavier Vieira, brasileira, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n2 09.xxx.xxx-00 SSP/BA e CPF n2 024.xxx.xxx-31, doravante denominado CONTRATADA, firmam neste ato, o presente aditivo ao contrato, na forma e condições que se seguem.

I – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO QUANTITATIVO

O Presente Termo Aditivo adiciona ao CONTRATO Nº 359/2025, Dispensa de licitação, Prestação de Serviços para provimento de acesso à Internet 305 Ponto de Atendimento remotos da Prefeitura, Secretarias e órgãos ligados as Secretarias do município de Cordeiros na Zona Rural e Sede com fornecimento de internet via fibra óptica, será adicionado o valor de R$ 16,67% será adicionado ao valor do Contrato 359/2025, conforme Cláusula Sétima do referido contrato, com base no Art. 125, da Lei 14.133/21.

II – CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original que não colidirem com as constantes do presente Termo Aditivo.

III – CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente aditivo passa a vigorar entre as partes a partir da data de 19 de agosto de 2026.

IV – CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do aditivo, as partes elegem o foro da comarca de Condeúba.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Cordeiros - Bahia, 19 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ n° 13.694.468/0001-75
Devani Pereira Silva
CONTRATANTE

ALEXANDRE XAVIER VIEIRA
CNPJ: 17.445.584/0001-01
Alexandre Xavier Vieira
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ CPF:

_____ CPF:

Termo Aditivo

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 323/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA CONTRATO Nº 323/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, E A EMPRESA LÍDER GRÁFICA COMUNICAÇÃO & PESQUISA LTDA., PARA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL.

O MUNICÍPIO DE CORDEIROS, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Centro, Cordeiros – Bahia, CEP 46.280-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira da Silva, brasileiro, maior, agente político, CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, a empresa LIDER GRAFICA COMUNICACAO & PESQUISA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.841.540/0001-51, com sede à Rua Valdomiro Alves Luz, n.º 45, bairro Campo de Aviação no município de Brumado – Bahia CEP 46.117-040, representada pelo proprietário, o Senhor Leonardo Oliva Lima Santos, brasileira, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 07.xxx.xxx-03 SSP/BA e CPF nº 947.xxx.xxx-68, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 323/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como na Cláusula Segunda da Carta Contrato nº 323/2025, que admite a alteração dos prazos contratuais nos termos da legislação aplicável.

1.2. A atualização do valor encontra fundamento nos artigos 25, § 7º, 92, inciso V e § 3º, e 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, observada a periodicidade mínima anual estabelecida pelos artigos 2º e 3º, § 1º, da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

1.3. A prorrogação está fundamentada na natureza contínua dos serviços, na necessidade de manutenção da publicidade dos atos oficiais municipais, na manifestação favorável da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, na concordância da CONTRATADA, na disponibilidade orçamentária e na demonstração de que o preço atualizado permanece compatível e vantajoso para a Administração.

1.4. Integram a fundamentação do presente instrumento, independentemente de transcrição, o ofício da unidade demandante, a manifestação de interesse da CONTRATADA, a pesquisa de preços, o parecer técnico da Agente de Contratação, a declaração de disponibilidade orçamentária, o parecer jurídico e a autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:

I – a prorrogação da vigência da Carta Contrato nº 323/2025 pelo período adicional de 12 (doze) meses; e

II – a atualização do valor contratual mediante aplicação do percentual de 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento), conforme solicitação da CONTRATADA e negociação aprovada no processo administrativo.

2.2. Permanece inalterado o objeto da contratação, consistente na prestação de serviços de veiculação dos atos oficiais do Poder Executivo e das demais informações de interesse da comunidade, incluindo leis, decretos, balancetes, balanços, extratos, resumos de editais de licitações e outros documentos sujeitos à publicidade em jornal de grande circulação regional, com suplemento diário e manutenção de portal eletrônico para divulgação do conteúdo da Prefeitura Municipal de Cordeiros.

2.3. A prorrogação não implicará modificação quantitativa ou qualitativa do objeto, permanecendo a CONTRATADA obrigada a executar integralmente os serviços nas condições previstas na Carta Contrato nº 323/2025, no Termo de Referência, na proposta apresentada e nos demais documentos integrantes da Dispensa de Licitação nº 094/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

3.1. Fica prorrogada a vigência da Carta Contrato nº 323/2025 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 2 de setembro de 2026 a 2 de setembro de 2027.

3.2. A prorrogação decorre da natureza contínua dos serviços, da necessidade de assegurar a publicação tempestiva dos atos oficiais e da importância da manutenção da transparência e da eficácia dos atos administrativos municipais.

3.3. A continuidade contratual fica condicionada à manutenção da vantajosidade econômica, à existência de créditos orçamentários e à permanência da necessidade administrativa durante o período prorrogado.
3.4. A CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, sem ônus, caso deixe de dispor de créditos orçamentários para sua continuidade ou conclua que a contratação não mais apresenta vantagem, observadas as condições e os prazos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE E DO VALOR
4.1. Sobre o valor mensal vigente de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) será aplicado o percentual de 4,44%, expressamente solicitado e aceito pela CONTRATADA no procedimento de prorrogação.
4.2. Em decorrência da atualização, o valor mensal passará a ser de R$ 1.253,28 (mil duzentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos).
4.3. Para o período de 12 (doze) meses, o valor global estimado do presente Termo Aditivo será de R$ 15.039,36 (quinze mil trinta e nove reais e trinta e seis centavos).
4.4. O valor atualizado produzirá efeitos financeiros a partir de 2 de setembro de 2026, após o cumprimento do interregno mínimo anual aplicável, não gerando efeitos retroativos anteriores ao início da vigência prorrogada.
4.5. O percentual de 4,44% foi aceito como condição econômica negociada para a prorrogação, sendo inferior ao IPCA acumulado em 12 meses disponível na data do requerimento e, consequentemente, mais favorável à Administração Municipal.
4.6. A pesquisa de preços juntada ao processo demonstrou que o valor mensal de R$ 1.253,28 permanece dentro da faixa de mercado, compreendida entre R$ 1.200,00 e R$ 1.500,00 mensais, ficando aproximadamente 10,48% abaixo da média das referências analisadas.
4.7. A atualização não caracteriza alteração do objeto ou do regime de execução, constituindo apenas adequação econômica do preço, nos termos da legislação aplicável.
4.8. Nos valores estabelecidos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, inclusive tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, despesas administrativas, deslocamentos e demais obrigações incidentes sobre a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal, conforme declaração de disponibilidade emitida pelo Setor de Contabilidade, observada a seguinte classificação:
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;
Projeto/Atividade: 2.146 – Manutenção do Departamento de Licitação;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte de Recursos: 1.500 – Recursos não vinculados de impostos.
5.2. As despesas relativas ao exercício financeiro de 2027 correrão por conta das dotações próprias consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual, ficando sua execução condicionada à existência de crédito orçamentário suficiente e à emissão dos correspondentes empenhos.
5.3. Os pagamentos serão realizados conforme os serviços efetivamente executados e regularmente atestados pelo fiscal ou gestor do contrato, observadas as etapas da despesa pública e as demais normas de execução orçamentária e financeira.

CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
6.1. A CONTRATADA declara que mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme certidões e documentos atualizados juntados aos autos.
6.2. A CONTRATADA deverá conservar, durante toda a vigência prorrogada, sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
6.3. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento, a apresentação ou atualização dos documentos necessários à comprovação da regularidade da CONTRATADA.
6.4. O pagamento das parcelas ficará condicionado ao atesto da execução dos serviços e à verificação da manutenção das condições de regularidade exigidas pela Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO
7.1. A execução dos serviços permanecerá sujeita ao acompanhamento e à fiscalização dos servidores formalmente designados pela CONTRATANTE, aos quais competirá registrar as ocorrências, conferir as publicações, atestar os serviços executados e solicitar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

7.2. A CONTRATADA deverá assegurar a publicação dos atos oficiais dentro dos prazos estabelecidos, preservar a integridade dos conteúdos encaminhados, disponibilizar as publicações no portal eletrônico e fornecer os respectivos comprovantes à Administração.
7.3. A prorrogação não afasta nem reduz as obrigações e responsabilidades da CONTRATADA estabelecidas na Carta Contrato nº 323/2025, no Termo de Referência, na proposta comercial e na legislação aplicável.
7.4. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por falhas, atrasos, incorreções ou danos decorrentes da execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO
8.1. Permanecem integralmente ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições da Carta Contrato nº 323/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.
8.2. O presente Termo Aditivo passa a integrar a Carta Contrato nº 323/2025 para todos os fins jurídicos e administrativos.
8.3. Permanecem vinculados à contratação o Aviso de Dispensa de Licitação nº 094/2025, o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA e os demais documentos constantes do processo originário.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO
9.1. A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo legal, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.
9.2. O extrato deste instrumento também deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado no portal da transparência, em observância aos princípios da publicidade e da transparência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1. Fica mantido o foro da Comarca de Condeuba, Estado da Bahia, estabelecido na Carta Contrato nº 323/2025, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste instrumento que não possam ser solucionadas administrativamente.
E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Cordeiros – Bahia, 31 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ nº 13.694.468/0001-75
Devani Pereira da Silva
Contratante

LÍDER GRÁFICA COMUNICAÇÃO & PESQUISA LTDA.
CNPJ nº 10.841.540/0001-51
Leonardo Oliva Lima Santos
Contratada

Testemunha:

_____
Nome:
CPF nº:

Testemunha:

_____
Nome:
CPF nº:

Termo Aditivo

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 298/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 298/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, E A EMPRESA QUALITY CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, PARA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE CORDEIROS, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Centro, Cordeiros – Bahia, CEP 46.280-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira da Silva, brasileiro, maior, agente político, CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, a empresa QUALITY CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 39.145.774/0001-46, neste ato representada pelo Sr. Murilo Moreira Alves, brasileiro, residente e domiciliado à Rua 05 de abril, n.º 307, centro, Anagé-BA portador do CPF n2 938.xxx.xxx-, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 298/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
1.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como na Cláusula Quarta do Contrato nº 298/2025, que admite a alteração dos prazos contratuais nos termos da legislação aplicável.
1.3. A prorrogação está fundamentada na natureza contínua dos serviços de prestação de serviços de mão de obra, na manifestação favorável da Secretaria Municipal de Administração, na concordância da CONTRATADA, na disponibilidade orçamentária e na demonstração de que o preço atualizado permanece compatível e vantajoso para a Administração.
1.4. Integram a fundamentação do presente instrumento, independentemente de transcrição, o ofício da unidade demandante, a manifestação de interesse da CONTRATADA, o parecer técnico da Agente de Contratação, a declaração de disponibilidade orçamentária, o parecer jurídico e a autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:
I – a prorrogação da vigência do Contrato nº 298/2025 pelo período adicional de 03 (três) meses; e
2.2. Permanece inalterado o objeto da contratação, consistente na contratação de prestação de serviços de mão de obra para atender a necessidade das secretarias do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
3.1. Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 298/2025 por mais 03 (três) meses, compreendendo o período de 15 de agosto de 2026 a 15 de novembro de 2026.
3.2. A prorrogação decorre da natureza contínua dos serviços, da necessidade de assegurar a publicação tempestiva dos atos oficiais e da importância da manutenção da transparência e da eficácia dos atos administrativos municipais.
3.3. A continuidade contratual fica condicionada à conclusão do Processo Administrativo n.º 0128/2026 o qual instrui um novo processo licitatório.
3.4. A CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, sem ônus, caso deixe de dispor de créditos orçamentários para sua continuidade ou conclua que a contratação não mais apresenta vantagem, observadas as condições e os prazos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal, conforme declaração de disponibilidade emitida pelo Setor de Contabilidade, observada a seguinte classificação:
ÓRGÃO 0312 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; 2.011 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2.122 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA; 1.007 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO; 1.089 - CONSTR., PAVIMENT. MANUT. ESTRADAS VICINAIS, RODAGENS, PONTES E ACESSOS

RURAIS; 1.032 - CONST. E MANUT. DE PRAÇAS ESPORTIVA, QUADRAS POLIESPORTIVAS, CAMPOS, GINÁRIO E ESTÁDIO; 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.
ÓRGÃO 0309 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE 01 - SECRETARIA DE SAÚDE; 2.046 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE; 2.127 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO BLOCO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA; 2.126 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO BLOCO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA; 2.129 - GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS; 2.131 - GESTÃO DAS AÇÕES AO ENFRENTAMENTO DA COVID19; 2.053 - GESTÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE; 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 150010020000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - (SAÚDE); 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL.
ÓRGÃO 0304 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE UNIDADE 01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2.119 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA; 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.
ÓRGÃO 0310 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2.045 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2.134 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO BLOCO PROT. SOCIAL BÁSICA PBV (SCFV); 2.012 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD SUAS; 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
166000000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS; 166100000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
ÓRGÃO 0306 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE 01
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; 2.022 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO; 2.003 - DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; 1.018 - VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO; 1.083 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUT. DAS UNIDADES ESCOLARES E CRECHES ; 2.060 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES MUNICIPAIS; 2.145 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER; 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 150010010000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - (EDUCAÇÃO); 154010700000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (70%); 154000000000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - (30%); 154210700000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - (70%); 154200000000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT - (30%).
4.2. As despesas relativas ao exercício financeiro de 2027 correrão por conta das dotações próprias consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual, ficando sua execução condicionada à existência de crédito orçamentário suficiente e à emissão dos correspondentes empenhos.
4.3. Os pagamentos serão realizados conforme os serviços efetivamente executados e regularmente atestados pelo fiscal ou gestor do contrato, observadas as etapas da despesa pública e as demais normas de execução orçamentária e financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
5.1. A CONTRATADA declara que mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme certidões e documentos atualizados juntados aos autos.
5.2. A CONTRATADA deverá conservar, durante toda a vigência prorrogada, sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
5.3. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento, a apresentação ou atualização dos documentos necessários à comprovação da regularidade da CONTRATADA.
5.4. O pagamento das parcelas ficará condicionado ao atesto da execução dos serviços e à verificação da manutenção das condições de regularidade exigidas pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO
6.1. A execução dos serviços permanecerá sujeita ao acompanhamento e à fiscalização dos servidores formalmente designados pela CONTRATANTE, aos quais competirá registrar as ocorrências, conferir as publicações, atestar os serviços executados e solicitar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.
6.2. A CONTRATADA deverá assegurar a publicação dos atos oficiais dentro dos prazos estabelecidos, preservar a integridade dos conteúdos encaminhados, disponibilizar as publicações no portal eletrônico e fornecer os respectivos comprovantes à Administração.

6.3. A prorrogação não afasta nem reduz as obrigações e responsabilidades da CONTRATADA estabelecidas no Contrato nº 298/2025, no Termo de Referência, na proposta comercial e na legislação aplicável.
6.4. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por falhas, atrasos, incorreções ou danos decorrentes da execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO
7.1. Permanecem integralmente ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 298/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.
7.2. O presente Termo Aditivo passa a integrar o Contrato nº 298/2025 para todos os fins jurídicos e administrativos.
7.3. Permanecem vinculados à contratação o Aviso de Adesão à Ata de Registro de Preço Pregão Eletrônico n.º 009/2025, Ata de Registro de Preço, Processo Administrativo nº. 134/2025, a proposta da CONTRATADA e os demais documentos constantes do processo originário.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO
8.1. A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo legal, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.
8.2. O extrato deste instrumento também deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado no portal da transparência, em observância aos princípios da publicidade e da transparência.

CLÁUSULA NONA – DO FORO
9.1. Fica mantido o foro da Comarca de Condeúba, Estado da Bahia, estabelecido no Contrato nº 298/2025, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste instrumento que não possam ser solucionadas administrativamente.
E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Cordeiros – Bahia, 14 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ nº 13.694.468/0001-75
Devani Pereira da Silva
Contratante

QUALITY CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ Nº 39.145.774/0001-46
Murilo Moreira Alves
Contratada

Testemunha:

_____
Nome:
CPF nº:

Testemunha:

_____
Nome:
CPF nº:

Termo Aditivo

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORDEIROS, ESTADO DA BAHIA, E A EMPRESA CLÁUDIO JOSÉ SANTANA – EPP, PARA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL.

O MUNICÍPIO DE CORDEIROS, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.694.468/0001-75, com sede na Praça Coronel José Moreira Cordeiro, nº 104, Centro, Cordeiros – Bahia, CEP 46.280-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Devani Pereira da Silva, brasileiro, maior, agente político, CPF sob o nº 040.xxx.xxx-30, residente na cidade de Cordeiros, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, a empresa CLÁUDIO JOSÉ SANTANA – EPP, nome empresarial Cláudio José Santana, inscrita no CNPJ sob o nº 08.605.913/0001-43, com sede na Praça da Fé, nº 116-A, Centro, Bom Jesus da Lapa – Bahia, CEP 47.600-000, neste ato representada pelo Sr. Cláudio José Santana, inscrito no CPF sob o nº 975.xxx.xxx-87, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se no artigo 57, inciso II e § 2º, no artigo 55, inciso III, e no artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como na Cláusula Vigésima do Contrato Administrativo nº 265/2023, que admite a prorrogação da vigência contratual na forma prevista na referida legislação.

1.2. Aplica-se ao presente instrumento o regime jurídico da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando que o Contrato nº 265/2023 decorreu de procedimento expressamente realizado sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993, permanecendo subordinado a essas normas durante toda a sua vigência, nos termos da regra de transição estabelecida pelo artigo 191, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. A prorrogação encontra-se devidamente justificada pela natureza continuada dos serviços, pela necessidade de manutenção dos sistemas informatizados utilizados na gestão municipal e pela demonstração de que o preço reajustado permanece compatível e vantajoso em comparação com os valores praticados no mercado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:

I – a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 265/2023 pelo período adicional de 12 (doze) meses; e

II – o reajuste do valor mensal do contrato mediante aplicação do IPCA acumulado em 12 meses até junho de 2026, no percentual de 4,64% (quatro inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento).

2.2. Permanece inalterado o objeto do contrato, consistente na contratação de empresa na área de informática para locação de software de gestão pública, sem limitação de usuários, incluindo instalação, conversão de dados, testes, customização, suporte técnico e serviços de manutenção mensal, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal.

2.3. A prorrogação não importará em alteração quantitativa ou qualitativa do objeto, permanecendo a CONTRATADA obrigada a executar integralmente todos os serviços, módulos e funcionalidades previstos no contrato original, no edital, no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados ao Pregão Eletrônico nº 017/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

3.1. Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 265/2023 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 4 de setembro de 2026 a 4 de setembro de 2027.

3.2. A prorrogação é realizada em razão da natureza continuada e essencial dos serviços, da necessidade de assegurar o funcionamento regular dos sistemas informatizados da Administração Municipal, da manifestação favorável da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e da concordância expressa da CONTRATADA.

3.3. Com a presente prorrogação, a duração total acumulada do contrato corresponderá a 48 (quarenta e oito) meses, permanecendo dentro do limite ordinário de 60 (sessenta) meses estabelecido pelo artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE E DO VALOR
4.1. Sobre o valor mensal vigente de R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais) será aplicado o percentual de 4,64%, correspondente à variação acumulada do IPCA nos 12 meses encerrados em junho de 2026, observados o interregno anual e a data-base aplicável à contratação.
4.2. Em decorrência do reajuste, o valor mensal do contrato passará a ser de R$ 6.173,76 (seis mil cento e setenta e três reais e setenta e seis centavos).
4.3. Para o período de 12 (doze) meses previsto neste Termo Aditivo, o valor global estimado será de R$ 74.085,12 (setenta e quatro mil oitenta e cinco reais e doze centavos).
4.4. O novo valor será aplicado a partir de 4 de setembro de 2026, data inicial do período prorrogado, sem efeitos financeiros anteriores, salvo se houver expressa determinação administrativa ou jurídica devidamente fundamentada nos autos.
4.5. O reajuste previsto nesta cláusula decorre da aplicação do índice estabelecido para a atualização periódica do preço e não caracteriza alteração quantitativa ou qualitativa do objeto, nos termos do artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
4.6. O valor reajustado foi submetido à pesquisa de preços, mediante comparação com contratações públicas recentes de objeto semelhante e realizadas por municípios de porte compatível, ficando demonstrado que o preço permanece compatível com o mercado e vantajoso para a Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, conforme declaração de disponibilidade emitida pelo Setor de Contabilidade, observada a seguinte classificação:
0160 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO
2.114 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO
3.3.90.39.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
15000000 - Recursos nao Vinculados de Impostos
5.2. As despesas relativas ao exercício financeiro de 2027 correrão por conta das dotações próprias consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual, ficando condicionadas à existência de crédito orçamentário suficiente e à emissão dos correspondentes empenhos.
5.3. A despesa será empenhada e liquidada de acordo com os serviços efetivamente executados e regularmente atestados pelo fiscal ou gestor do contrato, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964.

CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
6.1. A CONTRATADA declara que mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, comprometendo-se a conservar sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira durante toda a vigência contratual.
6.2. O pagamento das parcelas ficará condicionado à comprovação da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA e ao atesto da execução dos serviços pelo setor competente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO
7.1. A execução dos serviços permanecerá sujeita ao acompanhamento e à fiscalização do servidor formalmente designado pela Administração, ao qual competirá registrar as ocorrências, atestar os serviços executados e adotar ou solicitar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.
7.2. A prorrogação não afasta nem reduz as obrigações e responsabilidades da CONTRATADA previstas no contrato original, no edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada e na legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO
8.1. Permanecem integralmente ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 265/2023 e dos termos aditivos anteriormente celebrados que não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento.
8.2. O presente Termo Aditivo passa a integrar o Contrato Administrativo nº 265/2023 para todos os fins de direito.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO
9.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida deste Termo Aditivo na imprensa oficial, como condição indispensável para sua eficácia, na forma do artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1. Fica mantido o foro da Comarca de Condeúba, Estado da Bahia, estabelecido no contrato original, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo Aditivo que não possam ser resolvidas administrativamente.
E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Cordeiros – Bahia, 31 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
CNPJ nº 13.694.468/0001-75
Devani Pereira da Silva
Contratante

CLÁUDIO JOSÉ SANTANA – EPP
CNPJ nº 08.605.913/0001-43
Cláudio José Santana
Contratada

Testemunha:

_____
Nome:
CPF nº:

Testemunha:

_____
Nome:
CPF nº:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
PRA MANOEL ALVES CORDEIRO -
CNPJ: 13.694.468/0001-75 - CEP: . - - CORDEIROS - BA

DECRETO FINANCEIRO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

DECRETO FINANCEIRO Nº 23 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R$ 1.948.000,00 (Um milhão e novecentos e quarenta e oito mil reais), para fins que se especifica e da outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CORDEIROS**, no uso de suas atribuições legais, constituicionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 774/2025 de 18 de dezembro de 2025, edita o seguinte Decreto:

Art 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R$1.948.000,00 (Um milhão e novecentos e quarenta e oito mil reais) a saber:

Dotações Suplementares

0151 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.045 - MANUTENCAO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

3.3.90.14.00 / 15000000 - Diarias Civil		5.000,00
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		5.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		20.000,00
	Total por Ação:	**30.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**30.000,00**

0154 - SECRETARIA DE SAUDE

2.046 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE

3.1.90.11.00 / 15001002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		100.000,00
3.3.90.30.00 / 15001002 - Material de Consumo		10.000,00
3.3.90.39.00 / 15001002 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		50.000,00
	Total por Ação:	**160.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**160.000,00**

0156 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

1.011 - APLICACAO DA OFERTA DO ENSINO INTEGRAL

3.3.90.30.00 / 15400000 - Material de Consumo		105.000,00
3.3.90.39.00 / 15400000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		150.000,00
4.4.90.52.00 / 15400000 - Equipamentos e Material Permanente		50.000,00
	Total por Ação:	**305.000,00**

2.026 - MANUTENCAO DA ALIMENTACAO ESCOLAR

3.3.90.30.00 / 15500000 - Material de Consumo		150.000,00
	Total por Ação:	**150.000,00**

2.028 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.30.00 / 15400000 - Material de Consumo		120.000,00
	Total por Ação:	**120.000,00**

2.060 - MANUTENCAO DAS CRECHES MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
PRA MANOEL ALVES CORDEIRO -
CNPJ: 13.694.468/0001-75 - CEP: . - - CORDEIROS - BA

DECRETO FINANCEIRO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

3.1.90.11.00 / 15421070 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		100.000,00
3.1.90.13.00 / 15421070 - Obrigacoes Patronais		50.000,00
3.3.90.30.00 / 15420000 - Material de Consumo		100.000,00
3.3.90.39.00 / 15420000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		100.000,00
4.4.90.52.00 / 15420000 - Equipamentos e Material Permanente		22.000,00
	Total por Ação:	**372.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**947.000,00**

0158 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.141 - MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		100.000,00
	Total por Ação:	**100.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**100.000,00**

0159 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

1.089 - CONSTR., PAVIMENT. MANUT. ESTRADAS VICINAIS, RODAGENS, PONTES E ACESSOS RURAIS

4.4.90.51.00 / 17000000 - Obras e Instalacoes		386.000,00
	Total por Ação:	**386.000,00**

2.011 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

3.1.90.13.00 / 15000000 - Obrigacoes Patronais		100.000,00
	Total por Ação:	**100.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**486.000,00**

0252 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.089 - GESTAO DAS ACOES DO BENEFICIO EVENTUAL

3.3.90.48.00 / 15000000 - Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas		10.000,00
	Total por Ação:	**10.000,00**

2.134 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

4.4.90.52.00 / 16600000 - Equipamentos e Material Permanente		5.000,00
	Total por Ação:	**5.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**15.000,00**

0255 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.025 - GESTAO DAS ACOES DOS AGENTES COMUNITRARIOS DE SAUDE - ACS

3.1.90.13.00 / 16040000 - Obrigacoes Patronais		50.000,00
	Total por Ação:	**50.000,00**

2.127 - MANUTENCAO DAS ACOES DO BLOCO DA ATENCAO PRIMARIA

3.3.90.30.00 / 16000000 - Material de Consumo		40.000,00
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		100.000,00
	Total por Ação:	**140.000,00**

2.129 - GESTAO DAS ACOES DO PROGRAMA INCENTIVO PARA ACOES ESTRATEGICAS

3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		20.000,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS

PRA MANOEL ALVES CORDEIRO -

CNPJ: 13.694.468/0001-75 - CEP: . - - CORDEIROS - BA

DECRETO FINANCEIRO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

Total por Ação:	**20.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**210.000,00**
Total Suplementado:	**1.948.000,00**

Art 2º. - A propósito cabe-me informar que para atender a suplementação acima, serão anuladas parcialmente e/ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelece a Lei nº 4.320.

Dotações Anuladas

0151 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.087 - GESTAO DAS ACOES DO CONSELHO TUTELAR

3.1.90.11.00 / 15000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	50.000,00
Total por Ação:	**50.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**50.000,00**

0156 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

1.083 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO, EQUIP. E MANUT. DAS UNIDADES ESCOLARES E CRECHES

4.4.90.51.00 / 15700000 - Obras e Instalacoes	5.000,00
Total por Ação:	**5.000,00**

2.003 - DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRACAO DO MAGISTERIO DA EDUCACAO

3.1.90.04.00 / 15401070 - Contratacao por Tempo Determinado	115.000,00
3.1.90.04.00 / 15411070 - Contratacao por Tempo Determinado	80.000,00
3.1.90.11.00 / 15401070 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.000,00
3.1.90.11.00 / 15411070 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.000,00
3.1.90.11.00 / 15421070 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	206.000,00
3.1.90.13.00 / 15411070 - Obrigacoes Patronais	150.000,00
Total por Ação:	**751.000,00**

2.022 - MANUTENCAO DOS SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS DA EDUCACAO

3.1.90.11.00 / 15001001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	200.000,00
3.1.90.11.00 / 15400000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.000,00
4.4.90.51.00 / 15001001 - Obras e Instalacoes	220.000,00
4.4.90.51.00 / 15430000 - Obras e Instalacoes	2.000,00
Total por Ação:	**432.000,00**

2.054 - VALORIZACAO, FORMACAO E APERFEICOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO

3.3.90.30.00 / 15410000 - Material de Consumo	100.000,00
3.3.90.39.00 / 15410000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	100.000,00
Total por Ação:	**200.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**1.388.000,00**

0159 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

2.011 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

3.1.90.11.00 / 15000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	90.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS

PRA MANOEL ALVES CORDEIRO -

CNPJ: 13.694.468/0001-75 - CEP: . - - CORDEIROS - BA

DECRETO FINANCEIRO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		50.000,00
	Total por Ação:	**140.000,00**
2.122 - MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA		
4.4.90.51.00 / 17010000 - Obras e Instalacoes		100.000,00
	Total por Ação:	**100.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**240.000,00**

0252 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.007 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIRECIONADOS A IDOSOS		
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		5.000,00
	Total por Ação:	**5.000,00**
2.012 - BLOCO DE GESTAO DO SUAS - IGD SUAS		
3.1.90.11.00 / 16600000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		195.000,00
	Total por Ação:	**195.000,00**
2.137 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		
3.3.90.30.00 / 16600000 - Material de Consumo		50.000,00
	Total por Ação:	**50.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**250.000,00**

0255 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.126 - MANUTENCAO DAS ACOES DO BLOCO DA ATENCAO ESPECIALIZADA		
3.1.90.11.00 / 16000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		20.000,00
	Total por Ação:	**20.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**20.000,00**
	Total Anulado:	**1.948.000,00**

Art. 3º - Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a expedir instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de segunda-feira, 3 de agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, em 03 de agosto de 2026.

JULIANE GUSMAO CARLOS
Tesoureira
CPF: 059.936.175-19

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 040.649.775-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
PRA MANOEL ALVES CORDEIRO -
CNPJ: 13.694.468/0001-75 - CEP: . - - CORDEIROS - BA

DECRETO FINANCEIRO DE ALTERAÇÃO DE QDD

DECRETO FINANCEIRO Nº 24 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

ESTABELECE normas para alteração dos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, e dá outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CORDEIROS**, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado no artigo 30 da lei de nº 761 de 01 de julho de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias.

Decreta:

Art 1º. - Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD do Poder Executivo , aprovado pelo Decreto Nº 155 de 29 de dezembro de 2025, correspondente à Programação das Despesas dos Órgãos diretamente subordinados ao Prefeito(a).

0151 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.045 - MANUTENCAO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL		
3.3.90.14.00 / 15000000 - Diarias Civil	2.500,00	0,00
3.3.90.32.00 / 15000000 - Material, Bem ou Servico para Distribuicao Gratuita	0,00	500,00
3.3.90.40.00 / 15000000 - Servicos de Tecnologia da Informacao e Comunicacao - Pessoa Juridic	0,00	500,00
3.3.90.48.00 / 15000000 - Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	0,00	1.000,00
3.3.90.92.00 / 15000000 - Despesas de Exercicios Anteriores	0,00	500,00
Total por Ação:	**2.500,00**	**2.500,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**2.500,00**	**2.500,00**

0154 - SECRETARIA DE SAUDE

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.046 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE		
3.3.90.30.00 / 15001002 - Material de Consumo	5.000,00	0,00
3.3.90.32.00 / 15001002 - Material, Bem ou Servico para Distribuicao Gratuita	0,00	1.000,00
3.3.90.34.00 / 15001002 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirizaca	0,00	1.000,00
3.3.90.35.00 / 15001002 - Servicos de Consultoria	0,00	1.000,00
3.3.90.36.00 / 15001002 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,00	47.000,00
3.3.90.39.00 / 15001002 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	47.000,00	0,00
3.3.90.91.00 / 15001002 - Sentencas Judiciais	0,00	1.000,00
3.3.90.93.00 / 15001002 - Indenizacoes e Restituicoes	0,00	1.000,00
Total por Ação:	**52.000,00**	**52.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**52.000,00**	**52.000,00**

0156 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
1.011 - APLICACAO DA OFERTA DO ENSINO INTEGRAL		
3.3.90.30.00 / 15400000 - Material de Consumo	3.000,00	0,00
3.3.90.30.00 / 15440000 - Material de Consumo	0,00	500,00
3.3.90.34.00 / 15001001 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirizaca	0,00	500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS

PRA MANOEL ALVES CORDEIRO -

CNPJ: 13.694.468/0001-75 - CEP: . - - CORDEIROS - BA

DECRETO FINANCEIRO DE ALTERAÇÃO DE QDD

3.3.90.34.00 / 15690000 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirizaca	0,00	500,00
3.3.90.36.00 / 15440000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,00	500,00
3.3.90.39.00 / 15440000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	500,00
3.3.90.39.00 / 15690000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	500,00
Total por Ação:	**3.000,00**	**3.000,00**

2.022 - MANUTENCAO DOS SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS DA EDUCACAO

3.3.90.18.00 / 15001001 - Auxilio Financeiro a Estudantes	62.000,00	0,00
3.3.90.30.00 / 15001001 - Material de Consumo	0,00	127.000,00
3.3.90.30.00 / 15420000 - Material de Consumo	0,00	1.000,00
3.3.90.32.00 / 15001001 - Material, Bem ou Servico para Distribuicao Gratuita	0,00	1.000,00
3.3.90.32.00 / 15500000 - Material, Bem ou Servico para Distribuicao Gratuita	0,00	1.000,00
3.3.90.36.00 / 15400000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	15.000,00	0,00
3.3.90.39.00 / 15001001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	60.000,00	0,00
3.3.90.39.00 / 15430000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	1.000,00
3.3.90.47.00 / 15400000 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas	0,00	2.000,00
3.3.90.92.00 / 15001001 - Despesas de Exercicios Anteriores	0,00	4.000,00
Total por Ação:	**137.000,00**	**137.000,00**

2.026 - MANUTENCAO DA ALIMENTACAO ESCOLAR

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	0,00	500,00
3.3.90.30.00 / 15001001 - Material de Consumo	0,00	500,00
3.3.90.30.00 / 15400000 - Material de Consumo	0,00	500,00
3.3.90.30.00 / 15500000 - Material de Consumo	2.000,00	0,00
3.3.90.36.00 / 15520000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,00	500,00
Total por Ação:	**2.000,00**	**2.000,00**

2.028 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.30.00 / 15400000 - Material de Consumo	70.000,00	0,00
3.3.90.33.00 / 15001001 - Passagens e Despesas com Locomocao	0,00	25.000,00
3.3.90.33.00 / 15400000 - Passagens e Despesas com Locomocao	10.000,00	0,00
3.3.90.33.00 / 15500000 - Passagens e Despesas com Locomocao	0,00	65.000,00
3.3.90.39.00 / 15530000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	10.000,00	0,00
Total por Ação:	**90.000,00**	**90.000,00**

2.054 - VALORIZACAO, FORMACAO E APERFEICOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO

3.3.90.14.00 / 15001001 - Diarias Civil	4.000,00	0,00
3.3.90.30.00 / 15410000 - Material de Consumo	0,00	4.000,00
Total por Ação:	**4.000,00**	**4.000,00**

2.060 - MANUTENCAO DAS CRECHES MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.11.00 / 15421070 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.000,00	100.000,00
3.3.90.30.00 / 15001001 - Material de Consumo	0,00	1.000,00
3.3.90.30.00 / 15410000 - Material de Consumo	0,00	1.000,00
3.3.90.30.00 / 15420000 - Material de Consumo	3.000,00	2.000,00
3.3.90.30.00 / 15440000 - Material de Consumo	0,00	1.000,00
3.3.90.30.00 / 15690000 - Material de Consumo	0,00	3.000,00
3.3.90.36.00 / 15001001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,00	3.000,00
3.3.90.36.00 / 15400000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	15.000,00	0,00
3.3.90.36.00 / 15410000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,00	3.000,00
3.3.90.36.00 / 15420000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	2.000,00	0,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS

PRA MANOEL ALVES CORDEIRO -

CNPJ: 13.694.468/0001-75 - CEP: . - - CORDEIROS - BA

DECRETO FINANCEIRO DE ALTERAÇÃO DE QDD

3.3.90.36.00 / 15500000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,00	2.000,00
3.3.90.36.00 / 15690000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00 / 15001001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00 / 15410000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00 / 15420000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.000,00	1.000,00
3.3.90.39.00 / 15440000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00 / 15690000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	1.000,00
Total por Ação:	**122.000,00**	**122.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**358.000,00**	**358.000,00**

0158 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.119 - MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGRILCULTURA		
4.4.90.51.00 / 17010000 - Obras e Instalacoes	0,00	19.000,00
4.4.90.52.00 / 15000000 - Equipamentos e Material Permanente	19.000,00	0,00
Total por Ação:	**19.000,00**	**19.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**19.000,00**	**19.000,00**

0159 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.011 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO		
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	20.000,00	0,00
3.3.90.92.00 / 15000000 - Despesas de Exercicios Anteriores	0,00	20.000,00
Total por Ação:	**20.000,00**	**20.000,00**
2.122 - MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA		
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	30.000,00	0,00
3.3.90.30.00 / 17010000 - Material de Consumo	0,00	90.000,00
3.3.90.30.00 / 17200000 - Material de Consumo	60.000,00	0,00
Total por Ação:	**90.000,00**	**90.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**110.000,00**	**110.000,00**

0160 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.114 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO		
3.3.90.35.00 / 15000000 - Servicos de Consultoria	0,00	25.500,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	25.500,00	0,00
Total por Ação:	**25.500,00**	**25.500,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**25.500,00**	**25.500,00**

0178 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.144 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA		
3.3.90.04.00 / 15000000 - Contratacao por Tempo Determinado	0,00	1.000,00
3.3.90.14.00 / 15000000 - Diarias Civil	500,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
PRA MANOEL ALVES CORDEIRO -
CNPJ: 13.694.468/0001-75 - CEP: . - - CORDEIROS - BA

DECRETO FINANCEIRO DE ALTERAÇÃO DE QDD

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	9.000,00	0,00
3.3.90.33.00 / 15000000 - Passagens e Despesas com Locomocao	0,00	1.000,00
3.3.90.35.00 / 17000000 - Servicos de Consultoria	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	5.500,00
3.3.90.93.00 / 15000000 - Indenizacoes e Restituicoes	0,00	1.000,00
Total por Ação:	**9.500,00**	**9.500,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**9.500,00**	**9.500,00**

0255 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.098 - PROGRAMA T.F.D.		
3.3.90.48.00 / 16000000 - Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	0,00	3.000,00
3.3.90.48.00 / 16210000 - Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	3.000,00	0,00
Total por Ação:	**3.000,00**	**3.000,00**
2.127 - MANUTENCAO DAS ACOES DO BLOCO DA ATENCAO PRIMARIA		
3.3.50.43.00 / 16000000 - Subvencoes Sociais	0,00	1.000,00
3.3.90.14.00 / 16000000 - Diarias Civil	0,00	4.500,00
3.3.90.30.00 / 16000000 - Material de Consumo	22.000,00	0,00
3.3.90.32.00 / 16000000 - Material, Bem ou Servico para Distribuicao Gratuita	0,00	1.000,00
3.3.90.33.00 / 16000000 - Passagens e Despesas com Locomocao	0,00	1.000,00
3.3.90.34.00 / 16000000 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirizaca	0,00	1.000,00
3.3.90.35.00 / 16000000 - Servicos de Consultoria	0,00	500,00
3.3.90.36.00 / 16000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,00	8.000,00
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	10.000,00	0,00
3.3.90.40.00 / 16000000 - Servicos de Tecnologia da Informacao e Comunicacao - Pessoa Juridic	0,00	1.000,00
3.3.90.47.00 / 16000000 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas	0,00	12.000,00
3.3.90.92.00 / 16000000 - Despesas de Exercicios Anteriores	0,00	1.000,00
3.3.90.93.00 / 16000000 - Indenizacoes e Restituicoes	0,00	1.000,00
Total por Ação:	**32.000,00**	**32.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**35.000,00**	**35.000,00**
Total Geral:	**611.500,00**	**611.500,00**

Art. 2º - A execução orçamentária obedecerá ao Quadro de Detalhamento de Despesa QDD, a estrutura de Custos de Projetos e Atividades, segundo a Natureza da Despesa, estabelecida para cada Unidade Orçamentária em consonância com os Programas de Trabalho, fixados na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º - Este(a) Decreto Financeiro entra em vigor a partir de segunda-feira, 3 de agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CORDEIROS, Estado da Bahia, em 03 de agosto de 2026.

JULIANE GUSMAO CARLOS
Tesoureira
CPF: 059.936.175-19

DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 040.649.775-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
Praça Cel. José Moreira Cordeiro, 104 – Centro.
CNPJ: 13.694.468/0001-75 Fone/Fax: (77) 3447-2114
E-mail: prefeitura.cordeiros.5@gmail.com
CEP: 46.280-000 – Cordeiros – Bahia

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 001/2019/PMC/FME CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE CORDEIROS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E A UESB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA, QUE TEM POR OBJETO ESTABELECER COOPERAÇÃO MÚTUA VISANDO A OFERTA DE 04 (QUATRO) VAGAS PARA QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONCEDENTE: O **MUNICÍPIO DE CORDEIROS**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.694.468/0001-75, com serviços administrativos na Praça Coronel José Moreira Cordeiros, nº 104, Centro, Cordeiros, Estado da Bahia, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **DEVANI PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 12.908.730-03, e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.694.775-30, residente no município de Cordeiros, Estado da Bahia, devidamente autorizado pela Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE CORDEIROS-BA**, inscrito no CNPJ sob o nº 30.886.164/0001-29, localizado na Rua XV de Novembro, nº 168, Centro, CEP 46280-000, Cordeiros, Estado da Bahia, neste ato representado pela Sra. **CINARA ALVES DE MORAES ANDRADE**, brasileira, casada, Identidade nº 0463296419, inscrita no CPF sob o nº 888.496.785-68, encontradiça a Praça Cel. José Moreira Cordeiro, nº 104, Bairro Centro, na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia.

CONVENENTE: **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**, Autarquia Estadual vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, instituída pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, autorizada pelo Decreto Federal nº 94.250, de 22 de abril de 1987, reorganizada pela Lei Estadual nº 13.466, de 22 de dezembro de 2015, credenciada através do Decreto Estadual nº 7.334, de 27 de maio de 1998, e recredenciada pelo Decreto Estadual nº 16.825, de 04 de julho de 2016, com sede e foro na Estrada do Bem Querer, Km 04, Bairro Universitário, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.069.489/0001-08, neste ato representada pelo seu Reitor, Sr. **ROBÉRIO RODRIGUES SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 7678953-55, expedida pela SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 926.271.615-04, residente na Rua Flamengo, nº 588, Bairro Morumbi, CEP: 45.700-000, no município de Itapetinga, Estado da Bahia.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao Convênio n.º 001/2019/PMC/FME, referente ao Processo Administrativo nº 0079/2019 sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e Lei Estadual nº 9.433/2005, e às seguintes cláusulas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
Praça Cel. José Moreira Cordeiro, 104 – Centro.
CNPJ: 13.694.468/0001-75 Fone/Fax: (77) 3447-2114
E-mail: prefeitura.cordeiros.5@gmail.com
CEP: 46.280-000 – Cordeiros – Bahia

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Convênio n.º 001/2019/PMC/FME firmado entre as partes em 01/08/2019, nos termos previstos em na Cláusula Nona – Da Vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO
1.Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Convênio n.º 001/2019/PMC/FME em um período de 24 (vinte e quatro) meses, de 01/08/2026 até 01/08/2028.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal se encontra no amparo legal no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O extrato do presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial, a encargo da Prefeitura Municipal de Cordeiros-Bahia.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais clausulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, por firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE E CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Cordeiros/Bahia, em 08 de julho de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
DEVANI PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CINARA ALVES DE MORAES ANDRADE
Fundo Municipal de Educação

UNIVERSIDADE EST. SUDOESTE BAHIA
CNPJ nº 13.069.489/0001-08
CONVENENTE

Prof. Dr. Robério Rodrigues Silva
Reitor da UESB
Mat. 72.426.994-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
Praça Cel. José Moreira Cordeiro, 104 – Centro.
CNPJ: 13.694.468/0001-75 Fone/Fax: (77) 3447-2114
E-mail: prefeitura.cordeiros.5@gmail.com
CEP: 46.280-000 – Cordeiros – Bahia

TESTEMUNHAS:

Elisabete Maria Moreira
NOME:
CPF:
RG n.º:

Dianny Santos do Nascimento
NOME:
CPF:
RG n.º:

3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU

ADJUDICAÇÃO DA CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJERU-BA**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades Lei nº 14.133/21 e demais normas e redações aplicáveis, ante o Edital de **CREDENCIAMENTO Nº 002/2026**, **ADJUDICA** o objeto da licitação para ***Credenciamento, sem exclusividade, de pessoas jurídicas e profissionais autônomos para prestação de serviços de saúde complementares ao SUS, compreendendo: plantões médicos (24h/12h); consultas médicas especializadas; atendimento multiprofissional (Odontologia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e outros); exames de apoio diagnóstico e imagem (Ultrassonografia, Ressonância, Tomografia, Laboratoriais e outros); e confecção de próteses dentárias para atender a pacientes do Município***, para a seguinte participante do credenciamento:

Nº	PROFISSIONAL	CNPJ	ITENS	VALOR TOTAL	
01	SHARA ALVES DA SILVA MEIRELES - ME	17.387.313/0001-47	Tabela 19 (item 01)	R$	135.000,00
VALOR TOTAL				**R$**	**135.000,00**

Jilvan Teixeira Ribeiro - Prefeito Municipal, 31 de Julho de 2026.

HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJERU-BA**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades das Lei nº 14.133/21 e demais normas e redações aplicáveis, ante o Edital de **CREDENCIAMENTO Nº 002/2026** cujo objeto é o ***Credenciamento, sem exclusividade, de pessoas jurídicas e profissionais autônomos para prestação de serviços de saúde complementares ao SUS, compreendendo: plantões médicos (24h/12h); consultas médicas especializadas; atendimento multiprofissional (Odontologia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e outros); exames de apoio diagnóstico e imagem (Ultrassonografia, Ressonância, Tomografia, Laboratoriais e outros); e confecção de próteses dentárias para atender a pacientes do Município***, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. E atentando ao julgamento da Comissão de Contratação, o Prefeito **HOMOLOGA** o Processo de Credenciamento tendo como credenciada a seguinte participante:

Nº	PROFISSIONAL	CNPJ	ITENS	VALOR TOTAL	
01	SHARA ALVES DA SILVA MEIRELES - ME	17.387.313/0001-47	Tabela 19 (item 01)	R$	135.000,00
VALOR TOTAL				**R$**	**135.000,00**

Jilvan Teixeira Ribeiro - Prefeito Municipal, 03 de Agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU

RESUMO DE CONTRATO Nº 012-08/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba /Fundo Municipal de Saúde
Contratado: SHARA ALVES DA SILVA MEIRELES - ME.
Objeto: ***Prestação de serviços de saúde complementares ao SUS (PROTESES DENTARIAS), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Guajeru-BA, conforme descrito na tabela abaixo:***

TABELA 19 – PRÓTESES DENTÁRIAS						
Item	**Descrição**	**LOCAL DE PRESTAÇÃO**	**Quant.**	**UNID.**	**V. Unit.**	**V. Total**
1	Prestação de Serviço para Confecção de Próteses Dentárias, conforme Política Nacional de Saúde Bucal – Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD), em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde, a exemplo de prótese total maxilar, prótese total mandibular, prótese parcial removível maxilar, prótese parcial removível mandibular, prótese coronária/intrarradicular fixa/adesiva (por elemento), com preços praticados pelo SUS, de acordo a tabela unificada do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP do DATASUS, podendo ser consultado através do link: http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp.	Os atendimentos dos pacientes em todas etapas, será realizada no município de Guajeru, em local determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, o serviços de confecção das próteses serão realizadas pela empresa em sede própria com todos os custos e equipamentos inclusos nos preços constantes do credenciamento.	600	Unidade	R$225,00	R$135.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						**R$135.000,00**

Valor do contrato: R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)
Prazo de duração: Até 31/12/2026.
Data de Assinatura: 18 de Agosto de 2026.
Modalidade de Licitação: Credenciamneto nº 002/2026.
Base Legal: Art. 79 da Lei 14.133/21.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

GABINETE DO PREFEITO

AUTORIZAÇÃO PARA ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Considerando a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura para aquisição de equipamento destinado ao fortalecimento da infraestrutura operacional e ao atendimento dos produtores rurais e das comunidades do Município de Guajeru/BA;

Considerando o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a análise de riscos e os demais documentos de planejamento constantes dos autos;

Considerando a demonstração da adequação técnica do equipamento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e sua plena compatibilidade com o objeto, as metas e as finalidades do Convênio SPOA/SE/MAPA nº 978651/2025;

Considerando a pesquisa de preços e a análise de compatibilidade e vantajosidade, que demonstram que o valor registrado se encontra compatível com os preços praticados no mercado para equipamentos tecnicamente equivalentes e apresenta vantagem econômica para a Administração Municipal;

Considerando a vigência e a regularidade da Ata de Registro de Preços nº 08/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90039/2025, gerenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA;

Considerando a autorização concedida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, na condição de órgão gerenciador, conforme registro eletrônico da Solicitação de Adesão nº 00001/2026, cuja situação consta como “Aceita”, com aprovação registrada em 24 de junho de

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

2026, às 15h08, para aquisição de 01 (uma) unidade do item 28 da Ata de Registro de Preços nº 08/2025

Considerando a anuência emitida pela empresa GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA., por meio do Documento Oficial datado de 12 de Maio de 2026, mediante a qual o fornecedor declarou aceitar o fornecimento de 01 (uma) unidade do equipamento nas condições e pelo preço estabelecidos na Ata de Registro de Preços nº 08/2025;

Considerando a manifestação do Departamento de Contabilidade quanto à existência de disponibilidade e adequação orçamentária e financeira para suportar o compromisso no valor total de R$ 119.990,00 (cento e dezenove mil novecentos e noventa reais);

Considerando o Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Jurídica Municipal, que concluiu pela regularidade do procedimento e pela possibilidade jurídica da adesão;

Considerando o atendimento aos requisitos previstos no art. 86, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 006, de 3 de janeiro de 2024;

RESOLVO:

Art. 1º - Autorizar a adesão do Município de Guajeru/BA, na condição de órgão não participante, ao item 28 da Ata de Registro de Preços nº 08/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90039/2025, gerenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA.

Art. 2º - A adesão autorizada possui as seguintes características:

I – item da ata: item 28;

II – quantidade: 01 (uma) unidade;

III – objeto: trator agrícola novo;

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

IV – marca/fabricante: PREET;

V – modelo: PREET 7549 4WD Super;

VI – características principais: potência de 80 CV, tração 4x4 e transmissão sincronizada de 08 (oito) marchas à frente e 02 (duas) marchas à ré, além das demais especificações constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora, do catálogo técnico e da Ata de Registro de Preços nº 08/2025;

VII – valor unitário: R$ 119.990,00 (cento e dezenove mil novecentos e noventa reais);

VIII – valor total: R$ 119.990,00 (cento e dezenove mil novecentos e noventa reais);

IX – fornecedor: GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA.;

X – CNPJ: 47.838.506/0001-38;

XI – órgão gerenciador: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA;

XII – autorização do órgão gerenciador: registro eletrônico da Solicitação de Adesão nº 00001/2026, aprovada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA em 24 de junho de 2026, às 15h08, para aquisição de 01 (uma) unidade do item 28 da Ata de Registro de Preços nº 08/2025; e

XIII – anuência do fornecedor: Documento emitido em 12/06/2026.

Art. 3º - O fornecimento deverá observar integralmente as especificações técnicas, os prazos, as condições de entrega, a garantia, a assistência técnica e as demais obrigações constantes da Ata de Registro de Preços nº 8/2025, do edital e do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 90039/2025-MDA, da proposta vencedora, do Termo de Referência elaborado pelo Município e do instrumento contratual.

Art. 4º - O valor indicado compreende todos os custos necessários ao fornecimento, inclusive tributos, encargos, transporte, seguro, carga, descarga, entrega do equipamento no Município de Guajeru/BA e demais despesas

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

incidentes, não sendo devido qualquer pagamento adicional além do valor contratado, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

Art. 5º + Fica autorizada a formalização do contrato administrativo com a empresa GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA., inscrita no CNPJ nº 47.838.506/0001-38, pelo valor total de R$ 119.990,00 (cento e dezenove mil novecentos e noventa reais), após a confirmação da validade das certidões e dos demais documentos de habilitação exigíveis.

Art. 6º - O Departamento de Licitações e Contratos deverá adotar as providências necessárias à formalização da contratação, à emissão do empenho, à designação do gestor e dos fiscais do contrato e à realização das publicações exigidas pela legislação..

Art. 7º - A emissão da ordem de fornecimento ficará condicionada à assinatura do contrato, à emissão da correspondente nota de empenho e ao cumprimento das demais condições administrativas aplicáveis.

Guajeru-Ba, 27 de Agosto de 2026.

_____
Jilvan Teixeira Ribeiro
Prefeito Municipal

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015-08/2026

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GUAJERU/BA E A EMPRESA GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA.

O **MUNICÍPIO DE GUAJERU, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.284.658/0001-14, com sede na Praça Antônio Carlos Magalhães, nº 24, Centro, Guajeru/BA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JILVAN TEIXEIRA RIBEIRO, e, de outro lado, a empresa **GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA**., inscrita no CNPJ sob o nº 47.838.506/0001-38, estabelecida à Rua Agricultura Frieda Grossi 3790 Sala 2 – Faxinal, Mafra, Santa Catarina, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. João Roberto Matins de Araújo, brasileiro,, Casado, empresario, residente em Arapoti, Paraná, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da adesão, na condição de órgão não participante, à **Ata de Registro de Preços nº 08/2025**, originada do **Pregão Eletrônico nº 90039/2025 - MDA**, no âmbito do **Processo Administrativo Municipal nº 084/2026**, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, pelo Decreto Municipal nº 045, de 10 de setembro de 2024, pela legislação correlata e pelos documentos vinculados à contratação.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de 01 (um) trator agrícola novo, zero hora, modelo PREET 7549 4WD Super, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	1	Unidade	Trator agrícola novo, zero hora, modelo PREET 7549 4WD Super, com potência de 80 CV, tração 4x4, motor diesel de 4 cilindros, transmissão sincronizada de 08 marchas à frente e 02 marchas à ré e demais características constantes da Ata de Registro de Preços nº 08/2025, da proposta registrada, do catálogo técnico e do Termo de Referência do procedimento de origem.	R$ 119.990,0	R$ 119.990,0
VALOR TOTAL					**R$ 119.900,00**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. o Termo de Referência elaborado pelo Município de Guajeru/BA;

1.3.2. o Edital e o Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 90039/2025 - MDA;

1.3.3. a Ata de Registro de Preços nº 08/2025;

1.3.4. a proposta registrada da CONTRATADA e o catálogo técnico do equipamento;

1.3.5. a Solicitação de Adesão nº 00001/2026, a autorização do órgão gerenciador e a anuência da CONTRATADA; e

1.3.6. os demais anexos e documentos integrantes do Processo Administrativo Municipal nº 084/2026.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, na forma da legislação aplicável.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. Quando necessária a formalização da prorrogação, esta será promovida mediante termo aditivo, ressalvada a hipótese prevista no item 2.1.1.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observada a abrangência da sanção.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O modelo de execução contratual, o modelo de gestão, os prazos e as condições de entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 119.990,00 (cento e dezenove mil novecentos e noventa reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, seguro, carga, descarga e outros necessários ao cumprimento integral da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcialmente, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar a Assessoria Jurídica ou a Procuradoria Jurídica Municipal para a adoção das medidas cabíveis quando houver descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

8.1.8. Emitir decisão expressa sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

8.1.9. Responder aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.2. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações seguintes:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou pela autoridade superior e prestar os esclarecimentos e informações solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, o equipamento ou seus componentes quando apresentarem vícios, defeitos ou incorreções;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução, bem como por danos causados à Administração ou a terceiros, sem que a fiscalização reduza essa responsabilidade;

9.5. Apresentar, quando não for possível a verificação em cadastro oficial, juntamente com a nota fiscal para fins de pagamento, os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista aplicáveis;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e demais previstas na legislação específica;

9.7. Comunicar ao fiscal, tempestivamente e em até 24 (vinte e quatro) horas nas situações urgentes, qualquer ocorrência anormal ou acidente relacionado à execução;

9.8. Manter, durante toda a vigência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições exigidas para habilitação no procedimento de origem;

9.9. Cumprir, durante a execução, as reservas de cargos previstas em lei, quando aplicáveis;

9.10. Guardar sigilo sobre as informações obtidas em decorrência do contrato;

9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos custos de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;

9.12. Cumprir os postulados legais de âmbito federal, estadual e municipal e as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.13. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário em língua portuguesa, do termo de garantia e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com a legislação aplicável;

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

9.15. Comunicar ao CONTRATANTE, com a antecedência definida no Termo de Referência, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, com a devida comprovação; e

9.16. Observar a Lei Federal nº 13.709/2018 quanto aos dados pessoais a que tiver acesso em razão do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras sobre infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que a Administração deverá readequar o cronograma contratual.

12.2.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA:

12.2.1.1. a CONTRATADA ficará constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas cabíveis;

12.2.1.2. a Administração poderá optar pela extinção e adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações ou antes do prazo fixado por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Aplicam-se à extinção os arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação societária implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva, quando juridicamente admissível.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido do balanço dos eventos cumpridos ou parcialmente cumpridos, da relação dos pagamentos efetuados e ainda devidos e das indenizações e multas.

12.8. A extinção não impede o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O contrato poderá ser extinto se for constatado vínculo vedado pelo art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 entre a CONTRATADA e agente público relacionado à contratação ou à fiscalização.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observadas as condições da ata e a natureza do objeto.

13.3. As supressões resultantes de acordo entre as partes poderão exceder o limite previsto no item anterior.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

13.4. As alterações serão formalizadas por termo aditivo, submetido ao controle prévio de legalidade, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

13.5. Registros que não caracterizem alteração contratual poderão ser realizados por apostila, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Guajeru/BA, vinculados ao Convênio SPOA/SE/MAPA nº 978651/2025 e, quando aplicável, à contrapartida municipal, na dotação abaixo:

a) Unidade orçamentária: 030601 Secretaria Agricultura e Meio Ambiente
b) Projeto/Atividade: 4.122.08.2.015 Manutenção e Desenvolvimento das Ações da secretaria de Agricultura e meio Ambiente
c) Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
d) Nota de Empenho nº 460, de 2026.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Federal nº 11.462/2023, o Decreto Municipal nº 045/2024 e as demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo a Lei Federal nº 8.078/1990 e os princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no sítio oficial e nos demais meios exigidos pela regulamentação municipal.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca competente para o Município de Guajeru/BA para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato que não puderem ser solucionados consensualmente, ressalvadas as competências legalmente estabelecidas.

Guajeru/BA, 28 de Agosto de 2026.

_____	_____
JILVAN TEIXEIRA RIBEIRO	**João Roberto Martins de Araújo**
Prefeito Municipal	GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA.
CONTRATANTE	**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

RESUMO DO CONTRATO Nº 011-08/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Contratada: GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA
CNPJ: 47.838.506/0001-38
Objeto: Aquisição de 01 (um) trator agrícola novo, mediante adesão à ata de registro de preços nº 08/2025, decorrente do pregão eletrônico nº 90039/2025, gerenciada pelo ministério do desenvolvimento agrário e agricultura familiar – MDA, para atender às necessidades da secretaria municipal de agricultura de Guajeru/BA
Valor do contrato: R$ 119.990,00 (cento e dezenove mil novecentos e noventa reais)
Data de Assinatura: 28/08/2026
Vigência: 3(tres) meses
Modalidade de Licitação: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NA CONDIÇÃO DE ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

TERMO DE ADESÃO Nº 001/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2025 – MDA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.284.658/0001-14, com sede na Praça Antônio Carlos Magalhães, nº 24, Centro, Guajeru/BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. JILVAN TEIXEIRA RIBEIRO**, no uso de suas atribuições legais, formaliza, por meio deste instrumento, sua adesão, na condição de órgão não participante, à **Ata de Registro de Preços nº 08/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90039/2025**, gerenciada pelo **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA**, nos termos seguintes:

CONSIDERANDO:

a) a necessidade de aquisição de 01 (um) trator agrícola novo, zero hora, destinado ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Guajeru/BA;
b) a vinculação da aquisição ao Convênio SPOA/SE/MAPA nº 978651/2025, celebrado com o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA;
c) a conclusão do Estudo Técnico Preliminar quanto à adequação técnica e econômica da solução identificada;
d) a justificativa de vantajosidade e a demonstração de compatibilidade do preço registrado com os valores praticados no mercado;
e) o disposto no art. 86, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 31 a 34 do Decreto Federal nº 11.462/2023;
f) a Solicitação de Adesão nº 00001/2026 e o registro eletrônico de sua aceitação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, em 24 de junho de 2026;
g) a anuência expressa da empresa GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA., inscrita no CNPJ nº 47.838.506/0001-38, quanto ao fornecimento do equipamento ao Município de Guajeru/BA;
h) a disponibilidade orçamentária e financeira demonstrada nos autos; e
i) o parecer jurídico e o despacho da autoridade competente constantes do Processo Administrativo nº 084/2026.

RESOLVE:

1. ADERIR, na condição de órgão não participante, à **Ata de Registro de Preços nº 08/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90039/2025** e gerenciada pelo **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA**, para aquisição do equipamento abaixo identificado:

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

FORNECEDOR: GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA - CNPJ nº 47.838.506/0001-38					
ITEM DA ATA	**QTD.**	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
28	01	Unidade	Trator agrícola novo, zero hora, modelo PREET 7549 4WD Super, conforme Ata nº 08/2025, Termo de Referência, proposta registrada e catálogo técnico.	R$ 119.990,00	R$ 119.990,00

2. RECONHECER que a adesão apresenta vantagem para o Município, conforme pesquisa de preços, análise técnica e justificativa de vantajosidade integrantes do Processo Administrativo nº 084/2026.
3. DECLARAR que o equipamento identificado atende às necessidades técnicas e operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e é compatível com as finalidades do Convênio SPOA/SE/MAPA nº 978651/2025.
4. DETERMINAR que a contratação observe integralmente as condições da Ata de Registro de Preços nº 08/2025, do edital e do Termo de Referência do procedimento de origem, da proposta registrada, do Termo de Referência municipal, da autorização do órgão gerenciador, da anuência da empresa e da minuta contratual aprovada.
5. CONDICIONAR a assinatura deste Termo e a posterior formalização do contrato à confirmação documental da correspondência exata entre o item autorizado pelo MDA, a quantidade de 01 (uma) unidade, o modelo PREET 7549 4WD Super e o valor unitário e total de R$ 119.990,00, bem como à apresentação de anuência corrigida da empresa.
6. AUTORIZAR, após o cumprimento das condições anteriores, a adoção das providências necessárias à emissão da nota de empenho, à formalização do contrato, à publicação dos atos e à emissão da Ordem de Fornecimento.
7. ESTABELECER que este Termo não substitui o contrato administrativo nem afasta as obrigações de fiscalização, recebimento, pagamento, prestação de contas e controle da execução.
O presente Termo passa a integrar o Processo Administrativo nº 084/2026 e produzirá efeitos após sua assinatura e a observância das condições nele estabelecidas.

Guajeru-Ba, 27 de Agosto de 2026.

_____
Jilvan Teixeira Ribeiro
Prefeito Municipal
Município de Guajeru/BA
Processo Administrativo nº 084/2026

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2026

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº. 205/2023

O MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que, realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº. 205/2023, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: DIA 03/09/2026, ÀS 17:00, HORAS via e-mail.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: licitacaoibicoara2124@gmail.com

1.0 – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto deste processo administrativo, a contratação de empresa especializada para a Instalação de Rede de Gases Medicinais (oxigênio), na Retaguarda 24 horas, de acordo com as normas ANVISA e ABNT, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ibicoara, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA, EM ANEXO.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:
1.2.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
1.2.2 – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
1.2.3 - ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.
1.2.4 - ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR;
1.2.5 - ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
1.2.6 - ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO;
1.2.7 - ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
2.1. As despesas com o presente objeto serão empenhadas a cargo das Dotações Orçamentárias:

310000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2106 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
2107 – Manutenção das Ações do Bloco de Atenção Primária - Custeio
2111 – Manutenção das Ações do Bloco de Atenção Especializada
Fonte: 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

Fonte: 15001002 – Recursos Não Vinculados de Impostos – Saúde
Fonte: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de terceiros/Pessoa Jurídica

3.0 – DO VALOR ESTIMADO:
3.1 - O valor global estimado para a contratação será de até R$ 43.196,63 (Quarenta e Três Mil, cento e noventa e seis reais e sessenta e três centavos).

4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:
4.1. A presente DISPENSA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no diário oficial, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: licitacaoibicoara2124@gmail.com, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA.
4.1.1 Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 03/09/2026 às 17h00min
4.1.2 O fornecedor/prestador de serviços interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar **declaração:**
VII - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
4.1.2.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
4.1.2.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
4.1.2.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.
4.2 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados juntamente com a proposta de preços, no mesmo prazo da proposta.

4.2 **HABILITAÇÃO**:

4.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA
4.2.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual.
4.2.1.2 – Cédula de Identidade ou documento com foto do (s) sócio (s) ou proprietário (s).
4.2.1.3 – Alvará de Localização e Funcionamento.

4.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA
4.2.2.1 **-** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial com sua expedição nunca superior a 30 (trinta) dias da abertura deste processo, referente à comarca de domicilio da empresa licitante.
4.2.2.2 - **-** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis na forma da lei, registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da Empresa, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, constando Termo de Abertura e Encerramento, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços

provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. Para balanço escriturado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, o mesmo deverá estar acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento, Recibo de Entrega de Livro Digital e Recibo de Entrega da Escrituração.
4.2.2.3 - Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**,** em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual n.º 9.433/05, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, se for o caso, o emprego de menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme modelo constante deste Edital. Anexo IV.
4.2.2.4 - Declaração assinada pelo representante legal deste, devidamente identificado, com data recente, de que não está declarada inidônea ou suspensa, por qualquer órgão ou entidade da Administração Publica Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e que não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta. Anexo V
4.2.2.5 - Declaração assinada pelo representante legal deste, devidamente identificado que tem pleno conhecimento. Anexp VI;
4.2.2.6 - Declaração assinada pelo representante legal deste, devidamente identificado que se enquadra como ME/EPP. Anexo VII.

4.2.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
4.2.3.1 **-** Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou prova equivalente que comprove, inequivocamente, a regularidade de situação.
4.2.3.2 - Certidão de regularidade para com a fazenda estadual do domicilio da empresa licitante.
4.2.3.3 - Certidão de regularidade para com a fazenda municipal do domicilio da empresa licitante.
4.2.3.4 – Certidão conjunta de regularidade da receita federal e tributos federais e dívida ativa da União e INSS.
4.2.3.5 – CND TRABALHISTA.
4.2.3.6 – CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

4.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.2.2.4 - Comprovação através da apresentação de **atestado** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade da prestação de serviço e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.

4.2.5 – DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

4.2.5.1 – Apresentar Declaração de que se compromete com a instalação no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da solicitação, tendo em vista a urgência nos serviços.

5.0 – DO PAGAMENTO:
5.1. O pagamento ocorrerá mensalmente, conforme a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal, certidões negativas e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Encerrada a fase para envio das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2 Caso a proposta vencedora esteja acima do estimado pela Administração, deverá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.3 Neste caso será encaminhada contraproposta ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.3.1 A negociação poderá ser feita com os demais participantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.3.1.1 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

6.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1 Contiver vícios insanáveis;

6.4.2 Não obedecer ao disposto neste Edital ou em seus anexos;

6.4.3 Apresentar preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.3.1 Será considerada inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4.3.2 Também será considerada inexequível a proposta que não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

6.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que proponente comprove a exequibilidade da proposta.

6.6 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo interessado, no prazo indicado, desde que não haja majoração do preço.

6.6.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.8 Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado odisposto neste Edital de Dispensa de Contratação Direta.

6.10 Após a empresa que ofertou o menor preço atender às condições do edital esta sera declarada vencedora.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 O proponente melhor classificado e habilitado será convocado para assinar o instrumento de contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de até 02 (dois) dias, contados a partir da data da convocação oficial (e-mail e/ou publicação no Diário Oficial e/ou correspondência com aviso de recebimento), sob pena decair o direito à contratação, podendo a Administração Municipal convocar as demais empresas que atenderam à convocação e cumpriram os requisitos do edital.

7.2 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificadae aceita pela Administração.

7.3 O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/21, desde que respeitado o limite previsto no art. 75, II, da Lei nº 14.133/21.

7.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo prestador durante a vigência do contrato.

8.0 – DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento ocorrerá após a execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e certidões negativas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

9.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1. Poderá o Município revogar o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

9.2. O Município deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

9.3. A anulação do procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Ibicoara - Bahia, 26 de agosto de 2026.

Renan Pires Silva
Agente de Contratação

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2026

ANEXO I
DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto deste processo administrativo, a contratação de empresa especializada para a Instalação de Rede de Gases Medicinais (oxigênio), na Retaguarda 24 horas, de acordo com as normas ANVISA e ABNT, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ibicoara, **CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, EM ANEXO**, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição	Und	Qtde	Valor Unit Est	Valor Total
1	Instalação de rede de distribuição de gases medicinais (Oxigênio Medicinal), conforme projeto enviado e em conformidade com as Normas técnicas da ABNT NB-12188 /2016 e RDC 50/2002 do Ministério da Saúde.	Un	01		
				TOTAL	

ESCOPO DO SERVIÇO:
Fornecimento de material e mão-de-obra especializada para: instalação de 01 rede de gás medicinal (Oxigênio) na Unidade Retaguarda 24 horas de Ibicoara.

PRINCIPAIS COMPONENTES DAS INSTALAÇÕES:
- Instalação de 01 rede de gás medicinal (Oxigênio) em tubo de cobre classe A de 15mm;
- Instalação de posto de consumo;
- Painel de alarme emergencial;
- Central de suprimento de gás medicinal (Oxigênio);
- Instalação de válvula de secção;
- Solda Prata isenta de cádmio;
- Teste de estanqueidade;
- Frete dos materiais;

RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:
- Teste de Estanqueidade conforme NBR 12188/16;
- Recolhimento de impostos;
- Mão de obra, materiais de suportação, limpeza, pintura e identificação;
- Frete dos materiais.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

Todas as obras civis que se façam necessárias para a instalação de todos os sistemas, cortes e acabamento nas paredes, pontos de energia e de água, etc.
As Instalações Centralizadas devem, sobretudo, obedecer a princípios técnicos de engenharia e montagem que permitam a confiabilidade e segurança de um suprimento contínuo do produto.
Devem obedecer aos requisitos estabelecidos pelas normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 12.188/16 e MS-ANVISA (Ministério da Saúde – Agência Nacional de Vigilância Sanitária) RDC 50/2002.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A instalação da rede de distribuição de gases medicinais, especificamente para Oxigênio Medicinal, justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo, seguro e adequado desse insumo na Unidade Retaguarda 24 horas, proporcionando melhores condições para a realização dos atendimentos e procedimentos que demandam oxigenoterapia.

O Oxigênio Medicinal constitui um insumo essencial à assistência à saúde, sendo utilizado em situações de emergência, suporte ventilatório, oxigenoterapia, procedimentos clínicos e demais atendimentos nos quais seja necessária a administração de oxigênio aos pacientes. Dessa forma, a implantação de uma rede canalizada de distribuição proporciona maior segurança operacional, disponibilidade do gás nos pontos de utilização e melhores condições de atendimento, reduzindo a necessidade de movimentação e manuseio de cilindros individuais nos ambientes assistenciais.

A solução proposta, conforme projeto técnico, contempla a implantação da infraestrutura necessária para distribuição do Oxigênio Medicinal aos pontos de consumo previstos, observando os critérios técnicos de dimensionamento, instalação, identificação, segurança e funcionamento aplicáveis às instalações de gases medicinais.

A execução deverá ser realizada em conformidade com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente a ABNT NBR 12188:2016, que estabelece requisitos para sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, e com a RDC nº 50/2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde, que dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.1. O pagamento será realizado mensalmente, após a efetiva entrega do material, mediante a apresentação de Nota Fiscal, certidões negativas e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
5.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

6. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
6.1. A instalação deverá ser iniciada, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos a contar do primeiro dia útil posterior à data de solicitação, conforme indicação da Secretaria Municipal de Saúde.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato vigorará por 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, fundamentado no Art, 107, II da lei 14.133/21.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

a) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.

h) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

i) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;

j) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;

k) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;

m) Rejeitar o material/serviço em desconformidade com o presente instrumento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
g) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
h) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
i) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
10.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração – devidamente designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
10.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;
10.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;
10.4. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

11. DAS SANÇÕES
11.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:
a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Dar causa à inexecução total do contrato;
d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.
a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.

c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

Ibicoara – Bahia, 26 de agosto de 2026.

João Martins dos Anjos Filho
Secretário Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE / FAX:
EMAIL:

Objeto: Constitui objeto deste processo administrativo, a contratação de empresa especializada para a Instalação de Rede de Gases Medicinais (oxigênio), na Retaguarda 24 horas, de acordo com as normas ANVISA e ABNT, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ibicoara, de acordo com o **TERMO DE REFERÊNCIA, EM ANEXO**.

Item	Descrição	Und	Qtde	Valor Unit	Valor Total
1	Instalação de rede de distribuição de gases medicinais (Oxigênio Medicinal), conforme projeto enviado e em conformidade com as Normas técnicas da ABNT NB-12188 /2016 e RDC 50/2002 do Ministério da Saúde.	Un	01		
				TOTAL	

Valor total global: ..... (.....).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (Não inferior a 60 dias)
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme Edital

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;
Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

Local, _____ de _____ de 2026.

_____ Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2026

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO Nº. _____ - ....., QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IBICOARA E A EMPRESA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1 – DO CONTRATANTE:

1.1.1 – **O MUNICIPIO DE IBICOARA,** Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Gilmadson Cruz de Melo, brasileiro, maior, inscrito no CPF sob o nº 149.013.655-72 e RG: 11.150.245-40 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua Professor Ubaldino Rocha Aguiar, nº 48, Distrito de Cascavel – Ibicoara/Bahia e e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ: 11.510.414/0001-87, representado pelo secretário, o Sr. João Martins dos Anjos Filho, inscrito no CPF/MF sob o n.º 003.349.565-36, doravante denominado **CONTRATANTE**.

1.2 – DO CONTRATADO:

1.2.1 – _____

_____

_____

1.3 – DOS FUNDAMENTOS:

1.3.1 – A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº. 155/2026, Dispensa nº. 021/2026, de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, com destaque para o artigo 72 e para o inciso II do artigo 75 do respectivo diploma legal e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1 – Constitui objeto deste processo administrativo, a contratação de empresa especializada para a Instalação de Rede de Gases Medicinais (oxigênio), na Retaguarda 24 horas, de acordo com as normas ANVISA e ABNT, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ibicoara conforme abaixo especificado:

Item	Descrição	Und	Qtde	Unit	Total
1	Instalação de rede de distribuição de gases medicinais (Oxigênio Medicinal),conforme projeto enviado e em conformidade com as Normas técnicas da ABNT NB-12188 /2016 e RDC 50/2002 do Ministério da Saúde.	Un	01		
				TOTAL	

CLÁUSULA III – DO PRAZO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

3.1 – DO PRAZO:
3.1.1 – O presente instrumento vigorará pelo prazo de 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, fundamentado no art. 107, II da Lei 14.133/2021.

3.2 – DO VALOR E DO PAGAMENTO:
3.2.1 – O valor total do presente contrato é de R$ ....., já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre o Município.
3.2.2 – O pagamento será realizado mensalmente, após a efetiva execução dos serviços e mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
3.2.3. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
4.1 Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
a) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.
b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.
h) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.
i) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
j) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
k) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
l) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
m) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

CLÁUSULA V: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.
a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
g) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
h) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
i) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
j) Realizar a prestação dos serviços com as especificações indicadas no termo de referência.

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
6.1 – Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

310000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2106 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
2107 – Manutenção das Ações do Bloco de Atenção Primária - Custeio
2111 – Manutenção das Ações do Bloco de Atenção Especializada
Fonte: 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos
Fonte: 15001002 – Recursos Não Vinculados de Impostos – Saúde
Fonte: 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica

CLÁUSULA VII - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração devidamente designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
7.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;
7.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;
7.4. O relatório de entrega do objeto será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;
7.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES
8.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:
a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Dar causa à inexecução total do contrato;
d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.
a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLÁUSULA IX - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:
9.1 - São motivos de rescisão do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 – O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO FORO:
11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Barra da Estiva, para dirimirem eventuais dúvidas oriundas deste instrumento.
E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Ibicoara - Bahia,.....de ..... de 2026.

_____
GILMADSON CRUZ DE MELO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

_____
João Martins dos Anjos Filho
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE

_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-Nome:_____
CPF: _____
Ass.: _____

2-Nome:_____
CPF: _____
Ass.: _____

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2026

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, no bojo da Dispensa de Licitação Nº 021/2026, instaurada pela Prefeitura Municipal de Ibicoara.

Outrossim, declara ainda ser counhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

(Local), ... de ..... de 2026.

_____

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.

OBS. 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Dispensa de Licitação nº 021/2026, instaurada pela Prefeitura Municipal de Ibicoara, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), ... de ..... de 2026.

_____

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARAMOS para fins de atendimento ao que consta do edital da Dispensa de Licitação nº 021/2026, instaurada pela Prefeitura Municipal de Ibicoara, tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

(Local), ... de ..... de 2026.

_____

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Dispensa nº 021/2026, instaurada pela Prefeitura Municipal de Ibicoara, para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar no 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data do certame, na condição:

( ) de MICROEMPRESA [ou] ( ) de EMPRESA DE PEQUENO PORTE

e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar no 123/06.

(Local), ... de ..... de 2026.

_____

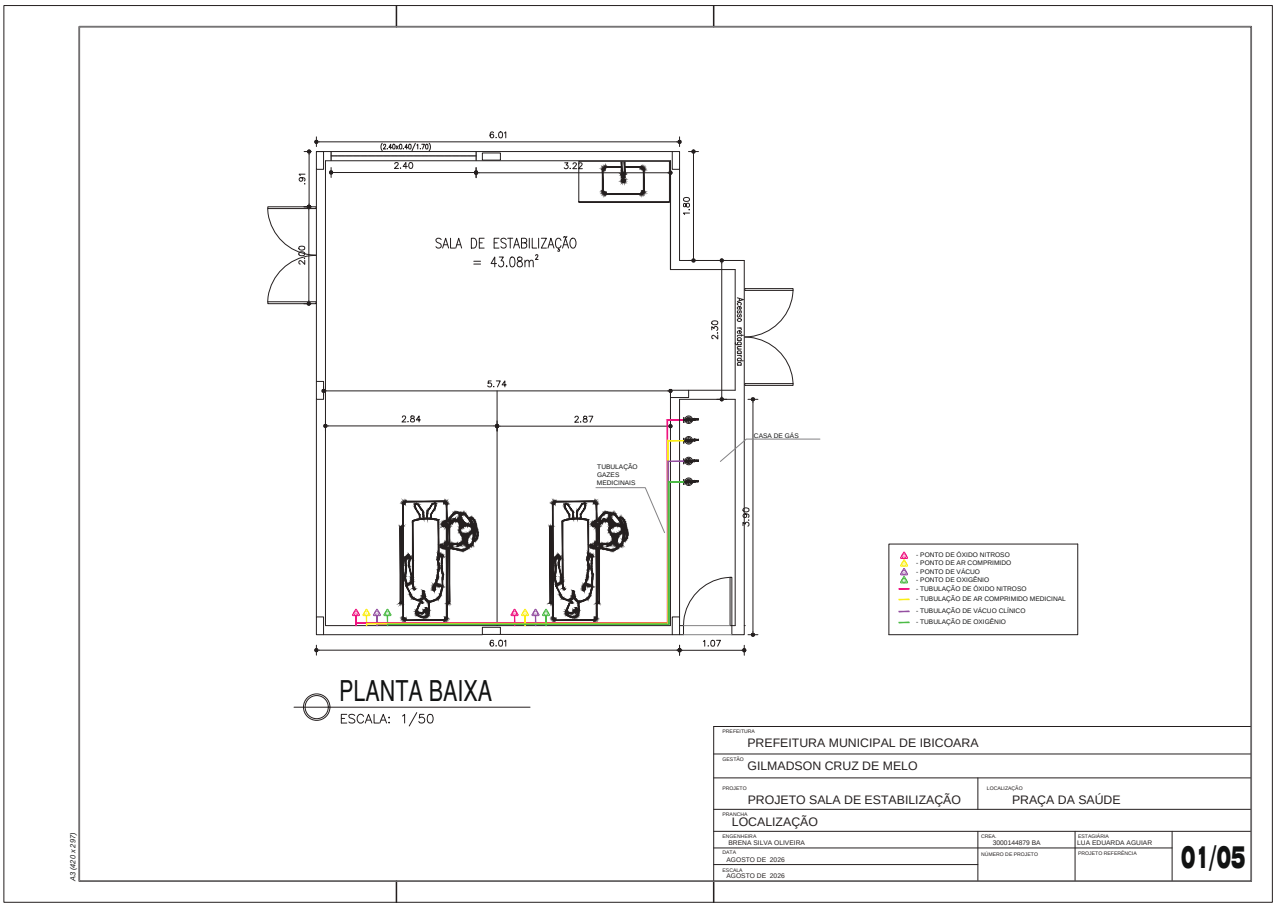
EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA - CNPJ 13.922.588/0001-82



PORTARIA Nº 009/2026, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

INSTITUI O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE LAGOA REAL – BAHIA, DESIGNA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA REAL – BAHIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal,

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente os arts. 205, 206, 208 e 211, que asseguram a educação como direito de todos e estabelecem o regime de colaboração entre os entes federados;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA**, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, que institui a **Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA**, destinada a apoiar a implementação das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a política de alfabetização do Estado da Bahia, desenvolvida por meio do **Programa Bahia Alfabetizada**, e as ações pactuadas no âmbito do

CENTRO ADMINISTRATIVO - AVENIDA 13 DE JUNHO, 675 - PARQUE DO VAQUEIRO
LAGOA REAL - BAHIA – CEP. 46427-705
sec.educacaolr@yahoo.com

Plano de Ações do Território Estadual – PATE, em regime de colaboração com os municípios;

CONSIDERANDO o **Plano Municipal de Alfabetização** que estabelece como diretrizes o fortalecimento do regime de colaboração, a participação na RENALFA, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, a promoção da equidade, a formação continuada e o acompanhamento sistemático das aprendizagens;

CONSIDERANDO a **Política de Recomposição das Aprendizagens** do município de Lagoa Real instituída pelo Decreto 044 de 11 de maio de 2026;

CONSIDERANDO a Lei nº 05 de 28 de outubro de 2005 **- Lei da Criação do Sistema Municipal de Educação** do Município de Lagoa Real.

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 219/2025, de 17 de dezembro de 2025 prorroga até 31 de dezembro de 2027 a vigência do **Plano Municipal de Educação** de Lagoa Real.

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar governança sistêmica, acompanhamento, monitoramento, avaliação e articulação institucional das políticas, programas, projetos e ações voltados à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DO COMITÊ

Art. 1º- Fica instituído o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Lagoa Real – Bahia**, órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º- O Comitê Estratégico Municipal tem por finalidade fortalecer a governança da Política Municipal de Alfabetização, promovendo a articulação, o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito municipal, em consonância com:

I – o Plano Municipal de Alfabetização – PMA;
II – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
III – a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA;
IV – o Programa Bahia Alfabetizada Criança;
V – o Plano de Ações do Território Estadual – PATE;
VI – as demais políticas, programas e ações municipais, estaduais e federais relacionados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º- Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização e do Plano Municipal de Alfabetização;
II – articular as ações municipais com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e do Programa Bahia Alfabetizada;
III – acompanhar as ações pactuadas no Plano de Ações do Território Estadual – PATE;
IV – acompanhar e apoiar as ações desenvolvidas pela Articulação Municipal do CNCA/RENALFA;
V – acompanhar as metas de alfabetização, especialmente a garantia da alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
VI – acompanhar as estratégias de recomposição das aprendizagens destinadas aos estudantes que apresentem defasagens, especialmente do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

VII – acompanhar os resultados das avaliações diagnósticas, formativas, de fluência leitora e externas, incluindo as realizadas no âmbito do CNCA, SABE, SAEB, PARC e do Sistema Municipal de Avaliação;

VIII – analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização, aprendizagem, frequência, permanência, fluxo escolar e equidade;

IX – propor estratégias de intervenção pedagógica a partir dos resultados das avaliações e dos diagnósticos da Rede Municipal de Ensino;

X – acompanhar as ações de formação continuada dos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos na Política Municipal de Alfabetização;

XI – acompanhar a distribuição, utilização e avaliação dos materiais didáticos, pedagógicos, literários e complementares destinados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;

XII – acompanhar a implementação e manutenção dos espaços de incentivo à leitura e dos ambientes alfabetizadores nas unidades escolares;

XIII – propor estratégias de mobilização e participação das famílias e da comunidade no processo de alfabetização;

XIV – promover ações de articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, respeitando as especificidades de cada etapa;

XV – acompanhar as estratégias destinadas à promoção da equidade e da inclusão, considerando os estudantes público da Educação Especial, as escolas do campo e as diferentes realidades sociais, culturais e territoriais da Rede Municipal;

XVI – incentivar a identificação, sistematização, reconhecimento e disseminação de boas práticas de alfabetização;

XVII – acompanhar a implementação das ações de recomposição das aprendizagens desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;

XVIII – apoiar a elaboração dos Planos de Ação, Planos de Trabalho Anuais e demais instrumentos de planejamento da Política Municipal de Alfabetização;

XIX – acompanhar o cumprimento dos critérios e evidências relativos ao **Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização**;

CENTRO ADMINISTRATIVO - AVENIDA 13 DE JUNHO, 675 - PARQUE DO VAQUEIRO
LAGOA REAL - BAHIA – CEP. 46427-705
sec.educacaolr@yahoo.com

XX – elaborar recomendações, relatórios, pareceres e registros de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização;
XXI – propor medidas para o aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º- O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto pelas seguintes representatividades:

I – Secretário Municipal de Educação.
II – Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA/RENALFA;
III – Representante da Coordenação da Secretaria Municipal de Educação;
IV – Representante da Coordenação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
V – Representante da Coordenação da Educação Infantil;
VI – Representante da Coordenação da Educação Especial e Inclusiva;
VII – Representante da Coordenação da Educação do Campo;
VIII – Representante da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI;
IX – Representante dos Gestores Escolares;
X – Representante dos Coordenadores Pedagógicos;
XI–Representante dos Professores da Educação Infantil, Alfabetizadores do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
XII – Representante dos professores que atuam do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental e/ou nas ações de recomposição das aprendizagens;
XIII – Representante do Conselho Municipal de Educação – CME;
XIV – Representante da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação;
XV – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
XVI – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
XVII – Representante do Conselho Tutelar;

XVIII – Representante dos pais ou responsáveis pelos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º Poderão participar das reuniões do Comitê, na condição de convidados, representantes de outros órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, conselhos municipais e instituições parceiras, sempre que a pauta justificar sua participação.

§ 2º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO IV

DA DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS

Art. 5º- Ficam designados para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização os seguintes membros:

I – **Secretário Municipal de Educação:**

Titular: Ailton Alves Carvalho.

II – **Articulação Municipal do CNCA/RENALFA:**

Titular: Laura Luíza de Jesus Neves Amorim.

III– **Representante da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:**

Titular: Mathias de Almeida Neves.

IV **– Representante da Coordenação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:**

Titular :Maria das Graças Moreira Novais.

V – **Representante da Coordenação da Educação Infantil:**

Titular: Rosani Trindade Duca Teixeira.

Suplente: Keyla Paula Farias de Jesus;

VI – **Coordenação da Educação Especial e Inclusiva:**

Titular: Rebeka da Silva Almeida Sancho.

VII – **Coordenação da Educação do Campo:**

Titular: Edilene Amorim Alves.

VIII – **Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI:**

Titular: Murilo dos Santos;

Suplente: Regiane Dias Cardoso.

IX –**Representantes de Gestores Escolares:**

Titular: Maria Neves Sobrinho;

Suplente: Silvana Neves Dias Moreira.

X – **Representantes de Coordenadores Pedagógicos:**

Titular: Fernanda Silva Soares Guanaes;

Suplente: Sandra Nunes da Silva

XI – **Representantes de Professores Alfabetizadores – 1º e 2º anos:**

Titular: Nara Kellys Almeida Pereira Moreira

Suplente: Nilma Márcia de Almeida

XII – **Representantes de Professores do 3º ao 5º ano/Recomposição das Aprendizagens:**

Titular: Sidinalva Teixeira Alves

Suplente: Marili da Silva Fagundes Rodrigues

XIII – **Representante do Conselho Municipal de Educação:**

Titular: Sandra Aparecida Aguiar dos Santos

Suplente: Izis Pollyanna Teixeira Dias Freitas;

CENTRO ADMINISTRATIVO - AVENIDA 13 DE JUNHO, 675 - PARQUE DO VAQUEIRO
LAGOA REAL - BAHIA – CEP. 46427-705
sec.educacaolr@yahoo.com

XIV – **Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME:**

Titular: Eliene Dias dos Santos Rocha.

XV – **Representante da** Secretaria **Municipal de Assistência Social:**

Titular: Jussimar Teixeira Aguiar Lima.

XVI – **Representante da Secretaria Municipal de Saúde:**

Titular: Luis Fernando Gonçalves Novais.

XVII – **Representante do Conselho Tutelar:**

Titular: Solange da Silva Costa Pessoa.

XVIII – **Representantes de Pais ou Responsáveis:**

Titular: Vera Lúcia Cambuí Miranda Souza.

Parágrafo único. Havendo necessidade, poderão ser designados membros suplentes para cada representação mediante ato da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º- O Comitê Estratégico Municipal será presidido pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação.

§ 1º A Coordenação Executiva do Comitê ficará sob responsabilidade da Coordenação Municipal de Alfabetização e da Articulação Municipal do CNCA/RENALFA.

§ 2º Compete à Coordenação Executiva organizar as reuniões, elaborar pautas, providenciar registros, acompanhar as deliberações e manter organizada a documentação comprobatória das ações desenvolvidas.

Art. 7º- O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 8º- As reuniões do Comitê deverão ser registradas por meio de:
I – pauta;
II – ata;
III – lista de presença;
IV – registros fotográficos, quando pertinentes;
V – relatórios, encaminhamentos e demais documentos decorrentes das reuniões.

Art. 9º O Comitê poderá constituir grupos de trabalho para análise e acompanhamento de temas específicos relacionados à alfabetização, formação, avaliação, equidade, materiais pedagógicos, recomposição das aprendizagens e demais dimensões da Política Municipal.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO

Art. 10- O Comitê acompanhará, de forma sistemática, os indicadores e metas da Política Municipal de Alfabetização, utilizando os resultados para subsidiar:

I – o planejamento pedagógico;
II – a formação continuada;
III – a definição de intervenções pedagógicas;
IV – a recomposição das aprendizagens;
V – a alocação de materiais e recursos;
VI – a tomada de decisões pela Secretaria Municipal de Educação;
VII – o aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 11. O Comitê deverá elaborar, periodicamente, registros e relatórios que evidenciem as ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, quando necessário.

Art. 13- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação de Lagoa Real – Bahia, 28 de agosto de 2026.

AILTON ALVES CARVALHO
Secretário Municipal de Educação
DECRETO Nº 158/2025, DE 04 JUNHO DE 2025.

CENTRO ADMINISTRATIVO - AVENIDA 13 DE JUNHO, 675 - PARQUE DO VAQUEIRO
LAGOA REAL - BAHIA – CEP. 46427-705
sec.educacaolr@yahoo.com

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 194/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2026D

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei 14.133/2021, **ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o processo de dispensa de licitação nº. 012/2026D**, em favor da empresa **COOPERCICLI – COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS CATADORES DE CAETITÉ - CNPJ nº 11.196.604/0001-71**, sediada na Rodovia Caetité-Maniaçu, km 06, S/N, Zona Rural, CEP 46.400-000, ofertando proposta no valor global de **R$ 300.030,00 (trezentos mil e trinta reais)**, tendo por objeto **CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA.**

Em consequência, fica convocado o representante da empresa para assinatura do contrato.

Lagoa Real, 28 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO Nº. 095/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026D
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026

Contrato administrativo nº095/2026, que fazem entre si o Município de Lagoa Real, e a COOPERATIVA **COOPERCICLI COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS CATADORES DE CAETITÉ**.

O **MUNICÍPIO DE LAGOA REAL**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP 46.425-000, inscrito no CNPJ sob o nº **16.416.117/0001-90**, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA**, Prefeito Municipal, eleito e em pleno exercício do mandato, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **COOPERATIVA COOPERCICLI – COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS CATADORES DE CAETITÉ**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.196.604/0001-71**, sediada na Rodovia Caetité-Maniaçu, km 06, S/N, Zona Rural, CEP 46.400-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **LEONARDO DA SILVA SANTOS**, conforme atos constitutivos da cooperativa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **194/2026** e em observância às disposições da Lei nº **14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

RUBRICAS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR	TOTAL
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO / ASSESSORIA	12	MESES	R$ 11.000,00	132.000,00
Caminhão Cap. 1,8 Ton.	12	MESES	R$ 4.000,00	48.000,00
AJUDA DE CUSTOS AOS CATADORES	12	MESES	R$ 7.000,00	84.000,00
MOTORISTA	12	MESES	R$ 2.000,00	24.000,00
BOTA	14	UNIDADE	R$ 100,00	1.400,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

LUVAS PU	100	UNIDADE	R$	5,00	500,00
LUVAS VAQUETA	20	UNIDADE	R$	16,00	320,00
CALÇA	21	UNIDADE	R$	70,00	1.470,00
CAMISA	21	UNIDADE	R$	40,00	840,00
CARTILHAS	2.000,00	UNIDADE	R$	2,00	4.000,00
MESAS DE TRIAGEM	2	UNIDADE	R$	1.500,00	3.000,00
BIG BAGS	50	UNIDADE	R$	10,00	500,00
TOTAL					**R$ 300.030,00**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;
1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do art.107 da Lei n° 14.133, de 2021, obedecendo a vigência máxima decenal.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, mediante acordo entre as partes, devendo o ato ser ratificado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 300.030,00 (trezentos mil e trinta reais)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos aludidos pelo art. 137, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no ato de envio da nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.21. Responsabilizar-se pelos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, alimentação e deslocamento de pessoal, fornecimento de EPI, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato.

9.22. Manter-se, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que deram origem ao Contrato.

9.23. Operar com organização completa, executando o serviço com os materiais, equipamentos, ferramentas, veículos e pessoal próprio (cooperado de baixa renda), em número suficiente, devidamente habilitado para execução de suas tarefas. Em caso de contratação de terceiros ou de empregados deve obedecer a legislação cível e trabalhista e previdenciária, com as devidas anotações e recolhimentos;

9.24. Divulgar por meio de card, panfletos, palestras, a importância da coleta seletiva e orientar a população atendida quanto a forma correta de separação do lixo, diferenciando o que é reciclável, orgânico ou rejeito;

9.25. Garantir aos cooperados e funcionários o fornecimento de equipamentos

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

obrigatórios e/ou necessários à execução do objeto contratado;

9.26. Substituir os cooperados e/ou funcionários ausentes evitando assim prejuízos aos serviços e à população atendida;

9.27. Cumprir o cronograma previamente acordado com a CONTRATANTE quanto à distribuição dos recipientes, coleta e transporte, havendo a regularidade de coleta nos dias e locais previamente agendados;

9.28. Manter os equipamentos, as dependências do local de separação sempre limpos e organizados, respeitando as normas relativas ao caso, sobretudo as estabelecidas pela Vigilância Sanitária;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da

LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8% do valor do Contrato.

(e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

(f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.1.1.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.1.1.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2.1.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.3 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.1.4 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.1.5 Indenizações e multas.

13.2.1.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

14.1. As despesas orçamentárias decorrentes da presente contratação correrão conforme abaixo:

ÓRGÃO	2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
UNIDADE	11.11.000 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA
PROJETO	18.542.013.2925 IMPLEMENTAÇÃO DA COLETA SELETIVA
ELEMENTO	3.3.9.0.39.00.0000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
FONTE	15000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação direta, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 28 de agosto de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

COOPERCICLI COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS CATADORES DE CAETITÉ.
CONTRATADA

Testemunhas:

01_____ 02_____
CPF: CPF:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2026

CONTRATO N° 095/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 095/2026

MODALIDADE/N.º: DISPENSA Nº. 012/2026D

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA.

FUNDAMENTAÇÃO: LEI 14.133/2021 – ARTIGO 75 – INCISO IV, ALÍNEA "j"

VALOR: **R$ 300.030,00 (trezentos mil e trinta reais)**

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28/08/2026 a 28/08/2027

FORNECEDOR: **COOPERCICLI COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS CATADORES DE CAETITÉ**.
CNPJ: 11.196.604/0001-71

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
UNIDADE	11.11.000 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA
PROJETO	18.542.013.2925 IMPLEMENTAÇÃO DA COLETA SELETIVA
ELEMENTO	3.3.9.0.39.00.0000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
FONTE	15000

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA

ASSINAM PELA CONTRATADA: LEONARDO DA SILVA SANTOS

DATA: 28 de agosto de 2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2026D

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 194/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA.

Às 14h42min (quatorze horas e quarenta e dois minutos), do dia 28 de agosto de 2026, reuniram-se o agente de contratação e os membros da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº. 373/2025, em atendimento às disposições legais da Lei nº 14.133/2021, para realizar os procedimentos relativos à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2026D**, referente ao Processo Administrativo nº. 194/2026, com a finalidade de **CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA**, conforme edital, termo de referência e demais anexos disponibilizados no Diário Oficial.

Até o horário estabelecido no instrumento convocatório, às 11h59min do dia 28/08/2026, para envio da proposta e da documentação de habilitação por e-mail ou presencialmente, apenas 01 (uma) participante manifestou interesse e encaminhou sua respectiva proposta e documentação, sendo ela a **COOPERCICLI – COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS CATADORES DE CAETITÉ, CNPJ nº 11.196.604/0001-71**, com sede na Rodovia Caetité-Maniaçu, km 06, S/N, Zona Rural, CEP 46.400-000, que apresentou proposta no valor global de **R$ 300.030,00 (trezentos mil e trinta reais)**.

Ato contínuo, procedeu-se à análise da proposta apresentada pela **COOPERCICLI – COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS CATADORES DE CAETITÉ**, constatando-se que a proposta atende às condições e especificações estabelecidas no instrumento convocatório, estando, portanto, **CLASSIFICADA**.

Em seguida, procedeu-se à análise da documentação de habilitação apresentada pela referida cooperativa. Após a verificação dos documentos, constatou-se o atendimento às exigências estabelecidas no edital, estando a participante apta quanto aos requisitos de habilitação. Diante disso, o agente de contratação e a equipe de apoio decidiram pela **HABILITAÇÃO** da **COOPERCICLI – COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA SELETIVA DOS CATADORES DE CAETITÉ**.

Ato contínuo, franqueada a palavra aos presentes, nada foi declarado.

Nada mais havendo a tratar, eu, **João Gabriel de Oliveira Guedes**, agente de contratação, juntamente com a equipe de apoio, lavramos a presente ata, que será assinada por todos ao final da sessão, a qual foi encerrada às 15h53min (quinze horas e cinquenta e três minutos), do dia **28 de agosto de 2026**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Lagoa Real – Bahia.

JOÃO GABRIEL DE OLIVEIRA GUEDES
Agente de Contratação

ALLINE MOURA GOMES
Equipe de Apoio

VANDREIA DOS SANTOS
Equipe de Apoio

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
Praça Noamar Alcantara - SEDE
CNPJ: 13.284.641/0001-67 - CEP: 46.255-000 - MAETINGA - BA

DECRETO DE ALTERAÇÃO DE QDD

DECRETO Nº 18 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

ESTABELECE normas para alteração dos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, e dá outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MAETINGA**, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado no artigo 30 da lei de nº 260 de 03 de setembro de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias.

Decreta:

Art 1º. - Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD do Poder Executivo , aprovado pelo Decreto Nº 184 de 29 de dezembro de 2025, correspondente à Programação das Despesas dos Órgãos diretamente subordinados ao Prefeito(a).

32001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
4.4.90.51.00 / 15000000 - Obras e Instalações	20.000,00	0,00
4.4.90.52.00 / 17210000 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	20.000,00
Total por Ação:	**20.000,00**	**20.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**20.000,00**	**20.000,00**

32002 - SECRETARIA DE FINANÇAS

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.008 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS		
3.3.90.34.00 / 15000000 - OUTRAS DESP. DE PESS. DECORR. DE CONTRATOS DE TERC	0,00	2.000,00
3.3.90.35.00 / 15000000 - Serviços de Consultoria	0,00	3.000,00
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000,00	0,00
Total por Ação:	**6.000,00**	**6.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**6.000,00**	**6.000,00**

34002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.058 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E FESTAS POPULARES		
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	5.000,00	0,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	5.000,00
Total por Ação:	**5.000,00**	**5.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**5.000,00**	**5.000,00**

34003 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.017 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
3.3.90.33.00 / 15001001 - Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
Praça Noamar Alcantara - SEDE
CNPJ: 13.284.641/0001-67 - CEP: 46.255-000 - MAETINGA - BA

DECRETO DE ALTERAÇÃO DE QDD

3.3.90.33.00 / 15401070 - Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	10.000,00
Total por Ação:	**10.000,00**	**10.000,00**
2.018 - GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO		
3.1.90.04.00 / 15401070 - Contratação p/ Tempo determinado	100.000,00	0,00
3.1.90.11.00 / 15401070 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	0,00	100.000,00
Total por Ação:	**100.000,00**	**100.000,00**
2.019 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
3.1.90.04.00 / 15001001 - Contratação p/ Tempo determinado	40.000,00	0,00
3.1.90.11.00 / 15001001 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	0,00	40.000,00
3.3.90.14.00 / 15001001 - DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00	0,00
3.3.90.30.00 / 15001001 - Material de Consumo	0,00	10.000,00
3.3.90.30.00 / 15440000 - Material de Consumo	0,00	2.720,00
3.3.90.39.00 / 15001001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.720,00	0,00
Total por Ação:	**52.720,00**	**52.720,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**162.720,00**	**162.720,00**

35001 - SECRETARIA DE TRANSPORTE

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
1.026 - OBRAS, REFORMAS E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESTRADAS E RODAGENS		
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.800,00	0,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	4.900,00
3.3.90.39.00 / 17200000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	2.900,00
Total por Ação:	**7.800,00**	**7.800,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**7.800,00**	**7.800,00**

36001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.037 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS		
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.700,00	0,00
3.3.90.36.00 / 15010000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	1.900,00
3.3.90.36.00 / 17500000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	900,00
3.3.90.39.00 / 15010000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	1.900,00
Total por Ação:	**4.700,00**	**4.700,00**
2.040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA		
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo	3.980,00	0,00
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	1.990,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	1.990,00
Total por Ação:	**3.980,00**	**3.980,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**8.680,00**	**8.680,00**

37002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
2.021 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - (RECURSOS PRÓPRIOS)		
3.3.90.33.00 / 15001002 - Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00	0,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
Praça Noamar Alcantara - SEDE
CNPJ: 13.284.641/0001-67 - CEP: 46.255-000 - MAETINGA - BA

DECRETO DE ALTERAÇÃO DE QDD

3.3.90.39.00 / 15001002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		9.000,00	0,00
3.3.90.92.00 / 15001002 - Despesas de Exercícios Anteriores (outras que não		0,00	19.000,00
	Total por Ação:	**19.000,00**	**19.000,00**
2.022 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE			
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		4.000,00	0,00
3.3.90.39.00 / 16310000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0,00	4.000,00
	Total por Ação:	**4.000,00**	**4.000,00**
2.028 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
3.3.90.36.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		0,00	1.900,00
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		2.800,00	0,00
3.3.90.92.00 / 16000000 - Despesas de Exercícios Anteriores (outras que não		0,00	900,00
	Total por Ação:	**2.800,00**	**2.800,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**25.800,00**	**25.800,00**
	Total Geral:	**236.000,00**	**236.000,00**

Art. 2º - A execução orçamentária obedecerá ao Quadro de Detalhamento de Despesa QDD, a estrutura de Custos de Projetos e Atividades, segundo a Natureza da Despesa, estabelecida para cada Unidade Orçamentária em consonância com os Programas de Trabalho, fixados na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor a partir de segunda-feira, 3 de agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MAETINGA, Estado da Bahia, em 03 de agosto de 2026.

EUVALDO FERRAZ DE CASTRO JUNIOR
Contador(a)
Reg. Prof.: CRC-BA-030767

SERGIO BARROS MOREIRA
Prefeito Municipal
CPF: 003.877.085-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
Praça Noamar Alcantara - SEDE
CNPJ: 13.284.641/0001-67 - CEP: 46.255-000 - MAETINGA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 19 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R$ 2.702.000,00 (Dois milhões e setecentos e dois mil reais), para fins que se especifica e da outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MAETINGA**, no uso de suas atribuições legais, constituicionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 266/2025 de 12 de dezembro de 2025, edita o seguinte Decreto:

Art 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R$2.702.000,00 (Dois milhões e setecentos e dois mil reais) a saber:

Dotações Suplementares

32001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		90.000,00
	Total por Ação:	**90.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**90.000,00**

33001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

1.006 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO

3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		20.000,00
	Total por Ação:	**20.000,00**

2.009 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		10.000,00
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		10.000,00
	Total por Ação:	**20.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**40.000,00**

34003 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS P UNIDADES ESCOLARES

4.4.90.52.00 / 15710000 - Equipamentos e Material Permanente		125.000,00
	Total por Ação:	**125.000,00**

2.017 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.30.00 / 15500000 - Material de Consumo		54.000,00
3.3.90.33.00 / 15001001 - Passagens e Despesas com Locomoção		100.000,00
3.3.90.33.00 / 15500000 - Passagens e Despesas com Locomoção		30.000,00
	Total por Ação:	**184.000,00**

2.019 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1.90.04.00 / 15001001 - Contratação p/ Tempo determinado		29.120,00
3.3.90.30.00 / 15500000 - Material de Consumo		20.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
Praça Noamar Alcantara - SEDE
CNPJ: 13.284.641/0001-67 - CEP: 46.255-000 - MAETINGA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

	Total por Ação:	**49.120,00**
2.060 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB VAAT		
3.1.90.11.00 / 15421070 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		132.180,00
	Total por Ação:	**132.180,00**
2.063 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO		
3.1.90.94.00 / 15400000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas		18.700,00
	Total por Ação:	**18.700,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**509.000,00**

35001 - SECRETARIA DE TRANSPORTE

2.038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE		
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		300.000,00
	Total por Ação:	**300.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**300.000,00**

36001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

1.021 - PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS E CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS		
4.4.90.51.00 / 17000000 - Obras e Instalações		40.000,00
	Total por Ação:	**40.000,00**
1.024 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS		
4.4.90.51.00 / 17010000 - Obras e Instalações		400.000,00
	Total por Ação:	**400.000,00**
2.037 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS		
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		150.000,00
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		10.000,00
	Total por Ação:	**160.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**600.000,00**

37002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.014 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSIT. HOSP. E AMBUL MED. COMPLEXIDADE - TFD		
3.3.90.30.00 / 16000000 - Material de Consumo		85.000,00
	Total por Ação:	**85.000,00**
2.015 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF		
3.1.90.04.00 / 16210000 - Contratação p/ Tempo determinado		140.000,00
	Total por Ação:	**140.000,00**
2.021 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - (RECURSOS PRÓPRIOS)		
3.3.90.39.00 / 15001002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		100.000,00
	Total por Ação:	**100.000,00**
2.022 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE		
3.1.90.04.00 / 16000000 - Contratação p/ Tempo determinado		120.000,00
3.1.90.04.00 / 16050000 - Contratação p/ Tempo determinado		60.000,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

3.1.90.13.00 / 16000000 - Obrigações Patronais		91.000,00
3.3.90.30.00 / 16000000 - Material de Consumo		175.000,00
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		100.000,00
	Total por Ação:	**546.000,00**
2.024 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
3.1.90.11.00 / 16000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		20.000,00
	Total por Ação:	**20.000,00**
2.028 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL		
3.3.90.30.00 / 16000000 - Material de Consumo		45.000,00
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		6.000,00
4.4.90.52.00 / 16000000 - Equipamentos e Material Permanente		15.000,00
	Total por Ação:	**66.000,00**
2.035 - MANUTENÇÃO DO SAMU 192		
3.3.90.36.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		8.000,00
3.3.90.39.00 / 16000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		50.000,00
	Total por Ação:	**58.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**1.015.000,00**

38002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.064 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS		
3.1.90.11.00 / 15000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		60.000,00
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		20.000,00
	Total por Ação:	**80.000,00**
2.067 - BLOCO DA PROEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
3.3.90.30.00 / 17010000 - Material de Consumo		30.000,00
	Total por Ação:	**30.000,00**
2.070 - PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ		
3.1.90.04.00 / 16600000 - Contratação p/ Tempo determinado		12.000,00
	Total por Ação:	**12.000,00**
2.072 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL		
3.3.90.30.00 / 16600000 - Material de Consumo		26.000,00
	Total por Ação:	**26.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**148.000,00**
	Total Suplementado:	**2.702.000,00**

Art 2º. - A propósito cabe-me informar que para atender a suplementação acima, serão anuladas parcialmente e/ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelece a Lei nº 4.320.

Dotações Anuladas

32001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.4.90.52.00 / 17210000 - Equipamentos e Material Permanente		20.000,00
	Total por Ação:	**20.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**20.000,00**

32002 - SECRETARIA DE FINANÇAS

2.008 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

3.1.90.11.00 / 15000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		100.000,00
	Total por Ação:	**100.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**100.000,00**

34002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

1.030 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E QUADRAS POLIESPORTIVAS

4.4.90.51.00 / 17010000 - Obras e Instalações		45.000,00
4.4.90.51.00 / 17990000 - Obras e Instalações		70.000,00
	Total por Ação:	**115.000,00**

2.058 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E FESTAS POPULARES

3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		130.000,00
	Total por Ação:	**130.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**245.000,00**

34003 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS P UNIDADES ESCOLARES

4.4.90.52.00 / 15430000 - Equipamentos e Material Permanente		200.000,00
	Total por Ação:	**200.000,00**

2.018 - GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

3.1.90.04.00 / 15400000 - Contratação p/ Tempo determinado		140.000,00
3.1.90.04.00 / 15401070 - Contratação p/ Tempo determinado		200.000,00
3.1.90.11.00 / 15401070 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		981.000,00
3.1.90.13.00 / 15411070 - Obrigações Patronais		29.120,00
	Total por Ação:	**1.350.120,00**

2.019 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

3.3.90.39.00 / 15001001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		20.000,00
3.3.90.39.00 / 15500000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		30.000,00
	Total por Ação:	**50.000,00**

2.020 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNDE

4.4.90.52.00 / 15690000 - Equipamentos e Material Permanente		2.000,00
	Total por Ação:	**2.000,00**

2.060 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB VAAT

3.3.90.39.00 / 15420000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		132.180,00
4.4.90.52.00 / 15420000 - Equipamentos e Material Permanente		125.000,00
	Total por Ação:	**257.180,00**

2.063 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO

3.3.90.30.00 / 15400000 - Material de Consumo		10.000,00
	Total por Ação:	**10.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**1.869.300,00**

35001 - SECRETARIA DE TRANSPORTE

1.026 - OBRAS, REFORMAS E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESTRADAS E RODAGENS

4.4.90.51.00 / 17000000 - Obras e Instalações		8.000,00
	Total por Ação:	**8.000,00**

2.038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		20.000,00
	Total por Ação:	**20.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**28.000,00**

36001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

2.042 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA

3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		25.000,00
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		40.000,00
	Total por Ação:	**65.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**65.000,00**

37002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

1.016 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES E POSTOS DE SAÚDE

4.4.90.52.00 / 16310000 - Equipamentos e Material Permanente		20.000,00
	Total por Ação:	**20.000,00**

1.018 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTO DE ASSIST HOSP. E AMBULATORIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

4.4.90.51.00 / 16310000 - Obras e Instalações		20.000,00
4.4.90.52.00 / 16310000 - Equipamentos e Material Permanente		20.000,00
	Total por Ação:	**40.000,00**

2.014 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSIT. HOSP. E AMBUL MED. COMPLEXIDADE - TFD

3.1.90.04.00 / 16050000 - Contratação p/ Tempo determinado		180.000,00
	Total por Ação:	**180.000,00**

2.016 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DOS AGENTES COMUNITRÁRIOS DE SAÚDE - ACS

3.1.90.04.00 / 16040000 - Contratação p/ Tempo determinado		26.000,00
	Total por Ação:	**26.000,00**

2.021 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - (RECURSOS PRÓPRIOS)

3.3.90.48.00 / 15001002 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		6.000,00
	Total por Ação:	**6.000,00**

2.022 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE

3.1.90.11.00 / 16050000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		20.000,00
	Total por Ação:	**20.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**292.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
Praça Noamar Alcantara - SEDE
CNPJ: 13.284.641/0001-67 - CEP: 46.255-000 - MAETINGA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

38002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.071 - BLOCO DA PORTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

3.1.90.11.00 / 16600000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil		2.000,00
	Total por Ação:	**2.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**2.000,00**

38003 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.044 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.1.90.94.00 / 15000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas		2.000,00
3.3.90.14.00 / 15000000 - DIÁRIAS - CIVIL		2.000,00
3.3.90.30.00 / 15000000 - Material de Consumo		2.000,00
3.3.90.36.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		2.000,00
3.3.90.39.00 / 15000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		2.000,00
	Total por Ação:	**10.000,00**

2.045 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.1.90.04.00 / 16600000 - Contratação p/ Tempo determinado		2.000,00
	Total por Ação:	**2.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**12.000,00**

40001 - RESERVA DE CONTIGENCIA

1.029 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

9.9.99.99.99 / 15000000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.		68.700,00
	Total por Ação:	**68.700,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**68.700,00**
	Total Anulado:	**2.702.000,00**

Art. 3º - Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a expedir instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de segunda-feira, 3 de agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MAETINGA, Estado da Bahia, em 03 de agosto de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
Praça Noamar Alcantara - SEDE
CNPJ: 13.284.641/0001-67 - CEP: 46.255-000 - MAETINGA - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

EUVALDO FERRAZ DE CASTRO JUNIOR
Contador(a)
Reg. Prof.: CRC-BA-030767

SERGIO BARROS MOREIRA
Prefeito Municipal
CPF: 003.877.085-70

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA

3ª ATA DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO CHAMADA PÚBLICA Nº 014/2025

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 14:00 horas, no prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Centro, na cidade de Maetinga - Bahia reuniu-se a Comissão de Credenciamento, nomeada pelo Decreto nº 071/2025, para abertura dos trabalhos referentes a análise e julgamento dos documentos relativos a habilitação da CHAMADA PÚBLICA nº 014/2025, conforme Aviso de Credenciamento publicado no Diário Oficial dos Municípios, no DOU e no Jornal A Tarde em 25 de setembro de 2025, objetivando o Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de alimentos (Quentinhas e refeições), para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, de acordo as condições e exigências estabelecidas.
Na fase de análise e julgamento dos documentos de habilitação para o CREDENCIAMENTO, foram recebidos através de envelopes protocolados os documentos constantes no edital. Segue abaixo a relação da empresa que protocolou os documentos de habilitação:

CREDENCIADO	CPF / CNPJ	Representante
ROGERIO RIBEIRO	12.491.636/0001-62	ROGERIO RIBEIRO

Após a análise e julgamento de toda a documentação da interessada, deu-se por deferido e/ou indeferido o credenciamento do participante conforme quadro abaixo, sendo CREDENCIADA e identificada nesta Ata e nos seus próprios documentos apresentados, sendo que os serviços serão contratados mediante a necessidade da Prefeitura Municipal de Maetinga.

CREDENCIADO	PESSOA FISICA –CPF / CNPJ	ITENS	CREDENCIADO		
			SIM	NÃO	
ROGERIO RIBEIRO	12.491.636/0001-62	Itens: 3, 4, 5 e 6	X		

Conforme Edital da Chamada Pública nº 014/2025, está Ata de Resultado da habilitação será divulgada no Diário Oficial dos Municípios e a partir desta data de publicação passa a vigorar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

Não tendo mais nada a tratar fica encerrada a reunião de avaliação com ata lavrada e devidamente assinada pelos presentes e por mim Edimar Queiroz Leal.

Comissão de Credenciamento:

Edimar Queiroz Leal
Presidente

Carlos Alberto Pinheiro Alves
Membro

Maria Alves Queiroz
Membro

PARCIAL DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 6º inciso XLIII, artigo 74 inciso VI, artigo 78 inciso I e art. 79, inciso I, da Lei Federal nº14.133/2021.
CREDENCIADO:	ROMILSON DA SILVA SANTOS (CPF: 107.259.435-80)
OBJETO:	Credenciamento de pessoas jurídicas e/ou físicas para futura prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade, elaboradas em conformidade com o sistema nacional de pesquisa de custos e índices.

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 230/2025, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o processo de credenciamento.

Maetinga – BA, 31 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº034-2/2026 FME DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 034-2/2026** QUE ENTRESI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE **MAETINGA-BA** E **A EMPRESA ADRIELTON DE SOUZA RIBEIRO** NOS TERMOS ABAIXO:

Pelo presente contrato que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 13.284.641/0001-67, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Centro, Maetinga - Bahia, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Sergio Barros Moreira, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 759805334, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº 003.877.085-70, residente e domiciliado na Praça Naomar Alcântara, nº 37, AP-02, Centro, Maetinga – Bahia, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Bairro Centro, na cidade de Maetinga, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 06.086.091/0001-06, neste ato representado pelo Secretário o Sr. Gilberto Lopes Costa, CPF nº 024.805.285-37, RG nº 1166226107, residente na Faz. Veredinha, s/n, Zona Rural do município de Maetinga, Estado da Bahia, aqui denominada CONTRATANTES, e do outro lado a empresa **59.581.732 ADRIELTON SOUSA RIBEIRO** pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 59.581.732/0001-65, sediada na COMUNIDADE BELA VISTA, Nº 520, ZONA RURAL DE MAETINGA/BA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Adrielton Sousa Ribeiro, CPF: 076.986.465-13 e RG: 22.827.765-50, denominada CONTRATADA, firmam neste ato o presente aditivo ao contrato na forma e nas condições que segue:

I - CLÁSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente termo aditivo esta amaparado no art. 124, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal 14.133/2021.

II - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescer o valor do Contrato Credenciamento nº 034-02/2026 FME, mais especificamente do item 13 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026 e conforme art. 125 da Lei nº 14.133/21 e suas ulteriores alterações.

III – CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

O aditivo é necessário devido ao aumento do percurso da linha 13 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026. O aumento de percurso foi necessário para contemplar alunos que estão em localidades que não estavam previstas no roteiro original, conforme ofício anexo da coordenação do transporte escolar.

IV - CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor total do contrato é de R$ 52.838,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos e trinta e oito reais), sendo que o valor do aditivo é de R$ 1.048,00 (um mil e quarenta e oito reais) estando dentro do limite 25% permitido pela lei.

V - CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial do Município, conforme determina o parágrafo único, do art. 94, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas.

Maetinga-Ba, 03 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
SERGIO BARROS MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GILBERTO LOPES COSTA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

ADRIELTON DE SOUSA RIBEIRO
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
CPF:

_____
CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº025-2/2026 FME DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 025-2/2026** QUE ENTRESI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE **MAETINGA-BA** E **A EMPRESA ALTIER SOUZA AMARAL-** NOS TERMOS ABAIXO:

Pelo presente contrato que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 13.284.641/0001-67, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Centro, Maetinga - Bahia, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Sergio Barros Moreira, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 759805334, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº 003.877.085-70, residente e domiciliado na Praça Naomar Alcântara, nº 37, AP-02, Centro, Maetinga – Bahia, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Bairro Centro, na cidade de Maetinga, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 06.086.091/0001-06, neste ato representado pelo Secretário o Sr. Gilberto Lopes Costa, CPF nº 024.805.285-37, RG nº 1166226107, residente na Faz. Veredinha, s/n, Zona Rural do município de Maetinga, Estado da Bahia, aqui denominada CONTRATANTES, e do outro lado a empresa **45.043.430 ALTIER SOUZA AMARAL** pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 45.043.430/0001-29, sediada na RUA OSVALDO GONÇALVES DE AGUIAR, Nº 71, CENTRO DE MAETINGA/BA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Altier Souza Amaral, CPF: 050.419.735-55 e RG: 14.253.325-44, denominada CONTRATADA, firmam neste ato o presente aditivo ao contrato na forma e nas condições que segue:

I - CLÁSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente termo aditivo esta amaparado no art. 124, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal 14.133/2021.

II - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescer o valor do Contrato Credenciamento nº 025-02/2026 FME, mais especificamente do item 11 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026 e conforme art. 125 da Lei nº 14.133/21 e suas ulteriores alterações.

III – CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

O aditivo é necessário devido ao aumento do percurso da linha 11 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026. O aumento de percurso foi necessário para contemplar alunos que estão em localidades que não estavam previstas no roteiro original, conforme ofício anexo da coordenação do transporte escolar.

IV - CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor total do contrato é de R$ 43.076,00 (quarenta e três mil e setenta e seis reais), sendo que o valor do aditivo é de R$ 1.717,50 (um mil e quarenta e seis reais) estando dentro do limite 25% permitido pela lei.

V - CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial do Município, conforme determina o parágrafo único, do art. 94, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas.

Maetinga-Ba, 03 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
SERGIO BARROS MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GILBERTO LOPES COSTA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

ALTIER SOUZA AMARAL
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
CPF:

_____
CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº023-2/2026 FME DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 023-2/2026** QUE ENTRESI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE **MAETINGA-BA** E **A EMPRESA CARLOS EDUARDO ROCHA DOS SANTOS** NOS TERMOS ABAIXO:

Pelo presente contrato que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 13.284.641/0001-67, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Centro, Maetinga - Bahia, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Sergio Barros Moreira, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 759805334, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº 003.877.085-70, residente e domiciliado na Praça Naomar Alcântara, nº 37, AP-02, Centro, Maetinga – Bahia, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Bairro Centro, na cidade de Maetinga, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 06.086.091/0001-06, neste ato representado pelo Secretário o Sr. Gilberto Lopes Costa, CPF nº 024.805.285-37, RG nº 1166226107, residente na Faz. Veredinha, s/n, Zona Rural do município de Maetinga, Estado da Bahia, aqui denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **59.579.738 CARLOS EDUARDO ROCHA DOS SANTOS, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 59.579.738/0001-06**, sediada na RUA CANDIDO VIEIRA FILHO. Nº 39, CENTRO DE MAETINGA/BA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Mateus Pereira da Silva CPF: 073.112.015-94 e RG: 16.444.372-01, denominada CONTRATADA, firmam neste ato o presente aditivo ao contrato na forma e nas condições que segue:

I - CLÁSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente termo aditivo esta amaparado no art. 124, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal 14.133/2021.

II - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescer o valor do Contrato Credenciamento nº 023-02/2026 FME, mais especificamente do item 33 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026 e conforme art. 125 da Lei nº 14.133/21 e suas ulteriores alterações.

III – CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

O aditivo é necessário devido ao aumento do percurso da linha 33 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026. O aumento de percurso foi necessário para contemplar alunos que estão em localidades que não estavam previstas no roteiro original, conforme ofício anexo da coordenação do transporte escolar.

IV - CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor total do contrato é de R$ 48.050,00 (quarenta e oito mil e cinquenta reais), sendo que o valor do aditivo é de R$ 509,76 (quinhentos e nove reais e setenta e seis centavos) estando dentro do limite 25% permitido pela lei.

V - CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial do Município, conforme determina o parágrafo único, do art. 94, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas.

Maetinga-Ba, 17 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
SERGIO BARROS MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GILBERTO LOPES COSTA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

CARLOS EDUARDO ROCHA DOS SANTOS
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
CPF:

_____
CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO INEX Nº 021-01/2026 DE 02 DE JANEIRO DE 2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO INEX Nº021-01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MAETINGA E O SENHOR JOSE DE SOUSA SILVA NOS TERMOS ABAIXO:

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE MAETINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 13.284.641/0001-67, situada na Praça Naomar Alcântara, 41 – Centro, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal, SERGIO BARROS MOREIRA, brasileiro, portador do CPF n° 003.877.085-70 e RG n°. 759805334, SSP/BA, residente à Praça Naomar Alcântara, nº 37, AP-02, Centro, Maetinga – Bahia. **CONTRATANTE** e do outro lado, O Senhor **JOSÉ DE SOUSA SILVA**, pessoa física, portador do RG 03.382.873-37 e CPF 572.959.485-20, residente na Fazenda Vereda do Meio, doravante denominada CONTRATADA com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações e no processo de Inexigibilidade de Licitação nº **021/2026** , firmam neste ato o presente aditivo ao contrato na forma e nas condições que seguem

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente Termo prorrogar e acrescer o valor do Contrato INEX nº 021-01/2026, que tem como Objeto CREDENCIAMENTO pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade, elaboradas em conformidade com o sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAP e ORSE – Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe, no Município de Maetinga/BA, conforme especificado no credenciamento Nº 011/2025, e de acordo o Art 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula do Contrato Original.

II - - CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total do contrato é de R$ 10.061,10 (dez mil, sessenta e um reais e dez centavos), sendo que o valor do aditivo é de R$ 2.515,27 (dois mil, quinhentos e quinze reais e vinte e sete centavos) estando dentro do limite 25% permitido pela lei.

III - CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

IV - CLÁUSULA QUARTA – DAPUBLICAÇÃO

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial do Município, conforme determina o parágrafo único, do art. 94, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas)

vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas.

Maetinga-Ba, 28 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUICIPAL DE MAETINGA
SERGIO BARROS MORREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSE DE SOUSA SILVA
CONTRATADO

Testemunhas:

_____
CPF:

_____
CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº006-6/2026 FME DE 01 DE JUNHO DE 2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 006-6/2026** QUE ENTRESI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE **MAETINGA-BA** E **A EMPRESA JUNIOR LIMA RIBEIRO** NOS TERMOS ABAIXO:

Pelo presente contrato que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 13.284.641/0001-67, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Centro, Maetinga - Bahia, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Sergio Barros Moreira, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 759805334, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº 003.877.085-70, residente e domiciliado na Praça Naomar Alcântara, nº 37, AP-02, Centro, Maetinga – Bahia, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Bairro Centro, na cidade de Maetinga, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 06.086.091/0001-06, neste ato representado pelo Secretário o Sr. Gilberto Lopes Costa, CPF nº 024.805.285-37, RG nº 1166226107, residente na Faz. Veredinha, s/n, Zona Rural do município de Maetinga, Estado da Bahia, aqui denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **66.084.244 JUNIOR LIMA RIBEIRO, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 66.084.244/0001-08**, sediada na 1A VILA RUA NOVA, Nº 100, VILA A SALGADA, MAETINGA/BA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Mateus Pereira da Silva CPF: 073.112.015-94 e RG: 16.444.372-01, denominada CONTRATADA, firmam neste ato o presente aditivo ao contrato na forma e nas condições que segue:

I - CLÁSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente termo aditivo esta amaparado no art. 124, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal 14.133/2021.

II - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescer o valor do Contrato Credenciamento nº 006-01/2026 FME, mais especificamente do item 53 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026 e conforme art. 125 da Lei nº 14.133/21 e suas ulteriores alterações.

III – CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

O aditivo é necessário devido ao aumento do percurso da linha 53 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026. O aumento de percurso foi necessário para contemplar alunos que estão em localidades que não estavam previstas no roteiro original, conforme ofício anexo da coordenação do transporte escolar.

IV - CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor total do contrato é de R$ 13.521,20 (treze mil, quinhentos e vinte e uma reais e vinte centavos), sendo que o valor do aditivo é de R$ 469,10 (quatrocentos e sessenta e nove reais e dez centavos) estando dentro do limite 25% permitido pela lei.

V - CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial do Município, conforme determina o parágrafo único, do art. 94, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas.

Maetinga-Ba, 03 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
SERGIO BARROS MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GILBERTO LOPES COSTA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

JUNIOR LIMA RIBEIRO
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
CPF:

_____
CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº027-2/2026 FME DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 027-2/2026** QUE ENTRESI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE **MAETINGA-BA** E **A EMPRESA MATEUS PEREIRA DA SILVA 08702231551-** NOS TERMOS ABAIXO:

Pelo presente contrato que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 13.284.641/0001-67, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Centro, Maetinga - Bahia, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Sergio Barros Moreira, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 759805334, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº 003.877.085-70, residente e domiciliado na Praça Naomar Alcântara, nº 37, AP-02, Centro, Maetinga – Bahia, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Naomar Alcântara, nº 41, Bairro Centro, na cidade de Maetinga, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 06.086.091/0001-06, neste ato representado pelo Secretário o Sr. Gilberto Lopes Costa, CPF nº 024.805.285-37, RG nº 1166226107, residente na Faz. Veredinha, s/n, Zona Rural do município de Maetinga, Estado da Bahia, aqui denominada CONTRATANTES, e do outro lado a empresa **59.820.620 MATEUS PEREIRA DA SILVA** pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 59.820.620/0001-10, sediada na FAZENDA OLHO D'AGUA, Nº 0, ZONA RURAL DE MAETINGA/BA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Mateus Pereira da Silva CPF: 073.112.015-94 e RG: 16.444.372-01, denominada CONTRATADA, firmam neste ato o presente aditivo ao contrato na forma e nas condições que segue:

I - CLÁSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente termo aditivo esta amaparado no art. 124, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal 14.133/2021.

II - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescer o valor do Contrato Credenciamento nº 027-02/2026 FME, mais especificamente do item 04 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026 e conforme art. 125 da Lei nº 14.133/21 e suas ulteriores alterações.

III – CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

O aditivo é necessário devido ao aumento do percurso da linha 04 do termo de referência do edital de credenciamento nº 002/2026. O aumento de percurso foi necessário para contemplar alunos que estão em localidades que não estavam previstas no roteiro original, conforme ofício anexo da coordenação do transporte escolar.

IV - CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor total do contrato é de R$ 47.276,00 (quarenta e sete mil e duzentos e setenta e seis reais), sendo que o valor do aditivo é de R$ 1.046,00 (um mil e quarenta e seis reais) estando dentro do limite 25% permitido pela lei.

V - CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial do Município, conforme determina o parágrafo único, do art. 94, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas.

Maetinga-Ba, 03 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA
SERGIO BARROS MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GILBERTO LOPES COSTA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

MATEUS PEREIRA DA SILVA
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
CPF:

_____
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO INEX Nº 019-08/2025 DE 15 DE AGOSTO DE 2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO INEX Nº019-08/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA-BA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA MEDICLIN MAETINGA ANALISES CLINICAS E ESPECIALIDADES MEDICAS NOS TERMOS ABAIXO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 13.284.641/0001-67 com Sede na Praça Naomar Alcantara, nº 41, centro, Maetinga, Bahia, CEP nº 46.255-00, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Sergio Barros Moreira**, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 759805334, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº 003.877.085-70, residente e domiciliado na Praça Naomar Alcantara, nº 37, Apt 2, centro, Maetinga, Bahia, CEP nº 46.255-000, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAETINGA,** Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 09.431.080/0001- 04, com sede na Praça Naomar Alcantara, nº 41, Centro de Maetinga, na cidade de Maetinga, Estado da Bahia, representada neste ato pelo secretário, , a sra. Kátia Silva Meira, brasileira, portadora do RG nº. 11570438-87, SSP/BA, e do CPF/MF nº. 029.757.525-20, residente e domiciliado na Praça Santo Antônio, Mirantes – Ba, aqui denominada **CONTRATANTE**, e de outro **MEDICLIN MAETINGA ANALISES CLINICAS E ESPECIALIDADES MEDICAS LTDA**, CNPJ nº 20.006.407/0001-33, empresa sediada na Rua Exupério Lima, 14, Centro, na cidade de Maetinga – Ba, CEP: 46255-000, representada neste ato pelo Sr. João Silveira Lima Filho, brasileiro, maior, portador da Carteira de Identidade nº 04.852.810-23 SSP/BA e inscrito no CPF nº 572.952.985-68, residente e domiciliado na Rua Exupério Lima, s/n, Centro, Maetinga – BA, CEP: 46.255-000, doravante denominada CONTRATADA com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações e no processo de Inexigibilidade de Licitação nº **104/2025** , firmam neste ato o presente aditivo ao contrato na forma e nas condições que seguem

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente Termo prorrogar e acrescer o valor do Contrato INEX nº 019-08/2025, que tem como Objeto Prestação de serviços especializados em exames laboratoriais para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Maetinga-BA, conforme especificado no credenciamento Nº 010/2025, e de acordo os Arts. 107 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula do Contrato Original.

MNEMÔNICO	NOME DO EXAME DE LABORATÓRIO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
HE	HEMOGRAMA COMPLETO	400	R$ 9,67	R$ 3.866,67
GL	GLICOSE	370	R$ 5,67	R$ 2.096,67
CR	CREATININA	300	R$ 5,67	R$ 1.700,00
CO	COLESTEROL TOTAL	300	R$ 5,67	R$ 1.700,00
HD	COLESTEROL HDL	200	R$ 5,67	R$ 1.133,33
LD	COLESTEROL LDL	200	R$ 5,67	R$ 1.133,33
VL	COLESTEROL VLDL	180	R$ 5,67	R$ 1.020,00
TGP	TRANSAMINASE GLUTAMICO PIRUVICO - ALT	150	R$ 5,67	R$ 850,00
TGO	TRANSAMINASE GLUTAMICO OXALACETICA - AST	150	R$ 5,67	R$ 850,00
EAS	SUMARIO DE URINA	370	R$ 6,87	R$ 2.540,67
UR	UREIA	200	R$ 5,67	R$ 1.133,33

TSHP	TSH ULTRA SENSÍVEL	120	R$ 16,27	R$ 1.952,00
T4LP	T4 LIVRE	120	R$ 16,27	R$ 1.952,00
VITAD	VITAMINA D (25 HIDROXIVITAMINA D)	50	R$ 22,13	R$ 1.106,67
HEG	HEMOGLOBINA GLICADA (A1C)	250	R$ 13,80	R$ 3.450,00
PO	POTÁSSIO	150	R$ 5,67	R$ 850,00
SO	SÓDIO	150	R$ 5,67	R$ 850,00
AC	ÁCIDO ÚRICO	90	R$ 5,67	R$ 510,00
VITB12	VITAMINA B12, DOSAGEM	12	R$ 21,80	R$ 261,60
FERRI	FERRITINA - PROLAB	80	R$ 5,67	R$ 453,33
GGT	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE - G.G.T.	60	R$ 5,67	R$ 340,00
CK	CREATINOFOSFOQUINASE	35	R$ 9,93	R$ 347,67
OP1	PROTOPARASITOLÓGICO 1ª AMOSTRA	100	R$ 6,00	R$ 600,00
VDP	V.D.R.L. QUANTITATIVO	10	R$ 11,07	R$ 110,67
TESTO	TESTOSTERONA TOTAL	10	R$ 16,60	R$ 166,00
FE	FERRO SÉRICO	60	R$ 5,67	R$ 340,00
AGP	HEPATITE B - ANTÍGENO AUSTRÁLIA (HBSAG) - QUIMIOL	18	R$ 16,27	R$ 292,80
HCVP	HEPATITE C - QUANTITATIVO	18	R$ 16,27	R$ 292,80
HIVP	HIV 1 E 2 PESQ. DE ANTÍGENO E ANTICORPOS - QUIMIOL	18	R$ 16,27	R$ 292,80
GSRH	GRUPO SANGUÍNEO + FATOR RH/DU	100	R$ 6,87	R$ 686,67
PC	PROTEÍNA C REATIVA	120	R$ 8,27	R$ 992,00
FOS	FOSFATASE ALCALINA	120	R$ 5,67	R$ 680,00
CA	CÁLCIO	120	R$ 5,67	R$ 680,00
HT	HTLV 1 E 2	35	R$ 16,27	R$ 569,33
COA	COAGULOGRAMA (PROVA DO LAÇO, TP, TTPA, PLAQUETAS)	100	R$ 12,43	R$ 1.243,33
FTAIGM	FTA-ABS, IGM	5	R$ 13,80	R$ 69,00
FTAIGG	FTA-ABS, IGG	5	R$ 21,80	R$ 109,00
MA	MAGNÉSIO	50	R$ 5,67	R$ 283,33
CHAGAM	TRYPANOSOMA CRUZI IGM (IMUNOFLUORESCENCIA)	10	R$ 15,23	R$ 152,33
CHAGAS	TRYPANOSOMA CRUZI IGG (IMUNOFLUORESCÊNCIA)	10	R$ 15,23	R$ 152,33
FSH	FSH - HORMÔNIO FOLÍCULO ESTIMULANTE	2	R$ 16,60	R$ 33,20
VHS	HEMOSSEDIMENTAÇÃO, DETERMINAÇÃO DA VELOCIDADE DE	40	R$ 4,60	R$ 184,00
BI	BILIRRUBINAS TOTAIS E FRAÇÕES	60	R$ 5,67	R$ 340,00
HEGHB	HEMOGLOBINA GLICADA (HBA1C)	100	R$ 13,80	R$ 1.380,00
LH	LH - HORMONIO LUTEINIZANTE	18	R$ 13,80	R$ 248,40
CULCC	UROCULTURA	70	R$ 27,00	R$ 1.890,00
ESTR	ESTRADIOL	10	R$ 16,60	R$ 166,00
ZINCO	ZINCO SERICO	30	R$ 25,63	R$ 769,00
TPO	MICROSSOMAL, ANTICORPOS ANTI - TPO	2	R$ 20,77	R$ 41,53
FAN	FATOR ANTI-NUCLEAR (FAN) - HEP2 - IFI	20	R$ 9,42	R$ 188,33
TESTOL	TESTOSTERONA LIVRE	10	R$ 16,60	R$ 166,00
AF	ÁCIDO FÓLICO [FOLICO]	15	R$ 19,95	R$ 299,25
INSUL	INSULINA	60	R$ 9,25	R$ 555,00
PSALTP	PSA LIVRE/TOTAL	10	R$ 28,73	R$ 287,33

TP	TEMPO DE PROTROMBINA	60	R$ 5,67	R$ 340,00
OP2	PROTOPARASITOLÓGICO 2ª AMOSTRA	60	R$ 5,67	R$ 340,00
FR	FATOR REUMATOIDE - TURBIDIMETRIA	60	R$ 8,27	R$ 496,00
OP3	PROTOPARASITOLÓGICO 3ª AMOSTRA	60	R$ 5,67	R$ 340,00
SANGOC1	SANGUE OCULTO 1ª AMOSTRA	18	R$ 16,60	R$ 298,80
PRO	PROLACTINA	10	R$ 13,80	R$ 138,00
SATURA	INDICE DE SAT. DA TRANSFERRINA	18	R$ 11,13	R$ 200,40
T3	T3 TRIIODOTIRONINA	18	R$ 13,80	R$ 248,40
HBS	HEPATITE B - ANTICORPOS ANTI HBS	10	R$ 13,80	R$ 138,00
TR	TRIGLICÉRIDES	300	R$ 5,67	R$ 1.700,00
LIPDT	LÍPIDES TOTAIS [LIP-T]	18	R$ 11,13	R$ 200,40
HOMO	HOMOCISTEÍNA, DOSAGEM	30	R$ 22,10	R$ 663,00
HCGS	HCG BETA SANGUE	12	R$ 11,13	R$ 133,60
PR	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	18	R$ 5,67	R$ 102,00
TTPA	TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA	20	R$ 5,67	R$ 113,33
VITC	VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO)	18	R$ 24,67	R$ 444,00
AM	AMILASE	18	R$ 5,67	R$ 102,00
CAI	CÁLCIO IONIZADO	18	R$ 8,27	R$ 148,80
DENS1	DENGUENS1	10	R$ 23,80	R$ 238,00
T3L	T3 LIVRE	18	R$ 13,80	R$ 248,40
HCGQ	HCG BETA QUANTITATIVO	18	R$ 16,60	R$ 298,80
AANTTIGA	TTG, ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL-IGA	18	R$ 32,57	R$ 586,20
T4	T4 - TIROXINA	10	R$ 16,60	R$ 166,00
PCU	PROTEÍNA C REATIVA - ULTRA SENSÍVEL	60	R$ 15,20	R$ 912,00
GLP	GLICOSE PÓS PRANDIAL	30	R$ 5,67	R$ 170,00
PROG	PROGESTERONA	8	R$ 16,60	R$ 132,80
LIPA	LIPASE - PROLAB	20	R$ 5,67	R$ 113,33
PTH	PARATORMONIO PTH INTACTO	18	R$ 17,97	R$ 323,40
SHBG	SHBG - GLOBULINA LIGADORA HORMÔNIOS SEXUAIS	18	R$ 15,23	R$ 274,20
FO	FÓSFORO	18	R$ 5,67	R$ 102,00
BAE1	BAERMAN	2	R$ 5,67	R$ 11,33
COR	CORTISOL	18	R$ 12,43	R$ 223,80
AL	ALBUMINA SÉRICA	18	R$ 5,67	R$ 102,00
SE	SELÊNIO SÉRICO [SELE]	2	R$ 38,10	R$ 76,20
LDH	DESIDROGENASE LÁTICA	10	R$ 5,67	R$ 56,67
ANTI	ANTICORPO ANTI TIREOGLOBULINA	10	R$ 14,03	R$ 140,33
AS	ANTI-ESTREPTOLISINA "O"	2	R$ 12,77	R$ 25,53
TOM	TOXOPLASMOSE IGM - QUIMIOLUMINESCÊNCIA	18	R$ 14,13	R$ 254,40
TOG	TOXOPLASMOSE IGG - QUIMIOLUMINESCÊNCIA	18	R$ 19,13	R$ 344,40
IGA	IMUNOGLOBULINA A - IGA	10	R$ 12,43	R$ 124,33
IGE	IMUNOGLOBULINA E - IGE	10	R$ 13,80	R$ 138,00
ELP	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	50	R$ 13,80	R$ 690,00
MICROU	MICROALBUMINURIA	50	R$ 16,60	R$ 830,00
VITA	VITAMINA A, DOSAGEM	12	R$ 53,03	R$ 636,40

SDHEA	SULFATO DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (SDHEA) (RIE)	10	R$ 16,60	R$ 166,00
DHT	DIHIDROTESTOSTERONA	5	R$ 27,33	R$ 136,67
HBC	HEPATITE B - ANTICORPOS ANTI HBC TOTAL	10	R$ 13,80	R$ 138,00
HLA27	PESQUISA DE HLA-B27 POR PCR	5	R$ 62,73	R$ 313,67
CEA	CEA - ANTIGENO CARCINO-EMBRINOGÊNICO	10	R$ 17,18	R$ 171,83
CIG	CITOMEGALOVÍRUS - IGG	18	R$ 16,60	R$ 298,80
CIM	CITOMEGALOVÍRUS - IGM	18	R$ 16,60	R$ 298,80
HBCIGG	HEPATITE B- ANTICORPOS ANTI HBC IGG	10	R$ 22,13	R$ 221,33
AND	ANDROSTENEDIONA	6	R$ 12,43	R$ 74,60
CALF	CALPROTECTINA FECAL	5	R$ 151,07	R$ 755,33
HBCIGM	HEPATITE B - ANTICORPOS ANTI HBC IGM	7	R$ 29,37	R$ 205,61
ACCP	CCP , ANTICORPO ANTI (CCP)	3	R$ 27,67	R$ 83,00
AFE	ALFA FETOPROTEINA	10	R$ 16,27	R$ 162,67
ANTISM	ANTICORPO ANTI SM	3	R$ 18,47	R$ 55,40
ELETHB	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	25	R$ 10,10	R$ 252,50
MICROA	MICROALBUMINURIA URINA 24H	15	R$ 12,43	R$ 186,50
PROBNP	NT-PROBNP - PEPTIDEO NATRIURETICO CEREBRAL	1	R$ 100,08	R$ 100,08
RUG	RUBÉOLA ANTICORPOS IGG	7	R$ 5,80	R$ 40,60
RUM	RUBÉOLA ANTICORPOS IGM	7	R$ 16,27	R$ 113,87
AANDN	ANTICORPO ANTI-DNA	2	R$ 16,27	R$ 32,53
CA125	CA 125	2	R$ 21,80	R$ 43,60
ESQUIS	ESQUISTOSSOMOSE - IGG	12	R$ 12,43	R$ 149,20
SSA	ANTICORPO ANTI SSA (RO)	2	R$ 19,37	R$ 38,73
SSB	ANTICORPO ANTI SSB (LA)	2	R$ 19,37	R$ 38,73
VITB6	VITAMINA B6	2	R$ 69,93	R$ 139,87
17AHI	17 ALFA HIDROXIPROGESTERONA	3	R$ 16,60	R$ 49,80
AANTTIGG	ANTICORPOS ANTI TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL IGG	5	R$ 40,90	R$ 204,50
BNP	BNP - PEPTÍDEO NATRIURÉTICO- PROLAB	1	R$ 99,27	R$ 99,27
DHEA	DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	1	R$ 22,13	R$ 22,13
DIMEROD	D DIMERO- PROLAB	4	R$ 101,27	R$ 405,07
ENDIGA	ANTICORPO ANTI-ENDOMÍSIO IGA	3	R$ 39,17	R$ 117,50
GLUTEN	IGE ESPECÍFICO PARA GLÚTEN (F79)	5	R$ 23,65	R$ 118,25
TRAB	TRAB- ANTICORPO ANTI- RECEPTOR TSH [AIT]	5	R$ 34,27	R$ 171,33
WROSE	WAALER ROSE - REAÇÃO [WR]	2	R$ 11,07	R$ 22,13
COVIDAN	COVID-19 TESTE RÁPIDO - ANTÍGENO	6	R$ 47,77	R$ 286,60
VITB1	VITAMINA B1	1	R$ 82,20	R$ 82,20
VITD	VITAMINA D (1,25 HIDROXIVITAMINA D)	2	R$ 61,00	R$ 122,00
ANLUP	ANTICOAGULANTE LÚPICO	2	R$ 32,57	R$ 65,13
C3	COMPLEMENTO C3	2	R$ 11,90	R$ 23,80
C4	COMPLEMENTO C4	2	R$ 11,90	R$ 23,80
CA199	CA 19/9	2	R$ 16,60	R$ 33,20
CKMB	CREATINO-FOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	20	R$ 5,67	R$ 113,33

COBRE	COBRE SÉRICO	2	R$ 13,80	R$ 27,60
HOMA	INDICE DE HOMA [748]	2	R$ 17,10	R$ 34,20
IGG	IMUNOGLOBULINA G - IGG	2	R$ 11,90	R$ 23,80
POEIRA	RAST POEIRA DOMÉSTICA (HX2)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
TRANSF	TRANSFERRINA	15	R$ 11,03	R$ 165,50
AFLACTOA	IGE ESPECIFICO PARA ALFA LACTOALBUMINA	5	R$ 16,60	R$ 83,00
BLACTOS	IGE ESPECIFICO PARA BETA LACTOGLOBULINA	2	R$ 16,60	R$ 33,20
CASEINA	IGE ESPECIFICO PARA CASEINA (F78)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
CL	CLORO	2	R$ 5,67	R$ 11,33
CURV	CURVA DE TOLERÂNCIA À GLICOSE	30	R$ 11,07	R$ 332,00
DENG	DENGUE IGG E IGM - TESTE RÁPIDO	12	R$ 27,33	R$ 328,00
LIPOA	LIPOPROTEINA A	15	R$ 18,50	R$ 277,50
PCFUNCIO	PROTEINA C FUNCIONAL	2	R$ 55,00	R$ 110,00
TIREO	TIREOGLOBULINA	3	R$ 16,60	R$ 49,80
AANGIGA	ANTICORPO ANTI-GLIADINA IGA	2	R$ 23,83	R$ 47,67
ALD	ALDOLASE	2	R$ 7,20	R$ 14,40
CAPFE	CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DE FERRO	8	R$ 11,03	R$ 88,27
CHAGA	TRYPANOSOMA CRUZI, ANTICORPOS IGG (M. GUERREIRO)	3	R$ 32,55	R$ 97,64
CLE	CLEARENCE DE CREATININA	10	R$ 7,20	R$ 72,00
CUREAM	CULTURA PARA UREAPLASMA E MYCOPLASMA	2	R$ 80,41	R$ 160,83
FRU	FRUTOSAMINA [P-GLI]	2	R$ 10,50	R$ 21,00
HPYLOG	HELICOBACTER PYLORI, ANTICORPO IGG	8	R$ 40,87	R$ 326,93
HPYLOM	HELICOBACTER PYLORI, ANTICORPO IGM	8	R$ 40,87	R$ 326,93
PH	PH FECAL	10	R$ 5,67	R$ 56,67
PSFUNCIO	PROTEINA S FUNCIONAL	2	R$ 48,53	R$ 97,07
RPTCRE	RAZAO PROTEINA /CREATININA	2	R$ 11,07	R$ 22,13
SOMATO	SOMATOMEDINA C	2	R$ 24,57	R$ 49,13
17AHNEO	17 ALFA HIDROXIPROGESTERONA NEONATAL [17-PGN]	2	R$ 13,80	R$ 27,60
AANEIGG	ANTICORPO ANTI-ENDOMISÍO IGG	2	R$ 38,10	R$ 76,20
AANMI	ANTICORPO ANTI-MITOCONDRIA	2	R$ 16,60	R$ 33,20
ALDO	ALDOSTERONA	3	R$ 16,60	R$ 49,80
ALU	ALUMINIO SERICO	3	R$ 19,37	R$ 58,10
AN	NEUTROFILOS, ANTI - ANCA	2	R$ 57,20	R$ 114,40
BAE2	BAERMAN (2ª AMOSTRA)	5	R$ 3,00	R$ 15,00
BAE3	BAERMAN (3ª AMOSTRA)	5	R$ 4,93	R$ 24,67
BIONEO	BIOTINIDASE (TESTE DO PEZINHO), ATIVIDADE DE	3	R$ 27,33	R$ 82,00
CARIGM	CARDIOLIPINA IGM, AUTO ANTICORPO	5	R$ 16,60	R$ 83,00
CHLAG	CHLAMYDIA TRACHOMATIS IGG, ANTICORPOS ANTI	3	R$ 21,32	R$ 63,95
CHLAM	CHLAMYDIA TRACHOMATIS IGM, ANTICORPOS ANTI	7	R$ 21,32	R$ 149,22

CRO	CROMATOGRAFIA QUALITATIVA DE AMINOÁCIDOS [CR.AA]	2	R$ 27,33	R$ 54,67
DEM	DENGUE ANTICORPO IGM - IMUNOENSAIO	3	R$ 44,30	R$ 132,90
ELEHBNEO	HEMOGLOBINOPATIAS	2	R$ 27,33	R$ 54,67
FATORVP	FATOR V LEIDEN	1	R$ 105,43	R$ 105,43
FIBR	FIBRINOGÊNIO	2	R$ 11,03	R$ 22,07
FUNGOS	RAST FUNGOS (MX1) (BOLOR, MOFO E FUNGOS)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
G6PDP	GLICOSE 6 FOSFATO DESIDROGENASE (PEZINHO)	2	R$ 22,13	R$ 44,27
IGM	IMUNOGLOBULINA M - IGM	2	R$ 11,90	R$ 23,80
LEUCOF	LEUCOCITOS FECAIS, PESQUISA	2	R$ 3,93	R$ 7,87
LI	LÍTIO	2	R$ 5,67	R$ 11,33
PEPTC	PEPTÍDEO C [PEP]	2	R$ 29,03	R$ 58,07
PKUP	FENILALANINA (PKU) - QUANTITATIVA	2	R$ 20,73	R$ 41,47
PSAP	PSA	6	R$ 13,80	R$ 82,80
RET	RETICULÓCITOS, CONTAGEM	2	R$ 4,93	R$ 9,87
SUDAM3	GORDURA FECAL QUALITATIVO (SUDAM III)	2	R$ 12,20	R$ 24,40
T4NEO	T4 NEONATAL	2	R$ 16,60	R$ 33,20
TOMNEO	TOXOPLASMOSE IGM NEONATAL	2	R$ 24,60	R$ 49,20
TRIPNEO	TRIPSINA NEONATAL [TRIPSI]	2	R$ 21,80	R$ 43,60
TROT	TROPONINA CARDÍACA - T - ALTA SENSIBILIDADE	2	R$ 53,70	R$ 107,40
TSHNEO	TSH NEONATAL	2	R$ 13,60	R$ 27,20
WID	REAÇÃO DE WIDAL	2	R$ 21,80	R$ 43,60
AMH	HORMÔNIO ANTI MULLERIANO	2	R$ 140,43	R$ 280,87
B2GLICO	BETA-2-GLICOPROTEINA I, ANTICORPOS IGG E IGM	2	R$ 202,93	R$ 405,87
BLOMIA	IGE ESPECÍFICO PARA BLOMIA TROPICALIS (D201)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
CARIGG	CARDIOLIPINA IGG, AUTO ANTICORPO	2	R$ 21,80	R$ 43,60
COCHO	IGE ESPECÍFICO CORANTE VERMELHO DE COCHONILHA F340	2	R$ 16,60	R$ 33,20
EST	ESTRIOL LIVRE	2	R$ 27,13	R$ 54,27
GAL	GALACTOSE TOTAL-NEO	2	R$ 24,90	R$ 49,80
HCGQP	HCG SUB-UNIDADE BETA QUANTITATIVO	2	R$ 27,33	R$ 54,67
MLISO	MÚSCULO LISO, ANTICORPOS ANTI ASMA	2	R$ 24,90	R$ 49,80
PESQA1	PESQUISA PARA AMEBA 1ª AMOSTRA	3	R$ 4,93	R$ 14,80
PESQG	PESQUISA PARA GIARDIA 1ª AMOSTRA	3	R$ 4,93	R$ 14,80
RA	RESERVA ALCALINA - BICARBONATO	2	R$ 12,43	R$ 24,87
RNP	RNP, AUTO ANTICORPOS ANTI	2	R$ 24,57	R$ 49,13
SANGOC2	SANGUE OCULTO 2ª AMOSTRA	10	R$ 16,60	R$ 166,00
SANGOC3	SANGUE OCULTO 3ª AMOSTRA	2	R$ 16,60	R$ 33,20
ALF	ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	3	R$ 13,80	R$ 41,40
ANTTRO	ANTITROMBINA III	3	R$ 29,07	R$ 87,20
CA153	CA 15-3	4	R$ 16,60	R$ 66,40
CAL	CALCITONINA	2	R$ 30,68	R$ 61,37
CH	CHUMBO (SANGUE)	3	R$ 27,33	R$ 82,00

CHAGAMDB	CHAGAS - ANTICORPOS IGM - IFI (CHAMI)	5	R$ 15,20	R$ 76,00
CHAGASDB	CHAGAS - ANTICORPOS IGG - IFI (CHAIF)	5	R$ 15,20	R$ 76,00
COPROC	COPROCULTURA	2	R$ 21,80	R$ 43,60
CULO	CULTURA DE OROFARINGE	6	R$ 27,33	R$ 164,00
ESP	ESPERMOGRAMA	1	R$ 87,73	R$ 87,73
GENPRO	MUTAÇÃO NO GENE DA PROTROMBINA	1	R$ 125,48	R$ 125,48
GPD75	GLICOSE APÓS 75G DEXTROSE	8	R$ 3,93	R$ 31,47
HCGM	HCG-BETA (MASCULINO)	2	R$ 11,03	R$ 22,07
HCV	HEPATITE C - ANTI - URGÊNCIA - TESTE RÁPIDO	3	R$ 11,03	R$ 33,10
HEMOC1	HEMOCULTURA 1ª AMOSTRA	2	R$ 24,57	R$ 49,13
HPFEZES	ANTÍGENO HELICOBACTER PYLORI	8	R$ 74,53	R$ 596,27
POLEN	RAST POLENS DE GRAMINEAS (GX2)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
PR24	PROTEINURIA DE 24 HORAS	8	R$ 4,93	R$ 39,47
TARTRA	RAST TARTRAZINA (COR.AMARELO)	1	R$ 16,60	R$ 16,60
TC	TEMPO DE COAGULAÇÃO	15	R$ 3,93	R$ 59,00
TOXINA	CLOSTRIDIUM DIFFICILE - TOXINA A E B	1	R$ 108,53	R$ 108,53
TS	TEMPO DE SANGRAMENTO	2	R$ 3,60	R$ 7,20
VD	VDRL	3	R$ 5,67	R$ 17,00
VITE	VITAMINA E	1	R$ 61,00	R$ 61,00
AANLK	ANTICORPO ANTI-LKM1	1	R$ 45,03	R$ 45,03
AG	HEPATITE B - ANTÍGENO AUSTRÁLIA (AU-HBSAG) - URGÊNCIA TESTE RÁPIDO	3	R$ 12,43	R$ 37,30
APOLIA	APOLIPOPROTEINA A-1	2	R$ 18,83	R$ 37,67
APOLIB	APOLIPOPROTEINA B	2	R$ 18,83	R$ 37,67
ASC	SACCHAROMYCES CEREVISIAE, ANTICORPOS IGG E IGA	1	R$ 123,13	R$ 123,13
B2GP1	ANTICORPOS IGA ANTI BETA 2 GLICOPROTEÍNA 1 [B2GP1]	1	R$ 325,07	R$ 325,07
BA	BACTERIOSCOPIA (GRAM, ZIEHL, ALBERT, ETC) POR LÂMI	2	R$ 24,90	R$ 49,80
BAC	MICROFLORA - GRAM - BACTEROSCOPIA	1	R$ 24,90	R$ 24,90
CA24H	CÁLCIO URINÁRIO DE 24 HORAS	2	R$ 3,93	R$ 7,87
CA724	CA 72-4	2	R$ 32,90	R$ 65,80
CENTRO	ANTICORPO ANTI-CENTROMERO	1	R$ 23,51	R$ 23,51
CERUL	CERULOPLASMINA	1	R$ 17,43	R$ 17,43
COMBI	COOMBS INDIRETO	10	R$ 9,67	R$ 96,67
CURVIN3	CURVA INSULINICA DE 3 HORAS	5	R$ 22,75	R$ 113,75
D73	IGE ESPECÍFICO PARA GLYCYPHAGUS DOMESTICUS (D73)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
DEG	DENGUE ANTICORPO IGG - IMUNOENSAIO	3	R$ 46,10	R$ 138,30
ECA	ENZIMA CONVERSORA DA ANGIOTENSINA	2	R$ 24,90	R$ 49,80
ELL	ELETROFORESE DE LIPOPROTEÍNAS	2	R$ 23,51	R$ 47,01
ERIT	ERITROPOIETINA [ERITRO]	1	R$ 48,47	R$ 48,47
ETPUR	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS - URINA RECENTE [ETP-UR]	1	R$ 154,03	R$ 154,03
EX2	IGE MULTIPLO - EX2	2	R$ 16,60	R$ 33,20

FOSF	FOSFOLIPIDES	1	R$ 65,17	R$ 65,17
HAPTO	HAPTOGLOBINA	2	R$ 11,03	R$ 22,07
HAVG	HEPATITE A - ANTICORPOS IGG	2	R$ 36,25	R$ 72,50
HAVM	HEPATITE A - ANTICORPOS IGM	2	R$ 20,68	R$ 41,37
HBVPCR	PCR PARA HBV, QUANTITATIVO EM TEMPO REAL	1	R$ 180,63	R$ 180,63
HEMOC2	HEMOCULTURA 2ª AMOSTRA	2	R$ 24,90	R$ 49,80
HEMOC3	HEMOCULTURA 3ª AMOSTRA	2	R$ 24,90	R$ 49,80
HEMOPL	ESTUDO GENÉTICO DA HEMOCROMATOSE PLUS	1	R$ 185,97	R$ 185,97
HGH	HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (GH) [HGH]	2	R$ 16,60	R$ 33,20
IGTBG	INTERFERON GAMMA - QUANTIFERON TB -IG-TBG - PARDIN	1	R$ 337,93	R$ 337,93
IMUS	IMUNOFIXAÇÃO DE PROTEÍNAS SÉRICAS - QUALITATIVO	1	R$ 155,13	R$ 155,13
INDU	INDICAN, PESQUISA	3	R$ 5,27	R$ 15,80
JAK2	PESQUISA DA MUTACAO V617F NO GENE JAK2 - QUALIT.	1	R$ 387,77	R$ 387,77
LACTA	LACTATO (ÁCIDO LÁCTICO)	2	R$ 5,67	R$ 11,33
LATEXI	RAST LATEX (K82)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
LEVE	LEVEDURAS, PESQUISA DE	2	R$ 3,93	R$ 7,87
LYMEIG	ANTICORPOS IGG ANTI BORRELIA BURGDORFERI - LYME	1	R$ 120,63	R$ 120,63
LYMEIM	ANTICORPOS IGM ANTI BORRELIA BURGDORFERI - LYME	1	R$ 120,63	R$ 120,63
MANGU	MANGANÊS URINÁRIO	2	R$ 32,90	R$ 65,80
MERC	MERCÚRIO (SANGUE)	1	R$ 32,90	R$ 32,90
METANF	METANEFRINAS PLASMÁTICAS [METANF]	1	R$ 191,07	R$ 191,07
PERNIL	RAST PERNILONGO, AEDDIS COMMUM (I71)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
PROSLIVRE	PROTEINA S LIVRE	1	R$ 156,08	R$ 156,08
PRST	PROTEÍNA S ANTIGÊNICA TOTAL [PS-ATT]	1	R$ 269,93	R$ 269,93
RAR	RELAÇÃO ALDOSTERONA RENINA	1	R$ 92,47	R$ 92,47
SCL70	ANTI-ESCLERODERMA (SCL 70)	2	R$ 29,80	R$ 59,60
SEROT	SEROTONINA	2	R$ 28,73	R$ 57,47
SFIG	TREPONEMA PALLIDUM, ANTICORPOS TOTAIS [SIF-G]	2	R$ 25,23	R$ 50,47
SOJA	RAST SOJA, GRÃO (F14)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
SUBRED	SUBSTANCIAS REDUTORAS	2	R$ 8,27	R$ 16,53
T3REV	T3- REVERSO	1	R$ 66,03	R$ 66,03
TRIGO	IGE ESPECÍFICO PARA TRIGO (F4)	2	R$ 16,60	R$ 33,20
TROPON	TROPONINA I ALTA SENSIBILIDADE- PROLAB	2	R$ 24,57	R$ 49,13
URCR	RELAÇÃO UREIA/CREATININA-AMOSTRA ISOLADA	2	R$ 13,80	R$ 27,60
VITK	VITAMINA K	2	R$ 110,60	R$ 221,20
VALOR TOTAL				**R$ 76.761,66**

II - - CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total do contrato é de R$ 414.674,38 (quatrocentos e quatorze mil, seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos), sendo que o valor do aditivo é de $ 76.725,80 (setenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos) estando dentro do limite 25% permitido pela lei.

III - CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de vigência da renovação contratual corresponde ao período de 15 de agosto de 2026 a 30 de setembro de 2026.

Este aditivo poderá ter sua validade antecipada, caso o novo processo licitatório que esta em fase de planejamento seja homologado durante a vigência contratual.

IV - CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

V - CLÁUSULA QUINTA – DAPUBLICAÇÃO

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial do Município, conforme determina o parágrafo único, do art. 94, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas.

Maetinga-Ba, 11 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUICIPAL DE MAETINGA
SERGIO BARROS MORREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAÚDE
KATIA SILVA MEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MEDICLIN MAETINGA ANALISES CLINICAS E ESPECIALIDADES MEDICAS LTDA
CONTRATADA
JOÃO SILVEIRA LIMA FILHO
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

_____
CPF:

_____
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	095/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO:	076/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	PLANEJAR ASSESSORIA LTDA, CNPJ Nº 28.488.662/0001-71
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	10/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 17.600,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS).
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA PÚBLICA, NO PREENCHIMENTO, ANALISE E SUPORTE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO SISTEMA: SIOPE-MAVS, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 095/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 076/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 10 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	095/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO:	076/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	PLANEJAR ASSESSORIA LTDA, CNPJ Nº 28.488.662/0001-71
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	10/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 17.600,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS).
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA PÚBLICA, NO PREENCHIMENTO, ANALISE E SUPORTE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO SISTEMA: SIOPE-MAVS, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:
Reconhece e **RATIFICA** a situação de DISPENSA de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 10 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	095/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO:	076/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	PLANEJAR ASSESSORIA LTDA, CNPJ Nº 28.488.662/0001-71
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	10/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 17.600,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS).
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA PÚBLICA, NO PREENCHIMENTO, ANALISE E SUPORTE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO SISTEMA: SIOPE-MAVS, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 095/2026, referente a DISPENSA de licitação n° 076/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 10 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	095/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO:	076/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	PLANEJAR ASSESSORIA LTDA, CNPJ Nº 28.488.662/0001-71
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	10/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 17.600,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS).
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA PÚBLICA, NO PREENCHIMENTO, ANALISE E SUPORTE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO SISTEMA: SIOPE-MAVS, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ato de Ratificação: 076/2026; Ato de Homologação: 076/2026; Maetinga - BA, 10 de agosto de 2026; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE CONTRATO DL Nº 004-08/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	095/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO:	076/2026
TIPO:	Prestação de Serviço
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 06.086.091/0001-06
CONTRATADA:	PLANEJAR ASSESSORIA LTDA, CNPJ Nº 28.488.662/0001-71
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	10/08/2026 a 31/12/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 17.600,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS).
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA PÚBLICA, NO PREENCHIMENTO, ANALISE E SUPORTE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO SISTEMA: SIOPE-MAVS, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE: 34003 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; **PROJETO ATIVIDADE**: 2.019 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA; **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**;**

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	214/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	RONIVON DA SILVA CARVALHO, pessoa física, inscrita no CPF: 023.668.415-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 230/2025, INEXIGIBILIDADE nº 214/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	214/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	RONIVON DA SILVA CARVALHO, pessoa física, inscrita no CPF: 023.668.415-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	214/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	RONIVON DA SILVA CARVALHO, pessoa física, inscrita no CPF: 023.668.415-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 230/2025, referente a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 214/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	214/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67
EMPRESA(S) CONTRATADA:	RONIVON DA SILVA CARVALHO, pessoa física, inscrita no CPF: 023.668.415-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Ato de Ratificação: 214/2026; Ato de Homologação: 214/2026; Maetinga - BA, 17 de agosto de 2026; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal;

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 004-08/2026

PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	214/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
TIPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67
CONTRATADA:	RONIVON DA SILVA CARVALHO, pessoa física, inscrita no CPF: 023.668.415-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 35001 SECRETARIA DE TRANSPORTES; **PROJETO ATIVIDADE:** 1.026 OBRAS, REFORMAS E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESTRADAS E RODAGENS; **ELEMENTO DA DESPESA:** 33.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	215/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 270.647.718-02
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.072,50 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 230/2025, INEXIGIBILIDADE nº 215/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	215/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 270.647.718-02
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.072,50 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	215/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 270.647.718-02
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.072,50 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 230/2025, referente a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 215/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	215/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67
EMPRESA(S) CONTRATADA:	JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 270.647.718-02
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.072,50 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Ato de Ratificação: 215/2026; Ato de Homologação: 215/2026; Maetinga - BA, 17 de agosto de 2026.; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal;

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 005-08/2026

PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	215/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
TIPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67
CONTRATADA:	JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 270.647.718-02
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 1.072,50 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 35001 SECRETARIA DE TRANSPORTES; **PROJETO ATIVIDADE:** 1.026 OBRAS, REFORMAS E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESTRADAS E RODAGENS; **ELEMENTO DA DESPESA:** 33.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	216/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 31.346,80 (trinta e um mil e trezentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 267/2025, INEXIGIBILIDADE nº 216/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 12 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	216/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 31.346,80 (trinta e um mil e trezentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 12 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	216/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 31.346,80 (trinta e um mil e trezentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 267/2025, referente a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 216/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 12 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	216/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAETINGA, CNPJ Nº 09.431.080/0001-04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ Nº 43.610.636/0001-68
EMPRESA(S) CONTRATADA:	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 31.346,80 (trinta e um mil e trezentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

Ato de Ratificação: 216/2026; Ato de Homologação: 216/2026; Maetinga - BA, 12 de agosto de 2026; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 006-08/2026

PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	216/2026
TIPO:	FORNECIMENTO
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAETINGA, CNPJ Nº 09.431.080/0001-04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ Nº 43.610.636/0001-68
CONTRATADA:	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 31/12/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 31.346,80 (trinta e um mil e trezentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE: 32001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 37002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, 38002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, 34003 FUNDO MUNICIPAL DA ESCUÇÃO; **PROJETO ATIVIDADE:** 2.006 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 2.021 MANUETNÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (RECURSOS PROPRIOS), 2.064 GESTÃO ADMINISTRAÇÃO DO FMAS, 2.019 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BASICA; **ELEMENTO DA DESPESA:** 33.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO.

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	217/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	VALDENOR JOSÉ DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 015.033.865-11
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 230/2025, INEXIGIBILIDADE nº 217/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	217/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	VALDENOR JOSÉ DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 015.033.865-11
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	217/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	VALDENOR JOSÉ DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 015.033.865-11
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 230/2025, referente a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 217/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	217/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67
EMPRESA(S) CONTRATADA:	VALDENOR JOSÉ DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 015.033.865-11
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Ato de Ratificação: 217/2026; Ato de Homologação: 217/2026; Maetinga - BA, 17 de agosto de 2026; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal;

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 007-08/2026

PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	217/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
TIPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67
CONTRATADA:	VALDENOR JOSÉ DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 015.033.865-11
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 35001 SECRETARIA DE TRANSPORTES; **PROJETO ATIVIDADE:** 1.026 OBRAS, REFORMAS E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESTRADAS E RODAGENS; **ELEMENTO DA DESPESA:** 33.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	218/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	Patricia Lima Ribeiro (CNPJ: 58.620.302/0001-42)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	21/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 18.652,60 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 267/2025, INEXIGIBILIDADE nº 218/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 21 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	218/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	Patricia Lima Ribeiro (CNPJ: 58.620.302/0001-42)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	21/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 18.652,60 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 21 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	218/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	Patricia Lima Ribeiro (CNPJ: 58.620.302/0001-42)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	21/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 18.652,60 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 267/2025, referente a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 218/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 21 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	218/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAETINGA, CNPJ Nº 09.431.080/0001-04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ Nº 43.610.636/0001-68
EMPRESA(S) CONTRATADA:	Patricia Lima Ribeiro (CNPJ: 58.620.302/0001-42)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	21/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 18.652,60 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

Ato de Ratificação: 218/2026; Ato de Homologação: 218/2026; Maetinga - BA, 21 de agosto de 2026; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 008-08/2026

PROCESO ADMINISTRATIVO:	267/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	218/2026
TIPO:	FORNECIMENTO
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAETINGA, CNPJ Nº 09.431.080/0001-04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ Nº 43.610.636/0001-68
CONTRATADA:	Patricia Lima Ribeiro (CNPJ: 58.620.302/0001-42)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	21/08/2026 a 31/12/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 18.652,60 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)
OBJETO:	Constitui o objeto do presente Termo CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica ou física para fornecimento de hortifrúti, temperos e frutas, para atender as Secretarias Municipais de Maetinga, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE: 32001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 37002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, 38002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, 34003 FUNDO MUNICIPAL DA ESCUÇÃO; **PROJETO ATIVIDADE** 2.006 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 2.021 MANUETNÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (RECURSOS PROPRIOS), 2.064 GESTÃO ADMINISTRAÇÃO DO FMAS, 2.019 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BASICA; **ELEMENTO DA DESPESA**: 33.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	066/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	219/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	25/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 7.699,10 (sete mil e seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos)
OBJETO:	Chamamento Público para fins de Credenciamento de pessoa física ou jurídica para o fornecimento de hortifrúti, verduras e temperos para atender ao programa "Comida no Prato" através de convênio firmado entre o município e o Governo do Estado

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 066/2026, INEXIGIBILIDADE nº 219/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 25 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	066/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	219/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	25/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 7.699,10 (sete mil e seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos)
OBJETO:	Chamamento Público para fins de Credenciamento de pessoa física ou jurídica para o fornecimento de hortifrúti, verduras e temperos para atender ao programa "Comida no Prato" através de convênio firmado entre o município e o Governo do Estado

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 25 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	066/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	219/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	25/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 7.699,10 (sete mil e seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos)
OBJETO:	Chamamento Público para fins de Credenciamento de pessoa física ou jurídica para o fornecimento de hortifrúti, verduras e temperos para atender ao programa "Comida no Prato" através de convênio firmado entre o município e o Governo do Estado

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 066/2026, referente a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 219/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 25 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	066/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	219/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAETINGA, CNPJ Nº 09.431.080/0001-04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ Nº 43.610.636/0001-68
EMPRESA(S) CONTRATADA:	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	25/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 7.699,10 (sete mil e seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos)
OBJETO:	Chamamento Público para fins de Credenciamento de pessoa física ou jurídica para o fornecimento de hortifrúti, verduras e temperos para atender ao programa "Comida no Prato" através de convênio firmado entre o município e o Governo do Estado

Ato de Ratificação: 219/2026; Ato de Homologação: 219/2026; Maetinga - BA, 25 de agosto de 2026; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 009-08/2026

PROCESO ADMINISTRATIVO:	066/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	219/2026
TIPO:	FORNECIMENTO
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ Nº 43.610.636/0001-68
CONTRATADA:	Ramon Cardoso dos Santos, CNPJ nº 68.208.284/0001-40
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	25/08/2026 a 31/12/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 7.699,10 (sete mil e seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos)
OBJETO:	Chamamento Público para fins de Credenciamento de pessoa física ou jurídica para o fornecimento de hortifrúti, verduras e temperos para atender ao programa "Comida no Prato" através de convênio firmado entre o município e o Governo do Estado
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **ÓRGÃO:** 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAETINGA; **UNIDADE:** 38002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; **PROJETO ATIVIDADE:** 2.067 - BLOCO DA PROEÇÃO SOCIAL BÁSICA; ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	119/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	220/2026
CREDENCIAMENTO:	003/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	PABLO WANDERSON SILVA ALMEIDA (CNPJ: 62.937.298/0001-18)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	26/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços Médicos em regime de plantão para atender a necessidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificado no credenciamento Nº 003/2025.

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 119/2025, INEXIGIBILIDADE nº 220/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21..

Maetinga – BA, 26 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	119/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	220/2026
CREDENCIAMENTO:	003/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	PABLO WANDERSON SILVA ALMEIDA (CNPJ: 62.937.298/0001-18)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	26/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços Médicos em regime de plantão para atender a necessidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificado no credenciamento Nº 003/2025.

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 26 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	119/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	220/2026
CREDENCIAMENTO:	003/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	PABLO WANDERSON SILVA ALMEIDA (CNPJ: 62.937.298/0001-18)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	26/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços Médicos em regime de plantão para atender a necessidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificado no credenciamento Nº 003/2025.

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 119/2025, referente a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 220/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 26 de agosto de 2026

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	119/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	220/2026
CREDENCIAMENTO:	003/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ: nº 13.284.641/0001-67 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAETINGA, CNPJ nº 09.431.080/0001-04
EMPRESA(S) CONTRATADA:	PABLO WANDERSON SILVA ALMEIDA (CNPJ: 62.937.298/0001-18)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	26/08/2026 a 31/12/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços Médicos em regime de plantão para atender a necessidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificado no credenciamento Nº 003/2025.

Ato de Ratificação: 220/2026; Ato de Homologação: 220/2026; Maetinga - BA, 26 de agosto de 2026; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal; Kátia Silva Meira, Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 010-08/2026

PROCESO ADMINISTRATIVO:	119/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	220/2026
CREDENCIAMENTO:	003/2025
TIPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ: nº 13.284.641/0001-67 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAETINGA, CNPJ nº 09.431.080/0001-04
CONTRATADA:	PABLO WANDERSON SILVA ALMEIDA (CNPJ: 62.937.298/0001-18)
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	26/08 a 31/12/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços Médicos em regime de plantão para atender a necessidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificado no credenciamento Nº 003/2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁTIA
ÓRGÃO 3: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **UNIDADE:** 37002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **PROJETO ATIVIDADE:** 2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (RECURSOS PRÓPRIOS); **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026. Linha 64: Veredinha – Sede (matutino).

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA e Gilberto Lopes Costa, Gestor do Fundo Municipal de Educação, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 010/2026, CREDENCIAMENTO Nº 002/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 24 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026. Linha 64: Veredinha – Sede (matutino).

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia e o Gestor do Fundo Municipal de Educação de MAETINGA, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de Inexigibilidade de Credenciamento no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 24 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026. Linha 64: Veredinha – Sede (matutino).

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 010/2026, referente ao Credenciamento 002/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 24 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06
EMPRESA(S) CONTRATADA:	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026. Linha 64: Veredinha – Sede (matutino).

Ato de Ratificação da inexigibilidade: 077A/2026; Ato de Homologação do credenciamento: 002/2026 Maetinga - BA, 06 de julho de 2026; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal; Gilberto Lopes Costa, Gestor do Fundo Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001-08/2026 FME

PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO:	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
TIPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06
CONTRATADA:	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026. Linha 64: Veredinha – Sede (matutino).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁTIA

UNIDADE: 34003 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; **PROJETO ATIVIDADE:** 2.017 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR; 2.019 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA; **ELEMENTO DA DESPESA:** 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 7.568,00 (sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026.

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA e Gilberto Lopes Costa, Gestor do Fundo Municipal de Educação, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 010/2026, CREDENCIAMENTO Nº 002/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 24 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 7.568,00 (sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026. Linha 65: Lagoinha – Serra de José Francisco (noturno)

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia e o Gestor do Fundo Municipal de Educação de MAETINGA, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de Inexigibilidade de Credenciamento no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 24 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 7.568,00 (sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026. Linha 65: Lagoinha – Serra de José Francisco (noturno)

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 010/2026, referente ao Credenciamento 002/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 24 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06
EMPRESA(S) CONTRATADA:	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 7.568,00 (sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026. Linha 65: Lagoinha – Serra de José Francisco (noturno)

Ato de Ratificação da inexigibilidade: 077A/2026; Ato de Homologação do credenciamento: 002/2026 Maetinga - BA, 24 de agosto de 2026; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal; Gilberto Lopes Costa, Gestor do Fundo Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002-08/2026 FME

PROCESO ADMINISTRATIVO:	010/2026
CREDENCIAMENTO:	002/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	077A/2026
TIPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV e art. 79 Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06
CONTRATADA:	68.318.557 MIGUEL INACIO PEREIRA, pessoa juridica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 68.318.557/0001-09
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	24 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 7.568,00 (sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais)
OBJETO:	Prestação de Serviços de transporte escolar de alunos do Município de Maetinga, conforme especificado no credenciamento Nº 002/2026. Linha 65: Lagoinha – Serra de José Francisco (noturno)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁTIA

UNIDADE: 34003 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; **PROJETO ATIVIDADE:** 2.017 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR; 2.019 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA; **ELEMENTO DA DESPESA:** 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADA DE PEDRAS
CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE
Malhada de Pedras - BA

ATA DE ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (24/08/2026), às quatorze horas (14h), reuniram-se os membros do **Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Malhada de Pedras, Estado da Bahia**, na sede da **Casa dos Conselhos da Educação de Malhada de Pedras-BA**, situada no antigo anexo do CERB, na Rua Padre Ladislau Klener, s/n, Centro, Malhada de Pedras – Bahia, para realização da eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho, em conformidade com as normas que regem a composição e o funcionamento do órgão. A reunião foi conduzida pela **Senhora Nilzane Gomes Rocha Batista**, que, embora tenha formalizado seu desligamento do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, foi convidada a conduzir os trabalhos relativos ao processo eleitoral, tendo em vista sua participação e atuação no Conselho durante o processo de organização e composição dos seus membros. Para lavratura da presente ata, foi designada a **Senhora Rafaela Caetano dos Santos Alves**, Secretária da Casa dos Conselhos da Educação de Malhada de Pedras-BA, que passou a registrar os trabalhos e as deliberações ocorridas durante a reunião. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: **Senhor Samuel Brito Fernandes, Senhor Ronaldo Mendes da Silva, Senhora Regina Santana Freitas, Senhora Vanessa Ribeiro dos Santos, Senhora Fabiana Freitas Aguiar Santos, Senhora Cassineide Oliveira Alves, Senhora Dayane Silva Aguiar e Senhora Taciana da Silva Araújo Passos,** também estiveram presentes acompanhando a reunião o Senhor Alvino Martins Ribeiro, Senhor Lucas Pires Ataíde e Senhora Zenaide Batista Caetano Ferreira. Dando início aos trabalhos, a Senhora Nilzane Gomes Rocha Batista apresentou aos presentes a necessidade de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, para condução dos trabalhos e representação do órgão durante o período de mandato estabelecido. Em seguida, foi apresentada **chapa única**, composta pelos seguintes membros: **PRESIDENTE:** Senhor Ronaldo Mendes da Silva e **VICE-PRESIDENTE:** Senhora Vanessa Ribeiro dos Santos. Após a apresentação da chapa e não havendo outras candidaturas, foi realizada a votação pelos membros presentes. Concluída a votação, a chapa composta por **Ronaldo Mendes da Silva, para Presidente, e Vanessa Ribeiro dos**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADA DE PEDRAS
CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE
Malhada de Pedras - BA

Santos, para Vice-Presidente, foi **eleita por unanimidade dos presentes**, ficando ambos escolhidos para exercer as respectivas funções no Conselho de Alimentação Escolar – CAE até o dia **31 de outubro de 2027**. Ficou consignado que o Presidente e a Vice-Presidente eleitos assumirão as atribuições inerentes aos respectivos cargos, observando as disposições legais e regimentais aplicáveis ao Conselho de Alimentação Escolar, comprometendo-se a atuar em defesa dos princípios da participação social, do acompanhamento, fiscalização e controle da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no âmbito municipal. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Nilzane Gomes Rocha Batista agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião. Eu, Rafaela Caetano dos Santos Alves, Secretária da Casa dos Conselhos da Educação de Malhada de Pedras-BA, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pela pessoa que conduziu os trabalhos e pelos demais membros presentes, para que produza os efeitos legais.

Malhada de Pedras – Bahia, 24 de agosto de 2026.

Rafaela Caetano dos Santos Alves	Rafaela Caetano dos Santos Alves
Nilzane Gomes Rocha Batista	Nilzane Gomes Rocha Batista
Samuel Brito Fernandes	Samuel Brito Fernandes
Ronaldo Mendes da Silva	Ronaldo Mendes da Silva
Regina Santana Freitas	Regina Santana Freitas
Vanessa Ribeiro dos Santos	Vanessa Ribeiro dos Santos
Fabiana Freitas Aguiar Santos	Fabiana F. Aguiar Santos
Cassineide Oliveira Alves	Cassineide Oliveira Alves
Taciana da Silva Araújo Passos	Taciana da Silva Araújo Passos
Dayane Silva Aguiar	Dayane Silva Aguiar
Alvino Martins Ribeiro	Alvino Martins Ribeiro
Lucas Pires Ataíde	Lucas Pires Ataíde
Zenaide Batista Caetano Ferreira	Zenaide Batista Caetano Ferreira

MUNICÍPIO DE POÇÕES
CONSOLIDADO - SIAFIC - 2023
BAHIA
14.242.200/0001-65
Decreto Nº 0000086/2026
AGOSTO / 2026

DECRETO Nº 0000086/2026, 24 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor total de: R$ 792.760,00 (setecentos e noventa e dois mil setecentos e sessenta reais), para os fins que se especifica e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a lei Municipal em vigor,

Decreta:

Artigo 1o. - Fica aberto crédito suplementar as seguintes Dotações Orçamentárias:

Dotações Suplementadas

0102 - GABINETE DO PREFEITO		
2.003 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO		
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Fonte: 150000000	20.000,00
Total do Projeto/Atividade		**20.000,00**
Total da Unidade		**20.000,00**
0103 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
2.010 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Fonte: 150000000	10.000,00
Total do Projeto/Atividade		**10.000,00**
Total da Unidade		**10.000,00**
0104 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO		
2.011 - MANUTENÇÃO DA SEC.MUNICIPAL DE ADMINIST.E PLANEJAMENTO		
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte: 150000000	200.000,00
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte: 150000000	20.000,00
33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Fonte: 150000000	100.000,00
Total do Projeto/Atividade		**320.000,00**
Total da Unidade		**320.000,00**
0107 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.041 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA		
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte: 150010020	282.000,00
33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Fonte: 150010020	27.760,00
Total do Projeto/Atividade		**309.760,00**
2.043 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Fonte: 160000000	25.000,00
Total do Projeto/Atividade		**25.000,00**
2.045 - GESTÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Fonte: 160400000	20.000,00
Total do Projeto/Atividade		**20.000,00**
Total da Unidade		**354.760,00**
0108 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.051 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
33903600000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte: 150000000	15.000,00
Total do Projeto/Atividade		**15.000,00**
2.054 - PROCAD SUAS		
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte: 166000000	5.000,00
Total do Projeto/Atividade		**5.000,00**
2.057 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte: 150000000	35.000,00
33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Fonte: 150000000	3.000,00
Total do Projeto/Atividade		**38.000,00**
Total da Unidade		**58.000,00**
0109 - SEC. MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PUBLICOS		
2.062 - ABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO		
33903600000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte: 150000000	30.000,00
Total do Projeto/Atividade		**30.000,00**
Total da Unidade		**30.000,00**
Total		**792.760,00**

Artigo 2o. - As despesas decorrentes da abertura do presente crédito suplementar, serão cobertas com recursos de que trata o artigo 43 parágrafo 1o. da Lei Federal No. 4.320/64,

MUNICÍPIO DE POÇÕES
CONSOLIDADO - SIAFIC - 2023
BAHIA
14.242.200/0001-65
Decreto Nº 0000086/2026
AGOSTO / 2026

Dotações Anuladas

0104 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO			
2.011 - MANUTENÇÃO DA SEC.MUNICIPAL DE ADMINIST.E PLANEJAMENTO			
31909400000 - IINDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte:	150000000	30.000,00
Total do Projeto/Atividade			**30.000,00**
Total da Unidade			**30.000,00**
0107 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
2.038 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE			
33504300000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	Fonte:	150010020	11.000,00
Total do Projeto/Atividade			**11.000,00**
2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	150010020	7.000,00
44905200000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte:	150010020	20.000,00
Total do Projeto/Atividade			**27.000,00**
2.040 - GESTÃO DO SUS			
31901600000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	150010020	28.000,00
Total do Projeto/Atividade			**28.000,00**
2.041 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	160000000	25.000,00
Total do Projeto/Atividade			**25.000,00**
2.042 - PROGRAMA T.F.D.			
33903600000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte:	150010020	9.760,00
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte:	150010020	45.000,00
Total do Projeto/Atividade			**54.760,00**
2.043 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
33909100000 - SENTENÇAS JUDICIAIS	Fonte:	150010020	21.000,00
Total do Projeto/Atividade			**21.000,00**
2.045 - GESTÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Fonte:	150010020	20.000,00
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	160400000	20.000,00
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	150010020	148.000,00
Total do Projeto/Atividade			**188.000,00**
Total da Unidade			**354.760,00**
0108 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
2.049 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	166000000	5.000,00
Total do Projeto/Atividade			**5.000,00**
2.051 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte:	150000000	38.000,00
Total do Projeto/Atividade			**38.000,00**
2.052 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ			
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	150000000	15.000,00
Total do Projeto/Atividade			**15.000,00**
Total da Unidade			**58.000,00**
0109 - SEC. MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PUBLICOS			
2.064 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS			
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte:	150000000	350.000,00
Total do Projeto/Atividade			**350.000,00**
Total da Unidade			**350.000,00**
Total			**792.760,00**

Artigo 3o. - Revogada as disposições em contrário , o presente decreto entra em vigor na data se sua publicação.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
PREFEITA MUNICIPAL
CPF: 270.595.105-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES - CNPJ 14.242.200/0001-65

MUNICÍPIO DE POÇÕES
CONSOLIDADO - SIAFIC - 2023
BAHIA
14.242.200/0001-65
Decreto Nº 0000087/2026
AGOSTO / 2026

DECRETO Nº 0000087/2026, 24 de agosto de 2026

Abre crédito por Superávit no valor 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) para os fins que se especifica e da outras providências.

Abre credito Transferência Especial da União,

Fica aberto credito por Superavit das seguintes Dotações orçamentarias:

Dotações Suplementadas

0107 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.041 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA		
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Fonte: 170600000	7.000,00
Total do Projeto/Atividade		**7.000,00**
2.043 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte: 170600000	80.000,00
Total do Projeto/Atividade		**80.000,00**
Total da Unidade		**87.000,00**
Total		**87.000,00**

Artigo 2o. - As despesas decorrentes da abertura do presente crédito suplementar, serão cobertas com recursos de que trata o artigo 43 parágrafo 1o. da Lei Federal No. 4.320/64,

I - Superávit R$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais)

Artigo 3o. - Revogada as disposições em contrário , o presente decreto entra em vigor na data se sua publicação.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
PREFEITA MUNICIPAL
CPF: 270.595.105-91

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

MUNICÍPIO DE POÇÕES
CONSOLIDADO - SIAFIC - 2023
BAHIA
14.242.200/0001-65
DECRETO Nº 0000088/2026
Data 27/08/2026

DECRETO Nº 0000088/2026, 27 de agosto de 2026

"Altera o QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS - QDD, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a lei Municipal em vigor,

Decreta:

Artigo 1o. - Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD do Poder Executivo, aprovado pelo Decreto Nº 0000088/2026 de 27/08/2026, correspondente à Programação das Despesas das Secretarias Municipais e dos Órgãos diretamente subordinados ao Prefeito.

Acréscimo de Dotação

0106 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.024 - ADM. DE PESSOAL E ENCARGOS DO MAGISTÉRIO - FUNDEB - 70%		
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte: 154010700	300.000,00
Total do Projeto/Atividade		**300.000,00**
2.032 - VAAT EDUCAÇÃO INFANTIL		
33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Fonte: 154210700	5.000,00
33904900000 - AUXÍLIO-TRANPORTE	Fonte: 154210700	2.000,00
Total do Projeto/Atividade		**7.000,00**
Total da Unidade		**307.000,00**
0109 - SEC. MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PUBLICOS		
2.064 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS		
3390360000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte: 150000000	200.000,00
Total do Projeto/Atividade		**200.000,00**
Total da Unidade		**200.000,00**
Total		**507.000,00**

Redução de Dotação

0106 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.024 - ADM. DE PESSOAL E ENCARGOS DO MAGISTÉRIO - FUNDEB - 70%		
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte: 154010700	300.000,00
Total do Projeto/Atividade		**300.000,00**
2.032 - VAAT EDUCAÇÃO INFANTIL		
33903700000 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Fonte: 154200000	1.000,00
33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Fonte: 154200000	5.000,00
33904900000 - AUXÍLIO-TRANPORTE	Fonte: 154200000	1.000,00
Total do Projeto/Atividade		**7.000,00**
Total da Unidade		**307.000,00**
0109 - SEC. MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PUBLICOS		
2.064 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS		
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte: 150000000	200.000,00
Total do Projeto/Atividade		**200.000,00**
Total da Unidade		**200.000,00**
Total		**507.000,00**

Artigo 3o. - Fica a contabilidade municipal encarregada de proceder aos registros necessários decorrentes deste Decreto.

Artigo 4o. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE POÇÕES
CONSOLIDADO - SIAFIC - 2023
BAHIA
14.242.200/0001-65
DECRETO Nº 0000088/2026
Data 27/08/2026

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
PREFEITA MUNICIPAL
CPF: 270.595.105-91

MUNICÍPIO DE POÇÕES
CONSOLIDADO - SIAFIC - 2023
BAHIA
14.242.200/0001-65
Decreto Nº 0000089/2026
AGOSTO / 2026

DECRETO Nº 0000089/2026, 27 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor total de: R$ 3.452.172,48 (três milhões quatrocentos e cinqü enta e doi setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), para os fins que se especifica e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a lei Municipal em vigor,

Decreta:

Artigo 1o. - Fica aberto crédito suplementar as seguintes Dotações Orçamentárias:

Dotações Suplementadas

0106 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
2.024 - ADM. DE PESSOAL E ENCARGOS DO MAGISTÉRIO - FUNDEB - 70%			
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	154010700	521.000,00
Total do Projeto/Atividade			**521.000,00**
2.029 - VAAT ENSINO FUNDAMENTAL			
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	154210700	2.400.000,00
33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Fonte:	154210700	103.372,48
33904900000 - AUXÍLIO-TRANPORTE	Fonte:	154210700	30.000,00
Total do Projeto/Atividade			**2.533.372,48**
2.032 - VAAT EDUCAÇÃO INFANTIL			
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	154210700	365.000,00
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	154200000	30.000,00
Total do Projeto/Atividade			**395.000,00**
Total da Unidade			**3.449.372,48**
0107 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
2.041 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
33903600000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte:	150010020	2.800,00
Total do Projeto/Atividade			**2.800,00**
Total da Unidade			**2.800,00**
Total			**3.452.172,48**

Artigo 2o. - As despesas decorrentes da abertura do presente crédito suplementar, serão cobertas com recursos de que trata o artigo 43 parágrafo 1o. da Lei Federal No. 4.320/64,

Dotações Anuladas

0106 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
2.023 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
44905200000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte:	156900000	395.000,00
Total do Projeto/Atividade			**395.000,00**
2.024 - ADM. DE PESSOAL E ENCARGOS DO MAGISTÉRIO - FUNDEB - 70%			
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	154010700	2.400.000,00
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	154610700	2.087,41
33904900000 - AUXÍLIO-TRANPORTE	Fonte:	154610700	206,00
Total do Projeto/Atividade			**2.402.293,41**
2.025 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCN E ADM - FUNDEB - 30%			
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	154000000	60.000,00
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	154600000	5.079,07
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Fonte:	154600000	17.000,00
33903600000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte:	154600000	1.000,00
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte:	154600000	26.000,00
44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte:	154600000	15.000,00
44905200000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte:	154600000	1.000,00
Total do Projeto/Atividade			**125.079,07**
2.028 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	156900000	211.000,00
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte:	156900000	310.000,00
Total do Projeto/Atividade			**521.000,00**

MUNICÍPIO DE POÇÕES
CONSOLIDADO - SIAFIC - 2023
BAHIA
14.242.200/0001-65
Decreto Nº 0000089/2026
AGOSTO / 2026

0106 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.032 - VAAT EDUCAÇÃO INFANTIL		
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte: 154200000	1.000,00
31909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte: 154200000	1.000,00
31909400000 - IINDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte: 154200000	1.000,00
33504300000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	Fonte: 154200000	2.000,00
46907100000 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	Fonte: 154200000	1.000,00
Total do Projeto/Atividade		**6.000,00**
Total da Unidade		**3.449.372,48**
0107 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.043 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte: 150010020	2.000,00
Total do Projeto/Atividade		**2.000,00**
2.045 - GESTÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte: 150010020	800,00
Total do Projeto/Atividade		**800,00**
Total da Unidade		**2.800,00**
Total		**3.452.172,48**

Artigo 3o. - Revogada as disposições em contrário , o presente decreto entra em vigor na data se sua publicação.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
PREFEITA MUNICIPAL
CPF: 270.595.105-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 - Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 032/2026

A Prefeitura Municipal de Poções-Ba, em acordo Decreto Municipal nº 006 de 08 de janeiro de 2024, Lei Federal nº 14.133 de 2021, com suas ulteriores alterações, torna público a realização da **CHAMAMENTO PUBLICO Nº 032/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO 212/2026. Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS (PESSOA FÍSICA) PARA ATUAÇÃO NOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA IDOSA, TRANSPORTE SANITÁRIO PARA APOIO AO DESLOCAMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO RADIOTERÁPICO E EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA, NA MODALIDADE HEMODIÁLISE (TRS) E INCENTIVO À SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA, VINCULADOS A RECURSOS FEDERAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**, o INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: A partir das 07:00 horas do dia **4/9/2026**. TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO: Nos termos do art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, o credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, disponível para ingresso dos interessados a qualquer momento, a documentação para o Credenciamento deverá ser enviada ao endereço: Secretaria Municipal de Saúde: Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, na cidade de Poções, Bahia, das 7:00 às 13:00, de segunda a sexta feira (dia útil) no endereço acima citado ou através do endereço eletrônico: financeirosecsaude@gmail.com. Informações no e-mail: financeirosecsaude@gmail.com. Divulgação de Edital e outros atos – Site da Prefeitura Municipal de Poções https://www.pocoes.ba.gov.br/licitacoes - Diário Oficial: https://sai.io.org.br/ba/pocoes/Site/DiarioOficial, Portal da Transparência através do site https://pocoes-ba.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34, ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

O Município de Poções- BA comunica a abertura do **PROCEDIMENTO DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 032/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO 212/2026. OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS (PESSOA FÍSICA) PARA ATUAÇÃO NOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA IDOSA, TRANSPORTE SANITÁRIO PARA APOIO AO DESLOCAMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO RADIOTERÁPICO E EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA, NA MODALIDADE HEMODIÁLISE (TRS) E INCENTIVO À SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA, VINCULADOS A RECURSOS FEDERAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, e demais condições descritas no edital e em seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 006 de 08 de janeiro de 2024. INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:** A partir das 07:00 horas do dia **4/9/2026**.**TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO:** Nos termos do art. 79, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, o credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, disponível para ingresso dos interessados a qualquer momento. **Informações** através do e-mail licitacaopocoes2021@gmail.com ou envio dos documentos para o setor de licitação no endereço: Praça da Bandeira, 02, Centro – Poções – Bahia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

O MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº14.242.200/0001-65 com sede na Praça da Bandeira, 02, Centro – Poções – Bahia, representado pela prefeita municipal, a Srª. **Irenilda Cunha de Magalhães,** no uso de suas prerrogativas legais, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar que está aberto o **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS (PESSOA FÍSICA) PARA ATUAÇÃO NOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA IDOSA, TRANSPORTE SANITÁRIO PARA APOIO AO DESLOCAMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO RADIOTERÁPICO E EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA, NA MODALIDADE HEMODIÁLISE (TRS) E INCENTIVO À SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA, VINCULADOS A RECURSOS FEDERAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**, e demais condições descritas no edital e em seus anexos, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021

INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: A partir das 07:00 horas do dia 4/9/2026.

DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: o Edital está disponível na íntegra no endereço eletrônico do Portal do Município de Poções (https://sai.io.org.br/ba/pocoes/Site/DiarioOficial) e no Portal Nacional de Compras Públicas (https://pncp.gov.br/app/editais).

TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO: Nos termos do art. 79, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, o credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, disponível para ingresso dos interessados a qualquer momento.

LOCAL PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: através do e-mail financeirosecsaude@gmail.com ou para a Secretaria Municipal de Saúde: Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, na cidade de Poções, Bahia.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: No Departamento de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 07h00min às 13h00min, na Praça da Bandeira, 02, Centro – Poções – Bahia ou pelo e-mail: licitacaopocoes2021@gmail.com.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Conforme item 3, deste instrumento de convocação, os interessados têm até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, para impugnar ou solicitar esclarecimentos deste Edital, por irregularidade na aplicação da Lei 14.133 de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024. Só após esse prazo legal, dar-se-á início a recepção dos documentos para o credenciamento a partir do dia 4/9/2026.

DO OBJETO
1.1. O objeto do presente edital é **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS (PESSOA FÍSICA) PARA ATUAÇÃO NOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA IDOSA, TRANSPORTE SANITÁRIO PARA APOIO AO DESLOCAMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO RADIOTERÁPICO E EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA, NA MODALIDADE HEMODIÁLISE (TRS) E INCENTIVO À SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA, VINCULADOS A RECURSOS FEDERAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE,** de acordo com o Anexo I do presente Edital.

1.2. As especificações e demais condições do **CREDENCIAMENTO** constam dos Anexos a este Edital, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

2. DO ACESSO
2.1. O acesso ao credenciamento é livre a todos os interessados (**pessoa física**) que comprovem possuir os requisitos necessários ao fornecimento do objeto em questão, por meio da apresentação dos documentos listados no presente edital a partir da data de sua publicação.
2.2. Este Credenciamento ficará aberto, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.
2.3. A Comissão Especial de Credenciamento, reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
2.4. As validades para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou estabelecidos

em lei.

2.5. Nos casos omissos, o agente de contratação considerará como prazo de validade aceitável o de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão..

3. DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

3.1. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos ao presente Edital de Credenciamento por eventuais omissões ou dubiedades, a qualquer momento após a publicação do seu aviso, via e-mail.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

4.1. Este Edital estará vigente por período indeterminado, até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.

4.2. Este Edital poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e oportunidade da administração.

4.3. A revogação ou anulação deste Edital dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

4.4. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos Art. 147 ao Art. 150 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

4.5. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato

4.6. A forma como devem ser prestados estão discriminados no Anexo I deste Edital.

4.7. A contratação decorrente deste credenciamento será formalizada mediante celebração de termo de credenciamento, cuja minuta faz parte do **Anexo IV** deste Edital.

4.8. Enquanto estiver vigente o Edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do presente Credenciamento:

5.2. Pessoas Físicas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto do Credenciamento.

5.3. Não poderão participar deste Credenciamento:

5.4. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.5. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.5.1. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.5.2. Como condição prévia à participação no credenciamento, a comissão especial de credenciamento verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

5.6. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da interessada

6. DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇO

6.1 - Credenciamento contínuo e não excludente:

Todos os interessados que atenderem às exigências do edital serão credenciados, podendo ser convocados durante a vigência do chamamento público.

6.2 - Formação da lista de credenciados:

Os profissionais habilitados integrarão lista organizada em ordem cronológica de credenciamento, a qual será utilizada como base para o rodízio.

6.3 - Sistema de rodízio semestral:

A distribuição da demanda observará sistema de rodízio com duração de 6 (seis) meses, assegurando a alternância entre os credenciados e a igualdade de oportunidades.

6.4- Convocação dos credenciados:

A convocação para prestação dos serviços será realizada conforme a ordem da lista de credenciados, respeitado o rodízio vigente e as necessidades dos Programas.

6.5 - Critérios técnicos de alocação:

Quanto ao critério de distribuição da demanda, a convocação dos profissionais credenciados será realizada de forma

objetiva, impessoal e transparente, observando-se, como regra, a ordem cronológica de credenciamento e habilitação, sem prejuízo da necessidade de compatibilização entre a qualificação do profissional, a categoria para a qual foi habilitado, a demanda existente e as necessidades específicas de cada programa.

6.6 - Inclusão de novos credenciados:
Novos profissionais habilitados durante a vigência do chamamento serão incluídos ao final da lista, passando a participar do rodízio subsequente.

6.7 - Substituição e continuidade dos serviços:
Em caso de recusa, ausência, impedimento ou desempenho insatisfatório, devidamente justificado, será convocado o próximo credenciado da lista, garantindo a continuidade dos serviços.

6.8 - Convocação excepcional:
Poderá haver convocação fora da ordem do rodízio, desde que devidamente justificada pela Administração, em razão de especificidade técnica da atividade ou necessidade do serviço.

6.9-Formalização da contratação:
A contratação será formalizada por meio de instrumento próprio (termo de credenciamento), conforme a demanda, observando-se as disposições do edital e da legislação vigente.

6.10 Execução dos serviços:
Os serviços serão prestados conforme cronograma e diretrizes estabelecidos pela coordenação dos Programas, em conformidade com as necessidades dos usuários e das ações dos Programas.

6.11 - Fiscalização e acompanhamento:
A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, garantindo a qualidade, a regularidade e a adequação das atividades desenvolvidas..

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Serão credenciados todos os interessados que atenderem as exigências estabelecidas neste Edital.

7.2. A documentação para o credenciamento compreende a Solicitação de Credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II, e os documentos de habilitação constante no presente Edital.

7.3. A documentação para o credenciamento deverá ser enviada à Secretaria Municipal de Saúde: **via e- mail no endereço eletrônico:** financeirosecsaude@gmail.com ou envio dos documentos para a Secretaria Municipal de Saúde: Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, na cidade de Poções, Bahia, a partir do prazo de recepção dos documentos.

7.4. Nos termos do art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, o credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, disponível para ingresso dos interessados a qualquer momento.

7.5. Os interessados, ao realizarem a solicitação de credenciamento, concordam integralmente com os termos deste Edital e seus anexos.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento conforme anexo de proposta, contendo:

8.2. Valor unitário e total em moeda corrente nacional;

8.3. O (s) item (ns) que se interessa para se credenciar;

8.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.7. Os preços ofertados, tanto na proposta, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.8. Os tributos, contribuições previdenciárias e demais encargos incidentes sobre a prestação dos serviços serão de responsabilidade do credenciado, observada a legislação vigente, ficando o Município autorizado a efetuar, por ocasião do pagamento, as retenções tributárias e previdenciárias legalmente exigíveis, inclusive Imposto de Renda – IR e Imposto Sobre Serviços – ISS, quando cabíveis, realizando o respectivo desconto do valor devido ao credenciado.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente. Caberá ainda ao credenciado, quando aplicável, promover o recolhimento das contribuições previdenciárias de sua responsabilidade, inclusive aquelas que, por opção ou obrigação legal, devam ser recolhidas diretamente pelo próprio contribuinte, observada a legislação previdenciária vigente

8.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.
8.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 DIAS, a contar da data de sua apresentação.
8.11. Os interessados devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

9. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
9.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado apresentar os seguintes documentos:

9.1.1 Documentos Relativos à:

9.1.1- Pessoa Física: Para promover a habilitação no procedimento, a pessoa física deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, em original ou cópias autenticadas por servidor público desta municipalidade ou em publicação de órgão da imprensa na forma da lei:

a) CPF e RG do Representante ou documento equivalente com foto (ex.: carteira de habilitação, carteira de trabalho);
b) Comprovante atualizado de residência;
c) Fornecer e manter, obrigatoriamente, disponível linha telefônica (fixo e/ou celular) e e-mail, para notificação de decisões proferidas no procedimento, que terão validade para ciência inequívoca, produzindo efeitos para contagem de prazos, através de Ficha de Inscrição (conforme modelo do Anexo II);
d) Comprovante de dados bancários do proponente (Banco, Agência e Conta);

Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
b) Certidão de Débitos Tributários – CDT, Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda (UF da Sede do Contribuinte);
c) Certidão de Débitos Tributários Municipais, expedita pela Fazenda Municipal da Sede do licitante;
d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

Documentação relativa à Qualificação Técnica:
a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com os serviços objeto do credenciamento, que deverá ser apresentada através de, no mínimo, 01 (uma) certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços similares; b) Para o profissional Nutricionista, apresentação de diploma ou certificado de conclusão do curso de Nutrição e comprovante de inscrição ativa e regular no respectivo Conselho Regional de Nutrição – CRN;
c) Para o profissional Psicólogo, apresentação de diploma ou certificado de conclusão do curso de Psicologia e comprovante de inscrição ativa e regular no respectivo Conselho Regional de Psicologia – CRP;
d) Para o profissional Enfermeiro, apresentação de diploma ou certificado de conclusão do curso de Enfermagem e comprovante de inscrição ativa e regular no Conselho Regional de Enfermagem – COREN, na categoria de Enfermeiro;

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

9.2. Disposições gerais sobre a documentação de habilitação:
9.2.1. Os documentos serão remetidos por meio digital e poderão ser solicitados no original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Comissão Especial de Credenciamento;
9.2.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;
9.2.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;
9.2.4. A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do interessado.

9.2.5. A Comissão Especial poderá diligenciar efetuando consulta na internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico, exclusivamente a seu critério.
9.3. Os documentos exigidos serão analisados pela Comissão Especial de Credenciamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da entrega, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período pela autoridade competente.

10. ABERTURA, PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO
10.1. A documentação exigida para credenciamento será analisada pela Comissão Especial de Credenciamento, observando-se os seguintes procedimentos:
10.1.1. Examinada a documentação e atendidos os requisitos exigidos neste edital e seus anexos, o fornecedor interessado será declarado pela Comissão Especial de Credenciamento como habilitado para a prestação dos serviços objeto do credenciamento.
10.1.2. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.
10.1.3. O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.
10.1.4. Os proponentes inabilitados, serão notificados para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, providenciem os documentos escoimados dos vícios que geraram sua inabilitação.
10.1.5. A inobservância ao prazo estabelecido no subitem anterior e/ou a ausência/inexatidão nos documentos novamente apresentados, acarretarão na inabilitação e exclusão do proponente do processo de credenciamento.
10.1.6. Ocorrida a exclusão do proponente pela ausência de documentação mínima necessária ao credenciamento, o mesmo poderá, durante o período de vigência do edital, apresentar nova documentação para credenciamento.
10.1.7. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão Especial de Credenciamento poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
10.2. Da Abertura e Julgamento da Documentação de Habilitação será lavrada ata, assinada pela Comissão Especial de Credenciamento, que será encaminhada, via e-mail, ao fornecedor interessado, bem como publicada no Diário Oficial do Município.
10.3. As fases internas do procedimento, assim sendo as atas, convocações e demais atos serão divulgadas através do Diário Oficial de Poções – site: https://sai.io.org.br/ba/pocoes/Site/DiarioOficial, quando necessário, ficando desde a data da publicação convocado o fornecedor interessado a apresentar recurso ou demais manifestações cabíveis.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
11.1. Após a declaração de habilitação do fornecedor interessado, não havendo manifestação recursal, a Autoridade Competente opinará sobre a adjudicação do credenciado.
11.2. No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do credenciado.
11.3. A autoridade competente homologará o credenciamento, convocando o credenciado a assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente.

12. DA CONTRATAÇÃO
12.1. Após a homologação do credenciamento e tendo a necessidade de contratação, a(s) credenciada(s) será(ão) convocada(s) para assinar o termo de credenciamento.
12.2. O Termo de Credenciamento a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e observará os termos contidos na minuta prevista no ANEXO IV deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.
12.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. 21.3.1. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado, nos tesmos da lei 14.133/2021.
12.4. A recusa injustificada do proponente credenciado em assinar o Termo de Credenciamento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital e em Lei.
12.5. Por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo proponente durante a vigência do Termo de Credenciamento.
12.6. O presente Edital fará parte integrante do Termo de Credenciamento, bem como seus anexos e a proposta

apresentada pela proponente credenciada.

12.7. Será designado um gestor e um Fiscal para o Termo de Credenciamento, que desempenhará as atribuições previstas na legislação aplicável ao caso.

12.8. O objeto deste credenciamento deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento contidos na minuta prevista no ANEXO IV, ou instrumento equivalente.

13.DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Decreto Municipal nº 006, de janeiro de 2024.

13.2. Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação no cadastramento para o credenciamento, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Os recursos serão recebidos por meio eletrônico e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio da comissão especial de credenciamento designada, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados.

13.4. A autoridade máxima, após receber o recurso e a informação do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada, proferirá, também no prazo de 3 (três) dias úteis, a sua
decisão, devendo promover a sua respectiva publicação, conforme o prazo do item 8.1.3.

13.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.5.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.5.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 24 (horas).

13.5.3. Nesse momento a Comissão de Especial de Credenciamento não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.6. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.7. O recurso será dirigido ao responsável pela condução do edital, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo, contado do recebimento dos autos.

13.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitação, no endereço constante neste Edital.

13.13. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.

13.14. A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 5 (cinco) dias úteis para enviá-la.

13.15. A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento, cuja decisão está sujeita a recurso na forma do item 11.2, 11.3 e 11.4 .

13.16. Os credenciados convocados para apresentar a documentação referida no item 7 deste participarão normalmente, quando for o caso, dos sorteios de demandas ou das convocações feitas pelo órgão ou entidade contratante.

13.17. O resultado da análise prevista do item 7, será publicado no prazo de cinco dias úteis.

14.DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A gestão e a fiscalização do contrato seguirão os termos previstos na Lei Federal n° 14.133/2021 e demais regulamentações da matéria na Prefeitura Municipal Poções-Bahia.

14.2. A gestão e a fiscalização do contrato encontram-se discriminadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

15.DA SUBCONTRATAÇAO
15.1. É expressamente vedado o cometimento a terceiros (subcontratação) da execução dos serviços objeto deste edital.
16.DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
16.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
16.2. A Contratada obriga-se por si, por seus empregados e prepostos, a tratar de forma absolutamente confidencial e de caráter sigiloso todos os dados, informações, plantas e croquis, acesso a servidores e banco de dados, segredos comerciais, marcas, criações, desenhos, especificações técnicas e comerciais da CONTRATANTE e suas coligadas, aos quais venha a ter acesso por força deste instrumento. Obriga-se, ainda, a CONTRATADA a manter sua confidencialidade mesmo após o término do presente contrato, respondendo, se, descumprido este item, por perdas e danos, na forma da legislação aplicável a matéria.
16.3. A Credenciada não se escusará do cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD, Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
16.4. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas, de acordo com o que dispõe a Seção III, capítulo VI da LGPD.

17.DO DESCREDENCIAMENTO
17.1. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante.
17.2. A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
17.3. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas a que se refere o item 14.1, conforme Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024.
17.4. O descredenciamento será cabível em função de fatos que ensejem o comprometimento das condições de habilitação e que sejam insanáveis ou não tenham sido sanados no prazo assinalado pelo órgão responsável do Município, bem como em razão de desvios de postura profissional ou situações que possam interferir negativamente nos padrões éticos e operacionais de execução dos serviços contratados.
17.5. Deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.
17.6. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.
17.7. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

18.DA FISCALIZAÇÃO
18.1. O Município de Poções reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelas credenciadas, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;
18.2. O credenciamento configura uma relação contratual de prestação de serviços.
18.3. Os serviços devem atender aos mais elevados padrões de qualidade, conforme estabelecido no edital, e estar em conformidade com as especificações técnicas definidas.

19.DO PREÇO
19.1. A Prefeitura Municipal de Poções pagará pelos serviços o valor estabelecido Estimativas do valor da contratação do Termo de Referência.
19.2 Periodicidade e data-base:
19.2.1. Os valores poderão ser atualizados após período mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta do credenciado ou da data do último reajuste, o que for mais recente, observadas as disposições abaixo.
19.3. Critério de Atualização:
19.3.1. Considerando que o valor da remuneração está alinhado ao salário mínimo nacional, eventual atualização ocorrerá automaticamente sempre que houver alteração oficial do salário mínimo, de forma a manter a compatibilidade

com o piso nacional vigente.
19.3.2. Na hipótese de inexistência de reajuste do salário mínimo no período, será aplicado, de forma subsidiária, o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE)**, como índice geral de inflação, por melhor refletir a variação do poder de compra da moeda.
19.4. Forma de apuração do reajuste
19.4.1. Para fins de aplicação do IPCA, será considerada a variação acumulada no período de 12 (doze) meses, tomando-se como base o índice vigente na data-base anterior e o índice correspondente ao novo período.
19.4.2. A variação percentual apurada será aplicada sobre o valor vigente do contrato:

- Em caso de variação positiva, haverá acréscimo proporcional;
- Em caso de variação negativa, poderá haver redução proporcional.

19.4.3. O valor reajustado passará a vigorar a partir da data-base estabelecida contratualmente.
19.4.4. Caso o índice do mês de referência ainda não tenha sido divulgado, será utilizado provisoriamente o último índice disponível, com posterior compensação.
19.5. Variação negativa e arredondamentos:
19.5.1. Havendo variação negativa, os valores poderão ser reduzidos na mesma proporção, preservando o equilíbrio econômico-financeiro.
19.5.2. Os valores serão arredondados para duas casas decimais.
19.6. Substituição do índice:
19.6.1. Na hipótese de extinção ou indisponibilidade do IPCA, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a inflação geral da economia, mediante justificativa técnica e formalização por apostilamento.
19.7. Formalização e efeitos
19.7.1. A atualização será formalizada por apostilamento.
19.7.2. Regra geral, não haverá efeitos retroativos, salvo quando o atraso na aplicação for exclusivamente imputável à Administração, devidamente justificado nos autos.

20.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 0107 - Secretaria Municipal de Saúde
Órgão: 0701 - Fundo Municipal de Saúde de Poções
Projeto / Atividade: 2.041 – Gestão das Ações da Atenção Primária
Projeto / Atividade: 2.043 - Gestão das Ações de Atenção Especializada
Elemento de despesa: 3.3.90.36.0000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física
Fonte de Recurso: 150010020000- Recursos não vinculados de impostos (saúde)
Fonte de Recurso: 160000000000- Transferência fundo a fundo dos Recursos do SUS, provenientes do governo federal
Fonte de Recurso: 162100000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Fonte de Recurso: 170600000000- Transferências Especiais da União

DAS PENALIDADES / SANÇÕES
23.1. Comete infração administrativa nos termos do artigo 155 da Lei n° 14.133/2021, a Contratada que:
23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
23.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
23.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
23.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
23.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
23.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
23.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
23.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21 as seguintes sanções:
23.2.1. Advertência;
23.2.2. Multa;
23.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
23.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
23.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
23.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
23.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
23.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
23.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
23.4. A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
23.5. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da lei 14.133/21.
23.6. A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
23.7. A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
23.8. A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
23.8.1. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
23.8.2. Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
23.8.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
23.8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
23.8.5. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
23.8.6. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da lei de licitações, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
23.8.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato ou neste termo de referência.
23.9. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficial de Imprensa.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
24.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024.
24.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e- mail

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

licitacaopocoes2021@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da prefeitura municipal/setor de licitações.

24.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo A Comissão Especial de Credenciamento requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.4. Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

24.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação, se houver impacto na formulação de propostas**.**

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

25.2. No julgamento das propostas e da habilitação, A Comissão Especial de Credenciamento poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

25.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

25.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público;

25.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou pelo Site: https://sai.io.org.br/ba/pocoes/Site/DiarioOficial e no endereço eletrônico Portal: licitacaopocoes2021@gmail.com.com e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da prefeitura, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.1. Anexo I - Termo de referência;

26.2. Anexo II- Modelo de solicitação de credenciamento- Pessoa Física;

26.3. Anexo III- Modelo Proposta- Pessoa Física;

26.4. Anexo IV – Minuta do Termo de Credenciamento;

26.5. Anexo V- Declaração Obrigatórias- Pessoa Física;

26.6. Anexo VI- Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação - Pessoa Física;

26.7. Anexo VII - Declaração de Não Exercício de Cargo, Emprego ou Função Pública.

26.8. Anexo VIII - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo- Pessoa Física;

Marcus Vinícius Protasio Sola
Sec. Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	**Credenciamento de profissionais para atuação nos Programas de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, Transporte Sanitário para apoio ao deslocamento de pacientes em tratamento radioterápico e em Terapia Renal Substitutiva, na modalidade hemodiálise (TRS) e Incentivo à Saúde da População Quilombola, vinculados a recursos federais do Ministério da Saúde.**

1) Definição do objeto

A presente contratação decorre da necessidade de implementação e execução de programas estratégicos do Sistema Único de Saúde – SUS, instituídos e financiados pelo Ministério da Saúde, destinados ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e da assistência especializada, mediante repasse de recursos federais específicos ao Município de Poções/BA.

O Município foi contemplado com recursos financeiros para execução do Programa de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, instituído pela Portaria GM/MS nº 9.584, de 22 de dezembro de 2025, do Programa de Transporte Sanitário para Hemodiálise (TRS), regulamentado pelas Portarias GM/MS nº 8.516/2025 e nº 11.165/2026, bem como do Programa de Incentivo à Saúde da População Quilombola, disciplinado pelas Portarias GM/MS nº 9.572/2025 e nº 10.345/2026.

A execução dessas políticas públicas exige a disponibilização de equipe técnica e operacional compatível com as atividades previstas em cada programa, sendo imprescindível a contratação de profissionais habilitados para garantir a efetiva prestação dos serviços de saúde à população beneficiária.

No âmbito do **Programa de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa**, faz-se necessária a contratação de motoristas para assegurar o deslocamento dos usuários e das equipes responsáveis pelas ações de promoção, prevenção e assistência à saúde da pessoa idosa, garantindo a execução das atividades programadas.

Quanto ao **Programa de Transporte Sanitário para apoio ao deslocamento de pacientes em tratamento radioterápico e em Terapia Renal Substitutiva, na modalidade hemodiálise (TRS),** destaca-se que se trata de modalidade de financiamento federal do SUS, custeada por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC, destinada ao transporte de pacientes em tratamento de hemodiálise que necessitam realizar deslocamentos superiores a 50 (cinquenta) quilômetros entre o município de residência e o estabelecimento de saúde habilitado. A operacionalização do programa depende de pactuação na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e possui como finalidade assegurar o acesso contínuo ao tratamento, reduzindo riscos clínicos decorrentes da interrupção da terapia renal substitutiva, razão pela qual é indispensável a disponibilização de motoristas para execução do transporte sanitário.

No que se refere ao **Programa de Incentivo à Saúde da População Quilombola**, o Município de Poções/BA foi contemplado com recursos federais destinados ao fortalecimento da assistência integral à população quilombola, inclusive com o recebimento de um micro-ônibus para apoio às ações de saúde itinerantes. A adequada execução do programa demanda equipe multiprofissional composta por motorista, técnico de enfermagem, enfermeiro(a), assistente social e psicólogo(a), profissionais responsáveis pelo desenvolvimento das ações de promoção, prevenção, assistência

e acompanhamento da população atendida.

A contratação por meio de **Chamamento Público para Credenciamento** mostra-se a solução mais adequada para atender ao interesse público, por permitir a seleção de profissionais que preencham os requisitos estabelecidos pela Administração, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência, publicidade e transparência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, ainda, que as contratações estarão integralmente vinculadas à vigência dos respectivos programas e à disponibilidade dos recursos financeiros transferidos pelo Ministério da Saúde, não constituindo ampliação permanente do quadro de pessoal do Município, mas instrumento indispensável para assegurar a execução das políticas públicas financiadas pela União e garantir a continuidade dos serviços de saúde ofertados à população.

Quantitativo estimado:

- 02 (dois) Motoristas (40h) para o Programa de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa;
- 02 (dois) Motoristas (40h) para o Programa de Transporte Sanitário para apoio ao deslocamento de pacientes em tratamento radioterápico e em Terapia Renal Substitutiva, na modalidade hemodiálise (TRS);
- 01 (um) Motorista (40h) para o Programa de Incentivo à Saúde da População Quilombola;
- 01 (um) Técnico(a) de Enfermagem (40h);
- 01 (um) Enfermeiro(a) (20h);
- 01 (um) Nutricionista (20h);
- 01 (um) Assistente Social (20h);
- 01 (um) Psicólogo(a) (20h).

Prazo do contrato:

12 meses contados a partir da publicação do credenciamento, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 14.133/2021.

2) Fundamentação da contratação

A contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar. A ausência desses profissionais compromete diretamente a qualidade do atendimento.

2.1) Fundamentação Legal e Critério de Distribuição da Demanda

O presente credenciamento fundamenta-se no **art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que admite a utilização do credenciamento nas hipóteses de **contratação paralela e não excludente**, quando for viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

No caso em análise, verifica-se a viabilidade da contratação de múltiplos profissionais para atuação nos **Programas de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, Transporte Sanitário para apoio ao deslocamento de pacientes em tratamento radioterápico e em Terapia Renal Substitutiva, na modalidade hemodiálise (TRS) e Incentivo à Saúde da População Quilombola**, vinculados a recursos federais do Ministério da Saúde, considerando a necessidade de assegurar a continuidade das ações e serviços de saúde, bem como atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Poções/BA.

A adoção do credenciamento mostra-se adequada diante da possibilidade de contratação simultânea de profissionais habilitados, observadas condições padronizadas de prestação dos serviços, valores previamente estabelecidos pela Administração e os requisitos de qualificação definidos no instrumento convocatório.

Quanto ao **critério de distribuição da demanda**, a convocação dos profissionais credenciados será realizada de forma **objetiva, impessoal e transparente**, observando-se, como regra, a **ordem cronológica de credenciamento e habilitação**, sem prejuízo da necessidade de compatibilização entre a qualificação do profissional, a categoria para a qual foi habilitado, a demanda existente e as necessidades específicas de cada programa.

A distribuição dos serviços deverá considerar, ainda, o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, os quantitativos necessários para cada programa, a disponibilidade dos recursos vinculados, a localização das unidades e territórios atendidos e a necessidade de garantir a continuidade e regularidade da assistência.

Quando houver necessidade de atendimento em locais ou atividades que demandem qualificação específica, a convocação deverá observar a compatibilidade entre a formação e habilitação do profissional credenciado e as atribuições a serem desempenhadas, sempre respeitando os princípios da **isonomia, impessoalidade, publicidade, eficiência e interesse público**.

O credenciamento não implicará, por si só, garantia de contratação de quantitativo mínimo de profissionais, ficando a efetiva convocação condicionada à existência de demanda, à necessidade administrativa e à disponibilidade orçamentária e financeira para execução dos serviços.

Quanto à vigência, os contratos decorrentes do credenciamento terão vigência inicial de **06 (seis) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados, quando juridicamente cabível, mediante justificativa da Administração, observada a necessidade dos serviços, a manutenção das condições de habilitação e a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

A contratação deverá permanecer vinculada às condições estabelecidas no edital de credenciamento, no Termo de Referência e nos respectivos instrumentos contratuais, garantindo-se tratamento isonômico aos profissionais habilitados e adequada aplicação dos recursos públicos destinados aos programas.

3) Descrição da solução como um todo

A solução consiste no credenciamento de **de profissionais para atuação nos Programas de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, Transporte Sanitário para apoio ao deslocamento de pacientes em tratamento radioterápico e em Terapia Renal Substitutiva, na modalidade hemodiálise (TRS) e Incentivo à Saúde da População Quilombola**, abrangendo todo o ciclo da contratação, desde a seleção até a execução e fiscalização dos serviços.O processo será realizado por meio de chamamento público, garantindo transparência, isonomia e eficiência administrativa.

4) Requisitos da contratação

A contratação será realizada por meio de **Chamamento Público para Credenciamento**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para seleção de profissionais habilitados à execução das ações dos Programas de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, Transporte Sanitário para Hemodiálise (TRS) e Incentivo à Saúde da População Quilombola.

Os interessados deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, além de possuir formação compatível com a função pretendida e registro no respectivo Conselho de Classe, quando

exigido.

Para o cargo de **Motorista**, será exigida Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e compatível com a categoria do veículo a ser conduzido, observadas as exigências da legislação de trânsito.

Os profissionais credenciados deverão cumprir a carga horária estabelecida para cada função e atuar em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e das normas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS. As contratações estarão condicionadas à necessidade da Administração, à vigência dos programas e à disponibilidade dos recursos federais destinados ao seu custeio.

6) Forma e critérios de seleção

A seleção será realizada por meio de credenciamento público. Os interessados deverão apresentar documentação que comprove:

- Regularidade jurídica e fiscal;
- Qualificação técnica;
- Capacidade operacional;
- Declaração de concordância com o edital.

7) Estimativa do valor da contratação

Os valores serão definidos com base em pesquisa de mercado e editais anteriores, observando a capacidade orçamentária do Município.

8) Adequação orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	030700 - Secretaria Municipal de Saúde 030701 - Fundo Municipal de Saúde de Poções
ATIVIDADE/PROJETO	2.041 – Gestão das Ações da Atenção Primária 2.043 - Gestão das Ações de Atenção Especializada
ELEMENTO DE DESPESA	33903900000 –Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 33903600000 –Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física
FONTE	150010020000 - Recursos não Vinculados de Impostos – Saúde 162100000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 160000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal 170600000000- Transferências Especiais da União

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

ANEXO II-
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO PESSOA FISICA

CREDENCIAMENTO Nº ...../2025

Processo Administrativo nº...../2025

Prezados Senhores,

Eu ....., inscrito(a) sob o CPF nº. ..... e RG nº: ....., domiciliado (a) na....., bairro ....., unicípio de ....., Estado de ....., **Vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Poções-Ba, para CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS (PESSOA FÍSICA) PARA ATUAÇÃO NOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA IDOSA, TRANSPORTE SANITÁRIO PARA APOIO AO DESLOCAMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO RADIOTERÁPICO E EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA, NA MODALIDADE HEMODIÁLISE (TRS) E INCENTIVO À SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA, VINCULADOS A RECURSOS FEDERAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**, e demais condições**.**

Declaro ainda, está ciente de todos os termos previsto no Edital de Credenciamento.

Local, data

_____
NOME:
RG Nº:
CPF :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

ANEXO III-
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS- PESSOA FISICA

(Eu ....., inscrito(a) sob o CPF nº. ..... e RG nº: ....., domiciliado (a) na....., bairro , unicípio de ....., Estado de ....., declaro nesta data, conhecer e aceitar as exigências contidas no Edital de Credenciamento Nº. 001/2024 e seus anexos, manifestando aqui seu desejo adesão ao **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS (PESSOA FÍSICA) PARA ATUAÇÃO NOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA IDOSA, TRANSPORTE SANITÁRIO PARA APOIO AO DESLOCAMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO RADIOTERÁPICO E EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA, NA MODALIDADE HEMODIÁLISE (TRS) E INCENTIVO À SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA, VINCULADOS A RECURSOS FEDERAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.**

IDENTIFICAÇÃO DO CREDENCIANTE NOME:
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:

ITEM	PROFISSIONAL	VIGÊNCIA (MESES)	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)

DECLARAMOS, que já estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.

Os valores propostos estão de acordo ao valor médio mensal estipulado pela Termo de referência.

OBS.: Os interessados deverão apresentar a proposta para os itens que tem interesse de executar, observando a quantidade estimada dos itens, cientes que a Administração fará a seleção conforme item do edital 6. Da Ordem da contratação

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

_____
(local e data)

_____
(nome e número do documento de Identidade do Declarante)

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

ANEXO IV-MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº xxx/20xx

TERMO DE **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** CELEBRADO ENTRE O **MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, O FUNDO MUNICIPAL DE XXXX – XXX** E A EMPRESA **XXXXXXXXXX**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº **14.242.200/0001-65**, com sede na Praça da Bandeira, nº 02, Centro, Poções/BA, doravante denominada **COPARTICIPANTE**, figura, neste ato, em conjunto com o **FUNDO MUNICIPAL DE XXXX – XXX**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXX, com sede na Rua XXXX, nº XX, XXX, Poções/BA, neste ato, representado por seu Gestor, o **XXXXXXXXX**, XXXX, XXX, XXX, portador do RG XXXX, CPF nº XXXX, residente na Rua XXXXXX, nº XX, XXX, Poções/BA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º do Decreto Municipal nº XX/XXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **XXXXXXXXXX,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXX**, com sede à XXXXX, nº XXXX, XXXX, XX, CEP:XXXXX, neste ato representada por seu representante legal, ao Sr(a). **MXXXXX**, brasileiro(a), **CPF nº ***.***.***-****, doravante denominada **CONTRATADA**, com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações e no processo de **Credenciamento nºXX**, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de fornecimento de xxxx pela **CONTRATADA**, xxxxxxxxxxxx, conforme descrito no Termo de Referência e demais anexos do Edital de **Credenciamento nº xxxx**, especificamente: **xxxxxxxx**

1.2. Integram e completam o presente contrato, obrigando as partes em todos os seus termos, a Proposta de Preços da **CONTRATADA**, Termo de Referência, Anexos e Pareceres que fundamentaram a contratação.
1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:
a) O Termo de Referência;
b) A Proposta da Contratada;
c) Eventuais anexos complementares.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os produtos serão ofertados de acordo com as escalas e cronogramas definidos pelas **Secretarias Demandantes**, observando as condições técnicas descritas no Termo de Referência.
2.2. A **CONTRATADA** deverá garantir o fornecimento do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O presente termo **não estabelece valor global estimado**, uma vez que a contratação ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda das Secretarias Municipais, **sendo os fornecimentos** realizados sob regime de credenciamento.
3.2. No valor contratado estão incluídas todas as despesas com mão de obra, transportes, encargos sociais, tributos, seguros e demais custos diretos e indiretos necessários para execução integral dos serviços.
3.3. Não havendo bloqueio por descumprimento de exigências, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ou de forma imediata, contados da verificação do adimplemento dos produtos.
3.4. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**, poderá haver retenção do pagamento correspondente.
3.5. Em caso de irregularidade na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua

reapresentação devidamente regularizada.

Parágrafo único – O valor total mencionado nesta cláusula será considerado para fins de composição em:

- **60%** (sessenta por cento) destinados à mão de obra;
- **40%** (quarenta por cento) destinados a insumos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
Obrigações da CONTRATANTE:
4.1. Garantir as condições adequadas para fornecimento, incluindo infraestrutura e suporte técnico.
4.2. Realizar o pagamento devido, nos termos deste contrato.
Obrigações da CONTRATADA:
4.3. Fornecer os produtos, eficiência e ética, em conformidade com os Termo de Referência.
4.4. Fornecer relatórios periódicos dos atendimentos realizados, conforme exigências das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1. Este termo terá vigência até 31 de dezembro de 2026, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, conforme interesse público e autorização legal.
5.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
5.3. O contrato poderá ser rescindido por descumprimento das cláusulas, por interesse público superveniente ou por conveniência administrativa, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1- O descumprimento das obrigações pela C**ONTRATADA** sujeitará a mesma às penalidades previstas no Edital de **Credenciamento nº 003/2024**, incluindo advertências, multas, suspensão temporária e, em casos graves, declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7.1- Os recursos decorrentes dessa contratação estão previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: xxx
Unidade Orçamentária: xxxx
Dotação Orçamentária: xxxxx
Elemento de despesa: xxxxxx
Fonte: xxxxxxxx

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido de forma unilateral pela **CONTRATANTE** ou pela **CONTRATADA**, nos seguintes casos:
8.2. - Por iniciativa da **CONTRATANTE:**
8.2.1. Por inadimplemento contratual: Quando a **CONTRATADA** descumprir total ou parcialmente as obrigações previstas neste contrato, no Edital de Credenciamento nº xxx/20xx ou no Termo de Referência.
8.2.2. Por interesse público superveniente: Quando o motivo for decorrente de necessidade administrativa devidamente fundamentada, observando-se o contraditório e a ampla defesa.
8.2.3. Por infrações legais ou normativas: Quando constatada prática de atos ilícitos, fraude ou conduta incompatível com os princípios éticos e normativos aplicáveis ao contrato.

8.3. Por iniciativa da **CONTRATADA:**
8.3.1. Quando comprovada a impossibilidade de execução do contrato por razões alheias à sua vontade, desde que previamente comunicada e justificada à **CONTRATANTE,** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
8.3.2. Por inviabilidade econômica ou técnica na continuidade da prestação dos serviços, desde que devidamente comprovada e formalizada junto à **CONTRATANTE.**

8.4. Rescisão de pleno direito:
8.4.1. O contrato será considerado automaticamente rescindido em caso de:

a) Falência ou dissolução da **CONTRATADA;**
b) Cancelamento do registro da **CONTRATADA** no órgão de classe competente;
c) Interdição ou suspensão judicial ou administrativa que impeça a continuidade da prestação dos serviços.

8.5. Consequências da rescisão:
8.5.1. Nos casos de rescisão unilateral pela **CONTRATANTE** por inadimplemento da **CONTRATADA**, esta ficará sujeita às penalidades previstas neste contrato, incluindo multa, sem prejuízo de indenização por eventuais danos causados à Administração Pública.
8.5.2. A rescisão por interesse público ou por impossibilidade justificada pela **CONTRATADA** não implicará em penalidades, devendo as partes formalizar o encerramento das obrigações por meio de termo de rescisão amigável.
8.5.3. **A CONTRATADA** será responsável por concluir os serviços pendentes, quando possível, ou garantir a transição para assegurar a continuidade do atendimento, evitando prejuízos à população.

8.6. Disposições finais sobre a rescisão:
8.6.1. A rescisão será formalizada mediante ato administrativo ou termo específico, contendo os motivos, os efeitos e as obrigações remanescentes das partes.
8.6.2. Eventuais valores devidos entre as partes deverão ser apurados e pagos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do termo de rescisão, salvo em casos de pendências administrativas ou judiciais que exijam análise prévia.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1- Este contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.
9.2. O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios será o da Comarca de Poções/BA, com exclusão de qualquer outro.

CLÁUSULA DECIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Compete ao órgão **CONTRATANTE** o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.
10.2. A fiscalização será exercida por representante designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências e providências adotadas, comunicando à autoridade competente quando necessário.
10.3. A fiscalização não exime a **CONTRATADA** de responsabilidade pela correta execução, inclusive perante terceiros, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
10.4. Os fiscais poderão determinar a imediata retirada de profissionais que dificultem ou prejudiquem a execução, correndo os encargos exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.
10.5. Com base na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 006/2024 e na Portaria nº 045/2025, ficam designados:
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Poções,Ba, **xxxxxx.**

_____
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Gestor do Fundo Mun. de xxxx
CONTRATANTE

_____
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

ANEXO V
DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS- PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO: Eu, _____, portador (a) do RG n.° _____e CPF n.° _____, declara:

a) Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
b) Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
c) Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
d) Que não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/ 88.

_____
(local e data)

_____
(nome e número do documento de Identidade do Declarante)

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

MODELO ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO – PESSOA FISICA

DECLARAÇÃO: Eu, _____, portador (a) do RG n.° _____e CPF n.° _____, declara: sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, não sou empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como não estou incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Poções-Ba, ____de _____de 20....

_____
(local e data)

_____
(nome e número do documento de Identidade do Declarante)

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

ANEXO VII –DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, **[nome completo]**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **[número do RG]** e do CPF nº **[número do CPF], DECLARO**, sob as penas da lei, para fins dO Credenciamento nº **xxx/2026**, que **não** sou servidor(a) ou empregado(a) público, ou agente político na esfera federal, estadual ou municipal, ou seu cônjuge ou companheiro(a), ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, além de **não** ser dirigente ou sócio das demais empresas participantes.

[Local e Data]

.....
[Assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026

ANEXO VIII– DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO- PESSOA FÍSICA;

Eu, [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], para fins do disposto no Edital do **CREDENCIAMENTO Nº 032/2026** da Prefeitura Municipal de Poções-Ba, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, **DECLARO** que inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

_____, _____de _____ de 20____.

_____
NOME:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

AVISO DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O Município de Poções – Bahia, por intermédio da Pregoeira Municipal, **TORNA PÚBLICO** que será realizada sessão do **Pregão Eletrônico nº 009/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para eventual e futura aquisição para prestação de serviços de locação de estrutura metálica, sonorização, luz cênica, painel de LED, mini trio e gerador, com montagem e desmontagem de equipamentos para utilização nos eventos festivos no Município de Poções/BA**.

DATA: 2 de setembro de 2026
HORÁRIO: 11h30min
PLATAFORMA: BLL Compras
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://bllcompras.com

Informa-se aos interessados que a sessão será realizada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica indicada, devendo os licitantes acompanhar o andamento do certame e eventuais comunicações realizadas durante a sessão.

Poções – BA, 31 de agosto de 2026.

Antônia Marques da Silva Neta
Pregoeira Municipal
Município de Poções – Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

ATA 001/2026 DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO DE SESSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 030/2026

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 08 horas, no Prédio da Coordenação Municipal de Cultura de Poções, Bahia, situado na Rua Santos Drumont, nº 05 – Centro, Poções/Ba, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 006/2024 de 08 de Janeiro de 2024. A comissão Especial de credenciamento, instituída pela Portaria nº 007/2026 de 16 janeiro de 2026, composta: pelo Sr. Manoel Nunes de Souza Sobrinho (Presidente), o Sr. José Renato Schettini e a Sr.ª Laiara Oliveira Teixeira, e todos abaixo assinados, com o objetivo de analisar e jugar o procedimento referente ao Credenciamento n° 003/2026 cujo objeto **Contratação Bandas de percussão (pessoa física) para apresentação no tradicional desfile cívico de 07 de setembro do município de Poções/BA**, de acordo com as especificações constantes no edital de convocação e seus anexos, os envelopes estavam devidamente lacrados e com especificações, conforme previsto no ato convocatório. Iniciada a sessão foram constatadas que até o presente momento, foram inscritos os seguintes interessados na seguinte ordem, conforme planilha abaixo:

Nº	NOME	CNPJ/CPF	ANÁLISE DA COMISSÃO
1)	JACSON CAMPOS DIAS	510.335.418-77	HABILITADO
2)	GEONIAS DE JESUS SOUZA	862.704.245-42	HABILITADO
3)	CAROLAINI BARROS DOS SANTOS	093.583.985-23	HABILITADA

Após criteriosa verificação do cumprimento das exigências editalícias, deliberou pela habilitação dos interessados que atenderam integralmente aos requisitos estabelecidos, sendo, portanto, declarada habilitadas no credenciamento. Dando seguimento, o Sr. Manoel Nunes de Souza Sobrinho, pergunta se algum dos presentes tem algo a relatar em ata, e os presentes nada arguiram sobre os trabalhos já realizados e sobre a análise da documentação de habilitação.

Após a análise e deliberação, o Sr. Manoel Nunes de Souza Sobrinho, na qualidade de presidente da comissão especial de credenciamento, determinou que as informações referentes aos participantes habilitados no presente credenciamento sejam devidamente remetidas à Prefeita Municipal para ciência e providências que entender cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, juntamente com os demais membros da Equipe de Apoio, declarou encerrada a presente sessão, lavrando-se a Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Poções - Ba, 28 de agosto de 2026.

Manoel Nunes de Souza Sobrinho
Presidente

José Renato Schettini
Membro

Laiara Oliveira Teixeira
Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

ADJUDICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 030/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 030/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AZ RITMOS), tendo como credenciado a seguinte empresa: **GEONIAS DE JESUS SOUZA** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AZ RITMOS). Poções-Ba, 31 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 030/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 030/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AZ RITMOS), tendo como credenciado a seguinte empresa: **GEONIAS DE JESUS SOUZA** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AZ RITMOS). Poções-Ba, 31 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

RESUMO DO TERMO Nº259/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no **CNPJ sob o nº14.242.200/0001-65.**
Contratada: GEONIAS DE JESUS SOUZA
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AZ RITMOS).
TERMO CREDENCIAMENTO: O presente termo **não estabelece valor global ou estimativa de contratação**, uma vez que a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade das Secretarias Municipais, sendo os pagamentos efetuados com base nos preços unitários constantes do Edital e seus anexos.
Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.
Prazo de duração: 31 de dezembro de 2026.
Modalidade de Licitação: CREDENCIAMENTO **Nº 030/2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

ADJUDICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 030/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 030/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AFRO RITMOS), tendo como credenciado a seguinte empresa: **CAROLAINI BARROS DOS SANTOS** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AFRO RITMOS). Poções-Ba, 31 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 030/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 030/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AFRO RITMOS), tendo como credenciado a seguinte empresa: **CAROLAINI BARROS DOS SANTOS** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AFRO RITMOS). Poções-Ba, 31 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

RESUMO DO TERMO Nº261/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no **CNPJ sob o nº14.242.200/0001-65.**
Contratada: CAROLAINI BARROS DOS SANTOS
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA AFRO RITMOS).
TERMO CREDENCIAMENTO: O presente termo **não estabelece valor global ou estimativa de contratação**, uma vez que a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade das Secretarias Municipais, sendo os pagamentos efetuados com base nos preços unitários constantes do Edital e seus anexos.
Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.
Prazo de duração: 31 de dezembro de 2026.
Modalidade de Licitação: CREDENCIAMENTO **Nº 030/2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

ADJUDICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 030/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 030/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA MUNGUNZENZA), tendo como credenciado a seguinte empresa: **JACSON CAMPOS DIAS** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA MUNGUNZENZA). Poções-Ba, 31 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 030/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 030/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA MUNGUNZENZA), tendo como credenciado a seguinte empresa: **JACSON CAMPOS DIAS** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA MUNGUNZENZA). Poções-Ba, 31 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

RESUMO DO TERMO Nº260/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no **CNPJ sob o nº14.242.200/0001-65.**
Contratada: JACSON CAMPOS DIAS
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO BANDAS (PESSOA FÍSICA) PARA APRESENTAÇÃO NO TRADICIONAL DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (BANDA MUNGUNZENZA).
TERMO CREDENCIAMENTO: O presente termo **não estabelece valor global ou estimativa de contratação**, uma vez que a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade das Secretarias Municipais, sendo os pagamentos efetuados com base nos preços unitários constantes do Edital e seus anexos.
Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.
Prazo de duração: 31 de dezembro de 2026.
Modalidade de Licitação: CREDENCIAMENTO **Nº 030/2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

A Prefeita Municipal torna público, nos termos da Lei nº 14.133/21, a **ADJUDICAÇÃO da Concorrência Eletrônica nº 010/2026** realizada no dia 12/08/2026, às 08:30h, por meio eletrônico, no site Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br/bllcompras *Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de pavimentação em paralelepípedos em ruas do Bairro do Açude, Bela Vista e Bairro São Paulo no município de Poções/BA, a licitante vencedora: E A S SERVIÇOS LTDA, com valor R$ 621.245,52 (seiscentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).* Poções - Ba, 26 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

A Prefeita Municipal de Poções - Ba, em acordo com a Lei nº 14.133/2, torna público o Resultado e **HOMOLOGA a Concorrência Eletrônica nº 010/2026** realizada no dia 12/08/2026, às 08:30h, por meio eletrônico, no site Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br/bllcompras *Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de pavimentação em paralelepípedos em ruas do Bairro do Açude, Bela Vista e Bairro São Paulo no município de Poções/BA, a licitante vencedora: E A S SERVIÇOS LTDA, com valor R$ 621.245,52 (seiscentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).* Poções - Ba, 27 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 399/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA** E A EMPRESA **E A S SERVICOS LTDA** NOS TERMOS ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 14.242.200/0001-65 com Sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, neste ato representada pela Prefeita Municipal, o **Sr.ª. Irenilda Cunha de Magalhães**, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **E A S SERVICOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 15.557.104/0001-79 com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 186, Bairro Tiradentes, na cidade de Poções/BA, CEP: 45.260-000 representada neste ato pelo Sr. Evandro Alves dos Santos, brasileiro, com cadastro no CPF nº 965. ***. ***- 68, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações e na **Concorrência Eletrônica nº 010/2026** resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de pavimentação em paralelepípedos em ruas do Bairro do Açude, Bela Vista e Bairro São Paulo no município de Poções/BA, através do Plano de Ação nº 09032026-097592,** conforme especificações constantes no do processo de **Concorrência Eletrônica nº 010/2026.**

Parágrafo Único - Passam a fazer parte deste contrato como se estivessem aqui transcritas, às especificações constantes no **Edital de Concorrência Eletrônica nº 010/2026, Proposta de preços e seus anexos, Processo Administrativo nº 181/2026, Projeto Básico e o Plano de Ação nº 09032026-097592**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

2.1. A execução contratual será em conformidade com as especificações do **Projeto Básico e Processo Administrativo nº 181/2026**, bem como da proposta da CONTRATADA.

2.2. O regime de execução será de empreitada por preço global.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1. Pela prestação dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de **R$ 621.245,52 (seiscentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, estando incluso neste preço todos os custos, tais como: impostos, taxas, descargas, fretes, mão-de-obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

3.2. O pagamento será realizado em conformidade com o Projeto Básico;

3.2.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário;

3.2.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) de correção monetária;

3.2.3. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATANTE e haverá, em consequência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

3.2.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

3.2.5. Após o interregno de um ano, à pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção Civil - Edificações - Coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas - FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1. Este contrato terá vigência com início em **28 de agosto de 2026 e término em 28 de agosto de 2027** podendo ser prorrogado, observando- se as hipóteses legais da Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos.

6.2. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

6.3. Executar toda a obra de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este termo.

6.4. Não promover nenhuma alteração no projeto, ou na obra propriamente dita, serviços, equipamento e profissionais, sem que haja expressa autorização da Administração por meio dos seus fiscais ou de pessoas com poder para decisão, conforme o caso;

6.5. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual para obras de construção e de 50% (cinquenta por cento) para obras de requalificação e reformas.

6.6. Alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da licitante vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

6.7. Alocar durante todo o período das obras ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas similares às do objeto da contratação.

6.8. Caso a Contratada necessite substituir qualquer responsável técnico, deverá apresentar proposta de substituição de profissional para aprovação da Contratante, que será feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresentar. Concomitantemente, deverá ser apresentada proposta para aprovação de novo profissional, que deverá ter experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada pelo seu acervo técnico.

6.9. Emitir relatório das atividades desenvolvidas semanalmente, de cunho gerencial, onde constarão todas as informações pertinentes e/ou solicitadas pela equipe técnica da Contratante, que deverá ser entregue, via digital, para o e-mail do fiscal responsável pelo contrato.

6.10. Realizar todos os serviços relacionados com o objeto do Projeto Básico de acordo com as especificações estipuladas pelo Projeto de Engenharia anexo a este processo.

6.11. Seguir o cronograma físico-financeiro das etapas de execução dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação “in loco” e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, mediante formalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se.

6.12. Manter LIVRO DIÁRIO DE REGISTRO DE OBRA, apto a receber as anotações de ocorrências relativas à obra, as reivindicações da fiscalização e as soluções encontradas para os questionamentos feitos pelo representante da Contratante. O referido Livro deverá ser confeccionado em três vias de igual teor, onde duas vias deverão ser entregues ao fim de cada etapa conforme cronograma físico-financeiro, mensalmente;

6.13. Fornecer e manter no canteiro de serviços, tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.

6.14. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos e dando-lhes o destino adequado.

6.15. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse da Contratante em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

6.16. Executar os trabalhos de forma a não prejudicar o trânsito local, e de acordo com as especificações técnicas anexas ao processo, especificações municipais, boas normas de higiene, segurança e normas da

ABNT.

6.17. Respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; à mitigação por condicionantes e compensação ambiental; à utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais; à avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística; à proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; e à acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

6.18. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando equipamentos de proteção individual (EPI) apropriado.

6.19. Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.

6.20. Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância expressa da Contratante.

6.21. Providenciar junto ao CREA/BA, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução, relativa aos serviços objeto da licitação, de acordo com a legislação vigente.

6.22. Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional à Contratante.

6.23. Entregar as áreas afetadas pelos serviços, totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado o replantio de gramas nas valas, recomposição de calçadas, asfaltos e outros que se fizerem necessário.

6.24. Promover medidas de eliminação de riscos ocupacionais aos seus empregados, promovendo sua redução quando a eliminação não for possível, bem como fornecer os equipamentos de proteção coletiva e individual necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

6.25. Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da Contratante, cabendo à licitante vencedora todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

6.26. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas, os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

6.27. Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato de Classe, a que seus empregados estiverem filiados, sem ônus adicional à Contratante.

6.28. Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, de acordo com o disposto no art. 121, da Lei nº 14.133/21, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/21.

6.29. Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

6.30. A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante, nem poderá onerar o objeto deste pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com a Contratante.

6.31. Apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, veículos e equipamentos), com 02 (dois) de antecedência ao início das obras, indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.

6.32. Desenvolver atividades em mais de um turno de serviço, seja durante os dias úteis, nos finais de semana e/ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico-financeiro dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido.

6.33. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.

6.34. Submeter à fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

6.35. Manter durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo certidões negativas que comprovem sua regularidade fiscal e trabalhista.
6.36. Quando da retirada de entulho do canteiro de obras, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização o comprovante de descarte de entulho de acordo com a Resolução Nº. 307, DE 5 DE JULHO DE 2002 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE- CONAMA.
6.37. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do edital.
6.38. Responder por danos materiais ou físicos causados por seus empregados diretamente à Contratante ou a terceiros, independente de culpa ou dolo.
6.39. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.
6.40. A licitante vencedora deverá manter durante a execução dos serviços, a sinalização específica e compatível com a segurança, observando, no que couber a legislação vigente, especialmente do Código Brasileiro de Trânsito (CBT), sob pena de responder por omissão, negligência ou dolo;
6.41. Responder civil e criminalmente, conforme o caso concreto, por danos que vier a causar a terceiros na execução da obra objeto desta licitação, sejam eles de natureza materiais ou morais, independentemente de terem ocorrido por omissão, negligência, imperícia ou dolo;
6.42. A licitante vencedora deverá instalar e manter no canteiro de serviço, um escritório, por obra, com os meios e pessoal necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da Contratante.
6.43. Respeitar e cumprir as normas vigentes na Contratante, referente ao meio ambiente.
6.44. Comunicar, por escrito, ao setor da Secretaria Municipal de Obras responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto da licitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedem o prazo de vencimento do fornecimento/execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
6.45. A Administração e a empresa deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018(Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais eventualmente compartilhados durante a execução contratual.
6.46. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1. Receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Projeto Básico;
7.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao fornecimento citado na cláusula primeira e que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
7.3. Realizar o pagamento à CONTRATADA pela prestação de serviço objeto deste contrato;
7.4. Rejeitar os serviços que não satisfazer os padrões exigidos nas especificações do Projeto Básico e desse instrumento;
7.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento;
7.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado especialmente designado;
7.7. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
7.8. Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
8.1. Competirá ao órgão da CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, desta fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.
8.1.1. A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à CONTRATADA;
8.1.1.1. O modelo de gestão do contrato além das especificações contidas nesse instrumento, estão em conformidade com os critérios contidos no Projeto Básico;
8.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

controle da execução do contrato;

8.2.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.2. O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.2.3. O fiscal do contrato poderá ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da CONTRATADA, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA quaisquer ônus das leis trabalhistas e previdenciárias bem como qualquer outra que tal fato imponha;

8.2.4. Ademais, mediante nomeação e publicação em portaria, serão especialmente designados colaboradores vinculados a CONTRATANTE para atuarem como gestor e fiscal com o escopo de acompanhar, fiscalizar e gerir o contrato.

8.2.5. Com base no Art. 177 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica designado o servidor Diego Oliveira Silva, Matrícula nº 1640, como representante da Contratante para Gestão do presente contrato e os servidores Bruno Silva Nascimento, matrícula nº 7333, Marina dos Santos Curvelo, matrícula nº 7283 e Wallas Meira Silva, matrícula nº 7267, como como representante da Contratante para Fiscalização do presente contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará a aplicação das sanções, constantes do Projeto Básico em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO E MATRIZ DE RISCOS

10.1. A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do processo licitatório e em seus anexos.

10.2. A matriz de riscos, definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, será em conformidade com o Anexo I do Projeto Básico.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1. Integram o presente contrato, como se nele estivessem na integra transcritas, as cláusulas, condições e especificações estabelecidas no Edital do processo licitatório referido no preâmbulo deste contrato, bem como todos os seus anexos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei n. º14.133/2021.

12.2. As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n. º14.133/2021, sendo reconhecidos pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Poções-Ba:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Poções

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Órgão: 0109 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serv. Públicos
Unidade Orçamentária: 0901 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serv. Públicos
Programa: 0007 - Infraestrutura para o Desenvolvimento
Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Projeto/Atividade: 2.064 – Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serv. Públicos
Elemento de Despesa: 44905100000 – Obras e Instalações
Fonte de Recurso: 170600000000 - Transferências Especial da União

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO
14.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 006/2024, e vincula-se ao Edital da **Concorrência Eletrônica nº 010/2026** e seus anexos, bem como a Proposta da CONTRATADA.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
15.1. Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Edital da Concorrência Eletrônica e seus anexos, em especial do Projeto Básico, são complementares entre si.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO
Elegem o Foro da Comarca de Poções-Ba, para dirimir dúvidas ou omissões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais especial que seja.

E, por estarem assim, ajustados, assinam o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo - que também o assinam - para que produza seus jurídicos efeitos.

Poções-Ba, 28 de agosto de 2026.

Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal
Contratante

E A S SERVICOS LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

RESUMO DE CONTRATO Nº 399/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Poções- Ba
Contratada: E A S SERVICOS LTDA (CNPJ: 15.557.104/0001-79)
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de pavimentação em paralelepípedos em ruas do Bairro do Açude, Bela Vista e Bairro São Paulo no município de Poções/BA, através do Plano de Ação nº 09032026-097592.
Valor do contrato: R$ 621.245,52 (seiscentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência do Contrato: 28 de agosto de 2026 e término em 28 de agosto de 2027
Modalidade de Licitação: Concorrência Eletrônica nº 010/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

ADJUDICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 023/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 023/2026**, cujo objeto é CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM MANUAL DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA (REGIÃO 19), tendo como credenciado a seguinte empresa: **GILMAR RODRIGUES DO CARMO** credenciou-se no CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM MANUAL DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA (REGIÃO 19). Poções-Ba, 25 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 023/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 023/2026**, cujo objeto é CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM MANUAL DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA (REGIÃO 19), tendo como credenciado a seguinte empresa: **GILMAR RODRIGUES DO CARMO** credenciou-se no CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM MANUAL DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA (REGIÃO 19). Poções-Ba, 25 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

RESUMO DO TERMO Nº252/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no **CNPJ sob o nº14.242.200/0001-65.**
Contratada: GILMAR RODRIGUES DO CARMO
Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM MANUAL DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA (REGIÃO 19).
TERMO CREDENCIAMENTO: O presente termo **não estabelece valor global ou estimativa de contratação**, uma vez que a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade das Secretarias Municipais, sendo os pagamentos efetuados com base nos preços unitários constantes do Edital e seus anexos.
Data de Assinatura: 25 de agosto de 2026.
Prazo de duração: 31 de dezembro de 2026.
Modalidade de Licitação: CREDENCIAMENTO **Nº 023/2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

ADJUDICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 017/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 017/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE PINTOR, tendo como credenciado a seguinte empresa: **YURI PEREIRA DAMACENO** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE PINTOR. Poções-Ba, 27 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 017/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 017/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE PINTOR, tendo como credenciado a seguinte empresa: **YURI PEREIRA DAMACENO** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE PINTOR. Poções-Ba, 27 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

RESUMO DO TERMO Nº258/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no **CNPJ sob o nº14.242.200/0001-65.**
Contratada: YURI PEREIRA DAMACENO
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE PINTOR.
TERMO CREDENCIAMENTO: O presente termo **não estabelece valor global ou estimativa de contratação**, uma vez que a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade das Secretarias Municipais, sendo os pagamentos efetuados com base nos preços unitários constantes do Edital e seus anexos.
Data de Assinatura: 27 de agosto de 2026.
Prazo de duração: 31 de dezembro de 2026.
Modalidade de Licitação: CREDENCIAMENTO **Nº 017/2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

ADJUDICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 024/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 024/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO E/OU CLÍNICA VETERINÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS (CÃES E GATOS) FÊMEAS EM CLÍNICA VETERINÁRIA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS ANESTÉSICOS INJETÁVEIS E INALATÓRIOS, MEDICAMENTOS PÓS CIRÚRGICOS INJETÁVEIS, INSTRUMENTAL CIRÚRGICO, PARA OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA (OSH) E ORQUIECTOMIA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (ITENS 1 E 2), tendo como credenciado a seguinte empresa: **VET NÔMADE CASTRAMÓVEL E SERVIÇO VETERINARIO LTDA** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO E/OU CLÍNICA VETERINÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS (CÃES E GATOS) FÊMEAS EM CLÍNICA VETERINÁRIA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS ANESTÉSICOS INJETÁVEIS E INALATÓRIOS, MEDICAMENTOS PÓS CIRÚRGICOS INJETÁVEIS, INSTRUMENTAL CIRÚRGICO, PARA OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA (OSH) E ORQUIECTOMIA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (ITENS 1 E 2). Poções-Ba, 25 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 024/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 024/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO E/OU CLÍNICA VETERINÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS (CÃES E GATOS) FÊMEAS EM CLÍNICA VETERINÁRIA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS ANESTÉSICOS INJETÁVEIS E INALATÓRIOS, MEDICAMENTOS PÓS CIRÚRGICOS INJETÁVEIS, INSTRUMENTAL CIRÚRGICO, PARA OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA (OSH) E ORQUIECTOMIA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (ITENS 1 E 2), tendo como credenciado a seguinte empresa: **VET NÔMADE CASTRAMÓVEL E SERVIÇO VETERINARIO LTDA** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO E/OU CLÍNICA VETERINÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS (CÃES E GATOS) FÊMEAS EM CLÍNICA VETERINÁRIA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS ANESTÉSICOS INJETÁVEIS E INALATÓRIOS, MEDICAMENTOS PÓS CIRÚRGICOS INJETÁVEIS, INSTRUMENTAL CIRÚRGICO, PARA OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA (OSH) E ORQUIECTOMIA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (ITENS 1 E 2). Poções-Ba, 25 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

RESUMO DO TERMO Nº256/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no **CNPJ sob o nº14.242.200/0001-65.**
Contratada: VET NÔMADE CASTRAMÓVEL E SERVIÇO VETERINARIO LTDA
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO E/OU CLÍNICA VETERINÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS (CÃES E GATOS) FÊMEAS EM CLÍNICA VETERINÁRIA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS ANESTÉSICOS INJETÁVEIS E INALATÓRIOS, MEDICAMENTOS PÓS CIRÚRGICOS INJETÁVEIS, INSTRUMENTAL CIRÚRGICO, PARA OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA (OSH) E ORQUIECTOMIA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA (ITENS 1 E 2).
TERMO CREDENCIAMENTO: O presente termo **não estabelece valor global ou estimativa de contratação**, uma vez que a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade das Secretarias Municipais, sendo os pagamentos efetuados com base nos preços unitários constantes do Edital e seus anexos.
Data de Assinatura: 25 de agosto de 2026.
Prazo de duração: 25 de agosto de 2027.
Modalidade de Licitação: CREDENCIAMENTO **Nº 024/2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

ADJUDICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 029/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 029/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU MEI (MICROEMPREENDEDOS INDIVIDUAL) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM ESCADA EXTENSIVA (POTENCIAL DE 7.20 METROS) E MANUTENÇÃO, MECANIZADA E/OU MANUAL, tendo como credenciado a seguinte empresa: **FABIO DA TRINDADE SANTOS** credenciou-se no CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU MEI (MICROEMPREENDEDOS INDIVIDUAL) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM ESCADA EXTENSIVA (POTENCIAL DE 7.20 METROS) E MANUTENÇÃO, MECANIZADA E/OU MANUAL. Poções-Ba, 26 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 029/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 029/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU MEI (MICROEMPREENDEDOS INDIVIDUAL) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM ESCADA EXTENSIVA (POTENCIAL DE 7.20 METROS) E MANUTENÇÃO, MECANIZADA E/OU MANUAL, tendo como credenciado a seguinte empresa: **FABIO DA TRINDADE SANTOS** credenciou-se no CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU MEI (MICROEMPREENDEDOS INDIVIDUAL) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM ESCADA EXTENSIVA (POTENCIAL DE 7.20 METROS) E MANUTENÇÃO, MECANIZADA E/OU MANUAL. Poções-Ba, 26 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

RESUMO DO TERMO Nº257/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no **CNPJ sob o nº14.242.200/0001-65.**
Contratada: FABIO DA TRINDADE SANTOS
Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU MEI (MICROEMPREENDEDOS INDIVIDUAL) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM ESCADA EXTENSIVA (POTENCIAL DE 7.20 METROS) E MANUTENÇÃO, MECANIZADA E/OU MANUAL.
TERMO CREDENCIAMENTO: O presente termo **não estabelece valor global ou estimativa de contratação**, uma vez que a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade das Secretarias Municipais, sendo os pagamentos efetuados com base nos preços unitários constantes do Edital e seus anexos.
Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.
Prazo de duração: 26 de agosto de 2027.
Modalidade de Licitação: CREDENCIAMENTO **Nº 029/2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

ADJUDICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 017/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 017/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE AJUDANTE DE MECÂNICA, tendo como credenciado a seguinte empresa: **LUCIANO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE AJUDANTE DE MECÂNICA. Poções-Ba, 25 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 017/2026

A Prefeita Municipal de Poções-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **CREDENCIAMENTO Nº 017/2026**, cujo objeto é CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE AJUDANTE DE MECÂNICA, tendo como credenciado a seguinte empresa: **LUCIANO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR** credenciou-se no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE AJUDANTE DE MECÂNICA. Poções-Ba, 25 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

RESUMO DO TERMO Nº253/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no **CNPJ sob o nº14.242.200/0001-65.**
Contratada: LUCIANO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS (PESSOA FÍSICA OU MEI) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, NA FUNÇÃO DE AJUDANTE DE MECÂNICA.
TERMO CREDENCIAMENTO: O presente termo **não estabelece valor global ou estimativa de contratação**, uma vez que a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade das Secretarias Municipais, sendo os pagamentos efetuados com base nos preços unitários constantes do Edital e seus anexos.
Data de Assinatura: 25 de agosto de 2026.
Prazo de duração: 31 de dezembro de 2026.
Modalidade de Licitação: CREDENCIAMENTO **Nº 017/2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS - CNPJ 14.263.859/0001-06

ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO

CATEGORIA: ATOS OFICIAIS

AUTORIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS - ALATE (Nº 029/2026)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS – BAHIA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Praça da Matriz, SN, Antigo Fórum - Centro
CEP- 46170-000 – Rio de Contas – BA

SEMMARH

AUTORIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS – ALATE		
Portaria PREFEITURA	**Publicação no Mural da Prefeitura**	**Validade**
Nº. ALATE 005/2025	**01/09/2026**	31/09/2026
Nome do Evento: IV ENCONTRO DE SANFONEIROS		

O prefeito Municipal de RIO DE CONTAS, ESTADO DA BAHIA, no exercício da competência que lhe foi delegado pela Resolução CEPRAM 4.159 de 23/12/2010 em consonância com as Resoluções CEPRAM 4.327 de 31/10/2013 e 4.579 de 06/06/2018; de acordo com a Lei Complementar 140 de 08/12/2011; Lei 10.431 de 20/12/2006 regulamentada pelo Decreto 14.024 de 06/06/2012 e suas alterações, e de acordo com a Lei municipal 205/2016 de 29/03/2016, estando de acordo com o teor contido no processo número 2026-029/ALATE-005,com pareceres, técnicos e jurídicos favoráveis ao pleiteado, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder AUTORIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS – ALATE, a **Forró Enredo Produções Artísticas Ltda.**, inscrito no CPF: 12.039.760/0001-91, situado à Rua Alceu Amoroso Lima, Nº134,Caminho das Árvores, Salvador-Bahia- CEP: 41.820-770 para Operação do **IV ENCONTRO DE SANFONEIROS, a ser realizado na Praça Lucianinho, S/N, Rio de Contas - Bahia** mediante a legislação vigente e dos condicionantes:

I – Recolher, acondicionar e destinar o Lixo Orgânico, Reciclável e Inorgânico a pessoas/entidades que realizam compostagem, reciclagem e acondicionamento adequado dos materiais, bem como recolher, acondicionar e destinar adequadamente o óleo de cozinha utilizado durante o evento.

II - Utilizar dos meios de comunicação disponíveis durante o evento, para veiculação de mensagens de conscientização ambiental aos participantes do evento, orientando-os sobre a geração e adequada destinação do lixo gerado durante o evento, prazo: durante a realização do evento;

III- Adotar medidas de controle eficazes para evitar a emissão de material particulado para a atmosfera e o carreamento de material sólido para a via pública, rede de drenagem e corpos hídricos;

ART.2º. Manter esta Autorização, bem como cópias dos documentos relativos aos cumprimentos das condicionantes ora estabelecidas, disponíveis à Fiscalização Municipal e do INEMA.

ART.3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. **Rio de Contas, 31/08/2026.**

DR. ADÃO ALVES DE CASTRO
Procurador Geral

1

Digitalizado com CamScanner

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS – BAHIA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Praça da Matriz, S\N, Antigo Fórum - Centro
CEP- 46170-000 – Rio de Contas – BA

SEMMARH

Ana Carolina Dantas Moreira Engª Florestal - CREA BA 93725/D Coordenadora de Licenciamento Ambiental SEMMARH – RC Portaria n.º 065/2025 **Técnica em Licenciamento Ambiental**	DR. ADÃO ALVES DE CASTRO Procurador Geral **Procurador Geral do Município**
Vinicius Antônio Abreu Pires Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Decreto Nº 008/2025 **Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**	**Prefeito Municipal de Rio de Contas**

2

Digitalizado com CamScanner

PORTARIA (Nº 006/2026)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIO DE CONTAS - BAHIA

PORTARIA Nº 006, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

"Institui o Projeto "Ler para Avançar – Recomposição das Aprendizagens", no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Rio de Contas – Bahia, e dá outras providências."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIO DE CONTAS, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Portaria nº 002, de 21 de julho de 2026, que estabelece o Programa de Recomposição das Aprendizagens e Apoio Pedagógico no Município de Rio de Contas;

CONSIDERANDO as Portarias nº 003 e nº 004, de 12 de agosto de 2026, que instituem, respectivamente, o Projeto Reconhecimento de Boas Práticas Leitoras – Leitor Fluente e o Projeto Ciranda de Cultura – Leitura e Escrita, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Rio de Contas;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a alfabetização, a leitura e a recomposição das aprendizagens dos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO o Projeto "Ler para Avançar – Recomposição das Aprendizagens", elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

CNPJ: 30.556.338/0001-95-18 | E-mail: secretariadeeducacaorc25@gmail.com
Rua Álvaro Dantas, s/n, Centro, Rio de Contas - Bahia – CEP: 46.170-000

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Projeto "Ler para Avançar – Recomposição das Aprendizagens**"**, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Rio de Contas – Bahia, destinado aos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com vigência no período de 2026 a 2027.

Art. 2º - O Projeto tem como objetivo promover a recomposição das aprendizagens em leitura, fortalecendo a precisão, fluidez, ritmo, expressividade e compreensão leitora, bem como preparar os estudantes para a Avaliação de Fluência Leitora.

Art. 3º - Constituem ações do Projeto:

I – desenvolvimento da consciência fonológica, rimas, sons, sílabas e palavras;

II – leitura de palavras, frases e pequenos textos;

III – práticas de leitura oral, individual, compartilhada e em duplas;

IV – atividades de fluência, expressividade e compreensão leitora;

V – diagnóstico e acompanhamento da evolução dos estudantes;

VI – intervenções pedagógicas de acordo com as necessidades de aprendizagem; e

VII – utilização da Apostila de Atividades "Ler para Avançar**"** como material de apoio pedagógico.

Art. 4º - Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura coordenar, orientar e acompanhar a execução do Projeto, bem como disponibilizar os materiais pedagógicos necessários.

CNPJ: 30.556.338/0001-95-18 | E-mail: secretariadeeducacaorc25@gmail.com
Rua Álvaro Dantas, s/n, Centro, Rio de Contas - Bahia – CEP: 46.170-000

Art. 5º - Compete às unidades escolares e aos professores desenvolver as ações previstas no Projeto, integrando-as ao planejamento pedagógico, realizando o acompanhamento dos estudantes e promovendo as intervenções necessárias.

Art. 6º - As ações do Projeto serão desenvolvidas de forma contínua e sistemática, integradas à rotina pedagógica das turmas, respeitando as necessidades e os diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rio de Contas – Bahia.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura de Rio de Contas/BA, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ OLIVEIRA NOVAIS
Secretário Municipal de Educação e Cultura

CNPJ: 30.556.338/0001-95-18 | E-mail: secretariadeeducacaorc25@gmail.com
Rua Álvaro Dantas, s/n, Centro, Rio de Contas - Bahia – CEP: 46.170-000

PORTARIA (Nº 007/2026)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIO DE CONTAS - BAHIA

PORTARIA Nº 007, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

"Institui o Projeto Anual de Leitura e Escrita 2026 no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Rio de Contas – Bahia, estabelece ações pedagógicas de incentivo à leitura e à escrita e institui a Feira Literária como ação de culminância do projeto, e dá outras providências."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIO DE CONTAS, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente;

CONSIDERANDO a importância da leitura e da escrita para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a consolidação das aprendizagens;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as práticas pedagógicas de leitura, escrita, oralidade, interpretação e produção textual na Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO as ações desenvolvidas no âmbito do **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**, que buscam assegurar o direito à alfabetização e fortalecer as práticas de leitura e escrita;

CONSIDERANDO o Projeto Anual de Leitura e Escrita 2026, que propõe o desenvolvimento de experiências significativas de leitura, escrita e oralidade, articuladas à história, à memória e à cultura local;

CONSIDERANDO a relevância de possibilitar aos estudantes o contato com textos relacionados à comunidade, à sua história, às suas manifestações culturais e às diferentes realidades presentes no município;

CNPJ: 30.556.338/0001-95-18 | E-mail: secretariadeeducacaorc25@gmail.com
Rua Álvaro Dantas, s/n, Centro, Rio de Contas - Bahia – CEP: 46.170-000

CONSIDERANDO a importância da valorização da memória e do patrimônio histórico e cultural de Rio de Contas/BA, especialmente por meio do estudo da **Estrada Real** e de suas relações com a história do sertão baiano;

CONSIDERANDO a proposta de realização da **Feira Literária**, com o tema **"Caminhos da Memória: 300 anos da Estrada Real e as Narrativas do Sertão"**, como espaço de socialização das aprendizagens, produções e experiências desenvolvidas pelos estudantes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da **Rede Municipal de Ensino de Rio de Contas – Bahia**, o **Projeto Anual de Leitura e Escrita 2026**, destinado ao fortalecimento das práticas de leitura, escrita, oralidade, interpretação e produção textual dos estudantes.

Art. 2º - O Projeto terá como eixo temático a memória e a história local, promovendo o contato dos estudantes com diferentes textos, gêneros literários, narrativas, registros históricos e manifestações culturais relacionadas ao município e à região, aproveitando o tema do Festival Literário que ocorrerá no município, de modo a promover a participação efetiva dos nossos alunos no evento.

Art. 3º - São objetivos do Projeto:

I – desenvolver habilidades de leitura e escrita por meio de textos significativos;

II – estimular o gosto, o interesse e o hábito da leitura;

III – ampliar o repertório literário e cultural dos estudantes;

IV – desenvolver a oralidade, a interpretação e a produção textual;

CNPJ: 30.556.338/0001-95-18 | E-mail: secretariadeeducacaorc25@gmail.com
Rua Álvaro Dantas, s/n, Centro, Rio de Contas - Bahia – CEP: 46.170-000

V – valorizar a história, a memória, a cultura e as comunidades tradicionais;

VI – possibilitar o conhecimento e a valorização de textos relacionados à comunidade;

VII – promover o protagonismo dos estudantes nas práticas de leitura, escrita e produção cultural.

VII –Promover apropriação de conteúdos visando o reconhecimento da realidade, historia e identidade local.

Art. 4º - Para a execução do Projeto, as unidades escolares poderão desenvolver, entre outras, as seguintes ações:

I – leitura de livros e textos diversos;

II – produção de textos a partir das obras e textos lidos;

III – rodas de leitura;

IV – dramatizações e apresentações;

V – jogos de identificação de palavras e interpretação;

VI – produção de desenhos, cenários e outros materiais relacionados às leituras;

VII – clube do livro;

VIII – saraus;

IX – exposições das produções dos estudantes;

X – outras atividades pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá disponibilizar **materiais didáticos complementares de leitura e escrita** destinados às unidades escolares, como instrumentos de apoio às ações previstas no Projeto.

CNPJ: 30.556.338/0001-95-18 | E-mail: secretariadeeducacaorc25@gmail.com
Rua Álvaro Dantas, s/n, Centro, Rio de Contas - Bahia – CEP: 46.170-000

Art. 6º – Fica estabelecida como ação de culminância do Projeto Anual de Leitura e Escrita 2026 a realização da **Feira Literária**, com o tema: **"Caminhos da Memória: 300 anos da Estrada Real e as Narrativas do Sertão".**

Art. 7º - A Feira Literária terá como finalidade promover a socialização das experiências de leitura e escrita desenvolvidas nas unidades escolares, valorizando as produções dos estudantes e possibilitando a integração entre **escola, família e comunidade**.

Art. 8º - A Feira Literária poderá contemplar a apresentação e exposição de:

I – textos produzidos pelos estudantes;

II – poemas, contos, crônicas e outras produções literárias;

III – desenhos, ilustrações, cartazes e demais produções artísticas;

IV – dramatizações, apresentações orais e musicais;

V – trabalhos relacionados à história e à memória local;

VI – produções relacionadas à **Estrada Real, aos Caminhos da Memória e às Narrativas do Sertão**;

VII – demais trabalhos desenvolvidos no decorrer do Projeto.

Art. 9º - As ações da Feira Literária deverão priorizar o **protagonismo estudantil**, possibilitando aos estudantes apresentar, compartilhar e valorizar os conhecimentos construídos durante o desenvolvimento do Projeto.

Art. 10 - As unidades escolares deverão organizar suas ações considerando a realidade de cada comunidade escolar, promovendo a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade.

CNPJ: 30.556.338/0001-95-18 | E-mail: secretariadeeducacaorc25@gmail.com
Rua Álvaro Dantas, s/n, Centro, Rio de Contas - Bahia – CEP: 46.170-000

Art. 11 - Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura acompanhar, orientar e apoiar o desenvolvimento do Projeto e das ações relacionadas à Feira Literária.

Art. 12 - Cada unidade escolar deverá organizar atividade de culminância, com exposição das produções realizadas pelos estudantes, apresentações e participação das famílias e da comunidade escolar.

Art. 13 - Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura de Rio de Contas/BA, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ OLIVEIRA NOVAIS

Secretário Municipal de Educação e Cultura

CNPJ: 30.556.338/0001-95-18 | E-mail: secretariadeeducacaorc25@gmail.com
Rua Álvaro Dantas, s/n, Centro, Rio de Contas - Bahia – CEP: 46.170-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS - CNPJ 14.263.859/0001-06

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 11-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11-2026

A Prefeitura Municipal de Rio de Contas, torna público aos interessados o **AVISO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 11/2026**. A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais, compreendendo **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD) E CAPA SELANTE, COM IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS, NA COMUNIDADE DE BASÍLIO, no Município de Rio de Contas/BA, no âmbito do Convênio nº 980968/2025, celebrado entre o Ministério das Cidades e o Município de Rio de Contas/BA,** em conformidade com o Projeto Básico, a Planilha Orçamentária, o Cronograma Físico-Financeiro, as Especificações Técnicas e os demais Anexos do Edital.

O período para recebimento de propostas começará no dia 31 de agosto de 2026, às 18h, e encerrará no dia 30 de setembro de 2026, às 8h30. Em seguida, haverá a abertura das propostas e, às 9h, terá início a fase de lances, tudo realizado através do site www.bnccompras.com.

O edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados no site www.bnccompras.com e no site https://pmriodecontasba.imprensaoficial.org/ultimos-diarios/. Informações nos dias uteis das 08h às 14h ou pelo e-mail licitacaoriodecontas@gmail.com. Rio de Contas – BA, 28 de agosto de 2026. Célio Evangelista da Silva – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS - CNPJ 14.263.859/0001-06

AVISO (DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2026)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Rio de Contas – BA, por intermédio do Agente de Contratação, torna público aos interessados o **AVISO DO EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 01/2026,** com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133,** de 1º de abril de 2021.

1. DO OBJETO

A presente Dispensa Eletrônica tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE,** compreendendo: suporte para soro hospitalar tipo pedestal (04 unidades); escada clínica com 2 degraus (02 unidades); cadeira fixa para consultório (16 unidades); equipamento de eletroterapia TENS/FES (01 unidade); equipamento de ultrassom terapêutico (03 unidades); divã para exame clínico (02 unidades); central de nebulização com compressor (01 unidade); esfigmomanômetro adulto analógico (01 unidade); equipamento de eletroestimulação transcutânea – TENS (01 unidade); e longarina para recepção com 3 lugares (04 unidades), totalizando 35 (trinta e cinco) unidades, com valor estimado de **R$ 26.749,32 (vinte e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos),** conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições constantes do Termo de Referência e dos documentos integrantes do edital e seus anexos.

O critério de julgamento será o de menor preço, com adoção de disputa eletrônica (lances).

2. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DISPUTA

O período para recebimento de propostas começará no dia **31 de agosto de 2026, às 14h**, e **encerrará no dia 04 de setembro de 2026, às 10h**. Em seguida, haverá a abertura das propostas e, às **10:10**, **terá início a fase de disputa eletrônica (lances), tudo realizado através do site** www.bnccompras.com.

3. DO EDITAL E DAS INFORMAÇÕES

O edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados no site www.bnccompras.com e no site https://pmriodecontasba.imprensaoficial.org/ultimos-diarios/. Informações nos dias úteis, das 08h às 14h, ou pelo e-mail licitacaoriodecontas@gmail.com.

Rio de Contas – BA, 28 de agosto de 2026.

Célio Evangelista da Silva Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS - CNPJ 14.263.859/0001-06

ERRATA | TERMO ADITIVO (CONTRATO Nº 094/2025)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA Nº 1 – EXTRATO DO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 094-2025

OBJETO: TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 094/2025, firmado entre as partes em 1º de setembro de 2025, com vigência até 31 de agosto de 2026, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025, é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO de gêneros alimentícios (cereais, granja, laticínios, doces, guloseima, entre outros), para atender para atender a demanda das secretarias e Setores da Administração Municipal, para o exercício de 2025.

O **MUNICÍPIO DE RIO DE CONTAS-BA**, através da **Comissão de Licitações,** por intermédio de sua Pregoeira, vem, através desta, tornar pública aos interessados a Errata Nº01 ao **ERRATA Nº 1– EXTRATO DO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 094-2025,** publicado no Diário Oficial do Município Nº 4612, no dia 27/08/2026.

NA DATA DA ASSINATURA

ONDE SE LÊ:

24 DE AGOSTO DE 2026.

LEIA-SE:

27 DE AGOSTO DE 2026.

Ressaltamos que esta alteração não modifica em nenhum aspecto os termos e condições previamente acordados entre as partes. Todos os direitos e obrigações permanecem inalterados.

Solicitamos que todas as referências futuras a este contrato sejam feitas utilizando o novo número mencionado acima.

Agradecemos pela compreensão e colaboração.

Francielle Barreto Nascimento – Agente de Contratação.

Rio de Contas – Ba, 31 de agosto de 2026.

CNPJ: 14.263.859/0001
LARGO DO ROSÁRIO, N°1 – BAIRRO CENTRO
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS - CNPJ 14.263.859/0001-06

ERRATA | TERMO ADITIVO (CONTRATO Nº 93/2025)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA Nº 1 – EXTRATO DO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 093-2025

OBJETO: TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 093/2025, firmado entre as partes em 1º de setembro de 2025, com vigência até 31 de agosto de 2026, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025, é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO de gêneros alimentícios (cereais, granja, laticínios, doces, guloseima, entre outros), para atender para atender a demanda das secretarias e Setores da Administração Municipal, para o exercício de 2025.

O **MUNICÍPIO DE RIO DE CONTAS-BA**, através da **Comissão de Licitações,** por intermédio de sua Pregoeira, vem, através desta, tornar pública aos interessados a Errata Nº01 ao **ERRATA Nº 1– EXTRATO DO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 093-2025,** publicado no Diário Oficial do Município Nº 4612, no dia 27/08/2026.

NA DATA DA ASSINATURA

ONDE SE LÊ:

24 DE AGOSTO DE 2026.

LEIA-SE:

27 DE AGOSTO DE 2026.

Ressaltamos que esta alteração não modifica em nenhum aspecto os termos e condições previamente acordados entre as partes. Todos os direitos e obrigações permanecem inalterados.

Solicitamos que todas as referências futuras a este contrato sejam feitas utilizando o novo número mencionado acima.

Agradecemos pela compreensão e colaboração.

Francielle Barreto Nascimento – Agente de Contratação.

Rio de Contas – Ba, 31 de agosto de 2026.

CNPJ: 14.263.859/0001
LARGO DO ROSÁRIO, N°1 – BAIRRO CENTRO
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS - CNPJ 14.263.859/0001-06

TERMO ADITIVO (PRORROGAÇÃO PRAZO DO CONTRATO Nº 95/2025)

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO

Considerando a necessidade da realização da contratação em apreço, conforme o disposto no art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

DECIDO HOMOLOGAR o presente processo administrativo, bem como as justificativas apresentadas, para determinar que seja efetuada a celebração de aditivo de prorrogação de vigência do TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 95/2025, firmado entre as partes em 1º de setembro de 2025, com vigência até 31 de agosto de 2026, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025, celebrado com a empresa COMERCIAL DE ALIMENTOS JOSÉ BRITO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.280.169/0001-94, com sede com sede na Rua Laudelino Correia, nº 95, Distrito de Marcolino Moura, Município de Rio de Contas-BA, que tem por objeto “o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios (cereais, granja, laticínios, doces, guloseima, entre outros), para atender a demanda das Secretarias e Setores da Administração Municipal, para o exercício de 2025”.

Cumpra-se.

Rio de Contas-BA, 28 de agosto de 2026.

CÉLIO EVANGELISTA DA SILVA
Prefeito

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 95/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DE CONTAS-ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.263.859/0001-06, com sede no Largo do Rosário, nº 01, Centro, Rio de Contas, Bahia.

CONTRATADA: COMERCIAL DE ALIMENTOS JOSÉ BRITO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.280.169/0001-94, com sede com sede na Rua Laudelino Correia, nº 95, Distrito de Marcolino Moura, Município de Rio de Contas-BA.

I - DO OBJETO:
I.I - O objeto do TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 95/2025, firmado entre as partes em 1º de setembro de 2025, com vigência até 31 de agosto de 2026, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025, é “o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios (cereais, granja, laticínios, doces, guloseima, entre outros), para atender a demanda das Secretarias e Setores da Administração Municipal, para o exercício de 2025”.

II - DO PRAZO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II.I - O TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 95/2025, fica prorrogado na sua vigência, a partir do dia 1º de setembro de 2026 até o dia 31 de agosto de 2027, nos termos deste Termo Aditivo, em conformidade com o art. o art. 107, da Lei 14.133/2021.
III - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
III.I - As despesas contratuais havidas durante o prazo de vigência prorrogado por este Termo Aditivo correrão por conta da(s) seguintes dotação(s) orçamentária(s):

ÓRGÃO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA: 26000 - Secretaria Municipal de Administração
UNIDADE: 26001 - Secretaria Municipal de Administração
ATIVIDADE: 04.122.0010.2.095 - Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 30000 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento
UNIDADE: 30001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento
ATIVIDADE: 15.451.0323.2.086 - Administração da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
ÓRGÃO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA: 32000 - Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 17007 - Secretaria Municipal de Saúde
ATIVIDADE: 10.122.2001.2.043 - Administração da Secretaria de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 32000 - Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 17007 - Secretaria Municipal de Saúde
ATIVIDADE: 10.122.2001.2.044 - Manutenção do Hospital Municipal
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 32000 - Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 32001 - Fundo Municipal de Saúde
ATIVIDADE: 10.301.2001.2.051 - Ações da Atenção Básica em Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1600.0000 - Transferência Fundo a Fundo do Governo Federal
ÓRGÃO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA: 34000 - Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 34001 - Fundo Municipal de Assistência Social
ATIVIDADE: 08.122.0487.2.114 - Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 34000 - Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 34001 - Fundo Municipal de Assistência Social
ATIVIDADE: 08.122.1001.2.115 - Bloco da Gestão do SUAS - IGD SUAS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo de Nacional de Assistência Social – FNAS
SECRETARIA: 34000 - Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 34001 - Fundo Municipal de Assistência Social
ATIVIDADE: 08.245.1001.2.122 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

FONTE DE RECURSO: 1660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo de Nacional de Assistência Social - FNAS
ÓRGÃO: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA: 28000 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNIDADE: 28001 - Fundo Municipal da Educação
ATIVIDADE: 12.361.0199.2.033 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 28000 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNIDADE: 28001 - Fundo Municipal da Educação
ATIVIDADE: 12.365.0199.2.036 - Manutenção do Recurso do QSE (Salário Educação)
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1550.0000 - Transferência do Salário Educação
SECRETARIA: 28000 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNIDADE: 28001 - Fundo Municipal da Educação
ATIVIDADE: 12.365.1000.2.038 - Manutenção da Merenda Escolar - PNAE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

IV - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS CONTRATUAIS:
IV.I - Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas constantes do instrumento de contrato.

V - DA PUBLICAÇÃO:
V.I - O Contratante providenciará a publicação do Extrato deste termo no Diário Oficial do Município - DOM - para a sua eficácia.

DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: CÉLIO EVANGELISTA DA SILVA, Prefeito - pela Contratante e COMERCIAL DE ALIMENTOS JOSÉ BRITO LTDA. - pela Contratada.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS - CNPJ 14.263.859/0001-06

TERMO ADITIVO (PRORROGAÇÃO PRAZO DO CONTRATO Nº 97/2025)

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO

Considerando a necessidade da realização da contratação em apreço, conforme o disposto no art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

DECIDO HOMOLOGAR o presente processo administrativo, bem como as justificativas apresentadas, para determinar que seja efetuada a celebração de aditivo de prorrogação de vigência do TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 97/2025, firmado entre as partes em 1º de setembro de 2025, com vigência até 31 de agosto de 2026, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025, celebrado com a empresa TFP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 55.580.004/0001-88, com sede com sede na Rua Adevaldo Alves de Araújo, nº 181, Bairro Araújo, na cidade de Guanambi-BA, que tem por objeto "o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios (cereais, granja, laticínios, doces, guloseima, entre outros), para atender a demanda das Secretarias e Setores da Administração Municipal, para o exercício de 2025".

Cumpra-se.

Rio de Contas-BA, 28 de agosto de 2026.

CÉLIO EVANGELISTA DA SILVA
Prefeito

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 97/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DE CONTAS-ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.263.859/0001-06, com sede no Largo do Rosário, nº 01, Centro, Rio de Contas, Bahia.

CONTRATADA: TFP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 55.580.004/0001-88, com sede com sede na Rua Adevaldo Alves de Araújo, nº 181, Bairro Araújo, na cidade de Guanambi-BA.

I - DO OBJETO:
I.I - O objeto do TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 97/2025, firmado entre as partes em 1º de setembro de 2025, com vigência até 31 de agosto de 2026, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025, é "o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios (cereais, granja, laticínios, doces, guloseima, entre outros), para atender a demanda das Secretarias e Setores da Administração Municipal, para o exercício de 2025".

II - DO PRAZO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO:
II.I - O TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 97/2025, fica prorrogado na sua vigência, a partir do dia 1º de setembro de 2026 até o dia 31 de agosto de 2027, nos termos deste Termo Aditivo, em conformidade com o art. o art. 107, da Lei 14.133/2021.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

III - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
III.I - As despesas contratuais havidas durante o prazo de vigência prorrogado por este Termo Aditivo correrão por conta da(s) seguintes dotação(s) orçamentária(s):

ÓRGÃO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA: 26000 - Secretaria Municipal de Administração
UNIDADE: 26001 - Secretaria Municipal de Administração
ATIVIDADE: 04.122.0010.2.095 - Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 30000 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento
UNIDADE: 30001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento
ATIVIDADE: 15.451.0323.2.086 - Administração da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
ÓRGÃO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA: 32000 - Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 17007 - Secretaria Municipal de Saúde
ATIVIDADE: 10.122.2001.2.043 - Administração da Secretaria de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 32000 - Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 17007 - Secretaria Municipal de Saúde
ATIVIDADE: 10.122.2001.2.044 - Manutenção do Hospital Municipal
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 32000 - Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 32001 - Fundo Municipal de Saúde
ATIVIDADE: 10.301.2001.2.051 - Ações da Atenção Básica em Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1600.0000 - Transferência Fundo a Fundo do Governo Federal
ÓRGÃO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA: 34000 - Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 34001 - Fundo Municipal de Assistência Social
ATIVIDADE: 08.122.0487.2.114 - Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 34000 - Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 34001 - Fundo Municipal de Assistência Social
ATIVIDADE: 08.122.1001.2.115 - Bloco da Gestão do SUAS - IGD SUAS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo de Nacional de Assistência Social – FNAS
SECRETARIA: 34000 - Secretaria Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 34001 - Fundo Municipal de Assistência Social
ATIVIDADE: 08.245.1001.2.122 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1660.0000 - Transferência de Recursos do Fundo de Nacional de Assistência Social - FNAS
ÓRGÃO: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DE CONTAS

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

SECRETARIA: 28000 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNIDADE: 28001 - Fundo Municipal da Educação
ATIVIDADE: 12.361.0199.2.033 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA: 28000 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNIDADE: 28001 - Fundo Municipal da Educação
ATIVIDADE: 12.365.0199.2.036 - Manutenção do Recurso do QSE (Salário Educação)
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1550.0000 - Transferência do Salário Educação
SECRETARIA: 28000 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNIDADE: 28001 - Fundo Municipal da Educação
ATIVIDADE: 12.365.1000.2.038 - Manutenção da Merenda Escolar - PNAE
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

IV - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS CONTRATUAIS:
IV.I - Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas constantes do instrumento de contrato.

V - DA PUBLICAÇÃO:
V.I - O Contratante providenciará a publicação do Extrato deste termo no Diário Oficial do Município - DOM - para a sua eficácia.

DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: CÉLIO EVANGELISTA DA SILVA, Prefeito - pela Contratante e TFP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - pela Contratada.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - CNPJ 13.696.257/0001-71

ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO

CATEGORIA: ATOS OFICIAIS

DECRETO SUPLEMENTAR (Nº 76/2026)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU
Praca da Bandeira, 176 - Centro
CNPJ: 13.696.257/0001-71 - CEP: . - - SAPEACU - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 76 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R$ 374.020,50 (Trezentos e setenta e quatro mil e vinte reais e cinquenta centavos), para fins que se especifica e da outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SAPEAÇU**, no uso de suas atribuições legais, constituicionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 719 de 10 de dezembro de 2025, edita o seguinte Decreto:

Art 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R$374.020,50 (Trezentos e setenta e quatro mil e vinte reais e cinquenta centavos) a saber:

Dotações Suplementares

2020000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANCAS

2.006 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANCAS

3.3.90.34.00 / 150000 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao	120.500,00
3.3.90.36.00 / 150000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	1.600,00
3.3.90.93.00 / 150000 - Indenizacoes e Restituicoes	27.000,00
Total por Ação:	**149.100,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**149.100,00**

2030000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.014 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA EDUCACAO BASICA - INFANTIL - FUNDEB 30% IMPOSTOS

3.3.90.30.00 / 154019 - Material de Consumo	7.000,00
Total por Ação:	**7.000,00**

2.018 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.30.00 / 1553 - Material de Consumo	40.000,00
Total por Ação:	**40.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**47.000,00**

2040000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.039 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA SECRETARIA DE SAUDE

3.3.71.70.00 / 150002 - Rateio pela Participacao em Consorcios Publicos	2.500,00
3.3.90.92.00 / 150002 - Despesas de Exercicios Anteriores	220,50
Total por Ação:	**2.720,50**

2.041 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

3.1.90.11.00 / 1600 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	153.000,00
Total por Ação:	**153.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**155.720,50**

2052000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

2.025 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO UNICO

3.3.90.39.00 / 1660 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		6.200,00
	Total por Ação:	**6.200,00**

2.026 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

3.3.90.30.00 / 1660 - Material de Consumo		8.000,00
3.3.90.30.00 / 1661 - Material de Consumo		8.000,00
	Total por Ação:	**16.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**22.200,00**
	Total Suplementado:	**374.020,50**

Art 2º. - A propósito cabe-me informar que para atender a suplementação acima, serão anuladas parcialmente e/ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelece a Lei nº 4.320.

Dotações Anuladas

2030000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.010 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00 / 150001 - Material de Consumo		7.000,00
3.3.90.34.00 / 150001 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao		2.000,00
3.3.90.36.00 / 150001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		2.000,00
3.3.90.39.00 / 150001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		4.000,00
4.4.90.52.00 / 150001 - Equipamentos e Material Permanente		3.000,00
	Total por Ação:	**18.000,00**

2.011 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA EDUCACAO INFANTIL

3.1.90.04.00 / 150001 - Contratacao Por Tempo Determinado		2.000,00
3.1.90.13.00 / 150001 - Obrigacoes Patronais		2.000,00
4.4.90.52.00 / 150001 - Equipamentos e Material Permanente		6.000,00
	Total por Ação:	**10.000,00**

2.014 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA EDUCACAO BASICA - INFANTIL - FUNDEB 30% IMPOSTOS

3.1.90.04.00 / 154019 - Contratacao Por Tempo Determinado		2.000,00
	Total por Ação:	**2.000,00**

2.020 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS DEMAIS PROGRAMAS DO FNDE

3.3.90.30.00 / 1569 - Material de Consumo		2.000,00
	Total por Ação:	**2.000,00**

2.021 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.36.00 / 1571 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		2.000,00
4.4.90.52.00 / 1571 - Equipamentos e Material Permanente		2.000,00
	Total por Ação:	**4.000,00**

2.052 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA EDUCACAO BASICA - FUNDAMENTAL - FUNDEB 70% VAAT - VAAF

3.1.90.34.00 / 154118 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao		90.000,00
3.1.90.34.00 / 154218 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao		164.020,50
	Total por Ação:	**254.020,50**

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU
Praca da Bandeira, 176 - Centro
CNPJ: 13.696.257/0001-71 - CEP: . - - SAPEACU - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

2.053 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA EDUCACAO BASICA - INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 70% VAAT - VAAF		
3.1.90.34.00 / 154118 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao		80.000,00
	Total por Ação:	**80.000,00**
2.058 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA EDUCACAO BASICA - FUNDAMENTAL - FUNDEB 30% - VAAR		
4.4.90.52.00 / 154319 - Equipamentos e Material Permanente		4.000,00
	Total por Ação:	**4.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**374.020,50**
	Total Anulado:	**374.020,50**

Art. 3º - Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a expedir instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de sexta-feira, 28 de agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SAPEAÇU, Estado da Bahia, em 28 de agosto de 2026.

CARLOS SANTOS BASTOS
Tesoureiro
CPF: 316.131.605-34

RAMON DE SENA SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 984.737.355-87

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - CNPJ 13.696.257/0001-71

ÓRGÃO/SETOR: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO (TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2024)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE SAPEAÇU

PREFEITURA DE SAPEAÇU
IGUALDADE E JUSTIÇA

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO Nº 004/2024

O **Município de Sapeaçu, Estado da Bahia**, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Ramon de Sena Souza, torna público, para conhecimento de quem interessa possa, a celebração do **6ª TERMO DE ADITIVO PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO N° 004-2024, PREGÃO PRESENCIAL 004-2024** junto a empresa **M.C. COMÉRCIO DE GÁS GLP LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.781.071/0001-95, situada na rua Vitória, s/nº, Bairro Centro, CEP nº 44.530-000, nessa cidade de Sapeaçú – Ba**. Objeto: Fornecimento de Combustíveis (Gasolina e S10). Mantem-se o valor de R$ 2.695.000,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil reais). Cujo objeto trata-se 1.1. Termo Aditivo de prazo tem por objeto a prorrogação do período de vigência da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Presencial nº 004/2024, conforme previsto Lei 14.133/2021, com **vigência de 12 (doze) meses (25/08/2026 a 25/08/2027)**, para que produza seus efeitos legais conforme a Lei 14.133/21 e demais alterações.

Sapeaçu, Bahia, 21 de agosto de 2026.

Ramon de Sena Souza
Prefeito Municipal.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU

PREFEITURA DE SAPEAÇU
IGUALDADE E JUSTIÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - CNPJ 13.696.257/0001-71

EXTRATO (TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2024)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU

PREFEITURA DE SAPEAÇU
IGUALDADE E JUSTIÇA

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO Nº 011/2024

O **Município de Sapeaçu, Estado da Bahia**, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Ramon de Sena Souza, torna público, para conhecimento de quem interessa possa, a celebração do **1ª TERMO DE ADITIVO PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO N° 011-2024, PREGÃO PRESENCIAL 011-2024** junto a empresa **M.C. COMÉRCIO DE GÁS GLP LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.781.071/0001-95, situada na rua Vitória, s/nº, Bairro Centro, CEP nº 44.530-000, nessa cidade de Sapeaçú – Ba**. Objeto: Fornecimento de Combustíveis (Gasolina e S10). Mantem-se o valor de R$ 2.637.000,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e sete mil reais). Cujo objeto trata-se 1.1. Termo Aditivo de prazo tem por objeto a prorrogação do período de vigência da Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Presencial nº 011/2024, conforme previsto Lei 14.133/2021, com **vigência de 12 (doze) meses (04/09/2026) a (04/09/2027)**, para que produza seus efeitos legais conforme a Lei 14.133/21 e demais alterações.

Sapeaçu, Bahia, 21 de agosto de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Tribuna do Sertão

FUNDADOR: MAURÍCIO LIMA SANTOS (1943-1998)

O Jornal **Tribuna do Sertão** é uma publicação da
Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda
CNPJ 10.841.540/0001-51

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO:
Rua Valdomiro Alves Luz, 45
Bairro Campo de Aviação - Brumado - BA

CEP 46.117-040 - **TELEFAX: (77) 3441-6360**
e-mail: lidergrafica2023@gmail.com
Site: www.sertaohoje.com.br

EDITORA
Lúcia Oliva Lima - DRT 456
e-mail: oliva_ba@hotmail.com
Cel.: (77) 99953-7613

DIRETOR DE REDAÇÃO
Leonardo Oliva
e-mail: leonardo.tribuna@uol.com.br
Cel.: (77) 99962-8581

CERTIFICAÇÃO DIGITAL
429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001